

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades
na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)

ADRIANA FRAGA DA SILVA

Porto Alegre
2009

Adriana Fraga da Silva

“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades
na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)

Tese de doutoramento apresentada
como requisito parcial e último à
obtenção do grau de Doutor no
Programa de Pós-Graduação em
História, área de Concentração: História
das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586m Silva, Adriana Fraga da
"Meu avô era tropeiro!": identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). / Adriana Fraga da Silva. – Porto Alegre, 2009. 261 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientação: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

1. História. 2. Tropeiros – Rio Grande do Sul – História. 3. Tropeirismo. 4. Patrimônio. 5. Cultura Material. 6. Materialidade. 7. Bom Jesus (RS) - História. I. Kern, Arno Alvarez. II. Título.

CDD 918.16503

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

Adriana Fraga da Silva

“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades
na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção
do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de
Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: 14 de Janeiro de 2010

Banca examinadora:

Dr. Arno Alvarez Kern (orientador) – PUCRS

Dra. Beatriz V. Thiesen – FURG

Dr. Klaus C. P. Hilbert – PUCRS

Dra. Véra Lucia Maciel Barroso – FAPA

Dra. Vera Maria Guimarães – UFJF

À minha mãe, Eni, por todos
os passos ensinados.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese é um trabalho que exige momentos de concentração e de temporários afastamentos de pessoas que gostamos de reencontrar cotidianamente. Contudo, nesse momento de criação não ficamos de todo isolados. Sempre contamos com *e-mails* e ligações de amigos, colegas e familiares. Enfim, pessoas que sempre nos dão aquele “empurrão” nas horas em que mais precisamos de incentivos e forças. A todos os que procuraram, à sua maneira, ajudar, mesmo que na compreensão de meu distanciamento: muito obrigada!

Agradeço, em especial, à minha família. À minha mãe pela compreensão das ausências nos almoços de final de semana. Agora prometo estar presente em todos os momentos da família. Ao Sérgio, agradeço pelas muitas palavras de incentivo. Ao Daniel, meu irmão e grande amigo, pela ajuda nos momentos de “maior aperto” e por todos os “empurrões” que, junto com a Claudia e a Mariana, me deram.

Ao meu orientador, o professor Dr. Arno Kern, sou grata pelo espaço de liberdade oferecido para o desenvolvimento dos rumos deste trabalho e pela confiança. Igualmente agradeço ao PPGH-PUCRS por todas as possibilidades e reflexões aos alunos disponibilizadas e construídas nas disciplinas a nós ofertadas.

À ex-aluna e amiga, Ilza Carla Favaro de Lima, agradeço pela ajuda num dos trabalhos de campo e pela dedicada transcrição de todas as entrevistas e relatos coletados. Obrigada pelo apoio, amizade e incentivo!

Aos moradores de Bom Jesus, não tenho como agradecer. Precisaria escrever outro volume se fosse pontuar o quanto sou grata a todos vocês. À Lucila Maria Sgarbi Santos, uma mulher de fibra, que não desiste, por sempre atender os vários pedidos de informações e de materiais que fiz durante esses últimos anos, pela confiança e pelo constante incentivo, agradeço muitíssimo. Ao Jaziel de Aguiar Pereira, coordenador do Departamento de Turismo Indústria e Comércio de Bom Jesus, sou grata pelas informações e materiais rapidamente disponibilizados, sempre que solicitados. A Gessira Borges, Cláudio Borges, Manoel Gaspar, Maria, Cacau, Volnei, Lourdes, Maristela, Vera, muito obrigada pelo tempo e confiança dispensada durante as pesquisas deste trabalho. Obrigada a todos os avôs tropeiros, aos netos de tropeiros, aos filhos de

tropeiros e aos tropeiros de ontem, de hoje e do amanhã por toda a confiança em mostrar-me a sua terra.

Ao Fabiano Teixeira dos Santos, chefe da divisão técnica do Iphan-SC, agradeço pelos materiais disponibilizados.

À Luciane Sgarbi Santos Grazziotin agradeço pela pronta disponibilização das entrevistas realizadas durante sua tese de doutorado.

Aos amigos de longa data, Natália Pietra, Leandro Boeira, Mariana Cabral, João Saldanha, Caroline Aveline, Zeli Company, Clarisse Jacques, Fernanda Tocchetto, José Alberione, Silvia Copé, Luciana Paiva Coronel, Antonio Fernandes (o Nico), agradeço por todos estes anos de amizade e aprendizado. Obrigada pelo constante incentivo!

Aos colegas do curso de História do IPA, Ramiro Bicca, Claudira Cardoso e Édison Cruxen, bem como aos nossos alunos e parceiros, obrigada por me aguentarem, principalmente durante toda a correria e o cansaço no final deste 2009. O convívio com vocês é um grande aprendizado.

Sou grata também à torcida e parceria e compreensão dos colegas de trabalho. A Elaine Indrusiak, agradeço pela ajuda com o *abstract*.

À Frida, coitada, quantos dias sem dar uma voltinha na rua. Agradeço a esta parceira que ficou horas e horas deitada nos meus pés, como que esperando o momento de atenção que lhe era prometido para o final do parágrafo seguinte, que nunca chegava. Mas ela entende. Eu acho! Foi por uma boa causa.

E, por fim, o meu eterno agradecimento àquele que sempre esteve e está ao meu lado, principalmente naqueles momentos em que o ânimo baixou e o cansaço apareceu. Aquele que teve a paciência de ler cada linha deste trabalho, de auxiliar no trabalho de campo e que aguentou no osso, literalmente, as lamúrias e as oscilações de humor que chegavam como manha de cansaço. Ao Artur H. F. Barcelos, meu grande companheiro, agradeço por tudo, tudo, tudo, que tens feito por mim e por nós. Tua parceria me deu e me dá forças para nunca desistir e seguir adiante. Te amo!

*E tu, ó cornaca que raios vais tu fazer com o
elefante a Viena, Provavelmente o mesmo
que em Lisboa, nada de importante,
responde Subhro, irão dar-lhe muitas
palmas, irá sair muita gente à rua, e depois
esquecem-se dele, assim é a lei da vida,
trunfo e olvido...*

José Saramago, A viagem do elefante

RESUMO

Na contemporaneidade inúmeras cidades buscam sua identidade e repertório patrimonial, um processo em que administradores e comunidades almejam pertencer à capital ou à terra de alguma coisa. Nessa mesma busca, a cidade de Bom Jesus (RS) vem constituindo-se como a Terra do Tropeirismo, um movimento que ao envolver e ser fomentado por parte da comunidade local é consolidado na busca de memórias e referenciais históricos centrados no tempo passado, na construção da identidade e na ativação de repertórios patrimoniais no tempo presente. Esse é o processo aqui abordado, a construção da Terra do Tropeirismo. Trata-se de uma elaboração pautada, neste trabalho, a partir de conceitos como: memória, identidade, patrimônio, entre outros; num processo que envolve, igualmente, expectativas de futuro centradas no desenvolvimento do turismo local e regional. Para tanto, busquei abordar diferentes manifestações em que tropeiros e tropeirismo são representados, por distintos agentes e em diversos espaços na cidade de Bom Jesus. Trata-se de manifestações que pautam a construção, a atribuição de significados e a divulgação da Terra do Tropeirismo. Um contexto em que a criação de elementos da cultura material contemporânea toma lugar na cena dessa construção, como representação do passado idealizado em diferentes objetivos e contextos de criação, comunicação e consumo.

Palavras-chave: tropeirismo, identidade, patrimônio, cultura material, materialidade, Bom Jesus.

ABSTRACT

Nowadays countless cities and towns search for their identity and patrimonial repertoire, a process that reveals administrators' and communities' wishes of belonging to the capital or the land "of something". Following this same trend, the city of Bom Jesus (RS, Brazil) has been attempting to establish itself as Land of Muleteering, a movement that involves and is supported by the local community, combining the search for memories and historical references to be found in the past with the construction of identity and implementation of patrimonial repertoires in the present. This is the process studied here, the development of the Land of Muleteering. The present work addresses this construction based on concepts such as memory, identity and patrimony, among others, in a process that also involves expectations about the future which are based on the development of local and regional tourism. To achieve that, the research tackles different manifestations in which both muleteers and muleteering are represented by various agents and in several areas of the city of Bom Jesus. Such manifestations guide the construction, the attribution of meaning and the advertising of the Land of Muleteering. Within this context the creation of elements of contemporary material culture asserts its role as representation of an idealized past for and within different objectives and contexts of communication and consumption.

Key words: muleteering, identity, patrimony, material culture, materiality, Bom Jesus.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – “Mapa de las Doctrinas del Paraná y Uruguay y de la Linea divisória del año 1750 en cuanto a estas doctrinas toca.” (FURLONG, 1936, p. 98). Nesse mapa é possível verificar as estâncias das reduções e seus limites, além das cidades colônias espanholas de Montevideo, Maldonado, Castillos e Buenos Aires, bem como a Colônia do Sacramento 34
- Figura 2 – “Mapa de las Misiones de la Compañía de Jesus en los rios Paraná y Uruguay. Año de 1749.” (FURLONG, 1936, p. 71). Nesse mapa está assinalada, entre os paralelos 26 e 29, próxima à margem esquerda do mapa, a região dos Pinares 35
- Figura 3 – O pessoal se preparando para a travessia do rio Pelotas a caminho do tão esperado casamento do Cacau 69
- Figura 4 – Cacau e Maria no tão esperado casamento. A mãe da noiva ainda marca presença, de olho no genro 70
- Figura 5 – Abril de 2008, Cacau, Maria e sua filha caçula. Depois de um bom café e muita história, na residência da família, em Bom Jesus, mostram as fotos da família 70
- Figura 6 – Cavalarianos bom-jesuenses na fazenda da Guarda, 1° Distrito de Bom Jesus, local de partida para encontro dos cavalarianos de Lages, e faixa do lançamento do II Senatros 77
- Figura 7 – Abril de 2008, visita ao Passo de Santa Vitória em companhia de Manoel Gaspar, que seguia sempre à frente, guiando nosso caminho com as histórias de suas vivências como tropeiro, rumo às margens do rio Pelotas..... 81
- Figura 8 – Manoel Gaspar sentado em frente ao Passo de Santa Vitória relatando suas experiências nas tantas travessias que realizou enquanto trabalhava como tropeiro ou para documentários e programas de televisão. À direita, nosso retorno à cidade com a noite já posta..... 81
- Figura 9 – Cavalarianos bom-jesuenses no início da travessia do rio Pelotas 84
- Figura 10 – Lançamento do II Senatros, realizado durante a Cavalgada da Integração, ocorreu nas ruínas no Registro de Santa Vitória 84
- Figura 11 – Anúncio publicado em jornal regional, *O Pioneiro*, em maio em 2004, como parte do caderno de turismo, numa edição especial para Bom Jesus..... 88
- Figura 12 – A partida. Cláudio segue à frente levando as duas mulas que mais adiante foram utilizadas por Lucila e Artur. E eu sigo, acima e atrás das orelhinhas que estão no primeiro plano, no burro Preto..... 89
- Figura 13 – Cláudio preparando as mulas para a segunda parte da viagem. Agora com dois novos participantes. No meio da manhã encontramos Lucila e Artur, que de carro nos alcançam na fazenda da Guarda 89

Figura 14 – Cláudio mostrando fragmentos do antigo caminho, próximo ao rio dos Touros	90
Figura 15 – Manoel Gaspar e tio Juca confeccionando uma bruaca	92
Figura 16 – Cláudio Borges expondo os artefatos necessários para arrear uma mula e a matéria-prima captada na região	92
Figura 17 – Manoel Gaspar demonstrando como dobrar a capa do tropeiro, vestimenta indispensável para enfrentar o frio dos Campos de Cima da Serra ..	93
Figura 18 – No galpão da fazenda do Cilho, além de muita lenha e pedra para manutenção das taipas, ficam guardados os utensílios utilizados para arrear mulas	93
Figura 19 – Material organizado por Gessira para as filmagens de frei Arlindo. Apresenta todos os utensílios e alimentos tradicionalmente carregados pelos tropeiros para a alimentação durante a viagem.....	95
Figura 20 – Gessira, durante a entrevista realizada em maio de 2008	96
Figura 21 – Culinária apresentada no <i>site</i> de divulgação turística da cidade	97
Figura 22 – <i>Site</i> de divulgação da Rota dos Campos de Cima da Serra. Detalhe para a indicação da seta: referência ao tropeirismo	113
Figura 23 – Fôlder de apresentação dos atrativos turísticos de Bom Jesus.	114
Figura 24 – <i>Site</i> de apresentação da Rota dos Campos de Cima da Serra. As setas indicam a apresentação da cidade e os produtos ofertados.....	115
Figura 25 – Folha de rosto do fôlder.	117
Figura 26 – Página interna do fôlder.....	117
Figura 27 – Última página do fôlder.	118
Figura 28 – Detalhes indicados no <i>site</i> de divulgação turística da cidade.....	120
Figura 29 – Fôlder de divulgação da cidade. “Bom Jesus. Os caminhos de nossa história”	122
Figura 30 – Abertura da primeira dobra do fôlder.	122
Figura 31 – Abertura da segunda e última dobra do fôlder.....	123
Figura 32 – Última página da parte interna do fôlder.	124
Figura 33 – Fôlder da Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul.....	127
Figura 34 – Novo fôlder da Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul.	129
Figura 35 – Lourdes, durante entrevista. Foto da esquerda: na loja. Foto da direita: na oficina de produção, ao fundo várias pré-formas.....	138

Figura 36 – Utensílios (faca e lixa) para confecção e pré-formas das mulas artesanais	139
Figura 39 – Mulas arreadas com sacas de carga e com cargueiro de couro (bruacas)	140
Figura 40 – Em detalhe a divulgação do artesanato no <i>site</i> da cidade.....	146
Figura 41 – Espaço destinado ao tropeirismo no Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus.	150
Figura 42 – Representação de uma bodega do início do século XX em Bom Jesus. Essa é a única cena no espaço do museu em que o agente histórico está diretamente representado.....	151
Figura 43 – Portal da cidade de Bom Jesus. Inaugurado em 2008, à frente um painel em homenagem aos povoadores indígenas, seguido da representação dos tropeiros e negros e, ao fundo, dos italianos	152
Figura 44 – Portal da cidade de Bom Jesus, inaugurado em 2008. Painel em homenagem aos tropeiros e negros.....	153
Figura 45 – Caixa de memória – Tropeirismo.....	155
Figura 46 – Exemplo de uma das maquetes apresentadas no Senado de 2008, por discentes do ensino médio	157
Figura 47 – Exemplos de representações em desenhos expostas pelos alunos e alunas do ensino fundamental, no Senado de 2008.....	158
Figura 48 – Livro didático sobre tropeirismo, lançado em 2008	159
Figura 49 – Representação de pouso, objetos e alimentos carregados pelos tropeiros para momentos de descanso.....	160
Figura 50 – Arreames de mulas representados no material didático	161

SUMÁRIO

DE INÍCIO, PRA COMEÇO DE CONVERSA.....	14
1 O AVANÇO PARA O PASSADO, DE VOLTA PARA O FUTURO: A BUSCA PELO BRASIL GRANDE DO SUL.....	26
1.1 Sobre tropeirismo e a abertura de estradas no Rio Grande colonial.....	28
1.2 A produção da História e a construção do passado	37
1.3 Os olhares e discursos que buscaram a fidelidade	44
2 NAQUELE TEMPO... NESTE TEMPO.....	56
2.1 Passados (re)vividos, presentes (re)velados.....	62
2.2 O elefante e a professora	71
2.3 O cordão umbilical ainda não cortado	78
2.4 A cultura conveniente na esteira da história: na sequência da vó	85
2.5 Os criadores e a professora: um por todos e todos por um tropeirismo no hoje	100
3 ELES, OS TROPEIROS.....	102
3.1 Identidade e patrimônio	103
3.2 Identidade e patrimônio na construção de um produto turístico	106
4 REPRESENTAÇÕES MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TURISMO LOCAL	131
4.1 A cultura conveniente na esteira da história: a fábrica de mulas.....	134
4.1.1 A criação	136
4.1.2 A comunicação	141
4.1.3 O consumo	143
4.2 Novas criações, comunicações e consumos	147
4.2.1 O consumo como preservação: o tropeirismo no espaço museal.....	149
4.2.2 A criação das boas vindas ao consumo dos que chegam	152
4.3 Passado, presente e futuro no fazer educacional	154
4.3.1 A caixa de memória	154
4.3.2 Representação e produção da cultura material na sala de aula	156
O FIM DO COMEÇO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	169

APÊNDICE A – Entrevistas	177
ANEXO A – Mapa de localização do Registro de Santa Vitória (junto ao passo de mesmo nome, localizado no rio Pelotas) e caminhos	249
ANEXO B – Documento sobre medidas e preocupações em relação aos desvios dos postos de registro e o trânsito por caminhos não legais, os descaminhos .	250
ANEXO C – Relato: o casamento de Cacau e Maria	252
ANEXO D – Decretos municipais de tombamento do Passo de Santa Vitória ...	255
ANEXO E – Títulos honoríficos de cidades do Rio Grande do Sul.....	257

DE INÍCIO, PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O meu avô não foi tropeiro. No entanto, nos Campos de Cima da Serra conheci tantas pessoas cujos avôs tropearam que, por razões que não cabem no papel, descobri outro mundo que aqui desbravo. Um universo cultural vivenciado e experimentado em suas materialidades, histórias, percepções e memórias.

Compreender os processos, os mecanismos e os agentes da atribuição dos significados e do dar valor à cultura material produzida e (re)apropriada pelos humanos é uma das tarefas da arqueologia. Tarefa que dirige os arqueólogos a novas vivências e outras formas de ver o mundo. Talvez menos focados em abordagens que hoje chamamos de tradicionais, buscam caminhos para as análises que vão além das relações entre formas e funções, quantificações, identificações de relações diretas entre diferentes áreas de um sítio, regularidades culturais e estruturais que certificavam um modelo teórico ou aparato metodológico, por exemplo.

Atualmente, os profissionais da arqueologia buscam novos caminhos, escolhas que aproximam os pesquisadores das comunidades em que os sítios arqueológicos estão espacialmente e socialmente inseridos. A relação entre as ditas “coisas do passado” e as comunidades em presença tem animado muitos trabalhos e ancorado, também na prática, a arqueologia entre as disciplinas vinculadas às ciências humanas e sociais. Isso escapa de abordagens que fazem, ainda hoje, algumas arqueologias fixadas no material pelo próprio material.

O cultural realmente andou, por muito tempo, deixado de lado, separado do material. Por sorte, ou melhor, pelo trabalho árduo de muitos, os ventos têm soprado com outra velocidade e direção, e a cultura material é novamente abordada como parte da experiência humana. Conforme Pesez (1990, p. 181), a cultura material “é a relação do homem com os objetos, pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura”. Pois é, arqueólogas e arqueólogos insistiram, alguns ainda insistem, em tratar do material fechado nele mesmo e esquecem que ele só existe, no mundo e socialmente, em função das relações sociais, comunicações e consumos que o criam e lhe dão valor/significado/sentido em diferentes contextos (GLASSIE, 1999).

Neste trabalho, busco discutir a atribuição de valores e a patrimonialização do tropeirismo no município de Bom Jesus (RS). Minha “tarefa arqueológica” é compreender a relação das pessoas com as coisas, com a cultura material

apresentada no repertório patrimonial ativado nessa comunidade. E é nessa relação que a pergunta central se apresenta: qual o papel da vivência, da experiência com a cultura material e os lugares relacionados a uma atividade do passado na construção de Bom Jesus como a Terra do Tropeirismo? Qual e o que é essa cultura material? Qual o papel dos lugares¹ nesse processo?

Portanto, busco a materialidade da cultura material, seu sentido e significado para determinada comunidade, na construção da identidade cultural, do patrimônio e da Terra do Tropeirismo² como produto turístico. Atribuições e significados que se dão na relação entre pessoas e coisas (THOMAS, 1996). Para entender o sentido das coisas, da materialidade no tempo presente, metodologicamente, como falo brincando a alguns colegas, tive de exercer o papel de um “espírito evoluído”, desencarnar da matéria! Sem prepotências ou brincadeiras, o que quero dizer é que: busco observar o material a partir do humano. Metodologicamente, como numa observação participante, procurei vivenciar, na e com a comunidade, a experiência das coisas e dos lugares, mesmo que através de memórias, narrativas e representações, quando não podíamos estar fisicamente presentes neles.

Este texto é fruto de novas escolhas elaboradas na reformulação do projeto de tese, iniciada a partir dos desafios da própria pesquisa. As novas escolhas estão ligadas à autocrítica que realizei após propor um estudo dos postos de registro, focado no passado, fechado em seu próprio tempo. Um passado que apenas, como coloquei no projeto apresentado para ingresso no doutorado, *deixou marcas*. No entanto, esse é o ponto central deste texto: abordar essas “marcas” e o significado do tropeirismo para os moradores de Bom Jesus, de forma a extrapolar a abordagem de uma “herança” do passado. O foco está em analisar o tempo presente

¹ Como “lugar” aponto, de acordo com Thomas (1996), os locais relacionados à experiência e vivência humanas. Nesse sentido, os lugares são elaborados, tornam-se lugares no seu envolvimento com estruturas de pensamento e prática, quando experimentados, consumidos, pela atividade humana. Assim, os lugares também fazem parte do que chamamos de cultura material e são atribuídos de materialidades particulares a cada grupo ou sujeito que os vivencia.

² “Terra do Tropeirismo” é como, desde meados dos anos 1990, a cidade de Bom Jesus é apresentada. É o *slogan* elaborado para mostrar o município aos de fora, aos turistas, e para si. No entanto, ao apresentar a identificação com o tropeirismo, o processo de construção de uma identidade cultural relacionada a essa atividade ganhou fôlego e fomentou o desenvolvimento de inúmeras ações que elaboram diversas materialidades representadas em diferentes culturas materiais, como: artesanato, material didático, panfletos e folhetos de divulgação aos turistas, as próprias mulas e todo o aparato material necessário a uma tropeada, a culinária e os utensílios a ela relacionados no momento do pouso, o material exposto no museu municipal, o Passo de Santa Vitória (localizado no rio Pelotas) e outros lugares de memória.

propriamente dito, na relação das pessoas com as coisas, ou seja: a cultura material e outras representações dessa atividade, na construção da identidade, do patrimônio e de um produto turístico. Um presente que tem em si um passado. Naquilo que, quem sabe, podemos chamar de arqueologia do contemporâneo, ou então: “arqueologia dos vivos”, do vivido.

Assim, o tema desta pesquisa segue, desde os primeiros esboços do projeto, está centrado no tropeirismo, mas não tem seu objeto contextualizado no passado que envolveu as múltiplas facetas do Registro de Santa Vitória, como propunha até então. Abordo como objeto de pesquisa a própria sociedade contemporânea de Bom Jesus, na sua relação com o tropeirismo. Proponho a reflexão sobre um passado que se faz presente, um passado que, presentificado, não tal qual foi no “seu tempo”, é atualizado. Um passado recriado na memória e no viver de alguns moradores do município, os quais buscam uma relação histórica e idealizada com o tropeirismo.³ Desejam, nessa identificação, alcançar um lugar na história regional e local para mostrarem-se diferentes perante os desafios do mundo contemporâneo, do mundo globalizado. Trata-se de um momento e contexto em que outros sujeitos elaboram a consciência de seu papel na história local.

Nessa discussão, o objetivo central é tratar da construção de uma identidade, a identidade tropeira, e das forças políticas, elementos materiais e agentes sociais que a produziram e (re)produzem. Logo, o foco da pesquisa saiu de um passado preso a ele mesmo e passa a tratar do passado-presente-futuro. Mas por que essa mudança? Vamos ao começo de tudo.

Minha aproximação com os moradores de Bom Jesus começou num quente verão de 1999. Desde então, todos os feriados e férias foram destinados aos trabalhos arqueológicos na região.⁴ Nesses anos, muitas histórias ouvi sobre “aquele tempo...” ou sobre “segundo os antigos...” e as façanhas de muitos avôs tropeiros me foram narradas. Mas agora as escuto de outra forma. O que antes constituiu um bate-papo em rodas de mate agora, sem deixar o mate e o bom

³ O fluxo de homens no transporte de gado em pé e diversos produtos em lombo de mulas. Uma prática que, ao transportar animais e outros gêneros a serem comercializados, também fomenta a dinâmica da circulação de ideias, costumes, práticas cotidianas ligadas aos fazeres da profissão, etc. Esse fluxo constituiu o que chamamos de tropeirismo (SILVA, A., 2006, f. 15).

⁴ Como membro da equipe de pesquisa das professoras Dra. Sílvia M. Copé (de 1999 a 2006) e Dra. Lizéte Dias de Oliveira (em 1999) e posteriormente, desde 2004, na execução de projetos próprios: mestrado e, agora, doutorado.

papo de lado, constitui fonte e instrumento de pesquisa: as conversas, as entrevistas e o convívio com o grupo. Ou seja, uma vivência em campo que não

busca somente a localização de sítios arqueológicos, mas também almeja abordar as ações e percepções de agentes sociais que ativam a Terra do Tropeirismo, através de sua materialidade, das formas de ser, saber e fazer. Motivação alimentada pelo desejo de “sair do lugar”. Deixar a ilusória zona de conforto encontrada em algumas práxis de pesquisa, já perpetuadas na comodidade das receitas metodológicas prontas. Ciente de que, ao sair da zona de conforto, corro o risco de não chegar ao lugar desejado, me posiciono de forma segura, por não carregar o fardo de não ter tentado sair do lugar.

O exercício de explorar outras abordagens nos é há tempos apresentado, a chance me foi posta e decidi experimentar outros amargos e doces gostos da pesquisa arqueológica. Além disso, ao rever o projeto e dar início ao trabalho percebi que faria “mais do mesmo” e pouco contribuiria às reflexões sobre nosso papel social como agentes pesquisadores do passado no presente. Questão que tem me instigado em demasia e me feito repensar desde as práticas de campo, de escolha das fontes de pesquisa, até as dinâmicas e práticas em sala de aula.

Então seguimos... Apesar de ouvir inúmeras referências aos “tempos passados” ou “tempos antigos”, o tropeirismo é apresentado cada vez mais presente. Tal afirmação pode ser compreendida com o fato da cidade de Bom Jesus apresentar-se como a Terra do Tropeirismo. Estamos diante de um tempo em que outros agentes buscam e constroem seu espaço na História. Mas por que o tropeirismo? O que faz uma atividade de transporte de gado e outros produtos, uma atividade prática e cotidiana, tornar-se o foco na busca de uma referência identitária? Talvez nas preocupações com o futuro se encontre uma das possíveis respostas. Na expectativa de um futuro que pode ser alcançada no passado reorganizado, transformado, atualizado, calcada na experiência do tempo passado no presente. Longe de afirmar a velha máxima da História como mestra da vida, ou como um passado que orienta o presente e ensina para o futuro, podemos apontar a experiência e a expectativa como duas categorias que permitem analisar a relação entre passado, presente, futuro. Um tempo que também é “uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Trata-se de um tempo variável, móvel, de acordo

com o grupo ou sujeito que o vivencia, lembra, ouve falar e/ou constrói. É na representação desse tempo passado no presente que a proposta de trabalho tem seu foco estabelecido.

Para tanto, parti da concepção de que a arqueologia é uma ciência dedicada aos estudos da materialidade da experiência humana, a partir da cultura material e outras fontes que contribuem, de forma dialética, para a análise proposta. É, portanto, um metadiscorso, um enunciado sobre o passado construído no presente (OLSEN, 1990). Nesse sentido, como *materialidade* tratei dos sentidos, significados e papéis atribuídos à cultura material através da experiência, da vivência e da agência humana, na construção da Terra do Tropeirismo.

A construção dessa “terra prometida” não remete a algo que surge de um vazio, mas sim de um caldo cultural potencializador para a ativação desse patrimônio. Um território onde o passado tropeiro estava presente, mas não ativado. O combustível que alguns sujeitos necessitavam para a eleição e ativação do repertório patrimonial, a partir do inventário existente, é localizado em parte da produção historiográfica sobre o tema. Nela, tropeiros são apresentados como heróis, atores principais de verdadeiras epopeias e o mito profano de origem da cidade. Dessa forma, os enunciados discursivos, tratados no primeiro capítulo, inspiram os olhares ao passado a partir do tempo presente, criam heróis e alimentam o processo de construção das identidades, na medida em que oferecem referenciais e modelos a serem seguidos para o hoje.

A relação e o papel do passado como parte do presente em Bom Jesus, bem como instrumentos, mecanismos e agentes que constroem as lembranças e as memórias lançadas numa expectativa de futuro, são alguns dos aspectos tratados no segundo capítulo. Fazendo uso da oralidade⁵ e da vivência na comunidade, como fontes, nele são abordados os agentes envolvidos na construção da Terra do Tropeirismo e da dita identidade tropeira. Trata-se de agentes mobilizados, direta ou indiretamente, pela historiografia, pelas ações

⁵ As entrevistas diretamente citadas no texto seguem transcritas na íntegra no Apêndice A, onde também constam os créditos das entrevistas utilizadas na pesquisa mas não diretamente citadas. As transcrições passaram por algumas correções gramaticais, no entanto houve o cuidado de não descaracterizar as peculiaridades e a construção do pensamento de cada locutor. Todas as entrevistas, com transcrição direta ou transcrição revisada, estão, através deste texto e da autora, disponíveis para os que tiverem interesse.

políticas na busca por economias criativas, pelo Seminário Nacional sobre Tropeirismo (Senatro)⁶, etc.

No terceiro capítulo, por sua vez, proponho-me a apresentar os elementos e as representações da construção aqui analisada através de fontes bastante utilizada por turismólogos, antropólogos e sociólogos do turismo, mas pouco exploradas por historiadores e quase nada por arqueólogos: os *sites* de divulgação dos produtos turísticos e a folhetaria elaborada para o fomento desse consumo. Com esse objetivo, os pôsteres são tratados como elementos da cultura material, na medida em que possibilitam aos receptores a primeira experiência material e visual com o local divulgado e suas peculiaridades. Os atrativos turísticos apresentados nesse material geram as percepções e expectativas iniciais, bem como trazem à experiência do lugar as representações da cultura material presente no repertório ativado nesse contexto.

No quarto e último capítulo observo outros espaços da cidade onde a cultura material relacionada ao tropeirismo se faz presente, como fruto e motor dessa construção identitária, patrimonial e turística. O centro da discussão, em toda a tese, perpassa a investigação de qual cultura material está presente na construção da Terra do Tropeirismo, seu papel na experiência e vivência de um passado construído no e para o presente. Estes são alguns pontos que, antes das considerações finais, porque às conclusões jamais chegamos, desenvolvo neste trabalho.

Logo, para compreender a ação dos agentes que, por desempenharem diferentes papéis, estão envolvidos, direta ou indiretamente, na construção da Terra do Tropeirismo e das materialidades culturais desse passado-presente, optei por abrir o leque de possibilidades no que se refere ao uso das fontes para um trabalho em arqueologia. Dessa forma, as vivências com a comunidade, as observações em campo, as entrevistas, as narrativas, os materiais de divulgação da cidade, o artesanato, o museu municipal, os materiais didáticos, etc., tornaram-se fontes de investigação. Representações de uma materialidade abordada como o abstrato, o subjetivo simbólico que é construído pelos humanos

⁶ Evento bianual que caminha para a nona edição em 2010, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus com apoio da Universidade de Caxias do Sul. Idealizado pela professora historiadora Lucila Maria Sgarbi Santos. No primeiro e no segundo capítulo apresentamos outras referências ao Senatro.

a partir de sua experiência no mundo, ou seja: o significado atribuído à cultura material.

A materialidade é construída a partir das complexas redes dos processos de culturalização do material. Para Ingold (2007), os humanos se preocupam com aquilo que outros humanos deixaram e é nessa preocupação e ação prática sobre as coisas que a existência e experiência do material se dá para a vivência humana. Nesse aspecto, a materialidade ultrapassa as propriedades físicas das coisas, é história (INGOLD, 2007), é relação. E, para este estudo de caso, é o atribuir valor à cultura material relacionada ao tropeirismo que constitui a materialidade da cultura material, apresentada na história e na relação das pessoas com as coisas do passado-presente, na construção de seu tempo presente.

Essas discussões remetem à ideia central do conceito de memória cunhado por Nora (1993). Ao materializarem-se no concreto, as memórias de diferentes agentes têm e buscam correspondentes representativos na cultura material, correlatos materiais. Ao ultrapassar as propriedades físicas destes, a memória abre espaço à História, um processo de transformação que permite a elaboração do relativo, jamais do absoluto ou da ilusória e mítica objetividade. A cultura material e as memórias, aqui abordadas, são apresentadas como vetores⁷ potencializadores, em diferentes graus, desse processo e, por conseguinte, da construção da história presente.

Uma questão me foi feita logo no início dos trabalhos em campo: como trabalhar a partir de fontes como minhas vivências, entrevistas e narrativas de sujeitos com quem, ao longo desses dez anos de convívio, criei laços de proximidade? A resposta é complexa e nunca definitiva, mas devemos, ao realizar um trabalho de pesquisa, estar conscientes de três coisas, a saber:

- a) a partir de onde falamos – das escolhas teóricas e metodológicas, bem como do espaço de vivência no mundo e dos códigos por nós compartilhados, o nosso contexto;

⁷ Vetores, nesse contexto, relacionam-se à cultura material proveniente da atividade tropeirística na região, como por exemplo: as ruínas do Registro de Santa Vitória, o Passo de Santa Vitória, os corredores de tropas, a tralha utilitária das tropeadas – utilizadas tanto nas mulas quanto nos pousos –, os locais que serviram como pouso, os manguieirões de pedra, o artesanato e outras expressões materiais contemporâneas. Enfim, todas as expressões materiais dessa atividade são vetores potencializadores do passado no tempo presente, ao serem atribuídos de materialidades. Trata-se então, os vetores, de lugares de memória (NORA, 1993); no entanto, não fechados em sua materialidade, mas também contidos no intangível das memórias.

- b) de quem falamos – objeto de pesquisa, contexto e agentes sociais envolvidos;
- c) para quem falamos – partindo da premissa de que todo o enunciado é construído para receptores específicos.

No momento em que assumimos posição, como pesquisadores que apresentam um olhar que é do tempo presente e jamais isento de valores (FUNARI, 2003), no contexto da investigação, podemos “dormir tranquilos”. Teremos perdido a ingenuidade de que as ações dos pesquisadores nas ciências, e principalmente nas ciências humanas, são assépticas, em relação aos sujeitos e comunidades em questão. Ao não sermos atraídos pelo charme e pela sedução das ilusórias imparcialidades e objetividades, anteriormente pautadas nas ciências ditas “duras” e amplamente postas em prática nas ciências humanas do século XIX e início do XX, alcançaremos relações mais claras, sinceras e éticas com as comunidades em presença e com o próprio fazer arqueológico. O assumir-se diante de seu objeto e contexto de pesquisa, o posicionar-se, liberta-nos da ilusão do pesquisador como um observador neutro.

Ao estruturar este trabalho pensei, em primeiro lugar, em todas as vivências que tive com a comunidade e, de forma muito segura, afirmo que essa abordagem, esse olhar é fortemente enriquecido em função dos dez anos de relações construídas. O conhecer, o familiar da observação, faz da proximidade não um problema, mas a tônica que movimenta o trabalho e as questões nele apresentadas.

As pesquisas em campo foram estruturadas a partir da base de informações desenvolvidas durante a dissertação de mestrado. Naquela ocasião as prospecções realizadas permitiram a localização e o registro de corredores, bem como sondagens no entorno do sítio arqueológico Registro de Santa Vitória.⁸ Conhecendo os lugares em que sítios arqueológicos relacionados à atividade do tropeirismo estão localizados, bem como o envolvimento de alguns agentes com essa temática, iniciei a investigação acerca do significado e da relação desses sítios com o cotidiano e a formação da identidade dos moradores

⁸ As prospecções e as sondagens foram realizadas entre os anos de 2004 e 2006 como parte de dois diferentes projetos. O primeiro, o projeto da dissertação de mestrado, quando em 2004 foram feitas as prospecções. E o segundo como parte dos levantamentos arqueológicos na área de implantação da usina hidrelétrica Pai Querê, realizado pela equipe do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NuPArq-UFRGS), quando foram realizadas novas prospecções e sondagens.

da cidade. Para chegar a esses sujeitos, minha primeira atividade de campo se deu nas pesquisas no Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. Nessa instituição busquei os registros de todos os Senatros e outros eventos que envolveram o tropeirismo, promovidos na cidade. Finalizadas as pesquisas, dei início às entrevistas. E, metodologicamente, essa etapa de trabalho foi riquíssima, ao mesmo tempo em que se apresentou como complexa e desafiadora.

Escolher a melhor forma e metodologia a ser posta em prática num trabalho que trata da construção de uma identidade municipal não é tarefa fácil. No entanto, temos de fazer opções. O caminho que escolhi foi trabalhar com as fontes orais, entre outras, através de entrevistas que dão voz aos agentes sociais que, de diferentes formas, estão envolvidos com o tropeirismo na cidade, seja através do turismo, de ações educacionais e culturais, apoio logístico e/ou participação e organização de eventos, etc.

Este não se trata de um trabalho que tem como metodologia central a história oral. Mas que, em parte de seu desenvolvimento, tem presente o uso de fonte oral, através de entrevistas e outras vivências na comunidade.⁹ As entrevistas foram estruturadas, metodologicamente, como entrevistas livres/abertas, nas quais busquei compreender a percepção e o envolvimento dos entrevistados com o tropeirismo no passado e no presente. Dessa forma, ciente do tipo de envolvimento do(a) entrevistado(a) com a questão central deste trabalho, preparei, com antecedência, roteiros-base para as entrevistas. No entanto, grande parte dos pontos de pauta são postos, aos locutores, a partir das surpresas apresentadas em suas narrativas. São questões que surgem na dinâmica do momento da gravação, tendo sempre como base o tema geral da pesquisa. Busco, com essa modalidade de abordagem, transformar o que são relatos de memórias e histórias particulares em fonte de pesquisa, para a compreensão da percepção e do papel dos entrevistados na construção da Terra do Tropeirismo, bem como a relação destes com os lugares de memória, considerando toda e qualquer cultura material. Talvez o melhor termo a ser empregado não seja entrevista, mas sim “relato guiado” de envolvimento, por sempre ter em pauta a experiência dos agentes com as diferentes facetas do tropeirismo no passado e/ou no presente.

⁹ O registro das entrevistas se deu através de filmagem, com gravação em DVD, e posterior transcrição.

A coleta de relatos mostrou-se importante para o desenvolvimento deste trabalho. Constrói sua base. Assim, uma questão poderá surgir ao leitor neste momento: mas não é um trabalho de arqueologia? O que o relato, a oralidade, tem a ver com esta abordagem? Onde está o material, o artefato?

As mudanças na práxis do campo da história, desde o materialismo histórico até a nova história cultural, trouxeram, com novas abordagens provenientes da antropologia, para os estudos arqueológicos, outras possibilidades de investigação e novas fontes de estudos. A “abertura das fontes” no campo da história deu a tônica às novas metodologias nas quais, a oralidade, através de entrevistas estruturadas de diversas formas e com diferentes objetivos, é a fonte principal. Este trabalho, que visa compreender a construção da Terra do Tropeirismo, em Bom Jesus, a partir da relação das pessoas com a materialidade que remete a essa atividade, não pode fugir do desafio do uso da oralidade como fonte. Para compreender como e o que é apropriado, representado e ressignificado pelos agentes sociais, devo, em primeiro lugar, ouvi-los, observá-los e dialogar, para, posteriormente, me aproximar de seu papel, dos mecanismos e instrumentos relacionados à materialidade do tropeirismo no presente, utilizados para a construção da memória, da identidade e do pertencimento à Terra do Tropeirismo.

Devo deixar registrado o fato de que essas fontes, assim como as de outra natureza, não fornecem dados de pesquisa, nada é “dado”. Estas são construções estruturadas a partir das questões postas pelos pesquisadores. O relato aqui se torna fonte em função das questões centrais deste trabalho, as quais me levaram a criar e analisar essas fontes como tal.

Se fontes, para pesquisas nas ditas ciências humanas, são todo e qualquer produto, material e imaterial, proveniente da experiência humana no mundo (SILVA; SILVA, 2006, 152-162¹⁰), o relato oral toma parte nesse conjunto, inclusive em trabalhos arqueológicos. Por considerar que estudamos a experiência humana na materialidade cultural, através da cultura material, os relatos tornam-se o eixo central da significação e apropriação da cultura material como fonte de pesquisa. Para este estudo, encilhar mulas, confeccionar bruacas¹¹

¹⁰ Verbete: “Fonte Histórica”.

¹¹ A bruaca é um artefato produzido em couro e utilizado para o transporte de produtos em lombo de mulas. Trata-se de uma espécie de caixa alongada e com tampa, rígida, transportada nas laterais das mulas, uma em cada lado, com peso distribuído a fim de dar equilíbrio ao andar do animal.

e cestos,¹² produzir mulas, elaborar a culinária tropeira, relacionar-se com diferentes lugares de memória, editar livros didáticos, participar do Senado, etc., são ações sobre materiais que remetem a um ser/saber/fazer que não tem sentido se abordado a partir da análise dos artefatos somente por sua natureza material. Nessa perspectiva, abordar sua materialidade, o sentido, o significado atribuído e o papel social desses artefatos, nas ações de sujeitos que trabalham para fazer de Bom Jesus a Terra do Tropeirismo, se torna viável através da oralidade, das observações e das vivências.

Para essa abordagem é necessário, como sugerido pelos vários autores presentes no texto organizado por Revel (1998), mudar as escalas. Abordar não o tropeirismo como um fenômeno de grandes dimensões sociais, culturais e econômicas, em perspectivas macroanalíticas, mas sim seu papel nas vidas de diferentes agentes com, por vezes, divergentes agências e objetivos. Ao mudar o foco, como trocar as lentes até então utilizadas por uma teleobjetiva, observamos o vivido e o experimentado de sujeitos particulares. Trazemos à História agentes até então “esquecidos”, não vistos, por estarem escondidos pela névoa que parecia impedir sua visibilidade, através de lentes não adequadas ao olhar desejado. Analisar o micro, o saber/fazer de cada sujeito envolvido com a elaboração Terra do Tropeirismo, envolve também a observação e a vivência em campo.

Observar e participar de eventos da comunidade como metodologia de pesquisa não é tarefa fácil, pois as rotinas são modificadas e perdem parte de sua “originalidade” sempre que alguém de fora, nesse caso eu, está entre eles. Apesar de uma década de aproximação, não posso fugir daquilo que sempre sou em Bom Jesus: uma visitante, alguém de fora, que vai até lá para ouvir e falar sobre o tropeirismo, os sítios arqueológicos, o turismo, etc. Por menos que isso seja desejado e por mais intimidade que eu tenha com as pessoas e os lugares, minha presença, assim como a de outros pesquisadores, sempre quebra rotinas e incentiva ou “dirige” narrativas. Trago esse aspecto para deixar evidente que, como pesquisadora, estou ciente dos problemas da observação em campo, bem como das problemáticas das memórias e das idealizações de enunciados de sujeitos que narram seu passado, ou de sua cidade. Minha presença, de uma

¹² Artefato côncavo confeccionado em fibra vegetal, com grande profundidade, também utilizado para transporte de produtos em lombo de mulas e carregado nas laterais destas, um em cada lado, com peso distribuído a fim de dar equilíbrio ao andar do animal.

maneira ou outra, em diferentes escalas modifica enunciados e cria novos discursos que enaltecem ou escondem aspectos relevantes na relação das pessoas com o passado. Então, vamos ouvir o que diz o outro!

1 O AVANÇO PARA O PASSADO, DE VOLTA PARA O FUTURO: A BUSCA PELO BRASIL GRANDE DO SUL

Todos os conceitos que se fazem presente ao longo deste trabalho, tais como tropeirismo, memória, tradição, patrimônio, identidade, entre outros, remetem e entrelaçam-se à ideia de “construção”. E construção é de per si, um conceito que pressupõe composição, justaposição, arranjo de elementos. Elementos, no plural, dada a impossibilidade de construir-se algo a partir de um único elemento. Ainda que esse algo seja uma única matéria-prima, esta, por si só, não se moldará. Pressupõe-se a presença do artífice, suas mãos e suas ideias, por assim dizer, metaforicamente. A construção a que se faz referência aqui é a da imagem do tropeirismo e do tropeiro. Na sequência, a de seus usos, apropriações, representações no presente; e suas implicações nas perspectivas de futuro para uma comunidade, os habitantes do município de Bom Jesus. Se construção, como exposto acima, pressupõe os elementos para a mesma, quais seriam alguns desses elementos elencados, arrolados, escolhidos para dar consistência e forma ao “objeto” construído, no caso os tropeiros e o tropeirismo?

Um ponto de partida. Os conceitos acima, vistos em sua relação com a ideia de construção, também remetem e entrelaçam-se a uma ideia de “passado”. Como se verá, é a este passado que se retorna miticamente, para, a partir dele, construir versões presentificadas, redivivas, dos tropeiros e do tropeirismo. E são essas versões, e não o passado, que irão fomentar o leque de imagens, idealizações, plasmado em parte em uma cultura material presente, do que se deseja perpetuar como elementos que venham a promover um futuro. E aqui uma prévia constatação. O passado é tomado, no mais das vezes, como dado, como fato, e não na perspectiva de que também ele seja uma construção. O que se buscará demonstrar é a seleção feita entre as versões de passado possíveis. Mas, para tanto, é preciso identificar aquela que tem sido o principal referente para a imagem de tropeiros e tropeirismo que se vê representada na atualidade, e não apenas como uma exclusividade dos agentes sociais de Bom Jesus, aos quais se fará referência, mas igualmente para uma parcela significativa dos rio-grandenses. Antes, porém, de identificar essa versão, é preciso que se tenha presente seu caráter simbólico, sua capacidade de representar uma projeção, consciente ou inconsciente, daqueles que a

reivindicam, pois “alejar en el tiempo el origen de unos símbolos es estrategia común a toda afirmación de identidad” (SANMARTIN, 1993 apud PRATS, 1997, p. 19). Esse afastamento é uma operação atual, que desconsidera a mudança de sentido dos símbolos através do tempo, homologando e legitimando sua significação, sem percebê-la como algo atribuído no presente. A possível origem do símbolo perde-se no tempo, eterniza-se, torna-se “atemporal”, tão perene, “desde sempre”, como a própria natureza.

O caráter “atemporal” do passado que se torna referente simbólico no presente não significa, necessariamente, que não seja “datado”, fixado em algum lugar do tempo. O que lhe confere a “atemporalidade” é seu redimensionamento, através do destaque de seus conteúdos, da sublimação de seus elementos e de sua legitimação. Estes, conforme se verá, tornam-se fontes de autoridade, sacralizados, sendo, portanto, imutáveis. A confluência dessas fontes com os elementos culturais, materiais ou imateriais, associados a uma identidade, estende a esses elementos o caráter de sacralidade, aparentemente natural e imutável. Não foram, contudo, no caso em tela, os agentes sociais bom-jesuenses que trataram de redimensionar os elementos do passado, convertendo-os em fontes de autoridade, atemporais, imutáveis, mas sim os que os precederam na construção da imagem do tropeirismo e dos tropeiros, legando-lhes o repertório de referentes simbólicos como um “patrimônio” que, uma vez herdado, sem a crítica de sua origem, pode ser acionado no presente, no processo de construção da Terra do Tropeirismo. Encontrar, pois, a construção desses referentes simbólicos passa a ser fundamental na compreensão de sua apropriação e ressignificação. Onde encontrá-la? Penso ser possível lançar mão de uma chave interpretativa, segundo a qual o discurso historiográfico rio-grandense de um determinado período e de determinados autores poderá oferecer os elementos sugestivos que adquiriram, ou para os quais se buscou adquirir, o caráter atemporal, sacralizado e de autoridade. E dentro dessa chave, outra chave, a qual permite perceber uma tendência que estabelece, imputa, atribui, aos “gaúchos”, uma nacionalidade brasileira “desde sempre”, ou, pelo menos, “desde o princípio”. O discurso historiográfico voltado para as origens do Rio Grande do Sul passa a ser o foco, visto que é de parte dele que se depreende essa alegada nacionalidade. E a “fundação” dessa nacionalidade é, nos autores que aqui serão abordados, por sua vez, atribuída aos tropeiros e ao tropeirismo.

A construção do discurso historiográfico que apresenta o tropeirismo, a partir de alguns autores da historiografia gaúcha (tratados neste capítulo), como parte do processo de formação de um Rio Grande do Sul naturalmente português e, conseqüentemente, brasileiro desde os tempos coloniais, permite refletir sobre a construção de outros enunciados discursivos a respeito do tropeirismo. Esses discursos mostram novos caminhos que possibilitam, nos capítulos seguintes, analisar não somente como o tropeirismo é apresentado para e no tempo presente, mas também compreender a partir de quais discursos historiográficos o tropeirismo do tempo presente é estruturado e toma parte na vida dos agentes do município de Bom Jesus, como mito fundador da comunidade local. Entretanto, é necessário que tenhamos como ponto de partida a perspectiva de que, assim como as diferentes apropriações e significações que a sociedade bom-jesuense faz do tropeirismo são fruto do processo de construção do passado e da identidade, a contextualização histórica e a breve revisão historiográfica aqui apresentada também são frutos de uma construção, uma leitura particular e no hoje.

O tropeirismo enquanto atividade pretérita tem sido tema de inúmeros trabalhos de diferentes áreas do saber. Para muitos dos trabalhos de pesquisa realizados, principalmente no campo da História, o interesse por essa temática foi centrado na análise dos tropeiros como agentes que, de diferentes formas e intensidades, dinamizaram o mercado interno colonial e integraram o então Rio Grande de São Pedro às demais áreas da América portuguesa. Discurso que aponta, como abordaremos neste capítulo, anacronicamente a atividade como integradora da sociedade brasileira.

Para compreender esses enunciados discursivos, num primeiro momento farei uma breve contextualização do tropeirismo no tempo passado para, posteriormente, discutir a construção do tropeiro como mito e herói, bem como os discursos, a partir dos quais tais construções e apropriações do passado têm sido processadas.

1.1 Sobre tropeirismo e a abertura de estradas no Rio Grande colonial

Houve outro momento na longa duração histórica do que se convencionou chamar região platina. Um momento em que ainda não se conheciam autopistas e aeronaves para transportes rápidos e seguros. Um momento em que os mapas

ainda não registravam os limites de países como a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Eram tempos em que as fronteiras oscilavam, movendo-se ao ritmo das disputas territoriais dos impérios ultramarinos de Portugal e Espanha. Também naqueles tempos, como nos dias atuais, homens circulavam, com seus objetos e suas ideias, nas amplas áreas da região platina. Mas o faziam de modo inteiramente distinto. Cruzavam as campanhas, as planícies litorâneas, a serra e os Campos de Cima da Serra, atravessavam pradarias, serrados e planaltos. Deslocavam-se sobre o lombo de cavalos e mulas, conduzindo rebanhos de gado bovino, muar, ovino, suíno e equino, entre outros. Transportavam toda a sorte de mercadorias destinadas a suprir as necessidades de regiões localizadas a centenas de quilômetros. E, ao fazê-lo, acabavam por construir novas paisagens por onde passavam e estabeleciam caminhos, permeados por estruturas de apoio às suas lides. O conjunto dessas atividades de deslocamento e transporte de mercadorias é regularmente conhecido como tropeirismo, dado o caráter de formação de tropas e tropilhas de animais que ora apresentavam-se como meio de transporte, ora como a própria mercadoria a ser conduzida.

Do ir e vir desses agentes históricos resultou também a construção de um novo espaço na região platina. Suas andanças os levaram a cruzar por territórios indígenas pouco ou minimamente impactados pelos europeus, nas primeiras décadas da conquista espanhola e portuguesa. Ao longo do século XVII, lentamente, as rotas de ligação entre as cidades coloniais espanholas foram sendo estabelecidas, sobretudo nos caminhos que interligavam Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Assunción, Córdoba, Tucumán e Salta, entre outras. Por outro lado, também os Jesuítas, ao estabelecerem as reduções de Guarani, a partir de 1609, deram início a uma intrincada rede de caminhos que conectavam seus povoados, e estes às suas estâncias e áreas de extração de erva-mate nativa, bem como às cidades espanholas. Em movimento distinto os portugueses, e mais tarde os luso-brasileiros, expandiram suas ações em direção ao sul das capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegando até o litoral e os campos da então chamada Banda Oriental. Esta era a ampla área localizada entre as margens do rio Uruguai e o litoral atlântico, compreendendo o atual país Uruguai e o atual estado do Rio Grande do Sul. Os interesses projetados sobre a região platina levaram ao contato direto entre as distintas populações em presença. A saber, espanhóis, portugueses, africanos e indígenas de diferentes parcialidades culturais. Estes contatos conheceram momentos belicosos, mas

também uma intensa aproximação, na forma de trocas comerciais, relações de parentesco, etc. À medida que a presença de diversos agentes era incrementada, maior era a quantidade dos novos caminhos abertos e as distâncias por estes cobertas.

Ao longo do século XVIII, as rotas foram, paulatinamente, ampliadas e a atividade do tropeirismo consolidou-se. Consolidaram-se também as estruturas materiais a ela relacionadas. De forma que, além dos fluxos de homens, gado de todo o tipo, mercadorias e ideias deslocadas pela região, espaços de fixos foram estabelecidos, como suporte às ações desenvolvidas ao longo dos caminhos. A paisagem foi alterada pela configuração de diferentes espacialidades, que desenharam a nova ordem colonial sobre os, até então, territórios indígenas. Assim, as espacialidades indígenas foram alteradas, reorganizadas e repensadas sob novos propósitos, pautados pelos interesses dos agentes coloniais. Este processo não esteve livre de tensões, mais ou menos agudas, segundo a intensidade e dinamicidade das alterações provocadas e as possibilidades do estabelecimento de adequações, negociações e consensos entre os sujeitos envolvidos (SILVA, A., 2006, 2008; SILVA; BARCELOS, 2009).

Desta maneira, os olhares coloniais portugueses, deslocados para a América meridional, estiveram relacionados a dois momentos: o primeiro, que inicia no século XVII, consiste na aproximação de bandeirantes aos confins meridionais da América portuguesa, com o objetivo de capturar mão de obra indígena nas reduções de índios guarani estabelecidas pelos missionários jesuítas no Itatin (atual Mato Grosso do Sul), no Guairá (atual Oeste do Paraná) e no Tape (atual Rio Grande do Sul). A ação dos jesuítas entre os Guarani do Tape havia iniciado em 1626, através da evangelização promovida pelo padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, seguido mais tarde por outros companheiros. Baseado na experiência desenvolvida na região do Guairá, os jesuítas promoveram a introdução do gado bovino entre os Guarani. Contudo, o controle sobre os rebanhos que se formavam era dificultado pela falta de demarcações ou limites artificiais ou naturais nas áreas de pastagem. Conduzindo animais para as planícies costeiras, os Guarani e jesuítas terminaram por criar uma ampla área de reserva de gado. A proximidade com o litoral dos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai levou à denominação dessa área como *Vaquería del Mar*, ou Vacaria do Mar. Durante o período em que missionavam entre os Guarani, os rebanhos foram aproveitados para alimentar a população das nascentes reduções

instaladas no Tape. Contudo, após o acosso dos bandeirantes, jesuítas e índios afastam-se do território no qual estavam estabelecidos. Nessa retirada, o gado utilizado para o sustento das Missões, deixado para trás, se reproduziu livremente, ampliando consideravelmente os rebanhos da Vacaria do Mar. Sem a presença jesuítica no Tape, não era mais possível manter o controle e a posse sobre esses animais. Buenairenses, correntinos e santafesinos passaram então a abater e retirar animais da Vacaria do Mar, alegando direitos em uma discussão não isenta de argumentos históricos, frente aos protestos dos jesuítas. Paulatinamente, luso-brasileiros passaram a dirigir seu interesse para os rebanhos. “Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro.” (PESAVENTO, 1994, p. 9).

A crescente presença de portugueses e luso-brasileiros na região ao sul da capitania de São Paulo a partir do final do século XVII não se deve, obviamente, apenas e tão somente à busca de ganhos com a exploração dos rebanhos de gado alçado na Vacaria do Mar. Insere-se em um processo mais amplo, onde a coroa portuguesa desenvolveu uma concepção geopolítica segundo a qual as fronteiras naturais de seus domínios deveriam estender-se até a margem norte do rio da Prata. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a conformação natural servia como balizadora para a demarcação de limites, de modo que cadeias de montanhas, colinas, rios e arroios, entre outros, serviriam de marcos naturais entre áreas coloniais. E a enorme bacia hidrográfica do rio da Prata era um forte elemento a ser considerado no tocante aos limites territoriais da América meridional portuguesa.

Como parte da estratégia portuguesa de disputar o controle da desembocadura do rio da Prata, foi estabelecida, em 1680, a Colônia do Sacramento, na margem norte do rio. Esse assentamento, inicialmente um fortim pouco defensável, foi rapidamente atacado pelos espanhóis de Buenos Aires. Contudo, os portugueses, através de acordos diplomáticos celebrados na Europa, lograram permanecer instalados no local. Em decorrência das necessidades do assentamento, as terras imediatamente próximas à Colônia, bem como o gado alçado ali presente, passaram a fazer parte de seus interesses,

juntamente com o comércio que iniciaram com Buenos Aires e outras cidades espanholas do interior.¹³

A presença portuguesa em latitudes tão elevadas ampliou a importância estratégica não apenas da desembocadura do rio da Prata, mas de toda a região circunvizinha. As terras localizadas a leste do rio Uruguai passaram a ser denominadas Banda Oriental e, como forma de garantir a posse do território e a ampliação da ação missionária, a Companhia de Jesus decidiu pela fundação de novas reduções, a partir de 1682. Esse retorno se deu em um contexto diferente daquele presente nas primeiras reduções do Tape. Entre 1682 e 1706, os jesuítas lograram estabelecer sete reduções, que se somaram às outras 23 assentadas na mesopotâmia dos rios Uruguai e Paraná e ao norte deste último, perfazendo trinta reduções, majoritariamente de índios guarani. A integração com as demais reduções é um aspecto importante a ser considerado. Durante a primeira metade do século XVIII, os jesuítas promoveram um sistema de trocas e intercâmbios entre suas reduções, fazendo com que aquelas situadas na Banda Oriental passassem a se especializar na extração de erva-mate e na criação de gado bovino. Contudo, a utilização dos rebanhos da Vacaria do Mar se via prejudicada pela disputa com espanhóis e portugueses. Dessa forma, os jesuítas estabeleceram na Banda Oriental estâncias de gado para cada uma das sete reduções e para a redução de Yapeyú, localizada na margem oeste do rio Uruguai, em atual território argentino. Nessas estâncias, o controle sobre os rebanhos se fazia mais efetivo. Seguindo a lógica da época, rios, arroios e matas foram utilizados como limites entre as estâncias, de forma a garantir a posse individual de cada povoado sobre seus rebanhos.

Em 1704, diante das frequentes retiradas de gado da Vacaria do Mar por parte de colonos espanhóis e de portugueses, os jesuítas buscaram estabelecer uma nova reserva de gado, em uma área distante das cidades coloniais platinas e da Colônia do Sacramento. A região escolhida foi a dos atuais Campos de Cima da Serra. A topografia, juntamente com a presença de matas de araucária, oferecia as condições para evitar a dispersão dos animais (BARCELOS, 2000; KÜHN, 2007; PESAVENTO, 1994; SILVA, A., 2006).

¹³ Especificamente sobre a Colônia do Sacramento a produção bibliográfica brasileira é pouco numerosa. Contudo, para maiores referências, ver Prado (2002).

Diferente da Vacaria do Mar, formada em consequência da perda do controle sobre os rebanhos, essa nova vacaria fora fruto de uma iniciativa planejada pelos jesuítas. Cabeças de gado foram retiradas das estâncias das reduções e a exploração deveria se dar de forma proporcional à contribuição de cada uma. A área ficou conhecida como *Vaquería de los Pinares*, ou Vacaria dos Pinhais, e a ela se refere o irmão Silvestre Gonzáles (1705 apud DE MASY, 1989, p. 179):

[...] no tiene que hacer esta vaquería, con la bondad en un todo, con la de Pinares, así en los pastos, como en las aguadas, como en las rinconadas, en el camino y en la cerca, y en la comodid; y también en la comodid de hacer vacas y el poder ver desde luego adonde las hay. Algo más fría sí es que está, porque es tierra más alta, pero mucho más amena.

Dessa forma, a região dos Campos de Cima da Serra passou a integrar o espaço de domínio das reduções de Guarani. Contudo, a pouca presença destes e a falta de assentamento estáveis fez com que a posse da mesma não fosse reconhecida quando poucos anos depois os portugueses passaram a frequentar a mesma em busca do gado. Os Guarani patrulhavam frequentemente as estâncias, embora o fizessem com menor zelo na área da Vacaria dos Pinhais. Buscavam afugentar pretensões dos colonos espanhóis e dos portugueses sobre os rebanhos. As novas reduções e suas respectivas estâncias garantiam aos jesuítas e Guarani a posse sobre uma ampla área da Banda Oriental. E não apenas para a Companhia de Jesus em particular, mas também para a coroa espanhola, visto que era a serviço desta que evangelizavam os indígenas. Frente a essa "fronteira", restava aos portugueses estender sua presença à faixa litorânea do Atlântico, passando essa região a ser a via terrestre de comunicação entre a Colônia do Sacramento e Laguna, bem como o restante do Brasil português. Na primeira metade do século XVIII a Banda Oriental do rio Uruguai será marcada então por uma configuração espacial que terá, por um lado, a presença da coroa espanhola através das missões jesuíticas, suas estâncias e vacarias, e a presença portuguesa através da Colônia do Sacramento e do gradativo uso da zona litorânea como rota terrestre entre esta e o Brasil português. Ao longo do século, os portugueses ampliariam sua presença, fixando-se na região.

contexto, a região sul da América portuguesa estabeleceu fortes ligações econômicas com outros espaços coloniais, espanhóis e portugueses. E foi nesse momento que os “caminhos do gado” ou “caminhos de tropeiros” adquiriram significativa importância, tanto para a dinamização econômica e questões ligadas a trocas e intercâmbios culturais quanto para o povoamento colonial da região (SILVA, A., 2006).

Inúmeras estradas e picadas foram abertas para o escoamento do gado e outros produtos que abasteciam o mercado local e de diferentes regiões. Rotas assumiram funções históricas que transcenderam o simples transporte de gado. Com o passar do tempo e a intensificação das atividades dos tropeiros, essas antigas estradas foram também importantes para a ocupação colonial das regiões do tráfego tropeirístico. Colonização que, para a Coroa portuguesa, foi sinônimo de posse do território (BARROSO, 1979; 2006; JACOBUS, 1997; SILVA, A., 2006). Três dessas estradas marcaram indelevelmente esse contexto:

- a) “Caminho da Praia”: estruturada a partir de 1703 por Domingos da Filgueira, seguia pelo litoral, entre a Colônia de Sacramento e Laguna;
- b) “Caminho dos Conventos” ou “Caminho de Sousa Farias”: aberto em 1728, partia de Araranguá, cruzava pelos Campos de Cima da Serra até chegar à região da atual Curitiba;
- c) “Caminho das Tropas”: estabelecido por volta de 1731, por Cristóvão Pereira de Abreu, partia de Viamão, onde se localizava o Registro de Viamão (ou Guarda Velha, no atual município de Santo Antônio da Patrulha), seguia rumo ao norte até alcançar os Campos das Vacarias, onde então cruzava o atual rio Pelotas (antes denominado rio do Inferno). Posteriormente, dirigia-se aos Campos de Lages e aos Campos Curitibanos, cruzava o rio Negro e o rio Iguaçu, chegando então aos Campos Gerais de Curitiba, onde se localizava o Registro de Curitiba, último registro antes da feira de Sorocaba.

O processo de povoamento da região sul teve como objetivos a ocupação do território e a criação de uma rota comercial bem estruturada e segura para as tropas, além do direto interesse de alguns “homens bons”. A ocupação ocorreu, de forma mais efetiva, por volta da terceira década do século XVIII, quando a Coroa portuguesa distribuiu terras (as sesmarias), principalmente aos militares, por serviços prestados (KÜHN, 2007; PESAVENTO, 1994; BARROSO, 1979). Eram estes “homens bons” ou “homens de bem”, indivíduos com influentes

relações, os quais constituíram grande capital político e foram bastante privilegiados com o comércio do gado e a apropriação de terras sulinas (HAMEISTER, 2002).

No entanto, a análise desses caminhos não deve ser resumida a questões práticas e logísticas de uma só faceta, a econômica. Deve-se chamar a atenção ao caráter social do tropeirismo, possibilitador da dinamização de fluxos e relações socioculturais intensas. Tendo implicado a transformação do espaço por onde trafegavam não só o gado (de pequeno ou grande porte), mas também homens com suas ideias, seus costumes, seus saberes e fazeres cotidianos, construindo assim o que chamamos de tropeirismo (SILVA, A., 2006). Por sua vez, o comércio em lombo de mulas, representado pelos diversos tipos de tropas, movimentou a economia a partir do primeiro quartel do século XVIII, ao longo do século XIX e início do século XX, quando paulatinamente as mulas dão lugar ao transporte ferroviário e rodoviário.

Destacar esse contexto em que a região da Banda Oriental estava em disputa entre as potências coloniais de Espanha e Portugal justifica-se na medida em que parte da historiografia gaúcha tratou de negar o passado espanhol do Rio Grande do Sul, e essa negação contribuiu largamente para o mito da *brasilidade* original do estado e o papel do tropeirismo na integração “nacional”, como se verá adiante.

1.2 A produção da História e a construção do passado

Iniciemos essa discussão com um breve debate sobre a produção e o sentido de uma História para, posteriormente, refletir sobre a finalidade e o uso dessa construção pela comunidade de Bom Jesus. Escrevo “uma História” porque elaborada a partir de um sujeito idealizado, uma espécie de herói que, mesmo sem um nome específico, identificado apenas por sua atividade, o tropeiro, é, em sua trajetória pela historiografia, em diferentes contextos, apresentado quase que poeticamente. Seus atos de bravura, narrados com atenção especial às dificuldades enfrentadas durante as tropeadas, numa demonstração de superação dos limites do homem para o desenvolvimento local, denotam sentimentos patrióticos, apontados, anacronicamente, pela dita historiografia tradicional como parte do contexto colonial.

Em um primeiro momento é importante questionar: por que a humanidade se interessa pela história? Ou então, por que se interessa pelo passado? Para Paul Veyne (1987), dois são os motivos:

- a) porque os agentes pertencem a grupos sociais, familiares, etc., e seu passado pode despertar interesses de diferentes objetivos para diversos agentes envolvidos;
- b) por simples curiosidade.

Entre os dois motivos Veyne (1987, p. 95) aponta o primeiro como mais frequentemente referenciado por diferentes agentes, uma vez que envolve “o sentimento nacional, a tradição: a história seria a consciência que os povos têm de si próprios” para construir um passado digno de ser identificável como seu. Contudo, os diferentes motivos que justificam a confortante “retomada” do passado se dão de diversas formas: de acordo com a finalidade e o contexto de uso e identificação com este, da perspectiva de futuro lançada, bem como de sua atualização. A partir desses aspectos poderemos abordar a busca, por parte da sociedade bom-jesuense, no tropeirismo, pela origem da cidade, por seu mito fundante e identidade cultural.

Nesse mítico retorno ao passado, deve-se considerar a ação de diferentes agentes, como, por exemplo: parte da comunidade local diretamente envolvida com a construção da Terra do Tropeirismo; parte da comunidade que não se envolve, ao menos diretamente, nesse processo; “os de fora”, aqueles que visitam o município com finalidades turísticas e outras. Ou seja, considera-se quem produz e vivencia a história construída como sua; quem não se envolve na construção desta ou não a conhece – por compreender outras dimensões históricas, com as quais se sente partícipe e/ou representado – e quem a consome pela curiosidade de conhecer o outro diferente do “seu”.

Para Hobsbawm (1998, p. 17), “se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. [...] O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.” De maneira que, para a comunidade local, diretamente envolvida no processo de construção do passado relacionado ao tropeirismo, a História transforma o sentimento do grupo em si e de seu papel como agente sociocultural, inclusive no contexto regional. Da mesma forma, podemos apontar como efeito transformador de contextos a passagem da memória para a história. Processo que “obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de

sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si mesmo." (NORA, 1993, p. 17).

Para que tais transformações fossem possíveis e para que o passado tomasse lugar entre as demais construções do tempo presente, fez-se necessário que a comunidade se posicionasse como agente ativo e contasse suas histórias. Que a escrevesse, não apenas como lembranças, mas com a consciência do conhecimento produzido a partir destas. Como ato de criação, fruto de uma atividade intelectual que apresenta, no tempo presente, a história na qual os grupos sociais em presença reivindicam sua identidade, na perspectiva de que "não se poderia considerar o passado sem o ver através das inquietações do presente" (VEYNE, 1987, p. 102). Da mesma forma, a busca das origens engrandece as populações, quanto mais buscamos origens, mais "veneramos a nós mesmos através do passado" (NORA, 1993, p. 19).

Nessa perspectiva, a busca pelo passado acaba por criar a idealização de uma história que segue o desenvolvimento dos objetivos traçados pela comunidade e o poder público, em suas expectativas com o presente-futuro. E a construção do tropeirismo como mito profano fundante da cidade é o centro da discussão. "Os mitos são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnias, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável." (HOBSBAWM, 1998, p. 19).

Pode-se dizer que um mito é, então, a (re-)elaboração, a organização e a representação de uma realidade construída, com a função de naturalizar, de manter determinados aspectos históricos (OLSEN, 1990, p. 170). Aceitos universalmente, ou dentro de um contexto sociocultural específico, os mitos possuem arquétipos universais e, ao discuti-los, é necessário depurá-los, buscar os múltiplos papéis e significados que lhes foram atribuídos nos processos que os construíram. Dessa forma,

tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso... o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo pode servir de apoio à fala mítica. O mito não pode se definir pelo seu objeto nem pela sua matéria, pois qualquer matéria pode ser arbitrariamente dotada de significação. (BARTHES, 2007, p. 200).

Desde a produção historiográfica até nos instrumentos de divulgação turística, nas produções artesanais, nos materiais didáticos, etc., em Bom Jesus percebe-se a construção do mito, como veremos nos capítulos seguintes. Um mito que não foi iniciado pela população, mas sim alimentado por Histórias que fizeram dele referência.

Na produção historiográfica que, de diferentes formas, apresenta o tropeirismo, percebemos, por vezes, a reprodução de ideias de uns pelos outros. Ao passo que a “versão transmitida” pelos predecessores forma uma tradição. Assim, as tradições historiográficas, repetidas inúmeras vezes e acrescidas das atitudes de coragem dos grandes heróis e da necessidade de narrar fatos e sujeitos enaltecidos do passado, acaba por criar heróis – como o tão mencionado nos trabalhos sobre tropeirismo, Cristóvão Pereira de Abreu – em detrimento de outros que, sem terem tido seus nomes escritos nas linhas construídas pelas histórias oficiais, desempenharam papéis tão importantes e significativos quanto os “heróis oficiais”.¹⁴

Ao analisar o tropeirismo, a partir da produção historiográfica tradicional, o que temos encontrado em inúmeros textos é um sujeito bravo identificado apenas como “tropeiro”. Um herói sem nome, à exceção de Cristóvão Pereira de Abreu, que, conhecido unicamente por seu trabalho, desenhava trajetos nunca antes percorridos, cruzou terrenos intransponíveis, desbravou matos, enfrentou e venceu feras indomáveis e índios de diferentes parcialidades culturais.¹⁵ É justamente a tão citada bravura do tropeiro, fechada no tempo passado, que perpassou, nos últimos anos, por boa parte da historiografia, apesar dos ainda

¹⁴ No capítulo 2 tratarei das ações de sujeitos que, de variadas formas, fazem de Bom Jesus a Terra do Tropeirismo. Muitos desses agentes, em parte a partir das atividades e do papel social desempenhado pelo Senatro, encontraram seus espaços na história local. Uma história que, construída no presente, coloca a comunidade local na condição de sujeitos ativos na construção do passado-presente-futuro.

¹⁵ Poucos tropeiros são nomeados pela historiografia tradicional. Essa honraria ficou guardada aos grandes desbravadores a serviço da Coroa portuguesa ou, posteriormente, do Império. Em situações onde, em algumas obras, foram necessárias referências a esse agente, bastou chamá-lo de tropeiro. Atualmente, principalmente nos anais do Senatro, como veremos no capítulo 2, os tropeiros e tropeiras têm nome. São sujeitos que, de diferentes formas e intensidades, movimentaram a economia local e experienciaram um modo de vida que, do mundo da prática, passou a compor um ser cultural. Nas produções contemporâneas os heróis da historiografia tradicional não foram esquecidos; pelo contrário, são motores que impulsionam as elaborações de outros heróis, construídos no tempo presente, mas com os mesmos atributos especiais dos antecessores.

tímidos trabalhos que buscam outras perspectivas e abrem espaços a novos sujeitos e abordagens, ainda que inspirados nos heróis do passado.¹⁶

Para abordar os tropeiros na historiografia, visando demonstrar como a estes foram atribuídos novos significados e papéis sociais, sendo mitificados pela sociedade na busca de sua identidade cultural, iniciaremos com a análise de autores que seguem um viés tradicional,¹⁷ em contraponto com as novas produções. O primeiro passo é o próprio conceito de “tropeiro” que, para Flores (1996, p. 519), é o

[...] dono ou quem dirigia a tropa de gado vacum ou de muares. Documentos do séc. XVIII, em Viamão, referem-se indiferentemente a tropeiro e comboieiro, uma das figuras mais tradicionais do Planalto Meridional do Brasil e dos Campos de Viamão. É condutor de tropa de gado, o peão da tropa, que leva tropas de seu patrão [...].

O tropeiro é apresentado como alguém a serviço de outros ou a seu próprio serviço, no transporte de animais ou produtos em lombo de animais; é o condutor e/ou proprietário da tropa. No entanto, para além do papel funcional por eles assumido e exercido diante de uma tropa, a historiográfica contemporânea, inspirada em estudos tradicionais, em linhas gerais, mostra-nos a vida dos tropeiros da seguinte forma: “atravessavam extensos sertões onde só havia indígenas e feras bravias, e **rasgavam a solidão das campinas** até os cantos mais distantes do Rio Grande, **chegando, por vezes, até as partes castelhanas**, atrás de mercadoria e de negócios mais vantajosos” (TRINDADE, 1992, p. 58, grifo meu). Apesar de o autor apontar para a existência de indígenas, indica que o espaço “rasgado” pelos tropeiros estava na solidão, sem

¹⁶ Nesse sentido, não desejo afirmar que os tropeiros não foram importantes no processo de colonização europeia, na área correspondente ao atual estado do Rio Grande do Sul. No entanto, tais abordagens pouco ou nunca trataram de etnias que representam sujeitos ativos desse contexto. A bravura, a coragem e outros adjetivos heroicos narrados fazem parte de um discurso elaborado desde os anos 1920. Um discurso historiográfico que buscou, nesses homens, a brasilidade necessária para o contexto de construção da dita identidade nacional (GUTFREIND, 1992). Em trabalhos recentes outros sujeitos, índios, negros, mulheres, etc., têm sido abordados (JACOBUS, 1997; SANTOS; BARROSO, 2004; SANTOS; SILVA, 2003; SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995; SANTOS et al., 2000; SILVA, A., 2006; SILVA; BARCELOS, 2009; SOUZA, 2004).

¹⁷ Alguns autores são identificados como positivistas, no entanto, segundo Ieda Gutfreind (1992, p. 24-25): “Insiste-se em afirmar que a influência do positivismo comtiano foi flagrante entre os membros do IHGRGS, porém a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de seus membros é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões História e historiografia tradicional.”

ninguém. Ao não reconhecer a ocupação indígena, Trindade compartilha da ideia de um tropeirismo naturalmente luso-brasileiro, mas que, “por vezes, até” avançava espaços castelhanos. Aspectos que serão aprofundados mais adiante.

Já a pesquisadora e escritora Anita Martins Fraga (2004) apresenta o tropeiro de forma mais detalhada. Vejamos:

O tropeiro, desde o Brasil nascente, até meados do século XX, **arquitetou nossa Pátria, de sul a norte**. Foi aquele homem destemido e laborioso – que (tanto na sua empresa rural, como a repontar as tropas de alimárias, por longo tempo e distância) se constituiu no formador de comunidades rurais e urbanas [...]. Homem, quiçá rude, ao mesmo tempo dócil, porque lapidado pelas arestas de sua faina a desbravar caminhos inóspitos, onde por vezes, obrigava-se dormir ao relento [...]. Todavia, de semelhante amadurecido pelos galopes e corcovos dessas tropeadas, também irradiava bondade e alegria não só pelo sucesso, sobretudo, pela emoção da volta ao aconchego familiar, após o dever cumprido. (FRAGA, 2004, p. 601, grifo meu).

Nesses excertos dos textos de Trindade (1992) e Fraga (2004), mesmo que inconscientemente, os autores representam bons exemplos da maneira como a historiografia tradicional aborda esse agente social, fazendo-o ícone heroico que rasgou solitariamente campos e matas, ficou meses longe de sua família e percorreu caminhos inóspitos. Trata-se de um homem que está acima do bem e do mal, um homem rude e, paradoxalmente, afável, sem muitos luxos, sério e de grande coração. O exemplo clássico de dedicação à causa portuguesa, à integração nacional brasileira¹⁸ e de grande honestidade. Adjetivos que geraram, nas comunidades contemporâneas, muito mais do que o enaltecimento, mas uma verdadeira dívida com um tempo passado que lhes deixou como “herança” tamanhas virtudes.

A autora citada acima finaliza seu artigo coroando definitivamente o tropeiro como herói: “a guardilha, tenacidade e habilidade no agir do tropeiro, entre tantos perigos, onde entra em jogo a própria vida. Aí, percebe-se a presença de Deus escondida sob os sinais da História de cada um desses heróis.” (FRAGA, 2004, p. 605).

¹⁸ Parte da historiografia atribui aos tropeiros o papel de terem feito do Rio Grande um espaço português e, anacronicamente, por se tratar do período colonial, o elemento unificador da *nação* brasileira, ao menos de sua parte sul. Esse discurso historiográfico apresenta o território do atual Rio Grande do Sul como naturalmente português e, conseqüentemente, brasileiro, conforme discutiremos aqui.

Meu objetivo, com esses comentários, não é ignorar a importância de tais agentes para o processo de colonização e expansão da América portuguesa. No entanto, se tropeiros dinamizaram as relações comerciais entre áreas da América portuguesa, também o fizeram com a América de colonização espanhola,¹⁹ bem como tiveram entre seus contatos, tensos ou não, diferentes parcialidades indígenas, as quais também abriram caminhos e picadas que fomentaram contatos culturais e comerciais ignorados por parte da historiografia que marcou o sul da América portuguesa como “terra de ninguém” (SILVA, A., 2008; SILVA; BARCELOS, 2009). As relações entre índios e tropeiros ainda são pouco abordadas pela historiografia (SILVA, A., 2006; SOUZA, 2004), por isso, como coloca Souza (2004, p. 479), acredito que a

[...] diversidade cultural tornou-se traço marcante da Região Sul, resultante direta do tropeirismo. O tropeirismo auxiliou sucessivamente para expulsar e dominar os ameríndios, para trazer portugueses, negros e imigrantes e para abastecer a todos com produtos importados e fazer escoar a produção local [...]. O tropeirismo contribui muito para o desenvolvimento de conflitos e de complementaridade entre nativos, africanos, luso-brasileiros e imigrantes sobrepostos no mesmo território, originando complexas e diversas conjunturas interétnicas.

Contudo, como dito, não podemos negar a importância da atividade e do ir e vir desses agentes para a formação social contemporânea do Sul do Brasil. No entanto, mostra-se interessante tecer alguns comentários não somente sobre a base historiográfica a partir da qual tais abordagens contemporâneas surgiam, mas também questionar os enunciados discursivos que apresentam o tropeirismo como *único* fator integrador do Rio Grande de São Pedro à América portuguesa, e os tropeiros, a partir de discursos que pecam pelo anacronismo histórico, como “arquitetos da pátria”.

¹⁹ Nietto (2000, p. 89) aborda tais fluxos por vezes ignorados pelo reducionismo ao mundo português: “[...] aquí, hasta ahora, todos miramos a las mulas y miramos lo que se llevaba para Sorocaba. Pero no contamos que los troperos que iban para mi país, no iban con las manos vacías. Iban con mulas, sí, pero las mulas iban cargadas de contrabando [...]. Entonces, tengamos cuidado que el camino de los troperos no es en un solo sentido. Es un trillo o camino que debemos saber se fija en un sentido de ida y vuelta.”

1.3 Os olhares e discursos que buscaram a fidelidade

A construção dos tropeiros como heróis fundadores do Rio Grande português, fiéis à suposta brasilidade deste, segue longas tradições historiográficas. Estas fazem parte de matrizes históricas consideradas produtos sociais intimamente relacionados a determinados contextos. Ieda Gutfreind (1992) apresenta duas matrizes que colocaram a história do Rio Grande do Sul no centro da mesa de debates. A matriz platina e a matriz lusitana foram estruturadas a partir de aspectos como: origem do Rio Grande do Sul e suas relações com o Brasil; relações com o Prata; interpretação da Revolução Farroupilha (se movimento separatista ou federalista); as Missões Jesuíticas (se parte da história do Rio Grande do Sul português ou do então território espanhol) e a maneira de identificar o gaúcho, ou seja, se o gaúcho rio-grandense é ou não diferente dos uruguaios e argentinos. Para a autora, essas duas abordagens constituíram matrizes por serem

um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense. (GUTFREIND, 1992, p. 11).

A matriz denominada lusitana, ao apresentar os tropeiros e o tropeirismo, minimiza a aproximação destes com a região platina, bem como afirma a supremacia cultural lusa. A partir da apresentação destes, como paulistas e/ou lagunistas, representam a única origem da sociedade gaúcha. Diferentemente disso, os trabalhos desenvolvidos no início do século XIX, relacionados à matriz denominada platina, tratam com naturalidade as relações do Sul da América portuguesa com a região platina, de ocupação espanhola, bem como com as demais capitanias e/ou províncias da área de colonização lusa. São exemplos dessa abordagem as obras de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) e de Gonçalves Chaves.

Sobre os escritos do século XIX, Gutfreind (1992) chama a atenção para os viajantes estrangeiros, os quais produziram inúmeros relatos que, apesar de não deixarem tendências historiográficas, foram (e ainda são) extremamente utilizados como fontes para a caracterização da sociedade sulina. Dentre esses

viajantes a autora cita Auguste Saint'Hilaire. Porém, a historiografia de matriz lusitana não apresentou alguns dos aspectos anunciados pelo viajante, os quais não se “encaixavam” na identidade regional elaborada por tal corrente.

Ao final do século XIX e início do século XX as obras que admitiram as relações com o Prata enfatizaram as singularidades do Rio Grande do Sul e as possibilidades deste “sobreviver” sem o auxílio do Império (ou, posteriormente, da República). Assim, o Rio Grande do Sul foi apresentado como voltado para si mesmo e não para o Brasil (período de propaganda republicana). Nessa linha, Gutfreind (1992, p. 17) salienta as obras de Alcides Lima e Assis Brasil. Além destes, um outro pesquisador, Alfredo Varella, também seguiu nessa perspectiva. Porém, enquanto os primeiros enalteciam um regime ainda em fase de propaganda, este último salientava suas vantagens já postas em prática.

No pós-1920 tem-se o início do discurso historiográfico produzido pela matriz lusitana. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul assumiu um compromisso com a construção da história. Na verdade, a partir dessa década buscou-se “aproximar” o Rio Grande do Sul do Brasil, num contexto de luta pela hegemonia nacional e legitimação de poder perante os demais estados brasileiros. Para isso, mostrou-se necessário legitimar a identidade brasileira desse estado sulino desde suas origens. Aurélio Porto ganhou assento nessa matriz, ao escrever sobre a introdução do gado no Sul, afirmando a origem vicentina dos animais, em que pese sua opinião sobre a miscigenação com o gado peruano, que aponta como pequena e insignificante.

Por outro lado, a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), a partir da década de 1920, sobressai às explicações lusitanas e platinas, envolvendo as disputas de poder da classe dominante, ancorada na necessidade de escrever a história do Rio Grande do Sul e apresentá-lo aos demais estados brasileiros. Momento que exigia a sistematização de um discurso no campo do imaginário. Assim, no final da década de 1920 há grande esforço político para que o estado alcançasse a liderança nacional e, apesar das diferenças entre as matrizes platina e lusitana, ambas defenderam uma história de alto teor nacionalista (Gutfreind, 1992). O forte sentimento de nacionalidade existente nesse ambiente intelectual fazia o Rio Grande do Sul, muitas vezes, mais brasileiro que o Brasil; em outros momentos, brasileiro antes mesmo do Brasil existir. O triunfo de Vargas em 1930 faz parte desse processo de rio-grandinização do Brasil. A matriz lusitana,

lançada por Aurélio Porto e seguida por outros autores como Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, afirma um Rio Grande do Sul luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos. Como essa produção historiográfica contribui para a construção simbólica atual do tropeiro e do tropeirismo?

Analisando as características presentes nas obras de alguns autores da vertente lusitana, ou que ao menos reproduziram suas principais interpretações, encontrar-se-ão os elementos que permitiram a sua apropriação como constituintes da construção do passado por aqueles que trataram da ressignificação simbólica dos tropeiros e do tropeirismo. Essas características tornam-se inteligíveis para o propósito que se pretende destacar, tendo-se como referência as reflexões de Llorenç Prats (1997) sobre a construção discursiva do romantismo e a resultante interpretação do passado. Voltando aos aspectos de sacralidade e autoridade conferidas aos referentes simbólicos do passado, temos em Prats (1997, p. 22) que

todo eso se produce con el romanticismo. Los criterios de legitimación extracultural fijados por este movimiento son muy definitorios de su sensibilidad, a la vez que participan de un principio de universalidad. Dichos criterios son la naturaleza, la historia, y la inspiración creativa (o el genio).

O autor destaca as formas de sacralização da natureza, da história e do gênio criativo presentes nas narrativas do romantismo. Mas aponta que a força desses critérios presentes no romantismo advém de seu caráter extracultural, sacralizado. Assim, não são exclusivos do romantismo, mas fazem parte de princípios globais de concepção da sociedade e da cultura. "La fuerza de la naturaleza, de la historia y la inspiración creativa para legitimar la realidad social proviene del hecho de que están más allá del orden social y de sus leyes." (PRATS, 1997, p. 23). Esses três elementos, natureza, história e a inspiração criativa, ou gênio, são assim entendidos:

A natureza diz respeito especificamente à natureza selvagem, não tocada pelos homens, com seus perigos e mistérios, e que escapa ao controle humano, escapando, portanto, da ordem social. Se pensarmos nas imagens projetadas para a geografia sulina pela historiografia tradicional, se verá esse apelo a um ambiente que desafiava os novos ocupantes, no caso, os portugueses e luso-brasileiros que o percorriam ou nele se instalavam a partir do século XVIII. Sua

extensão, como “dilatadas terras”, remete ainda à vitória do homem sobre essa natureza, associado à ideia de liberdade, agora perdida.

A história, o passado – mas também o futuro, como um tempo fora do tempo – está para além do presente, único tempo que dominamos, e que escapa também ao controle. Povoada de fatos e personagens, que representam o bem e o mal, as esperanças e temores, enfim, mitificados, se tornam inalcançáveis por nossas leis. Estão unidos a nós por uma descendência unidirecional de filiação que os converte em nossos ancestrais, e os testemunhos de suas vidas e façanhas, em nossas relíquias. É essa a história que será “estabelecida” pela historiografia tradicional, mormente aquela da vertente lusitana, visto que tratou de configurar um quadro épico, dotado de personagens também épicos. Há nela ainda um caráter de “destino”, segundo o qual, o Rio Grande “nascia” lusitano e, portanto, assim permaneceria.

A inspiração criativa, ou gênio, representa a excepcionalidade cultural, a individualidade que transcende e, portanto, transgride as regras e capacidades que regem os mortais comuns. Os gênios são homens excepcionais que desafiam uma ordem social que se baseia na homogeneização dos indivíduos, afirmando a força do indivíduo para além dos limites culturais. Aqui, é possível encontrar o rol de personagens que são frequentemente elencados nas narrativas lusitanas. Entre estes, como se verá, destaca-se aquele que viria a ser o paradigma: Cristóvão Pereira de Abreu.

O que se retém dos elementos apresentados por Prats (1997) é a localização destes para além dos limites da cultura e de qualquer capacidade de controle social. O princípio de autoridade, quase absoluta, diríamos sacralizada, conferido a esses elementos coloca-os fora do alcance e acima da ordem ou das regras vigentes. Não é o caso aqui, de uma revisão crítica, do ponto de vista literário, dessa influência do romantismo na produção historiográfica gaúcha. Essa linha de investigação já foi estabelecida por outros autores.²⁰ Contudo, sendo o romantismo uma forma discursiva que constrói passados idílicos, ideais, encontrar-se-á essa característica em projeções realizadas por alguns autores tradicionais. Tomemos, a título de exemplo, o caso de João Borges Fortes (1941). Ao tratar dos dois períodos de povoamento do Rio Grande do Sul que

²⁰ Ver, por exemplo, Bertussi (1991).

buscava estabelecer, sendo o primeiro, o das “invernadas”, e o segundo, das “estâncias”, dirá: “Estes dois estágios preparam o **período patriarcal e feliz** do Rio Grande, que se inicia com a chegada dos lagunistas ao Viamão e termina com a **desgraçada** invasão castelhana de 1763.” (FORTES, 1941, p. 24, grifo meu). Passagem significativa, pois estabelece um passado ideal, feliz, marcado pelo patriarcado dos primeiros luso-brasileiros no território e interrompido em sua trajetória pela “invasão” castelhana. Esta última ideia já traz a concepção de um Rio Grande do Sul que “nascia” português, e que era usurpado pelos colonos castelhanos. A ideia de primazia de domínio espanhol, a valer o Tratado de Tordesilhas, é ignorada, dentro do já aludido conceito de “terra de ninguém”.

Acompanhando o autor citado, vemos a força que imprime nas palavras para destacar as qualidades e objetivos dos primeiros luso-brasileiros que avançaram para a área litorânea da antiga Banda Oriental. A natureza a ser vencida, a história que traduz uma lógica interna, de destino, e as nobres qualidades dos que a produziram se fazem presentes:

De onde proveio a população gaúcha? Começou com um pequeno grupo de obscuros lagunistas, vindo pacificamente arrotear as terras e apascentar os gados ali no Viamão. Nem uma espada, nem um duce... Se traziam armas era para se defenderem. Vinham em missão de paz: – de paz e de trabalho. Cumpriam a vontade de seu Rei, que os mandara como vanguardeiros no território que ele reputava pertencente a sua coroa, ao legendário Portugal. As que empreenderiam teriam objetivo especial, dominar não sobre os homens, porém, sobre aquela terra selvagem na sua virgindade, sobre os desertos imensos daquelas paragens distantes. (FORTES, 1941, p. 25).

Moyés Vellinho, outro dos autores arrolados por Gutfreind (1992) como pertencente à vertente lusitana, oferece a versão de uma história marcada pela predestinação de um Rio Grande português:

Pode-se afirmar que já àquele tempo se começava a sentir que ao Rio Grande estava reservada, com efeito, segundo diria, séculos depois, Pandiá Calógeras, a função histórica que faria dele, nesta fronteira de afirmações e lutas, a própria “marca do Brasil”. Parece fora de dúvida, em face dos documentos e dos fatos, que Silva Paes foi dos que madrugaram nesse pressentimento. (VELLINHO, 1975, p. 29).

A linha que vai sendo tecida por esses autores tributa ao tropeirismo a realização dessa história. De uma atividade econômica destinada a suprir

interesses particulares, o tropeirismo assume faces de predestinação histórica. Sem ele, nessa perspectiva, não haveria ocupação do território e, conseqüentemente, não haveria o Rio Grande do Sul português e, logo, brasileiro. Dotando a história de um sentido, o encadeamento dos eventos, desprovidos da lógica contextual, faz dessa história algo inquestionável, visto que estaria regida por forças que escapam ao controle de critérios humanos. Assim, o caráter de sacralização do passado estaria estabelecido. Ao tropeirismo restaria, então, a realização do destino histórico reservado aos rio-grandenses. É Moysés Vellinho que, novamente, nos brinda com esta interpretação:

O que isto significa econômica e politicamente para o Brasil, ninguém o disse com mais largueza de visão retrospectiva que o historiador paulista Alfredo Ellis Junior: “Talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo – aventou ele – tenha sido a rota de maior importância da História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo”. Por onde se vê que os vínculos do Rio Grande com o resto do país foram decisivos e se estabeleceram desde cedo, antes mesmo da ocupação oficial do Continente. (VELLINHO, 1970, p. 134).

Alfredo Ellis Jr. (1950), citado por Moysés Vellinho, além de contribuir para a construção contemporânea do herói tropeiro, como um autor constantemente citado em artigos, dissertações e outras publicações desenvolvidas nos anos 1990 e 2000, atribuiu à atividade dos tropeiros a própria unidade nacional ainda no período colonial, sem considerar o anacronismo cometido e tampouco perceber as relações com então Rio Grande português com a região platina como um todo.

Fazendo eco a Moysés Vellinho, Guilhermino Cesar (1970) também irá dotar o passado histórico do Rio Grande do Sul de um caráter eminentemente português e vinculará os tropeiros a essa condição. E vai além, atribuindo a estes últimos qualidades excepcionais verificadas em sua antecipação das iniciativas oficiais para a povoar a “terra de ninguém”:

Mercê da atividade obscura dos caçadores de reses e da ousadia dos tropeiros que lhes tomam o lugar e se enriquecem, vinculou-se o Rio Grande ao Brasil, passando a influir na economia colonial e na orientação política do III século brasileiro. Antecipando-se à iniciativa oficial de povoar a Terra-de-Ninguém, o tropeiro setecentista desvenda os mistérios do escondido Rio de São Pedro, afugenta ou alicia o índio, abre caminhos, forma invernadas e estâncias, liga entre si áreas econômicas distantes, impõe mais

objetividade e vigor aos reinóis no trato das questões pertinentes à dilatação das fronteiras. (CESAR, 1970, p. 96).

O interessante na análise de Guilhermino Cesar é que a “terra de ninguém” estava escondida, à espera do encontro do desbravador e heroico tropeiro. Estava lá, à sua espera, um Rio Grande do Sul naturalmente português, pronto para ser descoberto.

A essa história, sacralizada, que se passa em uma atmosfera marcada pelo desafio de uma natureza rude, que deveria ser “domada” por desbravadores predestinados a fazê-lo, não faltaram aqueles personagens dotados de inspiração criativa, ou gênio. Será esse o tropeiro denominado, ao qual lhe concede a grandeza de ter seu nome registrado para a posteridade. Não apenas como personagem excepcional, mas como arquétipo, modelo, e que, em certo sentido, deveria inspirar os homens do futuro, sem ser igualado. Trata-se de Cristóvão Pereira de Abreu, já citado anteriormente. É nele que se concentram aquelas qualidades que teriam feito do tropeiro o tipo ideal para a realização do destino histórico.

Maiores do que todos, projectando-se na história com traços inconfundíveis; cantando a terra com suas expressões de enamorado dela; abrindo-a todas as energias que nela pudesse brotar; cortando-a palmo a palmo, pelas veredas íngremes da serra, ou voando pelas campanhas extensas; soldado e tropeiro, Cristóvão Pereira é o símbolo perfeito de todos os povoadores do Rio Grande. (PORTO, 1954, p. 106).

É assim que Aurélio Porto incensa o herói tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, homem, branco e provedor de muitos negócios e grande capital político, qualidades que superam os demais agentes desse contexto. Ao apresentar uma espécie de biografia dele, Porto enaltece as qualidades do colonizador luso, que ainda jovem chegou à América portuguesa e, na leitura de Porto, não cansou de prestar serviços que demonstrassem sua lealdade à dita coroa. Lealdade esta que tem como pano de fundo, não tratado pelo autor sob essa perspectiva, inúmeros e lucrativos negócios e interesses privados no trato com gado, couros, tributos, etc. (HAMEISTER, 2002). Na esteira deste autor, Moysés Vellinho (1970), segue a enaltecer as façanhas do tropeiro e campeiro, com ênfase às dificuldades enfrentadas e superadas por Cristóvão Pereira de Abreu para abrir o Caminho das Tropas:

Antes disso, ou simultaneamente, animando e atraindo essas levas silenciosas, havemos de considerar a ação dos mercadores de gado: à frente deles o extraordinário Cristóvão Pereira. Em seus intermináveis itinerários de ida e volta, desde os descampados cisplatinos até às feiras de Sorocaba e mercados das capitânicas centrais, esses desassombrados batedores de desertos – aventureiros e sertanistas que agora se faziam tropeiros – iam rompendo as primeiras trilhas e ao mesmo tempo farejando as largas promessas com que lhes acenavam os domínios meridionais. (VELLINHO, 1975, p. 15).

Parece haver até mesmo uma repetição estilística nas narrativas de alguns autores que trataram desse personagem. Como um sujeito excepcional, Cristóvão Pereira de Abreu emerge na história no momento exato, nem antes nem depois. Essa forma narrativa confere ao personagem a predestinação a que se fez referência. Assim, sua inspiração criativa une-se a algo que o transcende, ou seja, a História do Rio Grande do Sul, cujo sentido exigia a entrada em cena de um personagem ímpar.

É nesse momento histórico que surge a figura impressionante de Cristóvão Pereira de Abreu, ativo mercador de gados e cavalos na região da Colônia e cujo nome se projetaria depois por longos anos em todos os acontecimentos da vida do Rio Grande. (FORTES, 1941, p. 27).

Foi nesse instante que Cristóvão Pereira irrompeu na história rio-grandense. Era mais um exemplar magnífico dos tremendos portadores de ânimo de aventura que de São Paulo se haviam atirado à conquista de meio continente. (VELLINHO, 1970, p. 131-132).

Claro que para um personagem dessa envergadura deveria haver um contraponto, um anti-herói. E onde encontrá-lo? Entre aqueles que correspondiam, na vertente lusitana, aos inimigos, a saber, os espanhóis. Inimigos porque disputavam a posse dessa terra com os portugueses. É curioso que o fato de reconhecer a disputa com os espanhóis pelas terras da Banda Oriental não invalidava a hipótese de que ela estaria destinada ao Brasil. Ao contrário, a presença espanhola, urdindo, tramando, correspondia justamente ao oposto a ser vencido, transformando a façanha em algo maior do que um desafio à natureza. O sentido dessa história ganha então seu ingrediente épico, onde a destreza e o desprendimento dos tropeiros se somarão à bravura e valentia daqueles que combateram os espanhóis e garantiram as fronteiras meridionais da América portuguesa.

E no contexto do século XVIII, a presença espanhola não estava apenas em Buenos Aires, Maldonado, Montevideo e outros núcleos coloniais hispânicos, mas também, e, sobretudo, nas missões dos padres jesuítas e seus neófitos guarani. Sobre estes últimos se projetarão os qualitativos opostos àqueles atribuídos a Cristóvão Pereira de Abreu. E, da mesma forma, entre eles se escolherá um arquétipo, negativo. É Antônio Augusto Fagundes (1997) que se encarrega de pintar com tintas fortes essa oposição. Ao tratar da figura de Sepé Tiaraju, liderança indígena da Guerra Guaranítica (1752-1754), procura demarcar a diferença entre os índios das missões, representantes do domínio espanhol, e os paulistas, que estariam na origem do “verdadeiro gaúcho”:

Foi até chamado “o primeiro caudilho rio-grandense”, quando não foi nem caudilho nem rio-grandense. Foi, isso sim, um comandante razoavelmente capaz, sobressaindo-se à total mediocridade missioneira para a guerra [...] Em 1750 o gaúcho alvorecia na América, de vaqueanos, por exemplo aqueles lagunistas e paulistas admiráveis, que foram pau para toda a obra quando se desenhava o mapa de nossa pátria. E foi contra esses nascentes gaúchos que Sepé lutou. (FAGUNDES, 1997, p. 38-39).

Antônio Augusto Fagundes, por sua projeção midiática, em rádio e televisão, alcança ainda um público muito maior do que aquele frequentado pelos autores anteriormente citados. O fato de este autor ter produzido suas obras em períodos mais recentes aponta para a continuidade, ainda que menos vigorosa, da vertente lusitana.

A partir dessa perspectiva historiográfica deu-se a construção do tropeirismo como passado desejado, de alcance almejado, uma vez que os historiadores de ambas as matrizes analisadas por Gutfreind (1992) foram e ainda são as obras de referência para a produção de boa parte da história regional produzida na contemporaneidade. E parte dessa produção deságua nas falas e textos de alguns dos participantes do Seminário Nacional sobre Tropeirismo (Senatro). Esse evento, como tratarei no capítulo seguinte, integra as iniciativas que buscam estabelecer Bom Jesus como a “Terra do Tropeirismo”, objeto deste estudo. Dessa forma, cabe ainda uma referência à recepção desses discursos na esfera do evento.

Em 1992, foi realizado o I Senatro, seguido de uma segunda edição em 1994. No ano seguinte, sairia a publicação dos anais dos dois encontros (SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995). No prefácio, percebe-se que o Senatro já

foi criado pensando-se na perspectiva de unir o passado e o futuro. Nas palavras de Véra Lucia Maciel Barroso, onde a autora historia a criação do I Senatros, em 1992, lê-se:

Portanto falar da história de Bom Jesus é falar do processo de conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. E quanto mais se resgatar as raízes de Bom Jesus, mais se estará explicando o papel do comércio marítimo na determinação do avanço português na América Meridional. A comunidade dava assim, um grande passo à frente. [...] O número e o teor das palavras e comunicações confirmavam, então, que Bom Jesus reencontrara seu rumo. E que se canalizada sua identidade estava sedimentando os pilares para a indústria do turismo no município, que busca desenvolver-se sem afetar a harmonia da comunidade com a sua natureza. (SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995, p. 13-14).

Para *reencontrar seu rumo*, Bom Jesus poderia recorrer, entre outras alternativas, ao conhecimento sobre o passado que seria objeto de alguns trabalhos apresentados no Senatros. A trajetória desse evento fez com que seus objetivos e ênfases fossem modificados ao longo de suas nove edições, entre 1992 e 2008. E como característica peculiar desse simpósio, as mais diversas vertentes interpretativas convivem em suas ocorrências, alternando-se entre conferências, palestras, mesas-redondas, sessões de comunicações e minicursos. Um dos resultados tem sido a publicação dos anais (SANTOS; BARROSO, 2004; SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995; SANTOS et al., 2000). Nestes, é possível ver a presença, ainda que não hegemônica, daqueles elementos narrativos até aqui referidos. Já na primeira edição, Francisco Riopardense de Macedo (1995) apresentou o trabalho *Tropeirismo – fixação colonizadora*. Nele, vemos a recorrência aos aspectos que Prats (1997) definiu como componentes do triângulo de elementos do discurso romântico. A natureza, a história e a inspiração criativa voltam a ser elencadas para compor a narrativa do autor sobre o tropeirismo e história do povoamento do Rio Grande do Sul:

[...] a humana presença deste desbravador que se chamou tropeiro, ao lado do bandeirante e do sertanista, tripé onde se apóia a ocupação do território. [...] É antes de tudo, a qualificação deste espaço, o componente de um processo que, sendo econômico, é também humanizador e que, sendo político-colonial, ensaiou a construção de uma nacionalidade específica. [...] É indiscutível a oportunidade de lançar, aqui, o juízo que encobre a atividade do tropeiro. Mais do que o estancieiro, ele é homem ligado à terra. Mais precisamente, deveríamos distingui-lo como ligado ao espaço. Orientava-se em qualquer terreno de dia ou à

noite. Tomava sempre o rumo certo nas planuras arenosas ou nas matas ciliares do litoral. Era homem da serra e do mar em qualquer tempo. Tão grande sua identificação com o espaço palmilhado que havia uma integração dele com os rios, os vales e a energia do relevo das respeitáveis elevações das "Vacarias del Piñar". (MACEDO, 1995, p. 22, 24).

Lá estão novamente os tropeiros a realizar o destino da nacionalidade brasileira no Rio Grande do Sul. São eles que se adaptam ao meio, ou a ele se integram, fixando-se e, por conseguinte, fixando a brasilidade no solo gaúcho. Macedo (1995) distorce o caráter eminentemente móvel dos tropeiros, para conferir-lhes um papel de povoadores. Sua narrativa vem reforçar a ideia da integração nacional promovida por estes no Brasil meridional. Narrado em um ambiente que mescla a produção acadêmica com o conhecimento oriundo das memórias e saberes populares, que o Senatro propicia, essa história, provinda de uma "autoridade", se sobressai. História que se realiza, independentemente de condicionantes humanas, visto que se dá através de indivíduos excepcionais. Seus atos são admiráveis e não podem ser iguados. Sacralizam-se, são dotados de autoridade absoluta. Ocorrem em um passado épico que, dadas suas características, os converte em atemporais. Como mito, não podem ser repetidos, mas podem ser emulados. Essas versões oferecem um repertório de elementos que podem ser acessados. Trazidos para o presente, podem ser ressignificados.

Retomando os pressupostos de Prats (1997), tem-se que a sacralização da natureza, da história e da inspiração criativa leva à constituição de um triângulo, dentro do qual se encontra um repertório de elementos potencialmente patrimonializáveis. Essa condição advém de seu caráter de autoridade, supracultural, inquestionável, enquanto ideias que se produzem sobre os três elementos principais. Assim, o conteúdo do triângulo constitui um "pool virtual de referentes simbólicos" (PRATS, 1997, p. 27). Isso não significa que todos os elementos do *pool* constituam automaticamente patrimônios. Para que isso ocorra, o repertório, ou melhor, elementos deste, devem ser ativados. E ativar um repertório patrimonial implica

escoger determinados referentes del pool y exponerlos de una u otra forma. Evidentemente, esto equivale a articular un discurso que quedará avalado por la sacralidad de los referentes. Este discurso dependerá de los referentes escogidos, de los significados de estos referentes que se destaquen, de la importancia relativa

que se les otorgue, de su interrelación [...] y del contexto. De todo ello se deduce que ninguna activación patrimonial, de ningún tipo, es neutral o inocente, sean conscientes o no de esto los correspondientes gestores del patrimonio. (PRATS, 1997, p. 33).

Esse é o sentido de ativação patrimonial que se pretende abordar no presente estudo. Entendo que há a ativação de um repertório de referentes patrimoniais em curso no município de Bom Jesus. O repertório ativado incluirá os elementos do passado, tal como são apresentados, mas poderá contar também com aspectos da cultura imaterial e material que se projetam para esse mesmo passado. O resultado é uma visão de *continuum*, que une o passado ao presente. Aplicada às ações concretas de ativação patrimonial, essa visão oferece legitimidade. Mas, para tanto, são necessários os agentes sociais locais, que tratarão de estabelecer os nexos entre as concepções de passado, dotadas de caráter simbólico atribuído no presente, e as expectativas de futuro projetadas na e para a sociedade atual. E nesse fazer, valer-se-ão de diversos referenciais e de distintos elementos, sejam eles históricos, geográficos ou culturais.

2 NAQUELE TEMPO... NESTE TEMPO...

Parte da produção historiográfica que, direta ou indiretamente, aborda o tema tropeirismo, de diferentes formas e intensidades, alimenta a construção e a busca por referenciais históricos no tempo passado. Paradoxalmente, o gênio criativo, a história e a natureza, como abordei no capítulo anterior, fomentam a emergência de novos sujeitos à História local e regional. Talvez por isto eu tenha escutado tanto a expressão “naquele tempo...” ao conversar com sujeitos que, por uma razão ou outra, estiveram relacionados ao tropeirismo no passado do atual município de Bom Jesus. As memórias e narrativas surgem, em parte inspiradas nos três elementos apontados anteriormente, porque muitos vivenciaram essa atividade, conviveram ou convivem com quem a vivenciou. A memória, nessa perspectiva,

é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

No entanto, houve um tempo em que poucas histórias e memórias relacionadas ao tropeirismo na região eram ouvidas. Os motivos variam, desde o fato de que os bom-jesuenses não concebiam a importância histórica de seu passado, por ser o tropeirismo uma atividade cotidiana e, por isso, sem valor para a História, até o fato de alguns terem vergonha do labor como tropeiro, em função dos inúmeros adjetivos negativos atribuídos a esse fazer em outros tempos. O não falar, o não conhecer ou o não presentificar o passado relacionado ao tropeirismo na região foi o fruto colhido de uma História que semeou a valorização dos grandes chefes políticos e outros “homens bons”. Uma História masculina e branca, onde mulheres, índios, negros, pobres e crianças não tiveram espaço. Tais memórias e agentes sociais têm recebido outra atenção dos historiadores desde os primeiros trabalhos, delineados no início do movimento da guinada historiográfica dos Annales. Momento em que a escrita da história passou a pautar novos temas, problemas, objetos e sujeitos históricos. Para o caso em estudo, na medida em que emergem agentes nunca antes partícipes da história, paradoxalmente, alimenta-se a admiração pelos feitos e

epopeias vividas pelos heroicos tropeiros do passado apresentados pela história de inspiração romântica tratada no capítulo anterior.

Na abertura desses diferentes horizontes historiográficos, a terceira geração dos Annales intensificou a aproximação da história com os estudos antropológicos e arqueológicos, como forma de questionar o estruturalismo e a abordagem de longa duração, aproximando a História das “histórias locais”. A obra de Geertz, apesar de algumas duras críticas recebidas a respeito de seu relativismo, teve forte influência na abertura de diferentes rumos nos estudos históricos, uma vez que, ao invés de uma “história sociológica” possibilitou uma “etnografia histórica”, numa perspectiva interpretativa pautada na descrição densa (GEERTZ, 1989). Para Celso Castro (2006, p. 2),

o diálogo de Geertz com a história estabeleceu um território de interseções que viria a propiciar uma real redefinição do padrão de interação entre o conhecimento histórico e a teoria antropológica. A lenta, no entanto definitiva inserção da influência geertziana no campo da história se beneficiou de uma série de questões não-resolvidas, colocadas em pauta pelos historiadores mareados pela inconclusiva dialética das temporalidades braudelianas.

Também podemos pautar a emergência dos estudos relacionados à micro-história, que, sem serem levados por abordagens simplistas que privilegiaram estudos laudatórios de sujeitos descontextualizados, deram vozes aos novos sujeitos imersos em teias de complexas relações. As chamadas minorias sociais, excluídas das histórias de elites, passaram a fazer parte da trama das redes de relações sociais e dos processos históricos. Nesse cenário, destaca-se como primordial a importância da relação entre os estudos arqueológicos, antropológicos e históricos. Tal aproximação permitiu que, através de casos específicos, elaborássemos não um todo e ilusório concreto, mas um universo de possíveis, ou seja: um complexo contexto que envolve diversas ações e diferentes sujeitos. Nesse outro *fazer História* pauta-se a crítica à “inteligibilidade do global” proposta pelas primeiras gerações dos Annales. Mudam os focos, modificam-se as escalas (REVEL, 1998).

Nessa perspectiva, proponho a discussão de um passado que se faz presente. Não presentificado tal qual foi no “seu tempo”, mas sim atualizado e recriado. Reinventado na memória de um grupo de moradores do município de Bom Jesus, na elaboração de uma relação histórica e idealizada com o tropeirismo. Objetivam nessa construção um lugar na história regional e local

para mostrar-se diferentes, perante o todo global de seu espaço relacional. Trata-se de um momento e contexto em que outros sujeitos desejam ser ouvidos e tomam consciência de seu papel ativo na construção da história local.

O tropeirismo, assim como outros aspectos cotidianos de tempos passados, faz parte de um novo horizonte de pesquisa expandido no Rio Grande do Sul desde meados dos anos 1980. Os trabalhos que surgiram a partir de 1992, ano da primeira edição do *Senatro*, forneceram novo combustível ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tema em diferentes, mas interconectadas, áreas do saber, como: arqueologia, antropologia, história, pedagogia, economia, turismo, arquitetura, etc. (SANTOS; BARROSO, 2004; SANTOS; SILVA, 2003; SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995; SANTOS et al., 2000).

A partir do seminário foram abordados, principalmente para o caso gaúcho, aspectos ligados ao cotidiano da atividade tropeirística. Num espaço até então inexistente para publicação e apresentação de relatos de experiências (pessoais e familiares) relacionadas a esses saberes e fazeres. O *Senatro* abriu espaço à participação na história para mulheres, crianças, negros, índios e outros agentes não favorecidos nas produções até então existentes.

O espaço aberto no *Senatro* para relatos de experiência colocou em cena agentes históricos até então esquecidos em detrimento de uma História ligada aos “documentos oficiais”, onde não havia um “lugar ao sol” para outros sujeitos, e tampouco à população contemporânea. Hoje, diante dessa nova práxis, no fazer arqueologia e história, podemos debater a elaboração de repertórios que as comunidades locais fazem emergir, na busca de espaço e reconhecimento na contemporaneidade. Um tempo em que

não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. (NORA, 1993, p. 15).

Para este estudo de caso devemos perguntar: por que o tropeirismo? O que faz de uma atividade prática e cotidiana a intitulação de Bom Jesus como “Terra do Tropeirismo”? Como diferentes agentes participam e se reconhecem nessa construção identitária que pauta a emergência da “herança” tropeira? Talvez na esperança de futuro esteja uma reflexão possível.

A expectativa de futuro da comunidade em estudo, gerada pelo conhecer o passado, permite que analisemos a relação entre passado, presente, futuro, das variáveis de um tempo histórico experimentado. Trata-se de um tempo móvel, de acordo com o grupo ou sujeito que o vivencia, lembra, ouve falar e/ou constrói. Um tempo ligado ao processo em que o tropeirismo deixa de remeter a um fazer cotidiano e passa a denotar um ser e estar no mundo que representa outros códigos e signos, diferentes daqueles do tempo passado. É uma história que, esvaziada de seu sentido primeiro é preenchida no presente com os discursos contemporâneos e auspícios políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais da comunidade (OLSEN, 1990).

Os conceitos de *experiência* e de *expectativa*, discutidos por Koselleck (2006), auxiliam o debate sobre o “passado tropeiro” que se faz atualizado no presente através das narrativas, vivências, memórias e ações de diversos agentes sociais em Bom Jesus. A experiência, como categoria,

é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Em Bom Jesus, a experiência com o tropeirismo, por gerações passadas, chega à contemporaneidade pela comunidade contemporânea que, ao ouvir, observar ou herdar objetos de seus antepassados, vivencia a experiência alheia (do tempo passado) no presente. Não se trata de uma invenção de tradição ou passado no sentido literal. O tropeirismo, como elemento potencialmente identitário e patrimonial, sempre esteve presente nas memórias dos agentes. Esteve lá, como uma foto ainda não revelada, cuja imagem elaborada por parte da comunidade e poder público pouco a pouco é visualizada e idealizada no horizonte de expectativas. A construção, ou a invenção, para usar o conceito discutido por Hobsbawm e Ranger (1997), do passado como tradição e identidade, remete-nos aos elementos simbólicos componentes de sua elaboração. Presentes em seus novos usos, funções sociais, sentidos, significados e capitais simbólicos, o passado toma novos contornos desenhados pelas expectativas socioculturais. Algo que é “ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao

interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

O horizonte de expectativa trata-se, então, de uma “linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Um espaço construído pela experiência alheia e própria e pelo horizonte de expectativas, que se expande no processo de construção da memória. Assim, a experiência, ou o espaço de experiência, é o passado presente que se dá através da memória e não se faz refém desta.

É um passado, cujos acontecimentos foram incorporados, que pode se fazer presente através da recordação. Mas ele não se resume a isso. O espaço de experiência também é elaboração/reflexão em relação a este passado recordado, constituindo-se não apenas num conjunto de eventos/situações passadas interpretadas, mas também em um conhecimento específico baseado em suas conseqüências. É reflexão sobre um horizonte de expectativas, passado que foi superado, que foi rompido, e que, num determinado momento presente, é recordado, reapresentado. Sendo assim, é a memória, em primeiro lugar, que parece desempenhar papel essencial na configuração desse espaço. Não é a memória tida como conservação do passado, mas como construção. (MARTINS, 2007, p. 117).²¹

O tropeirismo, no hoje, tem como mola propulsora e mediação, em Bom Jesus, a ação de indivíduos e parte do poder público que buscam nesse saber/fazer do passado, “relembrado” pelas experiências próprias e de familiares, a possibilidade de mostrar-se diferente perante o todo, mostrar, como tantas vezes citadas nas entrevistas realizadas, suas “raízes”. No entanto, esse mostrar-se diferente perpassa a construção de uma identidade local, calcada no tropeirismo, com o objetivo não só de “relembrar” um passado, mas também de fazê-lo presente, atualizado, idealizado. Objetiva, quem sabe, lançar um horizonte de expectativas relacionado à vivência do tropeirismo hoje em atividades turísticas, mas não fechado e simplificado em sua prática. Um horizonte possível, através da memória, da construção de um passado *no e a partir do presente* (SEIXAS, 2001).

²¹ O trabalho citado, apesar de tratar de um contexto e de agentes históricos muito diferentes do que os tratados nesta tese, forneceu argumentos enriquecedores para uma reflexão teórica a respeito das categorias apresentadas por Koselleck (2006).

O passado, nesse caso, surge idealizado ao apresentar a epopeia de tropeiros, destacando a importância dessa atividade em outros contextos espaciais e cronológicos. Mas esse passado não está cronologicamente tão distante, uma vez que os movimentos construtores da memória e da identidade envolvem agentes que vivenciaram o tropeirismo como atividade profissional que, hoje, apesar de não mais praticada, representa um fator identitário em constante construção.

A construção da identidade se dá no processo de diferenciação do grupo ou sujeito. Identidade não existe sem diferença, uma vez que na convivência entre os diferentes se dá sua construção (HALL, 2000; WOODWARD, 2000). No entanto, sua elaboração está fortemente ligada ao processo de patrimonialização e de construção da cidadania, na medida em que fomenta o orgulho do passado atualizado, esgotado de suas funções e significados anteriores, e na valorização dos novos sujeitos e dos saberes locais. Páginas de outra história, construída para e no tempo presente, que nos remete à abordagem do patrimônio como construção social (PRATS, 1997) e trajetória no tempo-espaço das vivências socioculturais.

Nessa perspectiva, percebe-se que parte da comunidade desenvolve o processo de construção da “consciência patrimonial”, com valores compartilháveis e objetivos específicos a cada grupo ou sujeito. A consciência é desenvolvida na relação do espaço de experiência com o horizonte de expectativa. Dá-se através das práticas não só de lembrar, construir ou atualizar o passado, mas também na vivência desses agentes com os sítios arqueológicos, memórias, narrativas e toda a gama de cultura material relacionada à atividade tropeira. Elaborada, também, no compartilhar de um código que os remete ao ser/saber/fazer dessa atividade. Trata-se também do “reviver o lugar” que assistimos em depoimentos apresentados durante o Senatro ou de alguns agentes da comunidade, em diferentes momentos festivos ou cotidianos.

É interessante discutirmos se é através desse “reviver o lugar” que nos aproximamos daquilo que o arqueólogo Vítor Oliveira Jorge (2000) chama de “nostalgia do futuro”. Um termo que está presente nas discussões centrais do conceito de patrimônio, e

pressupõe que nós futurizemos um passado, lhes demos um destino útil para as nossas vidas e as dos nossos sucessores. Ao quereremos “conservar” o património, queremos parar o tempo; mas essa mítica “paragem” implica já a projecção de uma ideia de futuro. (JORGE, 2000, p. 119).

Ideia que parte do espaço de experiência, uma vez que futurizar o passado, em Bom Jesus, parece ser presente.

Quem sabe seja esse o fator que explique as múltiplas tomadas de decisões que parte da comunidade²² coloca em prática, numa projeção de futuro que envolve o turismo como possibilidade econômica? Atividades que se expressam na retomada de criatórios de mulas, na criação de rotas turísticas a serem feitas “como os tropeiros faziam”. Atividades que fazem do turista tropeiro por alguns dias ou horas; que fomentam as edições do Senatro; que criam memórias e lembranças; etc.

No caso dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização, em Bom Jesus, o passado lhes pertence: seja por relações familiares ou pela experiência tida com o tropeirismo; seja por fazer parte dessa construção no presente. Uma atividade que, apesar de atualizada, se pretende como “naquele tempo...” e que proporciona aos sujeitos outras relações com o passado, na atribuição de valores. Como coloca Peralta ([s.d.]),

a história e os seus objectos ganham um valor e um interesse sem precedentes. Face ao fantasma da ruptura e da desordem provocado pela ausência de valores simbólicos e de identificação, a sociedade reclama, numa explosão de nostalgia, a recuperação do passado. E no contexto desta corrente social nostálgica, o património surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz.

2.1 Passados (re)vividos, presentes (re)velados

Antes de continuar tratando de alguns aspectos conceituais, relacionados a essa pesquisa, é necessário que eu conte uma história. Afinal, é para isso que estamos aqui. E é para isso que as dissertações e teses, em nossa área, são realizadas: para contar histórias de outros agentes, deste ou de longínquos

²² Neste trabalho várias vezes me referi e ainda me referirei a **uma parte** da população da cidade, ou seja, de mediadores da patrimonialização de um repertório referente ao tropeirismo e da construção da identidade. Indivíduos que, junto ao poder público, ou às vezes na contramão deste, desenvolvem ações potencializadoras dessa construção. Indivíduos que são mediadores entre as ações públicas e privadas da sociedade bom-jesuense naquilo que conceituamos como memória, património latente e identidade. E, paradoxalmente, são produto da própria construção da Terra do Tropeirismo.

tempos. Uma vez que “a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (KOSELLECK, 2006, p. 310), é a partir dessa premissa que pauto a arqueologia aqui apresentada, como a reflexão sobre a experiência material alheia, próxima ou por vezes distante de mim, no mundo. No entanto, não contarei somente uma história “dos outros”, não que não estejam de todo

envolvidos, principalmente com suas experiências, mas trarei uma história da trajetória junto à comunidade, uma experiência que trouxe novos rumos e perspectivas a este trabalho.

De 1999 até hoje, muitas foram e ainda são as histórias que, relacionadas ao saber/fazer dos tropeiros, tenho escutado. E as narrativas aumentam a cada Senatro que participo. O que não foi diferente no seminário de abril de 2004, quando, recentemente, havia ingressado no mestrado do PPGH-PUCRS. Naquele mês de muito frio, chegamos, dois colegas (Zeli Company e Artur Barcelos) e eu, para participar VII Senatro e do IV Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo.²³

A cidade estava em festa, cavalarianos pelas ruas, crianças e adultos vestindo pilchas.²⁴ Vinha gente de todos os lados, algo que, para aqueles que ironicamente chamamos de “acadêmicos de plantão”, poderia parecer estranho. E não faltaram comentários do tipo: “Como pode, em pleno seminário, abrir espaços para este tipo de coisa?” (ao fazerem referências aos tradicionalistas e a comunidade que participava do evento, com comunicações ou relatos de experiências). Outros, mais ousados ainda, diziam: “Parece um circo!” Estes últimos perceberam um circo sem palhaços, sem leões pulando em rodas de fogo, etc., mas sim um espaço que reuniu palestrantes e comunicadores (acadêmicos ou não), políticos, folcloristas, professores e professoras das escolas da região, alunos de ensino médio, fundamental e superior, ex-tropeiros e ex-tropeiras, filhos e netos de tropeiros, curiosos em geral. Pode-se dizer que um

²³ Esse encontro ocorre em conjunto com o Senatro, foi criado para abrigar os estudos de pesquisadores oriundos de países membros do Cone Sul, sempre presentes no seminário, bem como para criar a estrutura necessária na garantia de espaços para os debates entre os participantes.

²⁴ Pilchas são as roupas típicas dos gaúchos. Para os homens: camisa, lenço no pescoço, bombachas, botas, esporas, guaiaca, chapéu – ou boina, que é bastante utilizada em Bom Jesus. E, como não poderia faltar, um pinga para montar. Mas este não faz parte da pilcha! Para as mulheres: o vestido de prenda. Um modelito longo, com saia de armação por baixo, para dar volume à saia do vestido, todo ornamentado com muitos babados e fitas coloridas. No cabelo, uma bela flor enfeita as prendas.

público bem sortido, reunido num CTG,²⁵ para a realização do dito seminário. Confesso que, no momento da abertura desse evento de 2004, onde grupos de prendas declamavam poesias tradicionalistas enquanto um gaiteiro tocava ao fundo, pouco antes da entrada do prefeito para realização de seu discurso, cheguei a compartilhar dessa impressão que, como pude vivenciar, já havia sido expressada por outros participantes em edições anteriores do evento.

Naquele ano iniciei o mestrado no PPGH-PUCRS, defendido em janeiro de 2006 (SILVA, A., 2006), no qual busquei uma aproximação à paisagem e à espacialidade constituída a partir do tropeirismo na região dos Campos de Cima da Serra. Portanto, eu chegava ao Senatro de 2004 com um trabalho que se propunha “acadêmico”. Aquele evento trazia acalorada discussão sobre a construção da usina hidrelétrica Pai Querê, cujo lago inundaria dois locais os quais, pela convivência que havia tido com a comunidade até aquele momento, relacionava ao “ser tropeiro” em Bom Jesus, que é, literalmente, festejado a cada Senatro: o Passo de Santa Vitória e o Registro de Santa Vitória. Este último, construído por volta de 1772, localiza-se a poucos metros do Passo de Santa Vitória, na confluência dos rios Pelotas e dos Touros.²⁶

No primeiro dia do Senatro, tivemos conferências com pesquisadores, folcloristas e, como não poderia faltar, apresentação de danças gaúchas tradicionais. Em diferentes momentos não faltaram debates onde alguns se colocavam contra a construção da usina, em defesa da preservação da cultura, dos locais e estruturas que, como muitos diziam: “fizeram parte de nosso passado”. Outros se posicionavam a favor de tal construção, com os olhos voltados aos ganhos imediatos que uma obra de grande porte poderia trazer para um município economicamente pouco ativo, como Bom Jesus.

Naquela edição do evento meu olhar ao tropeirismo na região de Bom Jesus começou se fazer diferente. Eu, sem suporte teórico e metodológico para refletir sobre a nova observação, percebia, de alguma forma, que as narrativas sobre tropeirismo e sua materialidade, fruto e parte dos saberes e dos fazeres, eram potenciais fontes e objetos de pesquisa. No entanto, não estava preparada para dar um novo foco na dissertação, e continuei “namorando” as novas questões que surgiam.

²⁵ Centro de Tradições Gaúchas.

²⁶ Ver o mapa de localização no Anexo A.

Algumas das questões estão relacionadas aos dois locais mais frequentemente citados, em conversas que tive com moradores da cidade durante a execução do mestrado, o Registro e o Passo. Esses locais receberam significados variados em diferentes contextos e foram retratados na documentação desde as perspectivas militares e econômicas, as quais podem auxiliar na discussão de uma série de possibilidades interpretativas que relacionam passado e presente, ou melhor: um passado que produzimos no presente. Mas as diferentes atribuições, valores ou significados que a comunidade em presença dá a esses locais ultrapassam suas funções práticas. Quem sabe pela dinâmica das políticas municipais para o turismo e para a cultura, que, no caso de Bom Jesus, pretendem buscar no desenvolvimento turístico uma nova fonte para a economia local, num patrimônio que sempre esteve latente, mas não ativado como tal.

Nesse contexto, o mostrar-se diferente, firmado no tropeirismo, surgiu como alternativa na busca do "outro", na aproximação de turistas. E, abrindo parênteses, é interessante lembrar a procura de inúmeras cidades, principalmente nas duas últimas décadas, por uma identificação pautada no objetivo de ser conhecida como a cidade de alguma coisa, por exemplo: a capital da pimenta, do mel, da uva, do ecoturismo, do doce, do pão, etc.... E, por que não do tropeirismo?

O pertencer à Terra do Tropeirismo, numa primeira análise, mostrara-se relacionado à existência de cultura material e imaterial dessa faceta do passado, que constitui, de uma forma ou de outra, o combustível para a experiência do passado no horizonte de expectativa da construção da identidade. Numa primeira análise pautei o Registro de Santa Vitória e o Caminho das Tropas²⁷ como elementos centrais, através dos quais o passado histórico se relaciona com o desenvolvimento econômico/turístico do tempo presente.

O Registro de Santa Vitória e outros, com funções basicamente tributárias, tem, para as comunidades em presença, significados diferentes daqueles que lhes foram atribuídos no passado. Uma vez que, enquanto ativos na arrecadação de tributos, esses postos eram locais de indesejada aproximação física. O desejo de desviar do posto se dava, provavelmente, em função dos altos custos dos tributos

²⁷ Para saber mais sobre o Registro de Santa Vitória, o Caminho das Tropas e outras estruturas materiais que compuseram paisagens, através da ação do tropeirismo, nos Campos de Cima da Serra, ver Silva, A. (2006).

cobrados pela passagem de animais,²⁸ como podemos perceber através das muitas medidas e dos cuidados dos administradores em manterem esses locais de trânsito oficiais como únicas passagens e coibir, pela ação da força, aqueles que tentavam cruzar por outros caminhos, na tentativa de burlar o fisco.

Deve ter cuidado não passem animaes por fora do dito Registro por alguma picada que esteja feita ou novamente fação, e tendo noticia de algum extravio ou descaminho mandará seguir pelos soldados de sua guarda os que tiver noticia [...]. submethellos a minha ordem presos a cadeia publica deste continente mandando fazer apreheção dos animais que se forem achados. (REGISTRO..., 1767, f. 68r).

As preocupações com o contrabando estavam presentes em todos os postos de registro do Brasil. E não eram poucos.²⁹ Os cuidados com aqueles que desviavam das rotas legais e dos postos de arrecadação indicam o quanto esses locais eram indesejados pelos tropeiros e outros transeuntes que por lá circulavam no final do século XVIII e meados do XIX.

Paradoxalmente, esse local apontado como “indesejado” no passado foi apropriado de diferentes formas, por parte da comunidade contemporânea, onde as relações se mesclam num sentimento e numa prática de aproximação, apropriação, reconhecimento ou de ignorância³⁰ e afastamento. Para ilustrar essas paradoxais relações, apresento como exemplo o caso de um senhor que auxiliava a equipe da professora Dra. Silvia M. Copé em campo, o seu Genivaldo, que dizia: “Este posto [referindo-se ao Registro] dizem que foi importante. Eu acredito. Mas temos que deixar as coisas boas vir [referindo-se à construção da usina hidrelétrica Pai Querê].” Parece evidente aqui o reconhecimento do passado desse local – apesar de atribuir a outros, mas acreditar – e o imediato afastamento, com vistas à expectativa do futuro que exclui o posto de registro.

²⁸ Desviar do Passo de Santa Vitória, por muito tempo, não foi tarefa fácil. O rio Pelotas, de travessia temida pelas poucas alternativas de locais de passo seguro, tinha no Passo de Santa Vitória o local de menos risco para passagem naquela região. Em meados do século XIX, por exemplo, um novo caminho foi oficializado e também recebeu um posto de registro. O denominado Caminho das Missões, que cruzava o Passo do Pontão, deixava de ser um descaminho de gado, uma rota de contrabando, como alternativa ao Passo de Santa Vitória, para ser transformado em mais uma das passagens controladas pela arrecadação de tributos (Fazenda) e pela força militar (SILVA, A., 2006, f. 146-160).

²⁹ Ver no Anexo B documento ilustrativo das medidas e preocupações da Fazenda Real com o contrabando do Registro de Curitiba, 1748.

³⁰ No sentido de não conhecer.

São essas percepções e os relatos apresentados durante os Senatros, principalmente na edição daquele gelado abril de 2004, que fizeram com que novas perspectivas metodológicas e fontes, para este trabalho, surgissem. Fizeram com que aquilo que, do ponto de vista acadêmico, como arqueóloga, apontava como lugares essenciais de memória, fosse revisto, ao menos para o caso do Registro. Seguimos no evento então.

No segundo dia do evento apresentei meu “trabalho acadêmico”. Estava certa de ter cumprido minha “prestação de contas”, daquela etapa de minha pesquisa, para com a comunidade. Fui ao evento com o objetivo de, como mestranda, apresentar à comunidade o seu patrimônio relacionado ao tropeirismo. Doce ilusão foi essa de uma “marinheira” ou, para contextualizar melhor, “de uma tropeira” de primeira viagem que, saindo dos muros seguros da academia, pensava em levar àquela comunidade a apresentação de seu próprio patrimônio.

Como comentei anteriormente, alguns diziam que o encontro parecia um circo, onde acadêmicos (graduados, especialistas, mestres e doutores) dividiam mesas de discussão com pesquisadores, ditos diletantes, e com a comunidade. Quem eram esses sujeitos que, ao lado de acadêmicos, pretendiam tratar de seu passado-presente? Durante as apresentações alguns colegas diziam: “Para o próximo encontro proporemos que as mesas dos pesquisadores sejam separadas das mesas dos diletantes.” Pois bem, em meio às discussões entre contra e a favor da barragem, de contra e a favor daquela estruturação e organização do evento, surgiram duas moradoras da cidade, Estelamaris Rech Fonseca e Naira Lucia Silva Borges (2004), para apresentar um relato de experiência intitulado “O casamento de Cacau: revivendo o caminho das tropas”. Imediatamente, contagiada por todas aquelas reclamações a respeito do “circo” logo pensei: mais uma apresentação daquelas... Mas resolvi assistir. Estelamaris e Naira se propuseram a apresentar a narrativa de suas experiências na travessia Passo de Santa Vitória, e para isso relataram a viagem que realizaram, em lombo de mulas, ao casamento de Cacau e Maria, da fazenda do Encosto, em Bom Jesus, até outra margem do rio Pelotas (Coxilha Rica, município de Lages, SC).³¹

O casamento de Cacau e Maria, casal que tive a grande felicidade de conhecer, bem como a seus dois filhos, ocorreu em 1984. É interessante pensar no fato do relato ter sido apresentado somente em 2004, 20 anos depois do

³¹ Ver o relato na íntegra no Anexo C.

casamento e 12 anos depois da primeira edição do Senatro. Por que demoraram tanto tempo para compartilhar sua experiência? Duas hipóteses podem nos guiar às prováveis respostas dessa questão. A primeira, que não exclui a segunda, é o fato de que o Senatro recebe a cada ano um número maior de relatos de experiências. O que ocorre talvez pelo incentivo que cada sujeito, de forma indireta, recebe, ao assistir aos relatos apresentados por seus amigos, vizinhos e familiares, na valorização e no reconhecimento de sua história do tempo presente e/ou do passado. Como segunda hipótese, o fato de que no Senatro de 2004 as discussões sobre a construção da usina hidrelétrica Pai Querê estavam intensas. Será que o evento por elas narrado, no momento de seu acontecimento teve o mesmo objetivo e percepção demonstrada na apresentação no Senatro? Talvez não com tanta convicção de seus papéis como agentes potencialmente transformadores de um momento histórico, a construção da barragem. Mas tal evento tomou novo significado em 2004. O ato de trazer a público a experiência deu outro sentido e significado ao local de memória – conforme conceito de Nora (1993) – por elas vivenciado, o Passo de Santa Vitória. A construção da usina foi o grande combustível da apresentação, como afirmou Naira em alguns momentos em que nos encontramos e conforme relatam ao final do texto.

Já na abertura do relato Naira e Estelamaris mostram que têm laços de tropeiros a serem reatados, ou melhor, reafirmados, pois nunca estiveram desfeitos, com amigos de Lages:

Visto que sempre houve uma intensa relação entre as fazendas de Lages com as fazendas de Bom Jesus, **herança dos tropeiros e depois continuada com os torneios de laço e relações comerciais** (compra e venda de gado), vimos aqui o momento de partilhar com vocês e **chamar a atenção para o caminho do Passo de Santa Vitória**. Local, este que foi e é palco de outras tropeadas que caracterizam o cotidiano das pessoas que faziam e fazem uso dele para se locomover, transportar animais e ainda, para as festas, torneios de laço e gineteada, de Bom Jesus em direção às fazendas de Lages – Coxilha Rica. (FONSECA; BORGES, 2004, grifo meu).



Figura 3 – O pessoal se preparando para a travessia do rio Pelotas a caminho do tão esperado casamento do Cacau. (Acervo familiar de Cacau e Maria. Foto a partir do original: Adriana Fraga da Silva).

A herança dos tropeiros, para elas, é seguida no presente com outras finalidades, o comércio e os torneios de laço. No entanto, é um passado que simbolicamente se refaz e, refeito, torna-se presente não pela simples prática, mas mesclado a esta. Seu significado calcado no trânsito pelo Passo de Santa Vitória é agregado do valor simbólico depositado pela história e pela memória da experiência. A memória do passado, que se fez experimentado, permite aos sujeitos a atualização de suas impressões, significados e percepções, bem como do próprio passado. Essa atualização está centrada na experiência, com foco no horizonte de expectativas das autoras do relato.

Ao amanhecer, estávamos todos eufóricos, preparando-nos para a grande aventura, **seguir os caminhos dos tropeiros, muitas vezes realizados por nossos antepassados**, porém desta vez, iria somente a gurizada. (FONSECA; BORGES, 2004, grifo meu).

Seguir o caminho percorrido por seus antepassados teve para elas, como objetivo, no momento do relato, construir expectativas de futuro ao trazer à tona experiências que denotam o significado do lugar e a contradição com a construção da usina hidrelétrica Pai Querê.

Diante da constatação de que este é um caminho que deixará de existir, em função da construção da Usina Hidrelétrica do Paiquerê, já estamos programando uma nova expedição, desta vez acompanhados de nossos filhos. (FONSECA; BORGES, 2004).



Figura 4 – Cacau e Maria no tão esperado casamento. A mãe da noiva ainda marca presença, de olho no genro. (Foto: acervo familiar de Cacau e Maria).



Figura 5 – Abril de 2008, Cacau, Maria e sua filha caçula. Depois de um bom café e muita história, na residência da família, em Bom Jesus, mostram as fotos da família. (Foto: Artur Barcelos, 2008).

O horizonte de expectativas, elaborado a partir da construção da narrativa de um evento passado, apresenta um enunciado discursivo que objetiva atribuir novo valor às práticas, aos locais, e elaborar um caminho à sua preservação, envolvendo futuras gerações. Ao buscar a conexão entre passado, ação presente e futuro, o relato de experiência traz o desejo de um futuro em que outros agentes experimentarão o passado, com outro significado e diferentes percepções (JORGE, 2000; TEDESCO, 2002, 2004).

Após assistir a esse relato fiquei, literalmente, sem rumos para levar adiante as discussões sobre o tropeirismo e o patrimônio cultural que este

envolve, em Bom Jesus. Eu que, saída da academia, local de grande produção de conhecimento, não mais percebia o diálogo de meu trabalho com aquela comunidade. Diálogo que, na verdade, nunca existiu. Sempre que conversei sobre o tal de “ser tropeiro” com alguém da cidade, foi para buscar informações sobre a localização de sítios arqueológicos e não para compartilhar e conhecer as suas experiências com o passado e com a atividade do tropeirismo no presente. Em realidade, usando um termo bastante presente na antropologia, não havia, até então, me deixado tocar pelos objetos. Mas elas sim, Estelamaris e Naira, apresentaram o sentido que esses locais, nesse caso o Passo de Santa Vitória, têm naquele grupo. Elas sim, dialogaram com seus conterrâneos na busca de um movimento de questionamento da construção da usina hidrelétrica Pai Querê e da valorização patrimonial. Justo elas, as não acadêmicas e que, segundo a classificação de alguns participantes, entrariam na qualidade de “atrações do circo”.

Desde 1999, como já comentei, ouvi muitas histórias e vivenciei o esforço de um grupo da cidade em fazer do tropeirismo um atrativo turístico e um veículo para, através do qual, levar Bom Jesus para além de suas fronteiras municipais e regionais. No entanto, o esforço de fazer presente o tropeirismo no repertório patrimonial ativado não iniciou somente nos anos 2000. Mesmo sem ter o turismo como foco, a estruturação das pesquisas da professora Lucila Maria Sgarbi Santos e o lançamento do Senatro em 1992, apoiados e retroalimentados pela ação de outros agentes, acabaram por se tornar os elementos ativadores, propulsores da presentificação do passado latente e da construção do ser tropeiro como fator identitário do hoje. Nesse processo, a participação de proprietários de fazendas historicamente relacionadas ao tropeirismo, artesãos e outros que trazem ao presente uma gama de objetos relacionados à atividade tropeirística, além da culinária, música, causos e contos, etc., tornou-se fundamental. A partir disso discutiremos a ação de diferentes sujeitos que no dia-a-dia fazem de Bom Jesus a Terra do Tropeirismo.

2.2 O elefante e a professora

Certa vez, por volta de 1551, o rei de Portugal, Dom João III, conversava com a rainha, Catarina d'Áustria, sobre um presente a ser enviado ao arquiduque austríaco Maximiliano II, em função de seu casamento com a filha de Carlos V,

ocorrido fazia quatro anos. O presente enviado na ocasião do casamento, segundo Dom João III, não estava digno de união tão importante. Catarina, na busca por alternativas que resolvessem o problema, sugeriu que Salomão fosse o presente. Salomão, ele mesmo. Um elefante que, vindo da Índia, estava em Portugal fazia dois anos, no mais profundo ócio. Quando chegou naquelas terras peninsulares Salomão era visitado por todos, o centro das curiosas atenções e aplausos infantis e adultos. No entanto, tornou-se conhecido e, por isso, cotidiano. O coitado caiu no esquecimento. O elefante, que outrora fora um astro, estava aos cuidados do também indiano Subhro, seu cornaca, e com ele esquecido no tempo e no espaço. Presente apenas, e quem sabe somente pela fagulha da lembrança, na memória da Rainha.

Catarina, talvez preocupada em dar um destino útil ao elefante, convence Dom João III de fazer de Salomão o presente. Entretanto, fato que ela sequer deve ter imaginado, seu papel foi determinante para a história do esquecido, e agora centro do assunto, Salomão. O elefante foi, pela rainha e os demais que com ele estiveram envolvidos na elaboração de seu novo significado, ativado. Compunha parte do repertório do presente de casamento. Ao iniciar a viagem rumo ao local de destino, Viena, para ser entregue ao presenteado arquiduque, o elefante se tornou lembrado pelos que já o conheciam. Foi feito objeto de curiosidade e conhecido por aqueles que o viram pela primeira vez ou dele ouviram falar. Uma nova função foi dada ao ativado Salomão, ser um presente. Um novo significado e papel social foi dado ao elefante, um presente de reis, de poderes, diplomacia, gentileza e laços políticos nele simbolizados. Um objeto passado que se tornou presente, do relampejo de lembrança na memória de Catarina d'Áustria. Até fazer parte do cotidiano e, em consequência, do esquecimento mais uma vez (SARAMAGO, 2008).³²

Certa vez, por volta de 1992, uma professora chamada Lucila Maria Sgarbi Santos também, assim como a Catarina, tirou um elefante da memória e levou o seu Salomão para um novo caminho, para o da história.³³ Porém, o elefante não se chamava Salomão, como o dos reis de Portugal, chamava-se tropeirismo. A professora colocou em prática nossa tarefa de historiadores e arqueólogos,

³² História presente na obra *A viagem do elefante*. Coloco "história" e não "estória", por esse livro tratar de um evento que ocorreu, a viagem do elefante como presente, apesar de fazer parte de uma obra fictícia.

³³ Aqui abordada como representação do passado.

cientes de sua inserção num contexto específico do tempo presente: a de trazer os “elefantes” para o hoje. Com nova roupagem e essência, tirá-los do passado, do empoeirado esquecimento, das memórias. Até que novamente o deixamos de lado, para trazer outro elefante, a partir de outro projeto, ou relembrar o mesmo e conhecer, de forma mais profunda, um elefante já familiar, com novo significado e outra razão prática.

O tropeirismo, em Bom Jesus, remete a uma atividade cotidiana do passado de boa parte da população. Como já posto, e percebido através das entrevistas realizadas, muitos moradores da cidade têm ou tiveram pai, mãe, avó ou avô que, de diferentes maneiras, estiveram envolvidos com essa prática. Um fazer que, de tão presente e cotidiano, assim como o Salomão enquanto estava em Portugal, ficou no passado, mas sempre esteve lá compondo um inventário de elementos potencialmente ativáveis em novos repertórios. A partir do ano de 1992 o “elefante”, em Bom Jesus, foi revisto. Dotado de novas funções, novos significados e novos atrativos. Com nova essência e roupagem, como o Salomão.

O ano de 1992 marcou a trajetória da produção de conhecimento sobre o tema, bem como a história do município de Bom Jesus. Naquele ano, a professora Lucila Maria Sgarbi Santos concretizou um objetivo idealizado desde outros tempos. Foi dado início ao I Seminário Nacional sobre Tropeirismo. Com apoio de pesquisadores interessados pelo tema, oriundos de outras cidades e estados, bem como da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, nascia o I Senatro, com objetivos centrados na construção de um espaço de diálogo entre pesquisadores de outras regiões e no incentivo às novas pesquisas. Mas falar sobre o papel do Senatro na construção da Terra do Tropeirismo é algo sem sentido, se não falarmos da professora Lucila nesse processo. Daquela que movimentou o “Salomão” nas memórias da comunidade.³⁴

³⁴ Faz-se necessário retomar aqui o que já foi posto no início deste capítulo: o tropeirismo não é uma invenção de agentes contemporâneos. Estes, por sua vez, movimentaram os complexos espaços e emaranhados das memórias presentes a várias gerações na comunidade local. Seu papel é central nos novos usos e significados atribuídos às memórias e aos lugares de memórias (NORA, 1993), construção do patrimônio e da identidade. Esses agentes são, paradoxalmente, produto e motor da construção da Terra do Tropeirismo. Agentes ativadores de repertório patrimonial.

Neta de tropeiro e filha de um agricultor que participou, como madrinheiro,³⁵ das tropeadas do pai – o que em Bom Jesus tem poucas chances de ser diferente – Lucila teve essa atividade no cotidiano e nas memórias de sua família.³⁶ Em 1965 formou-se em pedagogia, trabalhou em escolas rurais e escolas da área urbana, superou muitas dificuldades do desafio de ensinar sem os suportes materiais e estruturais desejados. Fez especialização em orientação educacional, no ano de 1971, e anos mais tarde, em 1974, pós-graduação em Métodos e Técnicas de Ensino, na PUCRS. Mas, desde o início da década de 1960, trabalhava como professora nas famosas brizoletas.³⁷ Em meados dos anos 1980, era supervisora educacional da escola Irmãos Ramos, em Bom Jesus. Na busca por melhores metodologias de ensino e de incentivo ao corpo docente da escola, idealizou, em conjunto com o professor Luiz Alberto Marques, um curso para professores do município. A pauta do curso foi metodologia de trabalho dos professores a partir dos saberes locais, da valorização do patrimônio e das histórias dos sujeitos. Ao final da experiência, no ano de 1991, os docentes acharam tudo muito interessante e provocativo. No entanto, o maior desafio estava lançado, segundo relatou Lucila, o de colocar tudo em prática.

A proposta do professor convidado, chamado por Lucila de Betinho, foi mais desafiadora ainda. Deveriam, os docentes que participaram do curso, montar uma exposição com o artesanato, imagens, saberes, etc., de Bom Jesus. Aceitaram o desafio posto. No entanto, Lucila acreditava³⁸ que sequer existia artesanato em Bom Jesus, mas levaram adiante a tarefa para a resolução da atividade.

[...] no final ele disse assim: “Agora vamos, nós vamos fazer uma exposição do artesanato e de fotografias”. “Tá, vamos fazer!” Mas, nós achamos: “O artesanato em Bom Jesus, mas da onde nós

³⁵ O madrinheiro ou a madrinheira de tropas são indivíduos, muitas vezes crianças, que seguem à frente da tropeada, montados na égua madrinha. Uma égua que, com um sino no pescoço e, algumas vezes, enfeitada, conduz a tropa. É o sinuelo da viagem.

³⁶ As informações apresentadas sobre a trajetória de vida de Lucila Maria Sgarbi Santos são provenientes de duas entrevistas, a primeira, realizada em setembro de 2005 por Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, durante o desenvolvimento de sua tese de doutorado em Educação na PUCRS (GRAZZIOTIN, 2008), a quem aqui deixo minha imensa gratidão pela disponibilização da entrevista. A segunda, realizada em janeiro de 2009 por mim, para fins deste trabalho (Apêndice A.1).

³⁷ Escolas construídas em prédios de madeira, por todo o Rio Grande do Sul, com a mesma arquitetura, durante o governo de Leonel de Moura Brizola, como parte do projeto de expansão do ensino no estado.

³⁸ Tanto na entrevista realizada em 2005 por Luciane Sgarbi Santos Grazziotin (2008) quanto na realizada por mim em 2009 (Apêndice A.1).

vamos tirar artesanato aqui?" Menina, quando nós fomos organizar o espaço, fizemos no CTG, que é um local grande, não tinha mais espaço de tanta coisa que surgiu, bordado, ahn, franjas, tramas, trabalho em madeira, o próprio trabalho que o Enor faz com, com, de ossos, fazendo cabos de facas, essas coisas. Enfim, aquelas coisas que fazem parte do dia-a-dia da gente e que tu olha como uma coisa que é normal, que aquilo é da vida, do cotidiano, e não vendo como uma, como uma arte, como uma coisa importante. A partir daí eu disse, bom, agora eu acho que nós vamos começar a lidar com os nossos tropeiros, aí eu já enxerguei um caminho [...]. (Lucila Maria Sgarbi Santos, Apêndice A.1).

Da experiência do curso e da estruturação da exposição, que parece ter sido um sucesso total, novas portas se abriram e outros desafios foram encontrados.

Aí, pensamos muito e organizamos, montamos um projeto, que intitulamos "resgatando nossas raízes"... a metodologia, foi o primeiro objetivo dele, era conhecer a história do município de Bom Jesus, através de quem a viveu e de tudo que fez parte desse processo de formação histórica do município. Como, nós íamos fazer? Aí, organizamos subprojetos, o primeiro subprojeto foi chamado "reconstruir a história através da memória oral: ouvindo e lembrando", chamou esse primeiro subprojeto. Então partimos para uma... para um levantamento de memória oral, eu fiz um treinamento em Porto Alegre, um curso que teve de um serviço estadual de museus e li um xerox de um livro que agora eu não estou lembrada o nome, mas eu tenho em casa o xerox de como se organizar, compramos um gravador, fizemos promoções para comprar o gravador e a máquina fotográfica para a secretaria, que não estavam previstas no orçamento essas despesas, aí foi através de lei, o prefeito propôs uma lei, criando o Departamento de Cultura e estruturando esse Departamento de Cultura, não criando, que existia já, mas organizando, dando os objetivos, o que faria parte desse departamento [...].³⁹

Desde o início de sua carreira como docente e do curso realizado em 1991, Lucila conduz, de forma muito diplomática e produtiva, as relações com o poder público, no qual buscou e, de várias formas e intensidades, encontrou apoio na estruturação de ações em prol de seus projetos. Com maestria transita nas relações entre projetos – Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prefeitura Municipal – comunidade.

Em 1992 surgiu o Senatro. Nesse momento, o envolvimento de Lucila com o tropeirismo não se fechou somente em suas vivências e memórias familiares,

³⁹ Entrevista com Lucila Maria Sgarbi Santos, realizada em 21 de setembro de 2005 por Luciana Sgarbi Santos Grazziotin (2008) como parte de sua pesquisa de doutorado na Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Transcrição da entrevistadora.

mas também em sua atividade de pesquisadora. Principalmente, quando percebeu que, nas entrevistas que realizou, para o projeto “resgatando nossas raízes”, ao perguntar a profissão do entrevistado, ou de seus pais, os termos “tropeiro” e “madrinheiro” eram recorrentes. Inicialmente, desejou organizar um evento para discutir os mangueirões e os corredores construídos em pedra. Entretanto, ao conversar com colegas, concluíram que tal tema seria esgotado em dois ou três encontros. Foi então que surgiu a ideia de fazer algo mais amplo, um seminário para discutir o tropeirismo em suas diversas facetas.

Na primeira edição do seminário, Lucila relata que não tinham experiência na organização de eventos desse tipo; não havia, por exemplo, um espaço reservado para apresentação de comunicações. Superados os primeiros problemas, o seminário foi aberto com direito a comunicações, palestras e visitas a lugares históricos relacionados ao tropeirismo no município. No I Senatro não houve espaço para os relatos de experiência. No entanto, ao ver que os ex-tropeiros(as) e ex-madrinheiros(as) que participavam do evento estavam sempre cercados de pesquisadores que faziam perguntas o tempo todo, propôs, na segunda edição, reservar um espaço para esses relatos. O momento dos seminários em que os relatos foram apresentados variou muito. Já estiveram numa mesa única, inscritos como comunicadores, etc. Enfim, o que é aqui mais significativo é que esses relatos fazem parte do evento e que representam, além da socialização dessas fontes de pesquisa – as experiências e memórias –, um canal de valorização das trajetórias de vidas, da história local, do ingresso de novos sujeitos na história, da valorização do patrimônio ligado ao saber/fazer dos tropeiros. E, como fruto colhido do espaço aberto, o aumento da autoestima dos relatores e da comunidade como um todo. A agência dos sujeitos históricos é posta em pauta. Cumprindo assim um importante papel social. As palestras ficam a cargo do que Lucila chama de “vacas sagradas”, sem deixar de dar espaço para a comunidade, para a realização e participação em oficinas, comunicados, etc.

A cada Senatro são proporcionadas visitas a algum sítio arqueológico ou outro local relacionado ao tropeirismo, tais como: corredores de tropas, fazendas, o criatório de mulas, o Museu e Arquivo Municipal, etc. O seminário é interrompido por um dia, ou um turno, para o desenvolvimento da atividade de visitação, geralmente acompanhada de um delicioso almoço de confraternização,

onde é servido um churrasco ou comidas tropeiras, sobre as quais comentarei mais adiante.

No primeiro seminário a visitação ocorreu no que era então o 4º Distrito de Bom Jesus, hoje município de São José dos Ausentes,⁴⁰ com almoço de confraternização na fazenda do Arvoredo. O objetivo era mostrar aos participantes os mangueirões de taipa.⁴¹ Em novembro de 1993, ano de lançamento do seminário seguinte, de 1994, foi promovida uma cavalgada, a “Cavalgada da Integração”, entre o município de Lages e Bom Jesus. A integração se deu através do Passo de Santa Vitória, na travessia deste. Esse local, aqui abordado, na perspectiva de Nora (1993), como lugar de memória, está além da condição de cenário à história. Trata-se de um lugar (THOMAS, 1996) repleto de significados que denotam a atividade tropeirística. O correlato material representativo da construção da identidade calcada nesse fazer do passado.



Figura 6 – Cavalheiros bom-jesuenses na fazenda da Guarda, 1º Distrito de Bom Jesus, local de partida para encontro dos cavalheiros de Lages, e faixa do lançamento do II Senatro. (Fotos: Lucila Maria Sgarbi Santos. Em: 23/11/93. Acervo: Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. Códigos de localização: 1915 e 2941, respectivamente).

⁴⁰ O município de São José dos Ausentes foi emancipado de Bom Jesus em 1992. A emancipação significou um impacto negativo nos projetos turísticos de Bom Jesus, uma vez que os tão visitados e atraentes Aparados da Serra passaram a pertencer a São José dos Ausentes.

⁴¹ As mangueiras (currais) são estruturas construídas para proteger o gado, mantê-lo preso. São como cercados e podem ter formato circular, retangular, quadrado, etc.; “taipa” é o termo regionalmente utilizado para designar muros construídos em pedras encaixadas, sem rejunte. Para imagens e comentários sobre essas construções ver Silva, A., (2006).

2.3 O cordão umbilical ainda não cortado

A Cavalgada da Integração teve outros dois objetivos, além da já dita integração entre os municípios: o lançamento do II Senatros e o início das reivindicações para o tombamento municipal do Passo de Santa Vitória, que mantém parte das relações históricas entre os municípios de Bom Jesus e Lages.

O tropeirismo é, a cada dia, afirmado como um identificador do município. Identificação em parte alimentada também pelas ações da professora Lucila – no projeto “resgatando nossas raízes” – e pela organização do Senatros. A estruturação da Terra do Tropeirismo recebe a “manutenção”, que garante sua construção e reafirmação, na continuidade dos projetos de Lucila e na existência de materialidades e memórias que, de uma maneira ou outra, contribuem para manter presente o passado revisto. No primeiro momento da pesquisa, ao estruturar o projeto de doutorado, percebia que o epicentro material⁴² da construção do “ser tropeiro” estava no Registro de Santa Vitória, em suas ruínas. Esse era o local onde o II Seminário fora lançado e que, de diferentes maneiras, esteve presente nas falas daqueles com quem mantive contato nos primeiros anos de trabalho na cidade.

No entanto, na pesquisa do acervo do Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus, referente à Cavalgada da Integração, aos seminários (Senatros), ao processo de tombamento do Passo de Santa Vitória e do Passo do Meio,⁴³ ao relato de Estelamaris e Naira, e nas observações e entrevistas que realizei entre agosto de 2007 e janeiro de 2009, percebi que o ponto de partida de minha tese – que propunha analisar o Registro como o centro das relações e tensões socioculturais do passado e como referência (correlato) material na construção da identidade local do tempo presente – se desfez. Em grande parte das fontes pesquisadas o Passo de Santa Vitória é um dos epicentros. Não se trata de um único centro, mas de várias representações materiais e imateriais que se retroalimentam e dão sentido à construção dessa identidade.

As ruínas do Registro de Santa Vitória tornaram-se conhecidas, para a comunidade, somente em 1992. Para Lucila, a falta de conhecimento sobre a ruína e de sua relação com o tropeirismo fez com que esse sítio arqueológico não

⁴² Referindo-me à materialidade que se tornou mais significativa e representativa no processo de construção da Terra do Tropeirismo e na manutenção desta como parte da identidade local.

⁴³ O Passo do Meio é localizado no rio das Antas e foi tombado municipalmente em 2000.

fosse tombado municipalmente com o Passo.⁴⁴ “Não, não entrou porque nós não sabíamos nem que tinha essa ruína.” (Lucila Maria Sgarbi Santos, Apêndice A.1). O que não significa dizer que esse sítio não é importante como lugar de memória e de grande potencial patrimonial e de pesquisa. Ele foi e ainda o é. O que aponto, nesta análise, é que temos, além do Passo, um outro inventário de cultura material que parece estar em primeiro plano nas lembranças e memórias da população quando o assunto é tropeirismo, conforme será tratado no capítulo 4.

Em abril de 2008, após o encerramento do IX Senatro, fomos⁴⁵ ao Passo de Santa Vitória. Naquele final de manhã havia entrevistado Manoel Gaspar, um ex-tropeiro da cidade, ativo participante do Senatro e de outras ações que envolvem o tropeirismo no município. Ao surgir a possibilidade de ir ao Passo, ele de imediato se mostrou pronto para acompanhar, por convite de Helmut e de sua esposa. Manoel Gaspar, o guia perfeito, pois suas experiências nas travessias daquele passo são bem conhecidas pelos que se envolvem com o tema do tropeirismo na região. Ao chegar à fazenda do Xaxim, por onde temos acesso ao Passo de Santa Vitória, andamos poucos metros e, mesmo numa camionete Rural Willis bem conservada, não tivemos como prosseguir sobre rodas. O jeito foi seguir a pé mesmo, por aproximadamente três quilômetros. E lá fomos nós, acompanhados de Manoel Gaspar, que contou muitas das suas experiências como tropeiro e das tantas vezes que pelo Passo Santa Vitória cruzou.

Durante a caminhada de ida nada comentei com Manoel Gaspar sobre o Registro de Santa Vitória, silencieei sobre esse elemento na espera de que ele próprio falasse algo sobre o sítio. Para chegar ao Passo passamos ao lado, quase que por dentro, da ruína. No entanto, já estávamos ao lado desta e nada de Manoel Gaspar comentar algo. A única “Santa Vitória” a que fazia referência era o Passo. Foi então quando falei: “E aqui, no capão de mato, temos as ruínas do Registro de Santa Vitória!” Somente depois desse comentário ele recordou-se das ruínas lá evidentes e nos levou a cruzar pelo meio da estrutura. Mas, ainda assim, sem muitas referências compartilhadas conosco. Nesse momento,

⁴⁴ Decreto nº 3248, de abril de 1994, que “tomba como Patrimônio Histórico e Cultural, o Passo de Santa Vitória, no Município de Bom Jesus” (SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995, p. 182). Ver Anexo D.1.

⁴⁵ Artur Barcelos, operando a câmera, eu e um casal que, ao final do Senatro, desejava conhecer o Passo de Santa Vitória. Foi uma boa combinação: eu precisava retornar ao local e não tinha um veículo adequado para enfrentar a estrada que, a partir de um determinado trecho, já na fazenda do Xaxim, fica intransitável, e eles tinham o desejo de conhecer, tinham um veículo com tração nas quatro rodas e não sabiam como chegar lá. Como dizem: “juntamos a fome com a vontade de comer” e ainda fiz dois novos amigos.

proveitei para explicar ao casal, que gentilmente nos levou em sua camionete até lá, do que se tratava aquela estrutura construtiva. E Manoel Gaspar quieto! Aqui, o que é deixado de fora da narrativa é tão interessante e rico para análise quanto o que é dito (BENDER, 1998).



Figura 7 – Abril de 2008, visita ao Passo de Santa Vitória em companhia de Manoel Gaspar, que seguia sempre à frente, guiando nosso caminho com as histórias de suas vivências como tropeiro, rumo às margens do rio Pelotas. (Fotos: Adriana Fraga da Silva, 2008).



Figura 8 – Manoel Gaspar sentado em frente ao Passo de Santa Vitória relatando suas experiências nas tantas travessias que realizou enquanto trabalhava como tropeiro ou para documentários e programas de televisão. À direita, nosso retorno à cidade com a noite já posta. (Fotos: Adriana Fraga da Silva, 2008).

O silêncio de Manoel Gaspar sobre o Registro foi mais um sinal de alerta que piscava sobre as ideias iniciais deste trabalho. Estava diante de mais um indício de que o Registro não fora, ou não é, para população local, mais significativo que o Passo. O Registro faz parte do inventário patrimonial, mas não compõe o repertório hoje apresentado. O Passo sim, presente em inúmeras histórias, nos remete à vivência e experiência do lugar (BENDER, 1998). Manoel Gaspar narra memórias dos tempos de tropeiros, com especial destaque para as dificuldades na travessia do Passo. Memórias que remetem a experiências próprias, do vivido. O Registro, por sua vez, não foi por esse agente vivenciado como tal. Para ele o sítio é uma referência de memórias alheias, do vivido de

outros. Referências de um passado muito distante dele, compartilhado apenas no fato de tratar-se da atividade tropeirística.

No relato de experiência de Estelamaris e Naira também é mais de uma vez enfatizada a relação entre as famílias de Lages e Bom Jesus, como herança dos tropeiros. Relação essa que se dá pelo Passo de Santa Vitória. O próprio casal, Maria e Cacau, representam esta relação. Cacau trabalhava, e ainda hoje trabalha, na fazenda do Arame, mas é natural da Coxilha Rica,⁴⁶ bem como Maria. Cacau passou boa parte de sua vida em Bom Jesus, lá chegando com seis anos. No entanto, seu casamento ocorreu “na Coxilha”, como se referem a essa localidade catarinense. Após o dia do casamento retornou a Bom Jesus, dessa vez com Maria. Depois de outros quatro noivados, Cacau finalmente cumpriu com o prometido. Casou-se!⁴⁷

Foi através do Passo que muitas famílias se formaram, como no caso de Maria e Cacau, e laços de trabalho e amizade foram mantidos. Gessira e Maria sempre contam que as moças da Coxilha, naquele tempo, desejavam casar com os gaúchos de Bom Jesus, tidos como mais ricos e bonitos. Os namoros e os casamentos só poderiam dar-se tendo o Passo como elo físico de aproximação. Ao conversar com Cacau e Maria, em abril de 2008, este disse que o Passo era o cordão umbilical que os mantinham ligados a familiares e amigos da Coxilha. Cordão umbilical. Essa forte expressão coloca o Passo, literalmente, como condição vital de alimentação das relações sociais contemporâneas, ao menos da comunidade que vive mais próxima dele. O cordão umbilical, o Passo de Santa

⁴⁶ Coxilha Rica é uma localidade que fica junto ao Passo de Santa Vitória, na margem direita do rio Pelotas, em Santa Catarina, município de Lages.

⁴⁷ Cacau é um sujeito de uma alegria e espontaneidade contagiantes, bem como Maria. Teve fama de noivo fujão, pois abandonou quatro noivas antes de se casar com Maria. Segue fragmento de conversa registrada na casa de Cláudio e Gessira Borges, com esse casal, eu, Leonardo Borges (filho de Cláudio e Gessira) e Artur Barcelos (que auxiliou com as filmagens em campo), ao redor do fogão a lenha, numa fria noite de abril de 2008:

[Adriana] Mas o Cacau fugiu de uma noiva então, Cacau?

[Cacau] Barbaridade, eu fui noivo cinco vez.

[Adriana] Pelo amor de Deus (risos).

[Gessira] Mas e com as outras como é que tu terminou?

[Adriana] Ainda bem que achou a Maria e se aquietou, senão ia deixar o mulherio chorando aí pela Coxilha Rica e Bom Jesus.

[Cacau] Eu noivava só pra fazer festa, comer galinha (risos).

O “comer galinha” a que Cacau se refere é a galinha com arroz, um prato seguidamente servido nos dias de junção de muita gente, como em festas, por ser rápido e prático de ser feito. Além disso, leva como ingredientes básicos arroz e galinha, dois itens sempre presentes em unidades rurais. E, como um bom festeiro que é, Cacau gostava de um arroz com galinha, mesmo que significasse a festa de noivado de um casamento que de início já sabia que não aconteceria.

Vitória, é um forte epicentro das relações entre comunidades e da relação de parte dos bom-jesuenses com o tropeirismo.

O Registro, mencionado por muitos, é algo importante que lá está, mas não é vital para a manutenção das relações enquanto não for ativado no repertório patrimonial local. A Cavalgada da Integração, os relatos de Estelamaris e Naira, de Maria e Cacau e de Manoel Gaspar nos remetem ao reviver o lugar, o Passo, e a dar a este, no tempo presente, uma nova função e significado, diferente do que tinha no passado. É-lhe atribuída nova materialidade.

A experiência desses agentes nesse lugar de memória faz com que um horizonte de expectativas seja lançado sobre o Passo e, a cada evento vivenciado ali, as referências do vivido se fazem presentes através das expectativas do futuro e da manutenção dos laços que, como colocam Estelamaris e Naira, foi “herança dos tropeiros” (FONSECA; BORGES, 2004 – Anexo C). O evento, para o caso da travessia de ida ao casamento de Maria e Cacau e a Cavalgada da Integração, indica o reviver. Nesse sentido, como evento refiro-me, a partir de Sahlins (2003, p. 7), a “uma atualização única de um fenômeno geral”, o tropeirismo. O “evento” não se fecha no tempo de seu acontecimento, mas é passado presente. É o mítico alcance do passado, o reviver, no tempo presente.

Nesse caso, o Passo de Santa Vitória extrapola sua “origem natural”, limitado a um local formado por ações geomorfológicas. Ao ser nomeado, vivenciado e ao ser atribuído de diferentes significados, o Passo tem, junto à sua natureza primeira, a natureza social e histórica. Nessa perspectiva, esse local de passagem também pode ser apontado como parte da materialidade cultural humana. Revestido de função e significado, experimentado pelos sujeitos, o Passo entra para o inventário da cultura material, pois só existe enquanto tal pela e na ação humana.

A cavalgada de 1993 abriu espaço para a discussão sobre o tombamento do Passo, e nesse aspecto o silêncio de Manoel Gaspar sobre o Registro de Santa Vitória em nossa caminhada de 2008, se não é revelador, é instigante. Ao alcançarem o tombamento do Passo, em 1994, os agentes centrais desse movimento e reivindicação não incluíram neste processo o tombamento da ruína do Registro, sendo por fim somente o Passo tombado. O que me leva a reforçar as ideias postas anteriormente: o Passo como o cordão umbilical, como o lugar de memória, como o local dos eventos que fazem do passado, presente.



Figura 9 – Cavalarianos bom-jesuenses no início da travessia do rio Pelotas. (Foto: Lucila Maria Sgarbi Santos. Em: 23/11/93. Acervo: Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. Código de localização: 2934).



Figura 10 – Lançamento do II Senatro, realizado durante a Cavalgada da Integração, ocorreu nas ruínas no Registro de Santa Vitória. (Foto: Lucila Maria Sgarbi Santos. Em: 23/11/93. Acervo: Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. Código de localização: 2945).

Em todos esses movimentos de ações para o tombamento e na organização da cavalgada lá esteve a professora Lucila. Agora não apenas num papel comparável ao da Rainha Catarina D'Áustria, que retirou das memórias o elefante. Nossa professora passou a exercer, junto a outros agentes da cidade, a função de cornaca. Por trabalhar junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Bom Jesus, Lucila, como parte e, paradoxalmente, como

questionadora, de algumas ações do órgão público-administrativo, segue à frente da organização do Senatro, de projetos que fomentam pesquisas sobre o tema na região e de sua inserção no cenário turístico. A partir das suas idealizações várias pessoas envolveram-se com o tema. E, daquele seminário tão sonhado e concretizado em 1992, outras inúmeras ações surgiram a caminho da construção da Terra do Tropeirismo. São alguns deles: o conhecimento dos sítios arqueológicos, a reativação do criatório de mulas na fazenda do Cilho; o reconhecimento da história local e individual através de projetos de história oral; a participação nos Senatros de pessoas que não são ligadas à academia; o projeto turístico, o trabalho educacional realizado nas escolas; o lançamento de materiais didáticos; as exposições; o incentivo à pesquisa da culinária dita tropeira; o artesanato local, etc.

Até o final desta tese tratarei, pouco a pouco, de cada um desses elementos, os quais tenho observado. Buscarei analisar o seu papel na construção da identidade local e o envolvimento, significação e valorização da comunidade para com estes elementos.

2.4 A cultura conveniente na esteira da história: na sequência da vó

O Senatro é um elemento irradiador de novas ideias, negócios, valores, percepções, etc., em que se inclui a retomada do criatório de mulas localizado na fazenda do Cilho, pertencente a Cláudio e Gessira Borges. Conheci esse casal no ano de 2004, quando iniciei as pesquisas para o trabalho de mestrado, mas muito já havia ouvido falar deles. Naquela ocasião, com meu olhar direcionado apenas para o tropeirismo no tempo passado, não observei a estruturação, a dinâmica e o papel do criatório na Bom Jesus contemporânea. Bem, tenho de considerar que minha abordagem era outra e os objetivos da pesquisa também eram distintos. Desde fevereiro de 2008 aproximei-me com maior frequência dessa unidade familiar.⁴⁸ Passei alguns finais de semana e feriados na fazenda e pude vivenciar a dinâmica do criatório, a estrutura organizada para fazer deste um ponto de turismo rural e histórico, bem como conversar muito com Gessira e

⁴⁸ Gessira e Cláudio também participaram da mulada ao casamento de Cacau e Maria. Naira, uma das apresentadoras do relato de experiência sobre essa façanha, é irmã de Cláudio.

Cláudio sobre o “ser tropeiro” em Bom Jesus e as problemáticas da construção da Terra do Tropeirismo.

Há aproximadamente uma década Cláudio Borges e seu irmão decidiram retomar a atividade antes desenvolvida por sua avó. O surpreendente e interessante dessa história é que, até então, não sabiam que sua avó havia tido um criatório de mulas. Segundo Cláudio, mulas famosas, no Sul e Sudeste do Brasil, por sua qualidade e beleza. A descoberta desse pedacinho de passado da família se deu em uma das edições do Senatro.

Essa ideia é... Essa ideia veio do seminário sobre tropeirismo. Então a gente participando do seminário, de curioso, começou a conversar com os palestrantes, e chegou um senhor, se eu não me engano parece que era paulista, e perguntou pra nós ali, que éramos da região: onde que tinha um criatório de mulas, que era de uma senhora, que as mulas eram todas gateadas? E a gente não sabia, não sabia, ninguém sabia da região. E eu cheguei, nós chegamos em casa e perguntamos pro pai. Comentando do seminário e tudo, que estava muito bom e perguntamos pro pai: pai, o senhor que é mais velho, quem era que tinha uma tropilha de mula gateada aqui em Bom Jesus, que os caras falaram hoje lá, perguntaram no seminário? Daí eu me lembro bem assim, a gente conversando com o pai, escorreram duas lágrima dele, ele disse “era da minha... as mulas eram da minha mãe”. Então, aí que foi, que nós estávamos, eu, meu irmão, que é veterinário, nossa família ali, que ele resolveu, disse “vamos, vamos comprar um burro. Vamos fazer um criatório de mulas, pra nós continuarmos, fazer a sequência da vó, que a vó gostava.” O pai gostava bastante, ele nunca teve tantas mulas, tinha duas, três mulas, sempre ele comprava. (Cláudio Borges, Apêndice A.2).

A ideia, vista por alguns como maluca, como dinheiro posto fora, deu certo. Cláudio e seu irmão compraram um burro, o Espanhol, e a partir dele e de algumas éguas matrizes, deram início ao criatório, como eles dizem, para “fazer a sequência da vó”. Cláudio comenta que seu pai não poderia ter ficado mais feliz com a ideia. Além disso, ao saber que era do criatório de mulas de sua avó que tanto se comentava no Senatro, Cláudio sentiu-se feliz e orgulhoso demais. A retomada do criatório abriu espaços para outras atividades, além da produção e da venda de mulas, como o turismo e ações educacionais. Cotidianamente o criatório recebe escolas locais, pesquisadores de diferentes áreas do saber, além de turistas. Gente de todos os cantos, com diferentes interesses.

A relação do criatório com o turismo, apesar de não ter ocorrido imediatamente, propiciou a retomada de outros aspectos relacionados ao tropeirismo, para além da produção de mulas, como por exemplo: culinária,

cavalgadas e muladas, para fazer dos turistas tropeiros por um dia. E o pessoal capricha na alegoria dos passeios com os turistas.

[Cláudio] A gente começou a, tinha o criatório, e a gente começou o turismo e tudo, né, então o pessoal chegava aqui ah, e falava “ah meu pai era tropeiro”, meu isso, aquilo e aquilo outro. Então o pessoal, pra surpresa nossa, da outra vez, o pessoal já trazia o pai, junto no turismo, e diziam “mas eu era tropeiro, eu quero ver o criatório”. E a gente tem tudo montado, as bruacas, cangalhas...

[Adriana] Todo o aparato.

[Cláudio] ... todo o aparato do, da tropeada, então a gente botava o pessoal, encilhava uma mula, o homem que era tropeiro, que foi tropeiro antigamente, montava na mula e a gente arreava uma mula outra, pra ele sair puxando. Muitas vezes, assim, até a gente se emociona sabendo que o pessoal chegou, desceu da mula e disse assim “hoje, agora, eu posso morrer feliz, porque montei numa mula de novo, fui tropeiro de novo por um dia”, então isso aí emociona bastante a gente, porque o pessoal revive o passado. Então, e foram uns quantos assim, que faz e volta, vem aqui, outros que querem andar na mula porque o avô dele era tropeiro, e ele quer. O avô conta muita história, então ele quer ver como que era, então monta na mula, pega o cargueiro, sai puxando. O pessoal diz, “bah, mas era difícil a vida de tropeiro”, e aí a gente explica tudo pra eles, como que era tudo. Mas é um negócio muito bom, muito bom, que associou muito bem com turismo. (Cláudio Borges, Apêndice A.2).

Na boa associação da história familiar com o turismo, Cláudio acredita manter a história de sua família ou, quem sabe, a sua família na história, bem como contribuir para manter as “raízes” da cidade, como ele mesmo aponta.

Uma mítica volta no tempo é publicitada em anúncios turísticos, instrumentos cada vez mais presentes na vida cotidiana desse negócio familiar. O alvo da divulgação são os turistas que buscam o turismo rural e cultural, foco da fazenda. Visitantes que almejam o autêntico tropeirismo, tal qual fora em tempos passados. E assim, a família o promete fazer, como no *box* de uma matéria em caderno de turismo de um jornal regional: “A fazenda de 1,1 mil hectares é ideal para vivenciar um dia de emoções e voltar ao século passado quando lá viviam tropeiristas.”

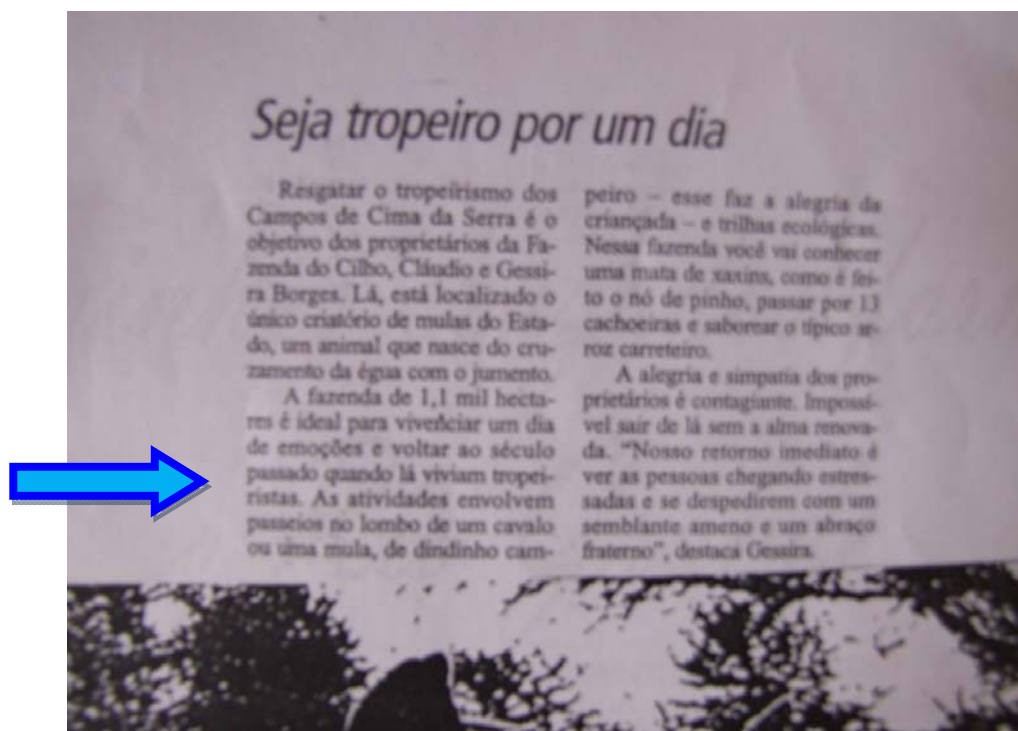


Figura 11 – Anúncio publicado em jornal regional, *O Pioneiro*, em maio em 2004, como parte do caderno de turismo, numa edição especial para Bom Jesus. (Acervo familiar de Cláudio e Gessira Borges).

Em maio de 2008 após já ter, no mês de abril, passado uma semana na cidade, em função do IX Senatro, retornei, por duas vezes, à fazenda do Cilho. Cláudio havia, durante o Senatro, dito que tinha uma surpresa. Ao chegar na fazenda, onde passamos mais três dias, ficamos sabendo da maravilha que ele e Gessira haviam preparado. Tanto falamos, quando em fevereiro entrevistei o Cláudio e nas conversas que tivemos em abril, dos atrativos turísticos da fazenda, que me foi dada oportunidade de fazer uma mulada com ele, da fazenda até a confluência dos rios Touros e Pelotas. Até aí não havia tanta surpresa, pois nesse trajeto Cláudio está acostumado a fazer com os turistas ou para programas de televisão, como foi o caso do *Globo Rural*.⁴⁹ A surpresa estava no novo itinerário por ele planejado, na verdade velho: nos levou até o

⁴⁹ Em 2006 uma equipe da Rede Globo de Televisão, do programa *Globo Rural*, refez um dos caminhos de tropas. Saíram de Cruz Alta (RS), em 23 de março de 2006, e seguiram, com parte da equipe em lombo de mulas, até Sorocaba (SP), onde chegaram em 26 de maio de 2006. No caminho mostraram fazendas relacionadas ao tropeirismo, entre elas a do Cilho, paisagens em geral, ex-tropeiros, etc. Além do que foi apresentado no programa, em diversos episódios semanais, tal façanha teve outros dois produtos: a coleção de DVDs com todos os episódios da viagem e um livro com o diário da viagem. (RIBEIRO, 2006).

Passo seguindo o que ele apresentou como o “caminho original”. Com turistas, em geral, Cláudio mescla trechos da antiga estrada e trechos modernos.



Figura 12 – A partida. Cláudio segue à frente levando as duas mulas que mais adiante foram utilizadas por Lucila e Artur. E eu sigo, acima e atrás das orelhinhas que estão no primeiro plano, no burro Preto. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2008).



Figura 13 – Cláudio preparando as mulas para a segunda parte da viagem. Agora com dois novos participantes. No meio da manhã encontramos Lucila e Artur, que de carro nos alcançam na fazenda da Guarda. (Foto: Artur Barcelos, 2008).

Na noite anterior à mulada telefonei à professora Lucila para contar a surpresa de Cláudio e Gessira. Ela, que não deixa passar em branco uma aventura, feliz da vida, disse que conseguiria nos acompanhar. O grupo estava montado: Lucila, Cláudio, Artur e eu. Saímos, Cláudio e eu, às 7h da manhã. Aos poucos, à medida que a cerração se dissipava, conseguíamos visualizar aqueles campos de relevo suave e bem pertinho do céu, como costumo brincar, que são os Campos de Cima da Serra. Antes da partida Gessira, na noite anterior,

preparou uma farofa de galinha e pinhão, separou algumas frutas e biscoitos caseiros. Pela manhã pegamos água, colocamos os mantimentos numa mala de garupa e nos fomos campo a fora. O preparo do passeio envolve um aparato material complexo e bastante diversificado: materiais para arrear as mulas, para transportar e servir o almoço, etc., que têm o objetivo de fazer o turista se sentir como agente do tropeirismo. Como tropeiro por um dia! Cláudio relata como organiza:

[...] sai em comitiva, vai até o rio, vai lá, visita o Passo e volta, e leva a comida, a paçoca de charque, o café de chaleira, a gente faz o aparato completo pro pessoal se sentir tropeiro por um dia, e tem outras rotas também, mais perto, pro pessoal que quer ir mais perto ou quer dar uma volta mais perto, ou quer tocar um gado, assim tropeiro... Também, botar a mula e tocar, botar uma a uma a tropear junto, a gente reúne o gado e larga também, o pessoal. Então isso aí, o pessoal vem, a gente faz conforme a disponibilidade deles. Às vezes uma pessoa já de idade, não pode ir até o rio, não aguenta ir até lá embaixo, então, então a gente faz uns passeios por aqui, pela casa mesmo.⁵⁰ (Cláudio Borges, Apêndice A.2).



Figura 14 – Cláudio mostrando fragmentos do antigo caminho, próximo ao rio dos Touros. (Foto da esquerda: Artur Barcelos, 2008. Foto da direita: Adriana Fraga da Silva, 2008).

O fazer a mulada remeteu-me a um novo paradigma de tropeirismo, não aquele que investiguei no mestrado, focado no tempo passado, mas das apropriações e construções sobre o passado, próprias das dinâmicas do mundo

⁵⁰ Interessante que Cláudio em nenhum momento de nossa viagem, e da entrevista realizada anteriormente, falou sobre o Registro de Santa Vitória. Sua relação, sua referência com o rio Pelotas é através do Passo da Santa Vitória. Sobre as tantas travessias que já realizou ali contou mil aventuras, das quais em grande parte foi acompanhado de Manoel Gaspar, e dos respectivos filhos, em muitos casos para gravações de programas de televisão, documentários, etc.

contemporâneo. Um evento dirigido por aqueles que vivenciaram ou ouviram relatos de quem vivenciou essa atividade. Cláudio e Gessira construíram, na trajetória da avó dele, um horizonte de expectativas que remete a um novo saber/fazer baseado no conhecimento do passado.

Para atender aos turistas, fazer deles tropeiros por um dia, o casal pesquisa constantemente, a partir daquilo que as narrativas locais mostram e da observação. A esse reviver o passado, na estruturação de diferentes eventos, outros atrativos são ofertados na fazenda, como parte do “pacote” desfrutado pelos turistas, como: banho de cachoeira, a culinária, pinhão na chapa do fogão a lenha, os trabalhos artesanais, os passeios a cavalo no entorno da propriedade, etc.

Cláudio já estava “na sequência da vó” quando aprendeu a confeccionar todos os objetos utilizados para arrear mulas e para montaria, cargueiro, etc. No entanto, esse aprendizado foi fruto da observação do fazer de velhos tropeiros, como Manoel Gaspar e tio Juca, este último já falecido, e da participação do casal nos Senatros. Segundo Cláudio, um dos momentos de grande aprendizado se deu em meados dos anos 1990, quando frei Arlindo Battistel iniciou a captura de imagens para produção de um documentário e de uma publicação (BATTISTEL, 2008) sobre várias práticas cotidianas das áreas chamadas de colônia.⁵¹ Para o caso de Bom Jesus, frei Arlindo registrou a confecção de velas, a culinária e as lides tropeiras, o fazer pão, o torrar café, o fazer o charque, o cruzar o Passo de Santa Vitória, etc. Cláudio relata que nesse evento⁵² aprendeu, observando Manoel Gaspar e tio Juca, a confeccionar vários utensílios, a montar acampamentos e a arrear mulas.

Os objetos confeccionados por Cláudio e seu filho, Leonardo, remetem à cultura material do passado. São artefatos produzidos no hoje, mas tão significativos quanto os “daquele tempo” na representação⁵³ da atividade dos tropeiros. Nesse sentido, a fazenda do Cilho é um importante irradiador de novos usos, contextos e consumos da cultura material relacionada à prática tropeira. Busca, a família Borges, proporcionar ao visitante a vivência de um dia de tropeiro. Uma experiência em que o

⁵¹ Como “colônias” frei Arlindo refere-se às áreas de colonização italiana. Bom Jesus é uma destas. No início do século XX, recebeu descendentes de colonos italianos, vindos da região de Antônio Prado (RS) (SANTOS; GRAZZIOTIN, 2008).

⁵² Aqui “evento” remete ao conceito apresentado anteriormente (SAHLINS, 2003).

⁵³ No capítulo 4 apresento como o conceito de representação, nesse estudo de caso, é utilizado na compreensão das materialidades da cultura material em diferentes contextos.

turista degusta essa lide através da vivência da cultura material que representa e intermedeia a relação presente-passado na atividade turística, ao passo que também faz deste um cúmplice e participe da história local ou um mítico (re)visitante de sua própria história, conforme verificaremos no capítulo 3.



Figura 15 – Manoel Gaspar e tio Juca confeccionando uma bruaca. (Foto: frei Arlindo Battistel, digitalizada em 2005).



Figura 16 – Cláudio Borges expando os artefatos necessários para arrear uma mula e a matéria-prima captada na região. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2008).



Figura 17 – Manoel Gaspar demonstrando como dobrar a capa do tropeiro, vestimenta indispensável para enfrentar o frio dos Campos de Cima da Serra. (Foto: frei Arlindo Battistel, digitalizada em 2005).



Figura 18 – No galpão da fazenda do Cilho, além de muita lenha e pedra para manutenção das taipas, ficam guardados os utensílios utilizados para arrear mulas. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2008).

As cangalhas, bruacas, sacas, cestos, peçuelos, baixeiros, cinchas, cabrestos, são alguns dos nomes dos elementos da cultura material produzida na fazenda. Cláudio e Leonardo, ao observarem Manoel Gaspar e tio Juca produzirem os objetos, logo buscaram alcançar a mesma destreza e dar início à sua produção, a qual tem como objetivo suprir as demandas internas de manutenção das atividades cotidianas da família na fazenda, fornecer a tralha necessária à atividade turística e suprir uma e outra encomenda externa que aparece.

A matéria-prima para a produção, couro, fibra vegetal e lã de ovelha,⁵⁴ é captada e preparada na própria fazenda. Para as atividades de seu cotidiano privado, Cláudio utiliza cordas de materiais sintéticos para as amarrações dos arreios dos muares. Entretanto, em momentos festivos e demonstrativos, tem todo o cuidado em não fazer uso desse tipo de material, dando, então, prioridade máxima a materiais por ele chamados de “naturais”, na busca da produção mais autêntica⁵⁵ possível. Segundo Cláudio, a professora Lucila fomenta esses cuidados.

[Cláudio] Mas quer ver, que ver braba, fica brava a tia Lucila, se aparecer uma coisa de corda.

[Adriana] Se aparecer de corda?

[Cláudio] De corda assim, de, uma corda, uma coisa do cabresto, na cincha, na arreata e nas alças o, que é muito melhor, tu chegar ali, tu pegar uma cordinha, botar ali e pronto, quer ver aparecer alguma coisa, mas Deus o livre, tia Lucila enlouquece com nós.

[Adriana] Mas mesmo quando vocês estão recebendo turista?

[Cláudio] Não, tem que ser assim, de couro, quer ver quando vai em, em coisas que tem que fazer apresentação, que vão outras mulas de outros lugares, outros cargueiros.

[Adriana] Aí tem que estar tudo...

[Cláudio] Mas ela enlouquece daí, bah.

[Adriana] Tem que estar tudo impecável.

[Cláudio] Na gincana, eles pedem a, um cargueiro completo...

[Adriana] No colégio?

[Cláudio] ... é na gincana de CTG ou colégio, coisa assim, né, eles pedem um cargueiro, então, ah, fulano lá tem um cargueiro, e às vezes vem um aqui buscar, como já deu numa gincana, né, então aí a Lucila na comissão, e daí vão ver qual é o cargueiro.

[Adriana] Se tiver uma corda ela já desclassifica.

[Cláudio] Desclassifica já, desclassifica já.

[Cláudio] Tudo no original. (Cláudio Borges, Apêndice A.2).

A busca pelo “original”, na certeza de atestar a autenticidade em relação aos materiais utilizados no passado não se fecha na cultura material elaborada para a experiência do tropeirismo em muladas, mas também se expande para outras áreas da fazenda na busca da oferta de um produto turístico qualificado. A cozinha é um exemplo disso, nesse espaço Gessira experimenta antigas receitas

⁵⁴ Utilizada na confecção do baixeiro, uma peça tecida em lã, em formato retangular e de tamanho variável, importante para reduzir a fricção entre o pelo da mula e a sela ou cangalha posta nela.

⁵⁵ Neste trabalho o termo “autêntico” ou “autenticidade” será utilizado com frequência, principalmente no terceiro e quarto capítulos. Este conceito remete, durante todo o texto, à ideia de “autêntico” como algo relacional, ou seja, a autenticidade de evento, da cultura material, etc, depende do contexto, de seu emissor e receptor. Cada um destes busca e emite o seu autêntico a partir de particulares objetivos, em determinado tempo e espaço.

Dos utensílios destacam-se a chaleira de ferro, canecas em metal esmaltado, copos e canecas de chifre de gado, pratos em madeira, faca e colher (por vezes em madeira), panos, balde, etc. O detalhe é que junto a esses materiais Gessira também acrescenta o poncho e os chinelos, essenciais para o momento de descanso, de todo relacionado ao pós-refeições (almoço e jantar).

Para a culinária dita tropeira, ainda sobre os alimentos, observamos que Gessira pesquisou e chegou à alimentação com base em farofas de mandioca, milho e, principalmente, pinhão, acompanhadas de charque desfiado; ao famoso feijão tropeiro, cozido com alguns ingredientes, tais como carne defumada, linguiças, charque, etc.; ao pão e aos biscoitos caseiros; ao café de chaleira feito com água aquecida a partir da introdução de um tição de carvão em brasa na água com pó de café, pronto após a decantação do pó no fundo da chaleira; além do arroz com charque. Muitas das receitas foram provenientes de relatos, como de Manoel Gaspar, tio Juca e outros ex-tropeiros da cidade. Mas, como ela mesma afirma:

[...] Se sabe que não dá para se preservar tropeiro nato, nem na comida, em hipótese alguma. Mas que a gente, no mesclar, não perca a identidade cultural, né.

[Adriana] No inovar.

[Gessira] No inovar, no transformar o produto vendável, não se perca a identidade cultural, porque é muito fácil de ocorrer, largar um produto com um cunho cultural, quando você vê ele está só comercial, né [...]. (Gessira Borges, Apêndice A.3).



Figura 20 – Gessira, durante a entrevista realizada em maio de 2008. (Foto: Artur Barcelos, 2008).

A culinária tropeira já ganha espaços nos veículos publicitários; no *site Cidades do Brasil*, na divulgação da Rota dos Tropeiros do estado do Paraná, encontramos:

A comida é uma das heranças deixadas pelo tropeirismo. Era feita pelos homens, na tropa não havia mulheres. Entre os utensílios de cozinha levavam um saco de mantimentos, um caldeirão de ferro com tampa, para o feijão; uma panela de ferro de três pés, um coador e sua armação; xícaras de folha de ferro batido ou canequinhas esmaltadas, colheres e cuia. O fogão do tropeiro era a trempe, uma armação de três varas, que podiam ser de ferro ou de pau verde, colhido na hora. Com esse fogão improvisado, raramente com fogareiro de ferro, ou com duas forquilhas armadas, era preparada a simples comida do tropeiro: virado de feijão, arroz com carne seca e café. (ROTA DOS TROPEIROS, 2004).

As referências à cultura material utilizada no preparo dos alimentos é o centro da divulgação, numa mescla de história e memória com publicidade que dá a tônica da divulgação de produtos culturais, como veremos no capítulo seguinte.

“Aqui você encontra a verdadeira comida tropeira, preservada ao longo dos anos.” Assim abre o *box* destinado à divulgação da culinária regional no *site* de divulgação turística da cidade de Bom Jesus, que, por sua vez, também apresenta a culinária como um recurso turístico que contém a certificação do passado, preservado na memória daqueles que experimentaram o tropeirismo e deixaram este saber/fazer às gerações posteriores.



Figura 21 – Culinária apresentada no *site* de divulgação turística da cidade (BOM JESUS, 2009).

Para Gessira, a expansão do trabalho e do largo esforço realizado “elitizou o tropeirismo na mentalidade das pessoas”. De acordo com ela, no mundo digital e global, tentar ganhar a vida com a retomada de um criatório de mulas e, através deste, desenvolver o turismo rural, parecia coisa de louco. Ela mesma se posicionou contra as ideias iniciais de Cláudio e seu irmão. Ao que parece, as resistências se deram e ainda se dão pelo preconceito com os burros e as mulas. Para alguns, estes remetem a imagem de algo empacado, atrasado ou retrógrado e ultrapassado. O que, segundo Gessira, não fica em sincronia com um mundo que avança a passos rápidos e largos, com diferentes tecnologias.

[...] é um trabalho de formiga Adriana, porque cultura não enche barriga, nem traz voto, então são pessoas isoladas que levantam uma bandeira e literalmente saem com essa bandeira em frangalhos, né. Está se modificando, já foi pior, porque as pessoas, sobretudo quando fala tropeiro – burro – mula, a imagem pejorativa da mula e do burro, de coisa retrógrada, ou na época da cibernética, na época do mundo globalizado “você vai arrear uma mula?” Então, são coisas que têm que ir se desmitificando, né. (Gessira Borges, Apêndice A.3).

A própria figura do tropeiro foi, e para alguns ainda hoje é, foco de pré-conceitos. No entanto, a construção dos referenciais culturais para o tempo presente sugere, mesmo que de forma inconsciente, a construção da idealização do passado e, conseqüentemente, de um novo tipo de tropeiro, um herói mítico.

O tropeiro era de galpão, ele era aquela pessoa que chegava até ter um asco, quer dizer, ele era o peão que ficava lá no galpão e ponto final, aí a gente foi desmitificando essa ideia. Até poderia ser isso, num passado, hoje não, hoje o tropeiro tem que, no mínimo, ser uma pessoa culta, porque se não, ele não vai gostar disso, ele não vai pesquisar, ele não vai estudar, ele não vai se informar, porque nós não temos na nossa educação, cultura tropeira, né, então você vai ter que buscar isso, você vai ter que no mínimo, gostar de aprender pra fazer isso. (Gessira Borges, Apêndice A.3).

A busca pela originalidade, autenticidade⁵⁶ e pelo mítico retorno ao passado através das experiências materiais, sejam elas em muladas ou sabores e cheiros, ou seja: fazer do cultural um produto comercializável, parece ser o grande desafio econômico deste século. Para Yúdice (2004, p. 25), é importante que façamos a “abordagem da questão da cultura, em nosso tempo,

⁵⁶ Conforme abordado na nota 55 deste texto.

caracterizada como uma cultura de globalização, como um recurso". Nesse sentido, a cultura expande-se sobre outras esferas (políticas, econômicas, educacionais) como um recurso disponível, não esvaziado de sentidos que denotam identidades e outros aspectos sociais, para a melhoria sociopolítica de diferentes populações. O capital cultural auxilia populações a aumentar sua participação nesse contexto de políticas decadentes (RIFKIN, 2000 apud YÚDICE, 2004).

A cultura, no mundo global, é parte de um novelo, enrolada em fios econômicos e políticos. Ao vender a experiência de tropeiro por um dia, paradoxalmente, a família Borges fomenta a valorização da história, da identidade e da memória. A conveniência da cultura como recurso abre espaço à economia criativa. Tão pautada em países como Inglaterra e Estados Unidos, trata-se do desenvolvimento de esferas que, mesmo em tradicionais setores como o turismo e a arte, possibilitam a transformação de contextos sociais e econômicos contemporâneos. "Recorrer à economia criativa evidentemente favorece a classe profissional gerenciadora." (YÚDICE, 2004, p. 39). Em contrapartida, os não gerenciadores tornam-se pequenos fornecedores e prestadores de serviços temporários. O que, no caso de Bom Jesus e tantas outras cidades economicamente pouco ativas, demonstra um caminho pedregoso, onde alguns correm o risco de construir muito pouco ou nada, através do recurso cultura, se políticas públicas não acompanharem o desenvolvimento da exploração da cultura como recurso turístico no caminho do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a culturalização "significa fazer uma aliança entre a cultura enquanto práticas vernáculas, noções de comunidade e desenvolvimento econômico" (YÚDICE, 2004, p. 40).

Manter a identidade cultural local ora em construção e transformá-la em produto turístico sem perder a essência, sem esvaziar o significado do saber/fazer de ser tropeiro, é o grande desafio da sociedade bom-jesuense e a luta diária de Gessira, Cláudio e outros agentes. Apesar dos desafios e das dificuldades a fazenda do Cilho segue o caminho escolhido, na esteira da história e fazendo história com a cultura conveniente, ao oferecer o tropeirismo como diferencial.

[...] a história da família, que aí já não se perde, por causa do criatório de mulas, e o pessoal vem aqui resgatar as origens dos antepassados que eram tropeiros, então eles ficam muito faceiros,

ficam contentes e é uma coisa que está dando certo mesmo [...].
(Cláudio Borges, Apêndice A.2).

“Na sequência da vó” eles criaram atividades diferenciadas que, em alguns momentos, na conveniência da cultura, agitaram a cidade e fomentaram a economia criativa. Cláudio fez um Natal tropeiro, quando saiu de Papai Noel, montado numa mula distribuindo “Feliz Natal” pela cidade. Também criou o tropeiro entregador de jornal, conforme reportagem do jornal local *Campos de Cima da Serra* (O TROPEIRO JORNALEIRO, 2006). Em um dia de cada mês Cláudio fazia a entrega de jornais em lombo de mulas, além do carteiro tropeiro, que por vez ou outra fazia a entrega de correspondências pela cidade. Todas essas ações tiveram como objetivo divulgar e sensibilizar a população de Bom Jesus para a “herança” tropeira que se renova em cada evento.

2.5 Os criadores e a professora: um por todos e todos por um tropeirismo no hoje

As atividades desenvolvidas na fazenda do Cilho são um dos resultados do processo de construção da Terra do Tropeirismo. São produtos criados a partir de histórias, memórias e locais de memória que fazem parte da comunidade sentir-se e apresentar-se como herdeira dos tropeiros. Atividades movimentadas, canalizadas, incentivadas pelas ações da professora Lucila e, conseqüentemente, os frutos colhidos do Senatro. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que são resultados, são, assim como as ações políticas e de pesquisa da professora, também vetores potencializadores da memória, da construção e da representação da identidade tropeira contemporânea, em Bom Jesus. São as ações dos sujeitos criadores desses elementos que, somados a outros aspectos e sujeitos, que serão explorados no capítulo seguinte, movimentam pessoas na direção do pertencimento e da apropriação desse passado, bem como no desenvolvimento do processo construtivo da Terra do Tropeirismo.

O seminário, o criatório de mulas, os depoimentos e aparições na mídia de Manoel Gaspar, as ações educativas e o desenvolvimento de produções artesanais e de suvenires são exemplos de elementos que produzem signos referenciais, os quais objetivam mostrar o tropeirismo e a origem tropeira da população de Bom Jesus. Um tropeirismo que, apesar de, como afirma Cláudio Borges, pretender seguir na “sequência da vó”, representa um passado

idealizado, um discurso que é fruto do tempo presente, carregado de sentidos que, de forma conotativa, remetem a esse agente do passado, o tropeiro, e mito fundador da sociedade contemporânea bom-jesuense (OLSEN, 1990, p. 169). Ao pretenderem mostrar aos de fora a origem cultural da cidade, seu mito profano, nos heróis da “saga dos tropeiros”, produzem artefatos, atividades turísticas e outros produtos, elaborados a partir de eventos, memórias e histórias. Elaboram sistemas de significações que levam o turista ao entretenimento, fornecem às unidades familiares envolvidas sua manutenção econômica e, à comunidade como um todo, a apropriação “daquele tempo”, um tempo em que se propõem a dar continuidade aos eventos e ações de seus antepassados, inspirados em tropeiros do século XVIII (como tratado no capítulo anterior).

Através dos objetos que remetem ao tropeirismo como atividade de tempos passados, contemplados num horizonte de expectativa que elabora a nostalgia do futuro (JORGE, 2000), discursos são construídos. Os próprios grupos sociais, através dos objetos e produtos do tempo presente, elaboram um metadiscurso sobre o passado (OLSEN, 1990). A materialidade da cultura nada mais é do que esse metadiscurso sobre as coisas do passado, sobre os artefatos a ele relacionados, mesmo que confeccionados na contemporaneidade, apresentados com nova essência para construção de identidades e consumos do tempo presente. Nossa tarefa não é recuperar uma origem perdida, mas criar uma inteligibilidade para o nosso próprio tempo (OLSEN, 1990), uma vez que também elaboramos discursos a partir de nossos contextos de vivências e perspectivas de mundo.

3 ELES, OS TROPEIROS

A “Terra do Tropeirismo”: mais do que uma simples expressão ou *slogan*, representa identidade. O processo construtivo de uma representação de si diante dos outros. Uma identidade alicerçada na elaboração da história a partir das memórias locais; na memória inspirada no pertencimento ao passado remoto (século XVIII) que alimenta o caldo cultural do tempo presente, conforme tratado no capítulo 1. Uma mistura de tempos que trazem o tropeirismo ao contexto contemporâneo, como discutido até então.

Neste capítulo, proponho-me abordar a construção da Terra do Tropeirismo através dos materiais publicitários a ela relacionados, projetos locais e regionais. Como suportes e vetores materiais ou virtuais de representação identitária, memória e produto turístico, as peças publicitárias são dotadas de significados e representações que remetem à construção de práticas turísticas desenvolvidas na conveniência dos usos da cultura (YÚDICE, 2004). Representações, para os de fora, deles, os tropeiros, apresentados como “herdeiros” da cultura construída no hoje, representada por correlatos materiais e suas materialidades, elaborada nas ações e práticas discursivas de diferentes sujeitos que têm como objetivo buscar, mesmo que inconscientemente, elementos representativos e, ao mesmo tempo, vetores correlatos, construtores e potencializadores da identidade tropeira na cidade. Esses elementos correspondem a parte do repertório patrimonial⁵⁷ ativado e criado pelos grupos diretamente envolvidos na construção identitária. Para tanto, serão necessárias algumas reflexões sobre identidade, patrimônio e turismo.

Muito além de um conjunto conceitual em voga na atual literatura, identidade e patrimônio representam a base das construções turísticas deste século. Os saberes e as representações locais ganham espaço a cada ano na busca do desenvolvimento sustentável a partir de economias criativas (YÚDICE, 2004) fomentadas pelo turismo cultural, histórico e arqueológico. Contudo, o patrimônio, inserido em atividades turísticas, não se resume a fonte de renda para comunidades economicamente pouco ativas.

⁵⁷ Conforme conceito apresentado no capítulo 1.

Essa dimensão mais explicitamente utilitária do património convive com as [...] dimensões política e simbólica, numa relação de complementaridade e retroalimentação, pois os referentes simbólicos fornecem os motivos que alimentam a indústria turística e a indústria turística recria os elementos culturais e a própria história, emanando novos referentes simbólicos que dão substância à imaginação colectiva, integrando-se na “mitologia retrospectiva” que sobre o património é erigida e acrescentando-lhes novos elementos. (PERALTA, 2003, p. 87).

Nesse sentido, patrimônio designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade – ampliado a dimensões maiores – constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado-presente comum. O significado atribuído ao patrimônio e à identidade como recursos está intrínseco na dinâmica cultural e contém complexidades que, por vezes, passam despercebidas, bem como interesses diversos presentes em seus contextos de produção (FIGUEIREDO, 2005, p. 44). Aqui o centro da reflexão não será a discussão do patrimônio e da identidade em si, mas sim os processos que os fazem presentes, o processo de sua construção e intersecção a partir de diferentes ações e produtos, na dinâmica cultural conveniente, na experiência com/da cultura material de um repertório no hoje ativado.

3.1 Identidade e patrimônio

Desde o final da Primeira Grande Guerra a busca pelas identidades emerge cotidianamente e, na esteira, concomitantemente e alimentando estas, surgem patrimônios nacionais ou locais, individuais ou coletivos, a cada dia. Patrimônios que superam a noção tradicional da herança deixada por antepassados e são colocados no cenário das construções sociais (FONSECA, 2005; PRATS, 1997). Patrimônio, como o caso aqui apresentado, a partir da também construída ou inventada identidade (PRATS, 1997, p. 31).

Nesse sentido, estes dois conceitos estão imbricados. Mais do que numa relação óbvia, numa equação direta ou linear,

a identidade é um recurso metonímico de processos de patrimonialização. É-o na medida em que se constitui como uma figura retórica e semântica que é mobilizada para conferir uma significação que traduza uma relação objectiva com objectos ou práticas resgatados pelos processos de patrimonialização para preencher novos usos sociais. (PEIXOTO, 2004, p. 184).

A identidade, nesse caso, alicerça e é alicerçada pelo patrimônio, num processo construtivo afirmador e transformador das sociedades em presença.

A partir dos conceitos apontados por SILVA, T. (2000) e HALL (2006), a identidade é relacional. A identidade é, portanto, construída por processos pautados na diferença entre “nós” e “outros”, centrada numa complexa teia de representações que “atuam simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior” (WOODWARD, 2000, p. 8). Nessa perspectiva, a identidade é marcada por símbolos presentes na cultura material e imaterial; na associação entre o pertencimento e as coisas utilizadas, criadas e transformadas pelos diferentes agentes que buscam, em seus apelos ao passado, uma forma de estabelecer reivindicações identitárias do mundo contemporâneo no processo patrimonial. Identidade é, portanto, uma “condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais” (NOVAES, 1993, p. 25).

Embora a busca por antecedentes históricos e mitos profanos de origem criem identidades, é no presente que esta é criada e atribuída de sentido. Se, para a comunidade de Bom Jesus, a origem da identidade está nos tropeiros do passado distante, inspiradores da emergência das memórias de tropeiros do século XX, no século XXI a identidade alimenta o patrimônio que

serve, antes de mais, a fins de identificação colectiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade colectiva. (PERALTA, 2003, p. 85).

Nesse sentido, o patrimônio pode ser tratado como a autodefinição fundamentada no passado para “servir o projecto colectivo, sendo que esse projecto é definido, as mais das vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas” (PERALTA, 2003, p. 86).

A coletividade do patrimônio, em seu sentido mais amplo, esbarra no fato de que como construção nunca é plenamente coletiva. A falácia está na ideia de que a sociedade (coletiva) constrói sua identidade e escolhe seu repertório patrimonial. Mas quem é esse todo, dito coletivo, que sempre apontamos como sociedade? Quem elabora o repertório patrimonial e define que Bom Jesus é a Terra do Tropeirismo e não de outra coisa? Durante o capítulo 2 apresentei alguns agentes (sempre me referindo à parte da sociedade bom-jesuense) envolvidos diretamente na inclusão do tropeirismo nesse repertório e outros que,

como motores e produtos dessa construção, também se fazem presentes, como abordarei neste e no capítulo seguinte.

Pois bem, são esses sujeitos e as forças políticas e administrativas da Prefeitura Municipal que fizeram e fazem daquela a Terra do Tropeirismo. Esses são sujeitos que, diretamente ou não, ligados às esferas políticas, determinam os novos patrimônios. O que não quer dizer que os agentes passem seus dias pensando, de forma quase que maquiavélica, como e qual patrimônio construir como forma de manipular a elaboração da Terra do Tropeirismo. Não se trata disto. Mas sim da ativação, mesmo que inconsciente, de um repertório que responde a horizontes de expectativas de alguns e não de todos, a partir de uma identidade latente presente nas memórias e histórias de muitas das famílias da cidade. Mas que nunca, nesse ou em outros casos, representará um coletivo em sua amplitude prática, uma vez que cidades que se identificam com algo, sempre são cidades de alguma ou algumas coisas, têm em si múltiplas outras identidades que não necessariamente estão representadas nos *slogans* turísticos.

Nesse sentido, “la identidad es [...] un instrumento que, creando da ficción de un sujeto colectivo, pone en manos de quien lo utiliza toda la energía contenida del círculo de actores que define” (SANMARTÍN, 1993, p. 45 apud PRATS, 1997, p. 33). O poder público e demais atores envolvidos, através de ações educativas, de desenvolvimento turístico, etc., tem, na última década, divulgado identidades e ativado repertórios patrimoniais que fomentam o pertencimento da comunidade local e a atração dos turistas aos produtos culturais. Dessa forma devemos, longe da inocência, compreender que, conscientemente ou não, “en el plano de la realidad social, debemos decir que, en todo caso, no activa quien quiere, sino quien puede” (PRATS, 1997, p. 33).

A escolha do repertório leva em consideração valores, contextos e interesses diversos, por vezes até divergentes, que partem de estratégias políticas, de discursos que sacralizam os referentes simbólicos. Os objetos e passados sacralizados, ou seja, patrimonializados, e correlatos materiais das identidades, são também gerados a partir da ação de mediadores, como o grupo que apresentei no capítulo 2. A patrimonialização atribui valores a trabalhos e produtos de todos os saberes e do saber fazer dos seres humanos. É, portanto, na atribuição de valor, que se situa o ponto nodal da noção de patrimônio.

Atribuição de valores, como parte essencial na construção do patrimônio, aponta para o fato das escolhas, assim como a própria noção de patrimônio, serem datadas historicamente. A construção da Terra do Tropeirismo nos mostra isso. O patrimônio deixa de ser algo dado e definido apenas por um corpo técnico determinado (embora tal ainda ocorra) e implica uma construção local, por agentes de diversos setores, implica identificar um conjunto de códigos mais ou menos estabelecidos entre diferentes atores que, ao instituírem a noção de patrimônio, fazem uma seleção das estruturas materiais do passado-presente a serem preservadas e representadas em seu repertório patrimonial. No caso em estudo é preciso reconhecer quais são os elementos acionados pelos agentes que têm tratado de promover a Terra do Tropeirismo, bem como o papel da construção do produto turístico nesse processo.

3.2 Identidade e patrimônio na construção de um produto turístico

No Brasil, desde o governo Castelo Branco, o turismo faz-se institucionalizado na Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e no Conselho Nacional de Turismo. Dois órgãos que tinham como meta o desenvolvimento econômico e cultural. Em 1967, o então criado Sistema Nacional de Turismo tratava de “fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social, meta que, com segurança e a integração nacionais, constituía, então, o núcleo da política do governo federal” (RODRIGUES, 2003, p. 19). Nesse contexto, apesar de inúmeros debates e documentos produzidos no Brasil e por instituições internacionais para preservação e definição dos patrimônios, até meados dos anos 1980, o turismo patrimonial/cultural pouco fora explorado e, quando assim feito, os olhares dos ativadores dos patrimônios convertidos em produtos contemplavam, no repertório escolhido, bens arquitetônicos pertencentes às elites representativas da nação ideal a ser construída. Além disso, a falta de foco no turismo cultural é também perceptível nas poucas e raras ações de restauro e preservação, inclusive em bens relacionados ao patrimônio citado (RODRIGUES, 2003). De uma forma ou outra, desde os primeiros movimentos de institucionalização do turismo cultural, para além do

sol e do entretenimento promovido pelo litoral,⁵⁸ temos a emergência do patrimônio como potencializar dessa atividade.

Décadas de 1980 e 1990 adentro, seguindo as políticas patrimoniais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), vários núcleos históricos foram tombados como patrimônio da humanidade, em território brasileiro. Desde então os debates sobre a, em alguns casos, dicotômica relação entre os usos turísticos e a conservação dos patrimônios e das identidades locais estiveram em voga. Para alguns autores o equilíbrio sustentável entre turismo e preservação, em certos casos, parece não ter ocorrido. De fato, esse aspecto deve ser o primeiro a considerarmos, ou seja: a busca por práticas e políticas turísticas que fomentem a economia criativa, ativem o desenvolvimento econômico, promovam a cidadania e garantam a manutenção e o direito às expressões culturais de cada grupo. Tarefa nada fácil, mas possível se os grupos envolvidos na construção do produto turístico estruturarem projetos centrados nas demandas e nas representações locais, respeitando a prática democrática e o direito de todos ao patrimônio. O que, em muitos casos, ainda está longe de ser cotidiano no cenário brasileiro, onde o turismo segue atendendo a demanda de poucos e deixando, em sua prática, um rastro de degradação ambiental e patrimonial. Dano irreversível provocado em larga medida em função das ações nada educadas dos visitantes, da falta de políticas e ações públicas que fomentem a sustentabilidade racional do patrimônio (cultural-ambiental), bem como da falta de informação que paira sobre comunidades que trabalham com turismo que envolve bens não renováveis (FIGUEIREDO, 2005; PERALTA, [s.d.]; RODRIGUES, 2003).

A já requeitada discussão preservação *versus* usos turísticos se faz presente principalmente em países onde o turismo segue como prática a ser consolidada, como no Brasil e outros países da América Latina, por exemplo.

⁵⁸ Como exemplo da busca por novas perspectivas ao turismo reconhecedor e usuário dos patrimônios, apontamos a viagem ocorrida em 1924 à cidade de Ouro Preto (MG), na qual algumas personalidades, como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, participaram. “Esses artistas despertaram o Poder Executivo para a necessidade de se preservar nossas raízes históricas e culturais brasileiras. Essa ação acarretou os primeiros resultados importantes quando na década de 1930 o Governo de Getúlio Vargas cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – Lei 78/1937) e, por meio do Decreto-lei n. 25, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional por meio do tombamento dos bens.” (VIEIRA; MARTINS, 2006, p. 6).

A elaboração de produtos culturais, em alguns casos, se dá na inocente promessa de mantê-los tal como eram em sua origem, num mítico retorno e parada no tempo para contemplação e apropriação do turista. O desejo pelo passado ou presente alheio dá a tônica do deleite turístico, quando este evolue o patrimônio na observação e na vivência de turistas que buscam a originalidade do outro. Esse outro promove, a partir de seus anseios contemporâneos, a elaboração dos repertórios patrimoniais centrados na promoção de identidades e produtos culturais (culinária, artesanato, museus, etc.). Nesse sentido, o patrimônio contempla “tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares” (FUNARI; PINSKY, 2003, p. 8) sem que, necessariamente, trate de elementos relacionados ao passado. Os aspectos materiais ou imateriais do tempo presente, inspirados ou não em vivências e experiências da história, são também passíveis de patrimonialização, ou seja, de compor o repertório acionado.

Estruturado com base no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), reunido no México em 1985,⁵⁹ o artigo 216 da Constituição brasileira de 1988 não dá referência a patrimônio como algo relativo ao passado, garantindo assim os plenos direitos a patrimonialização daquilo que é relevante à identidade e ao reconhecimento de comunidades ou indivíduos, através de expressões culturais e históricas do passado ou deste tempo. Consta na legislação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I as formas de expressão;

II os modos de criar, fazer e viver;

III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

⁵⁹ Consta na declaração: “O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 4).

As formas de fazer, de viver, os objetos, os lugares e outras expressões culturais apresentam a identidade e, por conseguinte, o patrimônio. Neste estudo de caso, para os de fora, os turistas, a Terra do Tropeirismo é apresentada a partir de diferentes materialidades, histórias, memórias e materiais de divulgação. Bem como para eles, os de dentro, a Terra do Tropeirismo vem pouco a pouco sendo semeada na expectativa de um futuro a ser colhido. Nessa perspectiva, a identidade local convive com o diferente, o fora dela. Este, por sua vez, coexiste, vivencia e experimenta o mítico retorno ao passado, característico da busca por turismos históricos e arqueológicos.

Mas o que buscam os turistas, ao escolherem o turismo a ser consumido? O entretenimento pode ser o primeiro e mais óbvio ponto abordado, uma vez que todo turista almeja ao menos duas coisas: descanso e diversão. Estas podem estar acompanhadas de desafios (turismos radicais); de interação homem-natureza em espaços alternativos de ações ambientais politicamente corretas (turismos ecológicos); de consumo, geralmente associado aos núcleos urbanos (turismos em locais que contêm centros de compras, cassinos, festas e feiras temáticas, parques de diversão, etc.); da idealizada e tranquila vida bucólica do homem do campo (no turismo rural) e, além de muitos outros turismos que aqui poderiam ser citados, o da busca pela experiência histórica do outro. Pautada em turismos históricos, culturais ou arqueológicos, essa busca remete o turista à experiência do passado e presente alheio através de memórias, histórias, artefatos e outros aspectos culturais. Nesse sentido, o turista torna-se partícipe e cúmplice do passado e presente local a partir de sua experiência (BANDUCCI Jr., 2003, p. 119). Para o caso aqui em estudo, as divulgações afirmam propiciar aos turistas o viver, como apontou Cláudio Borges (proprietário da fazenda do Cilho, em Bom Jesus), como os tropeiros viviam, por um dia.

As vivências do curioso cúmplice e partícipe se dão através de aspectos materiais e imateriais, com os quais almeja conhecer a autenticidade⁶⁰ da história do outro. Busca o puro, o típico, o tradicional, por vezes representado em elementos do tempo presente que remetem ao passado. Busca alcançar os significados atribuídos aos produtos e às vivências, através do valor patrimonial neles impregnado pela comunidade que o recebe. Dessa forma, o turismo

⁶⁰ De acordo com o apontado na nota 55 deste texto.

patrimonial tem em si a busca pelo autêntico no artificial. O desejo da autenticidade é fomentado na artificialidade dos inúmeros produtos agregados ao turismo com vistas ao patrimônio que

consiste numa tentativa de se encontrar em outros lugares, junto a outros povos, em diferentes culturas, a experiência genuína que não mais vivenciam em sua sociedade. Em última instância, o turismo se constituiria na linguagem pela qual se articularia um conjunto importante de valores da vida moderna, por meio do qual se estaria vivenciando a possibilidade de ir ao encontro do outro. (ARAÚJO, 2001, p. 60).

A autenticidade não é procurada em vão, os materiais de divulgação turística estão recheados de propagandas de temporalidades estáticas a espera de um curioso que deseje conhecer o produto, ou melhor, a história e a memória oferecida ao consumo. E, em Bom Jesus, isso não é diferente. Junto às propagandas e ações que envolvem produtos paisagísticos fomentadores do ecoturismo e do turismo rural, emerge o produto cultural centrado no tropeirismo e em seus subprodutos, principalmente culinária, artesanato e roteiros. É neste último que a experiência com a mítica volta ao tempo é proposta, num deleite que envolve ver e vivenciar como eram e faziam os tropeiros, através dos saberes de seus “depositários” e “herdeiros”

Bom Jesus contou, até 1992, ano da emancipação política do município de São José dos Ausentes, com atrativos ambientais e geológicos de grande valor às propostas turísticas do estado. Dispunha de parte da região dos Aparados da Serra, onde atualmente temos o parque nacional de mesmo nome, composto por mata nativa e formações geológicas bem conhecidas por turistas brasileiros e estrangeiros, os *canyons*. Essas particulares formações, apresentadas com o *slogan* de belezas naturais, constituíam cartões postais prontos a serem ativados/apropriados como patrimônio e produto turístico. Contudo, ao contrário do que pautou a prefeitura de São Francisco de Paula, por exemplo, a cidade de Bom Jesus, enquanto englobou o espaço do vizinho ainda não emancipado, pouco investiu em estrutura básica para desenvolvimento de turismo, apesar das condições ideais apresentadas, ou seja: o produto disponível.

Em 1992, com a emancipação de São José dos Ausentes, o cartão postal politicamente não mais lhe pertencia. Nesse contexto de perda a cidade desperta para a possibilidade de fomentar o turismo, uma vez que, mesmo sem investimentos diretos, sentiu a redução no número de turistas, a queda nas

arrecadações municipais oriundas do distrito agora emancipado e, conseqüentemente, de capital em circulação. Mais tarde estaria lançada a busca pelos produtos a serem ofertados.

A cidade, sem investimentos no setor (turismo e *marketing*) contava apenas com divulgações gerais promovidas em materiais do governo do estado do Rio Grande do Sul, via Secretaria Estadual de Turismo. Bom Jesus chegava à mídia apenas nas notícias jornalísticas que envolviam a meteorologia, durante os invernos, na divulgação das baixas temperaturas locais e da neve que, de tempos em tempos, se fazia presente. Mesmo assim, não fez uso do frio como produto turístico, como fizeram outras cidades do estado; a alternativa esteve na geração de um movimento regional para elaboração de um produto turístico centrado nos Campos de Cima da Serra e suas peculiaridades.

Ainda sem investir em turismo e divulgação específicos para o município, salvo algumas ações particulares movidas pelos proprietários de pousadas, hotéis, etc., Bom Jesus agrega-se a uma estratégia de divulgação de turismo regional que toma fôlego, na então estruturada Rota dos Campos de Cima da Serra. Entre os anos 2000 e 2001, os prefeitos da região, com o apoio do então secretário de turismo do estado do Rio Grande do Sul, Milton Zuanazzi, criam um consórcio turístico para desenvolvimento econômico da região.

Assim nasceu o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (Condesus Campos de Cima da Serra), conhecido também por Rota dos Campos de Cima da Serra. Este consórcio constitui-se sob a forma jurídica de associação civil, sem fins lucrativos. (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008e).

Organização que envolve os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões e Vacaria, o consórcio tem como objetivos:

- Representar o conjunto de municípios e das entidades que o integram, em assuntos de interesse comum perante quaisquer outros órgãos, especialmente perante às demais esferas de governo;
- Planejar, adotar e executar projetos e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento de programas turístico, cultural e ambiental da região compreendida pelos territórios dos municípios consorciados;
- Implementar ações para desenvolvimento sustentável através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis, da

recuperação de áreas degradadas e enriquecimento das florestas nativas, integradas ao fortalecimento da agricultura ecológica e diversificada, e a usos múltiplos do patrimônio cultural, destacando-se entre estas, a implantação de programas de turismo ecológico, rural, cultural, formais e informais de educação; – Desenvolver serviços de interesse dos municípios consorciados. (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008d).

A estratégia está pautada na finalidade de desenvolvimento econômico a partir do turismo e de projetos culturais, ambientais e educacionais que alimentem o objetivo primeiro. É mostrar a identidade e as particularidades do gaúcho serrano, um tipo diferente dos demais, mas ainda assim um gaúcho. Nessa perspectiva, o turista é convidado a conhecer as belezas naturais da região e a autenticidade, o íntimo, da cultura do outro.

Viajar por esta região é descobrir sentimentos, simbologias, conhecer a essência de um povo e envolver-se com suas encantadoras belezas naturais. A cultura gaúcha e a natureza exuberante são os principais atrativos dos Campos de Cima da Serra. Em cada lugar há uma história.

Contada por pessoas, por paisagens, pelo sabor da típica comida gaúcha, pelo vento, pelo fogo de chão, pela hospitalidade e pelo misticismo que envolve as rodas de chimarrão. (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008c).

Na apresentação da rota, o turista é chamado à atenção pelos aspectos gerais da cultura gaúcha, na perspectiva de ao conhecer o genuíno também reconhecer a si, sentir-se como em casa, à vontade, sem estranhamentos, ao mesmo tempo em que encontra algo típico e exclusivo da região. “Quem visita os Campos de Cima da Serra sente-se em casa e descobre porque a tradição do gaúcho é tão forte e capaz de tornar uma região inteira inesquecível” (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008a), aponta a divulgação no *site* que tem como fundo a textura que remete o internauta às construções em taipa de pedras,⁶¹ técnica utilizada na construção de currais e corredores para trato e deslocamento de gado. Um referente à cultura material representativa da prática do tropeirismo na região (observar na Figura 22).

Os atrativos de cada município da região, apresentados em *links* individuais, mostram hospedagem, alimentação, passeios e outros atrativos.

⁶¹ Construção elaborada a partir do encaixe, com rejunte seco, de pequenos e médios blocos de pedra (para a região do planalto, o basalto) cuidadosamente lascados e sobrepostos para a formação de uma espécie de muro (SILVA, A., 2006, f. 110-128).

Entretanto, o tropeirismo⁶² é apresentado como um dos tantos diferenciais regionais, na caracterização e diferenciação do gaúcho serrano, para, a seguir, no *link* de Bom Jesus, ser novamente explorado.

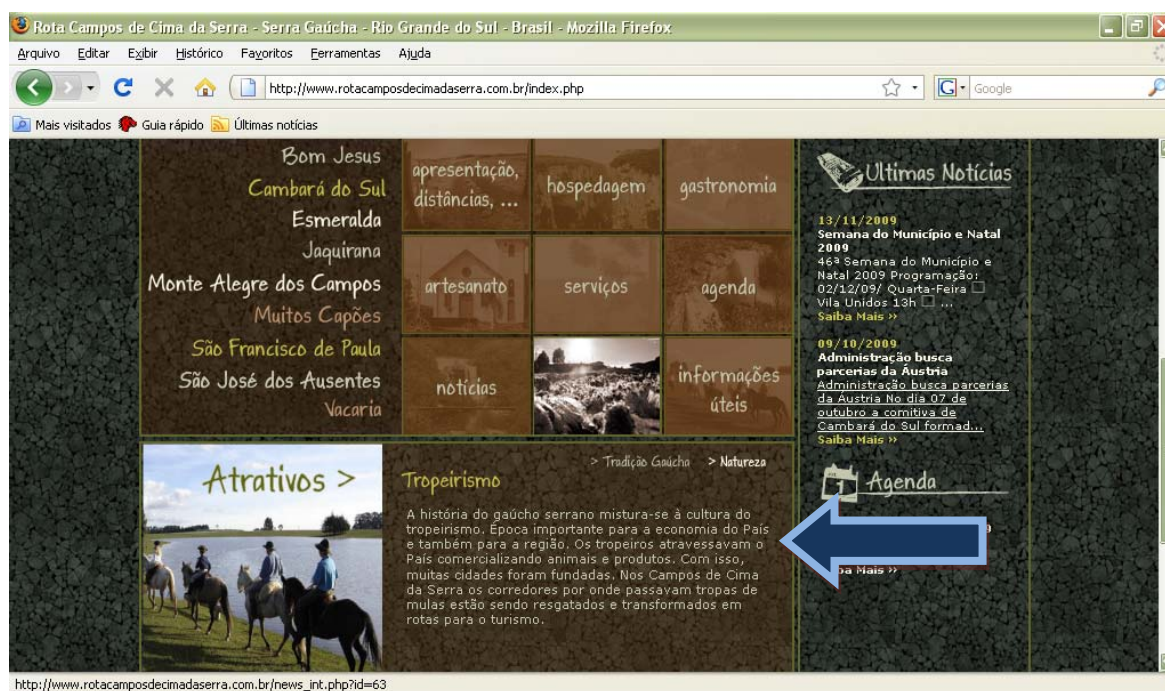


Figura 22 – Site de divulgação da Rota dos Campos de Cima da Serra. Detalhe para a indicação da seta: referência ao tropeirismo (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008a).

Nesse mesmo contexto é também lançado, pela Secretaria Municipal de Turismo de Bom Jesus, um pôster em que a cidade é apresentada como parte da Rota dos Campos de Cima da Serra. Aqui os atrativos naturais e a cultura gaúcha, representada pelo churrasco assado em vala e pelos indivíduos a cavalo na primeira página, são os elementos caracterizadores da cidade. O tropeirismo não está tratado nesse material.

⁶² Nesse período o *slogan* “Terra do Tropeirismo” ainda estava sendo gestado pelo então secretário municipal de turismo, Flávio Pannembecker. Apesar da cidade ainda não ser identificada por esse tema, a fazenda do Cilho já recebia turistas para as muladas e gastronomia tropeira, o artesanato da Naturarte dava início à produção de miniaturas de mula em madeiras, o Senatro seguia sua regularidade agitando, a cada dois anos, o setor hoteleiro da cidade.



Figura 23 – Fôlder de apresentação dos atrativos turísticos de Bom Jesus.

Porém, no *site* da Rota dos Campos de Cima da Serra, a cidade apresenta, além dos atrativos naturais e esportivos, como a pesca, por exemplo, aspectos culturais relacionados ao tropeirismo, um passado ainda no hoje.

Em Bom Jesus a cultura dos antigos tropeiros ainda é muito presente. Os corredores de tropeadas, os passeios de mula e a confecção dos animais em miniatura preservam uma parte importante da história do Brasil. (ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA, 2008b).

Nos demais *links*, além da apresentação, constam endereços de restaurantes, artesanato, hotéis e contatos úteis para emergências (hospital, posto de saúde, correio, prefeitura, secretarias, etc.). No entanto, em *links* diretamente relacionados aos produtos turísticos a serem consumidos (hospedagem, gastronomia e artesanato) não há especificações maiores. Fica por conta da imaginação do turista internauta, reconhecer os produtos através das imagens apresentadas na lateral da página. Lá constam mulas arreadas em frente à sede da fazenda do Cilho, mulas arreadas em estrada – o que pode nos levar a imaginar roteiro turístico –, mulas em miniatura – o que nos indica a produção artesanal –, a gila – uma espécie de melancia branca no seu interior usada para preparo de um doce.⁶³

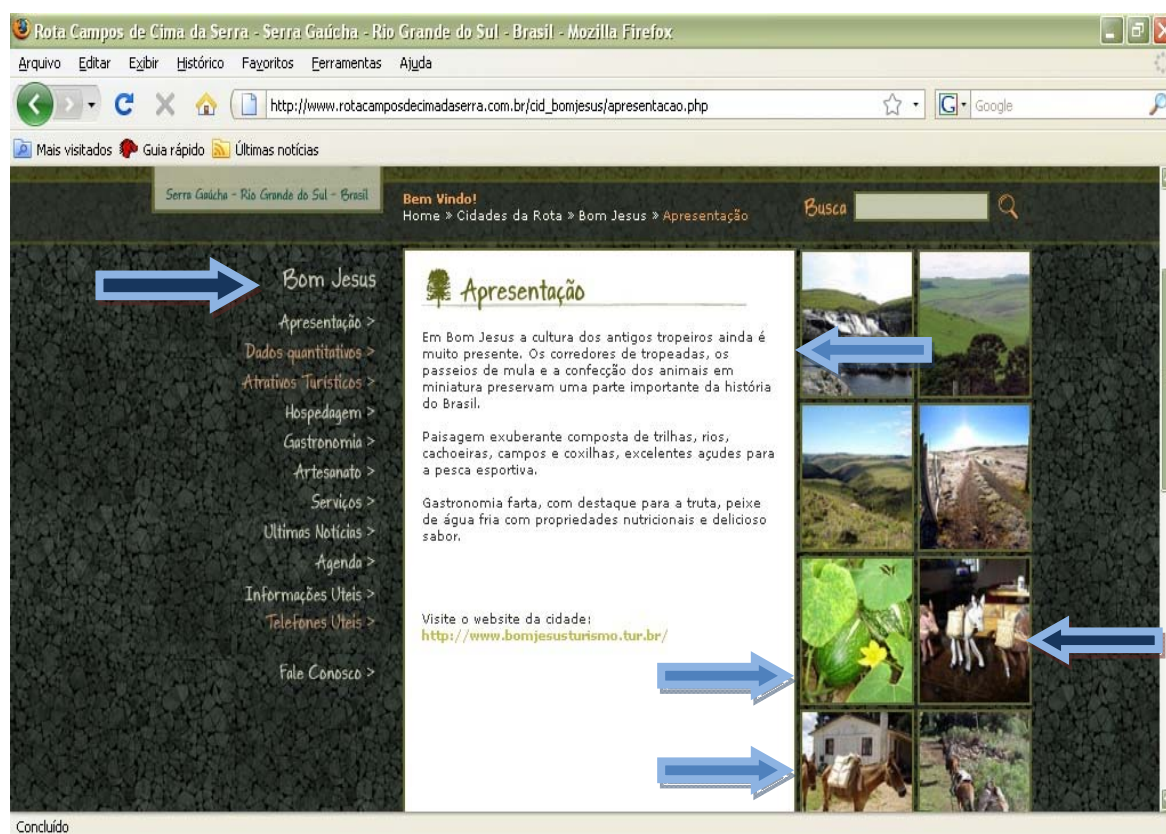


Figura 24 – Site de apresentação da Rota dos Campos de Cima da Serra. As setas indicam a apresentação da cidade e os produtos ofertados.

⁶³ Bom Jesus, além de “Terra do Tropeirismo”, também tem o título honorífico de “Capital Nacional da Gila”, tema que move uma festa anual. A lista dos títulos honoríficos de autodenominação segue no Anexo E. Nela, percebemos a busca de diversas cidades em ser identificadas como cidades de algo.

No *site* a cultura material é contemplada por vestígios de corredores que alimentam a construção da história do passado, enquanto história preservada e produto turístico do hoje. Contudo, não se fecha aos artefatos de um tempo distante. O artesanato é também assumidamente elaborado como representativo da história e da cultura, por conseguinte, nesse caso, do patrimônio. A cultura material relacionada ao tropeirismo abarca, na esteira da história e das memórias, com base na conveniência latente da cultura quando o assunto é turismo, a produção de souvenir. Nesse aspecto, os souvenirs em geral ganham espaço nas divulgações, como no caso das miniaturas de mulas produzidas pela loja e fábrica de artesanato, a Naturarte.⁶⁴

O mesmo texto desse *site* é apresentado em pôster impresso divulgador da Rota dos Campos de Cima da Serra (Figuras 25, 26 e 27), no qual a cidade de Bom Jesus ainda não é apresentada como Terra do Tropeirismo. Tema que, nesse material, remete a parte do patrimônio cultural representativo e formador da região, como se observa na última página do folheto (Figura 24): “A história do gaúcho serrano mistura-se à cultura do tropeirismo. Época importante para a economia do País e também da região.”

Além disso, como tratado no capítulo 1, a busca pelo mito fundante, dessa e de outras cidades, é finalizada ao ter encontrado e construído no tropeirismo suas origens. “Os tropeiros atravessavam o País e comercializavam animais e produtos. Com isso, muitas cidades foram fundadas”, consta no folheto de divulgação. Instrumento em que a cultura material também se faz presente:

Nos Campos de Cima da Serra os corredores por onde passavam tropas de mulas estão sendo resgatados e transformados em rotas para o turismo. A região é um museu a céu aberto, preservando a história dos antigos tropeiros através de sua arquitetura, de ruínas escondidas no interior das cidades, de fazendas que serviam de pouso para as tropas, dos passeios de mula e dos depoimentos de quem viveu e herdou a cultura.

⁶⁴ Apresentada no capítulo seguinte.

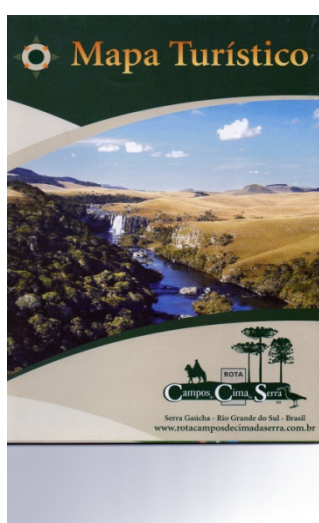


Figura 25 – Folha de rosto do fôlder.

Muitos Capões

O município abriga um valioso tesouro natural – a Reserva Ecológica de Aracuri, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Formada por campos e pinheirais, a área preserva animais como o papagaio Charão.

El municipio abriga un valioso tesouro natural – la Reserva Ecológica de Aracuri, administrada por el Instituto Brasileño del Medio Ambiente. Formada por campos y pinares, el área preserva animales como el papagayo Charão.



Foto: Acervo de Imagens da Secretaria.

• Informações | Informaciones
 Secretaria de Turismo - (54) 3612-2102
www.muitoscapoes.rs.cnm.org.br
pmcapoes@m2net.com.br

São Francisco de Paula

A cidade chamada carinhosamente de "São Chico" é um dos municípios mais belos do Rio Grande do Sul. Em seu território estão lindas cachoeiras, matas de araucárias, lajeados e trilhas ecológicas que encantam os visitantes. O contato com a cultura gaúcha é constante e, somado a todas as belezas naturais e a infra-estrutura existente propiciam ao visitante dias inesquecíveis.

La ciudad llamada carinhosamente "São Chico" es uno de los municipios más bellos de Rio Grande do Sul. En su territorio hay lindas cataratas, bosques de araucarias, enlosados y caminos ecológicos que encantan a los visitantes. El contacto con la cultura "gaúcha" es constante y, sumado a todas las bellezas naturales y la infra-estructura existente, propician al visitante días inolvidables.



Foto: Adão Sauer Eger

• Informações | Informaciones
 Centro de Informações Turísticas - (54) 3244-1602
www.saofranciscodepaula.rs.gov.br
turismo.sfr@hotmail.com

Bom Jesus

Em Bom Jesus a cultura dos antigos tropeiros ainda é muito presente. Os corredores de tropeadas, os passeios de mula e a confecção dos animais em miniatura preservam uma parte importante da história do Brasil.

A truta também é um grande atrativo para os que apreciam a pesca e o delicioso sabor e propriedades deste peixe, servido em forma de rodízio, com grande variedade de combinações.

En Bom Jesus, la cultura de los antiguos troperos todavía está muy presente. Los corredores de tropeadas, los paseos de mula y la confección de los animales en miniatura preservan una parte importante de la historia de Brasil.

La trucha también es un gran atractivo para los que aprecian la pesca y el delicioso sabor y propiedades de este pescado, servido en la forma de "rodízio" [servicio de comida a precio fijo], con una gran variedad de combinaciones.



Foto: Acervo de Imagens da Secretaria.

• Informações | Informaciones
 Secretaria de Turismo - (54) 3237-1585
www.bomjesusturismo.tur.br
pmbj.sectur@m2net.com.br

Figura 26 – Página interna do fôlder.

Os corredores são os fósseis guias, para usar um termo fundante da arqueologia gaúcha, da cultura material apresentada como tropeira. Estes, junto a outros elementos, materiais ou não, ganham autenticidade na presença, na memória e na história dos herdeiros desse patrimônio. Os moradores da região, netos, filhos, amigos, vizinhos ou conhecidos de antigos tropeiros fornecem ao turista a garantia do encontro do típico, do autêntico, do genuíno. No caso deste *box* do fôlder, o herdeiro do ser tropeiro é representado pela imagem da pequena tropa de mulas arreadas (mulas da fazenda do Cilho) sendo guiadas por

um dos integrantes do grupo que auxiliou frei Arlindo Battistel na captura de imagens para livro (BATTISTEL, 2008) e vídeo por ele produzidos.⁶⁵



Figura 27 – Última página do fôlder.

⁶⁵ A família Borges, a fazenda do Cilho, Manoel Gaspar e seu filho, tio Juca e a família de Cacau foram atores em muitas das imagens (foto e VHS) produzidas por Battistel. Além disso, auxiliaram em toda a logística e custo com materiais utilizados na simulação de muladas, travessia do Passo de Santa Vitória, refeições em acampamentos tropeiros (cinematográficos), demonstrações de culinária, demonstração de confecção de artefatos utilizados nas mulas em tropeadas, demonstração de domas de burros e mulas, etc., assim como também o fizeram a professora Lucila e seu esposo.

A imagem apresentada na última página do pôster (Figura 27) remete aos três elementos básicos do turismo patrimonial da região, calcado no tropeirismo: a taipa (ao fundo), a mula arreada e o tropeiro (representado na imagem por Cláudio Borges). E, com poucas chances de ser diferente no que se refere a patrimônio histórico no Rio Grande do Sul, o material apresenta a relação da região com a Guerra Farroupilha, elemento formador da identidade gaúcha, ícone da demonstração da bravura do gaúcho.

“Nestes mesmos Campos de Cima da Serra, também viram passar os principais líderes farroupilhas e chefes legalistas em missões durante a Guerra dos Farrapos”, diz a apresentação no pôster. No Rio Grande do Sul, quando o tema é identidade e história, a participação na Guerra Farroupilha, apenas como local de passagem e poucas outras feitas, mas, antes de tudo, como palco desse contexto bélico, dá aos locais e na representação deles aos de fora, sua importância no cenário local e nacional.⁶⁶

Outro instrumento de divulgação regional pode ser observado no *site* da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR, [s.d.]a). Canal publicitário no qual podemos, os turistas, optar, entre tantos outros *links*, de “destinos”, pelas “rotas e roteiros”. Nestas, ao selecionar como região a serra gaúcha, para surpresa, localizam-se duas opções que envolvem o tropeirismo: o Caminho Gaúcho dos Tropeiros e o Caminho dos Tropeiros dos Campos de Cima da Serra. O primeiro está alicerçado no movimento de tropeiros no pouso de Ana Rech – viúva que, para sustentar as filhas, estabeleceu negócio (pouso) na região hoje conhecida pelo distrito que leva seu nome, no município de Caxias do Sul, onde também ocorrem eventos para discutir o tema.

Na publicidade do roteiro é ofertada ao turista a possibilidade de conhecer a autenticidade de cultura gaúcha, aqui sinônimo de tropeiro (sem distinções regionais: serrano, pampiano, ou seja lá qual for), diferente da italiana.

Percorrer este roteiro é refazer os caminhos dos antigos tropeiros, na região de campo de Caxias do Sul. A Rota dos Tropeiros oferece aos turistas a oportunidade de contato com a autêntica cultura gaúcha, manifestada através do chimarrão, do passeio a cavalo ou de charrete, da visita às fazendas e Centros de Tradições Gauchescas, e da apresentação das danças típicas do RS. Também

⁶⁶ O Registro de Santa Vitória foi tomado por tropas farroupilhas por ser, na ocasião, um importante posto de arrecadação de tributos e de passagem de mantimentos (FLORES, 1996; SILVA, A., 2006). Esse fato insere Bom Jesus e região na lista das áreas que foram palco do evento. Um contexto que marca a construção contemporânea do Rio Grande do Sul e da identidade do gaúcho.

é possível degustar cachaça e grapa, ou provar um delicioso café da colônia. No século XIX, tropeiros vindos do interior de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, [chegavam] a Pousada da viúva Ana Rech. O lugar transformou-se em referência regional e mais tarde deu nome à própria comunidade. Ana Rech é a comunidade que melhor representa a união das culturas italiana e gaúcha. (SETUR, [s.d.]b).

Por sua vez, o Caminho dos Tropeiros dos Campos de Cima da Serra apresenta, entre os atrativos naturais, a ideia de agir como tropeiros, sujeitos de poucas paradas e muitas andanças, na perspectiva de que o turista conheça o maior número de municípios da rota. Consta no *site*: “Importante mesmo é não ficar parado; como os tropeiros, é fundamental seguir viagem.” (SETUR, [s.d.]c). Mas, ainda assim, dando destaque aos atrativos naturais, o “carro-chefe” do turismo da região.

Hoje, Bom Jesus conta com *site* próprio para a Secretaria Municipal de Turismo. O tropeirismo está no centro da divulgação, junto à atrativa neve, presente em alguns invernos da cidade, e outros elementos que remetem às riquezas naturais. Mais uma vez a cultura material está representada pelos corredores de tropas, tropeiros e também pelo artesanato local. Além disso, no *site* emergem produtos apresentados como os *daquele tempo*, no tempo dos tropeiros, como no caso da culinária.



Figura 28 – Detalhes indicados no *site* de divulgação turística da cidade.

Apresentada como a “verdadeira”, a culinária tropeira se pretende executada a partir receitas, guardadas nas memórias durante anos, como abordado no segundo capítulo. A autenticidade do outro é a busca que fomenta a expansão do turismo cultural e, em Bom Jesus, não faltaram agentes para propiciar o desenvolvimento desses produtos. Para Peralta ([s.d.]), esse mítico retorno ao passado, através do patrimônio, fez emergir um sentimento de nostalgia, que, por sua vez,

fez aparecer um mercado patrimonial e à lógica da singularidade do objecto acrescenta-se a lógica da sua valorização comercial. O património tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais evidentes.

Implicações essas que se expandem aos setores de prestação de serviços diretos e indiretos, à produção artesanal e à comercialização de suvenires. Produtos que, no rastro das economias criativas e na conveniência das culturas, têm o depósito da esperança de um movimento econômico em regiões ainda pouco fomentadoras de riquezas (YÚDICE, 2004).

Em meados dos anos 2000 um novo material de divulgação é lançado. Um fôlder impresso, exclusivo de Bom Jesus, onde a Terra do Tropeirismo ainda não se faz presente com esse título, apesar de, no contexto da elaboração do material, o *slogan* já existir. Entretanto, o tropeirismo segue como motor da divulgação, a partir do termo “caminhos”. Na folha de rosto a chamada “Os caminhos de nossa história” dá direta alusão ao turismo objetivado, o histórico/patrimonial. Ao contrário do fôlder comentado anteriormente (Figura 23), onde o foco está na natureza, aqui, sem que esta esteja ausente, o espaço está quase todo dedicado à história e à cultura, com o objetivo de fomentar um novo olhar sobre a cidade e os nativos.



Figura 29 – Fôlder de divulgação da cidade. “Bom Jesus. Os caminhos de nossa história”.

Ao abrir a primeira dobra do material nos deparamos com o mapa do Rio Grande do Sul dividido em três faixas (Figura 30), e em cada uma delas imagens dos atrativos do município: belezas naturais e cultura tropeira. No entorno do mapa encontram-se endereços de hotéis, pousadas, restaurantes, posto de combustível, seguidos dos produtos e de comentários que remetem à qualidade e ao diferencial dos serviços ofertados. É interessante observar que, na faixa superior, espaço referente ao Norte do estado, a imagem das lides tropeiras em torno das mulas sendo arreadas se destaca ao espectador.⁶⁷



Figura 30 – Abertura da primeira dobra do fôlder.

⁶⁷ A imagem foi feita por frei Arlindo Battistel, na fazenda do Cilho, e os atores são: Cláudio Borges, o filho do ex-tropeiro Manoel Gaspar e ao fundo, o piá, o filho de Cacau e Maria. É o mesmo núcleo tratado no capítulo 2 desta tese. Aliás, núcleo representado e presente em quase todas as imagens de divulgação turística da cidade.

Na abertura da segunda e última dobra, por sua vez, observamos a imagem de uma gaita que ocupa a representação da metade leste do estado e, como a gaita, ali se abre o convite: “Percorra nossa cultura. Desbrave nossas coxilhas.” (Figura 31). Os textos de apresentação dos atrativos culturais e da gastronomia seguem iguais aos do *site* da cidade. Contudo, o tropeirismo não está na primeira seção (atrativos culturais), mas sim ganha espaço exclusivo na página ao lado onde, apesar de manter o mesmo texto do *site* (BOM JESUS, 2009) é acrescido de outras imagens que remetem ao artesanato, às mulas arreadas na fazenda do Cilho e às belezas naturais da região (cascata). Produtos e patrimônios apresentados justamente abaixo da frase “Desbrave nossas coxilhas.” Remetendo o turista ao convite de explorar o que aquela terra tem de especial a oferecer.



Figura 31 – Abertura da segunda e última dobra do fôlder.



Figura 32 – Última página da parte interna do fôlder.

Em meados de novembro de 2009, foi introduzido na internet o *site* de divulgação da Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul (ROTA DOS TROPEIROS, [s.d.]). Empreendimento que, a exemplo do estruturado no estado Paraná em 2003,⁶⁸ conta com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae-RS). Lançado em novembro de 2008, no 20º Festival de Turismo de Gramado, o novo produto envolve os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Vacaria, atrelando 70 empreendedores dos mais diversos setores prestadores de serviços ao turismo rural, de aventura, cultural e ecológico.

“O lançamento da Rota dos Tropeiros é resultado de um trabalho intenso realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), entidades parceiras e empreendedores, que há anos esperam por este momento”, destaca a gestora, acrescentando que o próximo passo será a integração da Rota com o estado do Paraná, que utiliza o mesmo nome em seu

⁶⁸ Empreendimento que envolveu 16 prefeituras, em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, Sebrae-PR e Associação Municipal dos Campos Gerais. O estado de Santa Catarina também inicia, no mesmo período, os movimentos de levantamento e reconhecimento de pontos turísticos ao longo do antigo Caminho dos Tropeiros.

produto turístico. Em agosto deste ano já foi iniciada essa aproximação por meio da cessão de uso da marca Rota dos Tropeiros ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável dos Campos de Cima da Serra (Condesus), do Estado gaúcho. “A partir dessa formalização estarão abertos os caminhos para uma integração que poderá gerar muitos benefícios aos gaúchos, maior visibilidade ao roteiro e o fortalecimento das micro e pequenas empresas integrantes do projeto turístico”, finaliza. (ROTA..., 2008).

Pode-se observar que o turismo é fomentado, na região, com vistas ao desenvolvimento econômico. Objetivo também apontado pelo consórcio anteriormente apresentado e, igualmente, que demonstra, mais uma vez, a divulgação estruturada de forma coletiva, sendo o material publicitário e o produto comuns aos municípios envolvidos. Nesse sentido, a construção da Terra do Tropeirismo, para os de fora, os turistas, se perde nas divulgações regionais, em que Bom Jesus, apesar de ter o título honorífico de autoidentificação, apresenta-se como mais uma fração das partes componentes da Terra do Tropeirismo, em âmbito regional e não local, que na prática se constrói. Nota-se assim, a exceção de algumas iniciativas pontuais e privadas, a falta de investimento público, por parte dos administradores municipais de Bom Jesus, em tal construção. Sem o olhar da prefeitura, que, em tese, é quem mais se preocupa com a geração de empregos e renda na cidade, os projetos turísticos, da Terra do Tropeirismo, ou de qualquer outro, se perdem no discurso e nas ações privadas de indivíduos que, como Dom Quixote e seu cavalo (nesse caso sua mula), Rocinante, ficam pequenos e sem força diante de seus novos ideais, na busca por economias criativas.

Para Prats (1997, p. 44),

la proliferación de activaciones turístico-patrimoniales debe asociarse pues, principalmente, con la iniciativa pública (a menudo de carácter municipal e comarcal) y sobretudo con zonas en las que el desarrollo turístico sea a pequeña escala, se presenta como especialmente acuciante al no disponer de otros recursos comercializables más específicos.

Por outro lado, a inserção de prefeituras em consórcios e outras organizações de fomento ao desenvolvimento regional com base no turismo, quando de fato é posta em prática, se não for cuidadosa e construída coletivamente, causa, em contrapartida, esperanças por vezes frustradas na comunidade local, em função de projetos que diluem as particularidades

pretendidas como locais e especiais em programas de cunho regional. Ao tentar acelerar a geração de renda em amplas áreas, corre-se o risco de dissolver ações, generalizar e massificar artesanato, culinária e outros aspectos e produtos locais, abrindo espaço para as ofertas de mais dos mesmos, deixando de lado a mítica originalidade e autenticidade do outro, tão desejada por espectadores que almejam o consumo do turismo histórico e cultural.

Os materiais publicitários relacionados ao novo empreendimento, Rotas dos Tropeiros no Rio Grande do Sul, constituem-se de um fôlder e do *site* anteriormente citado. O primeiro, lançado em 2008, segue a estética que remete à simplicidade do ambiente rural, de fazenda, tendo como textura da imagem impressa a rusticidade da madeira. Considerando a estética e os elementos representativos, esse material modifica a forma como até então a região vinha sendo apresentada, a partir da tríade: tropeiro, muro de taipa e mula. Elementos que, apesar de ainda representados, pela obviedade de sua relação com o tema do produto, ganham nova representação, num convite ao descanso que remete a ambientes tranquilos, silenciosos e de contato com a natureza e a cultura dos Campos de Cima da Serra.

“Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul – História escrita nos campos de cima da serra, a pata de mula e cavalo.” Assim é apresentada a folha de rosto do fôlder do novo produto, tendo como fundo a figura de um tropeiro, com sua capa e chapéu, montado em mula (Figura 33). Porém, dessa vez, não mais se observam os moradores de Bom Jesus (Cacau, Cláudio Borges, Manoel Gaspar ou seus filhos) nas imagens de divulgação, mas sim um desenho. O tropeiro deixa de ser conhecido aos de dentro (nesse caso, bom-jesuenses) e remete a todos da região abrangida pelo projeto, na medida em que não remete à imagem de alguém em específico.



Figura 33 – Fôlder da Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul.

“Silêncio, espaço, tempo, atenção... Precisa mais?” Essa é a crucial questão apresentada ao espectador quando abre o folheto. Uma oferta de descanso, tranquilidade, serenidade e a chance de conviver com o silêncio, de fugir da

agitação das grandes cidades. “Estamos falando de grandes espaços, com poucas esquinas, nenhum farol de trânsito e o silêncio aquele que nos permite ouvir tudo que a natureza tem para contar”, assim lemos na divulgação acompanhada pela imagem de um casal cavalgando na região; de um gaúcho, devidamente pilchado, preparando a refeição em fogo de chão; de um mapa de localização e, curiosamente, de uma moça em posição de meditação, numa demonstração da tamanha tranquilidade que o turista poderá lá encontrar.

O curioso e instigante de todo o processo aqui analisado está nas novas formas e significados que o tropeirismo adquire em diferentes contextos e produtos. Narrado como herói de uma epopeia em que desbrava e constrói o Rio Grande, supera dificuldades encontradas nas intempéries, nas disputas étnicas e de território, o tropeiro era homem que não encontrava tranquilidade. Estava sempre em constante movimento, desbravamento dos espaços e cotidiana superação de sofrimentos vivenciados no desenvolvimento desse labor. Narrado em diversos espaços e por diferentes agentes, o fazer do tropeiro é pintado com *glamour* de grandes feitos. Hoje, no mais recente produto turístico elaborado, o tropeirismo não é mais sinônimo de desgastes e de superação, mas sim de tranquilidade.

“Venha ‘estranhar’ a Serra Gaúcha sem pressa – você provavelmente conhece só a encosta de toda essa vastidão.” Convite que não leva o turista a ser tropeiro por um dia, como o proposto pela fazenda do Cilho, mas sim o convida a conhecer bem de perto a cultura da região, mas não como um tropeiro. Aqui, ao invés de partícipe e cúmplice, o turista é, única e exclusivamente, um espectador. O espectador da história de um “Rio Grande do Sul: um mapa desenhado pelos antigos Caminhos de Tropeiros”. Numa história que, agora como produto, segue na afirmação dos tropeiros como os responsáveis pela integração do Rio Grande do Sul às demais áreas do Brasil, reforçando a anacrônica referência à construção de uma nação chamada Brasil em pleno século XVIII, como tratado no capítulo 1.

O turista espectador está abertamente representado no último folheto lançado para esse empreendimento, ancorado pelo Sebrae-RS. Nele, os turistas observam os que experimentam o transitar pelos antigos corredores do lado de fora deles, à distância. Tão longe que o binóculo é necessário para dar à vista o alcance à história alheia (Figura 34).

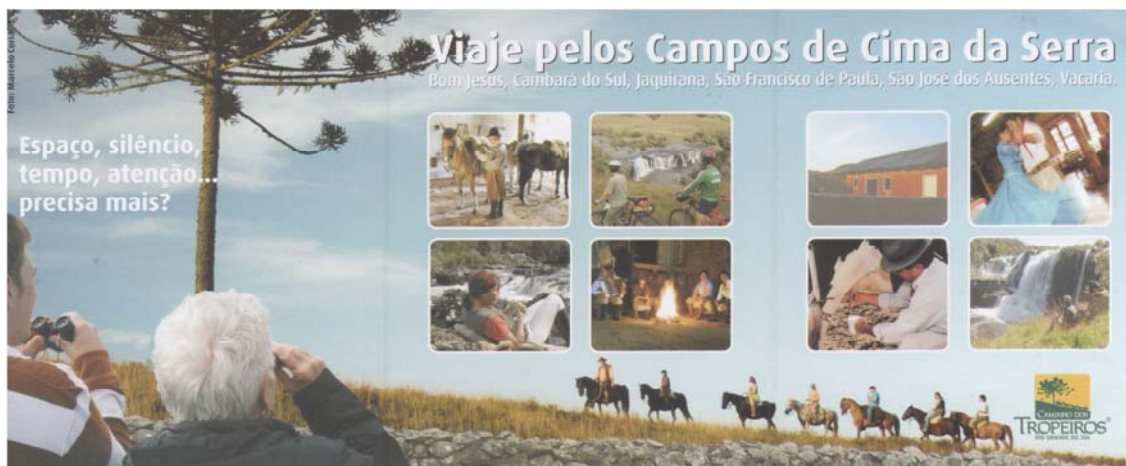


Figura 34 – Novo fôlder da Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul.

De uma forma ou outra, os novos produtos buscam outros desbravadores para os antigos caminhos e materialidades que remetem ao tropeirismo, hoje, com outro significado e função. Inicialmente, mostrando aquilo que Prats (1997, p. 42) chama de “nós de nós”, foram analisadas ações e materiais publicitários direcionados a representar a identidade local,⁶⁹ até se chegar ao produto recentemente ofertado, pautado no “nós dos outros”. Ou seja: centrado na construção do espetáculo a partir das demandas do outro e não mais buscando, ainda que mítico, o autêntico daquele tempo.

Neste estudo, a folhetaria divulgadora do turismo e dos atrativos locais e regionais foi analisada enquanto cultura material, produzida no hoje, como comunicadora de um produto inspirado no passado. Artefatos publicitários que alcançam espaços externos de divulgação e que, muitas vezes, provocam as primeiras impressões e expectativas que os turistas poderão vir a ter a respeito do tropeirismo.

⁶⁹ Do primeiro movimento de turismo regional, no consórcio da Rota dos Campos de Cima da Serra, temos a divulgação e os produtos regionais, além de *links*, separados no *site*, ou *boxes* distintos no fôlder, para a apresentação das particularidades e dos atrativos de cada município. Nesse espaço publicitário e nas divulgações particulares de Bom Jesus, observamos a convergência da identidade e do patrimônio local em produto turístico, sem, contudo, perder a referência a si e de si. É na representação de si, a partir de suas características internas, que o produto cultural é elaborado, que o patrimônio é ativado – a partir daquilo que, para parte da comunidade, faz sentido. Nessa perspectiva, me refiro, a partir de Prats (1997, p. 42) ao “nosotros del nosotros”.

A transformação das formas e dos conteúdos dos elementos representativos da cultura e do passado tropeiro traz novos usos e públicos. Emerge um novo tipo de ativação de patrimônio, onde o foco não é mais identitário, mesmo que na conveniência da cultura, mas sim abertamente turístico e comercial. Estereotipado desde os centros emissores do turismo.

4 REPRESENTAÇÕES MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TURISMO LOCAL

Assim como diferentes agentes fomentam a construção local da Terra do Tropeirismo, no complexo papel de motores da ativação patrimonial e produtos da mesma, os instrumentos de divulgação, virtuais ou materiais (dentre estes últimos os fôlderes, por exemplo) são elementos promotores e caracterizadores da região, ao passo que também apreendem e divulgam representações.

As representações apresentadas em instrumentos publicitários, ou em ações de agentes, como daqueles tratados no capítulo 2, fazem presente o ausente – os sujeitos e suas práticas do passado que se pretende revivido, lembrado, rerepresentado tal como naquele tempo. Trata-se de representações que remetem aos novos usos de patrimônios destinados ao comércio do produto cultural. Mas, ainda assim, com o objetivo de, idealizadamente, colocar o passado, apesar de estereotipado,⁷⁰ à frente dos olhos do espectador.

A cultura material, por sua vez, é, aqui, abordada como representação de outros tempos e de identidades, no hoje. Elementos materializados da cultura tornam presença o que é ausente; tempo e fazer que não mais existem, à exceção das memórias, das histórias e das materialidades. Nessa perspectiva, “a representação é um processo pelo qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem representa” (MAKOWIECKY, 2003, p. 4). É a partir dessa perspectiva que aqui abordarei os suvenires e outros elementos da cultura material relacionados à construção da Terra do Tropeirismo, como representações de identidade e produto turístico.

A representação, para este estudo de caso, é o produto de uma prática simbólica, como “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183). Nesse sentido, agentes promovem a representação de si, para si e para os outros, na mesma medida que constroem seu cotidiano e seu horizonte de expectativas sob esta. Assim, a representação, como discurso construído “à distância do real” (CHARTIER, 1991, p. 182) passado, fomenta e é

⁷⁰ Como no novo atrativo cultural da região, a Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul, que, para os órgãos emissores, trata-se de mais um produto que tem em si a esperança do desenvolvimento econômico, com olhares restritos ao fomento do turismo. Para os locais, paradoxalmente, parte do órgão emissor e receptor deste, o produto representa, além de novas possibilidades econômicas até então não alcançadas através de batalhas solitárias, identidade, a representação de si para si e de si para outros.

fomentada pelo real, discursivo e idealizado presente, através de elementos da cultura material. Assim,

a identidade só pode ser evocada no plano do discurso e surge como recurso para a criação de um nós coletivo [...]. Este nós se refere a uma identidade (igualdade) que nunca se verifica, mas que é um recurso indispensável do nosso sistema de representação. (NOVAES, 1993, p. 24).

O passado e a cultura material fomentam, aos agentes locais, a certeza de estarem refazendo os passos da história, no proporcionar aos visitantes a cumplicidade do passado local. Dessa forma, os objetos

do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado. (PERALTA, [s.d.]).

Onde, como até então procurei mostrar, a comunidade busca o futuro, apesar de incerto.

Contudo, a busca não se dá somente pelos vestígios remanescentes de um passado, como observamos nos, tão frequentemente apresentados em materiais publicitários, muros de taipa ou corredores de tropeiros. Mas passado, presente e futuro se encontram na cultura material produzida no hoje, na produção artesanal de utensílios utilizados nas tropeadas turísticas e nos suvenires (na venda de artesanato). Elementos que, de uma maneira ou outra, são elaborados na intenção de fazer presente o passado ausente.

Para Menezes (1997), a expressão “cultura material” refere-se a todo segmento físico apropriado socialmente, sendo o artefato apenas um dos seus componentes. E

por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma, a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, por tanto, não é aleatória, causal, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações na paisagem, coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalizações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). (MENEZES, 1983, p. 112).

Dessa forma, concebemos o artefato, como parte da cultura material, muito além de um suporte físico do meio social, mas como a representação deste, elaborada na ação humana. O material, repleto de representações e significados, é ao mesmo tempo produto e vetor de relações sociais, de interações entre o humano e o meio socialmente construído. O foco é a relação entre sujeitos através e com as coisas e suas representações, uma vez que são os agentes que trazem, para o presente, o passado reconstruído e reapropriado, ao atribuir valor a determinados objetos, histórias e memórias. Nesse processo, não somente trabalhamos com o elemento material em si, mas com o elemento em sua relação com as pessoas, nas memórias vivas e tramadas nas coisas.

A cultura material do contemporâneo ou do passado, como representação, remete a memórias e identidades. O passado, nesse caso, é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode contribuir para manter ou construir as identidades. É a partir desse enfoque que abordarei as representações materiais do tropeirismo, produzidas em Bom Jesus – tanto aquelas que fomentam consumos externos, dos turistas, quanto as que alimentam o consumo interno, como instrumentos que buscam semear a autoidentificação de sujeitos da comunidade com o passado-presente-futuro tropeirismo.

Nessa perspectiva, percebe-se que a comunidade desenvolve um processo de “consciência patrimonial”, como valores compartilháveis e objetivos determinados. Tal consciência se dá através das práticas não só de “relembrar” e “construir” ou “atualizar” o passado, mas também na vivência desses agentes com lugares e objetos relacionados ao tropeirismo. Objetos que não foram escavados em sítios, ou estavam empoeirados, guardados na reserva técnica do museu municipal, mas sim objetos que estão em uso e foram elaboradas na e para a comunidade contemporânea.

Abordar artefatos como fonte ou objeto de pesquisa vem há muito sendo discutido e posto em prática por diferentes metodologias e aproximações teóricas nas áreas da história, da arqueologia, da antropologia, entre outras. Abordar os objetos produzidos para fins comerciais no hoje tem tido amplo espaço de debate e pesquisa na antropologia, no *design*, no turismo, nas artes plásticas. Entretanto, não tem recebido grandes atenções de arqueólogos. Disso os motivos variam, mas podemos apontar como um dos mais marcantes o fato desses objetos serem produzidos no hoje e tal área ainda resistir, para o caso

brasileiro, a abordagem da produção cultural material do tempo presente. A exceção, no Brasil, parece estar em estudos relacionados à etnoarqueologia, principalmente no que diz respeito a grupos indígenas contemporâneos. Num trabalho ou noutro aparecem abordagens aos materiais produzidos para fins de comércio. Em outros as abordagens se fecham nos artefatos, objetos fruto da produção artesanal local, de consumo tradicional e interno ao grupo. Além da produção de artefatos relacionados às tropeadas, aqui são abordados os artesanatos que ocupam função decorativa, na ressignificação do artefato, com vistas à comercialização, ainda que repletos de significação, conhecimento, memórias e técnica (LIMA et al., 2006; SOUSA, 2009).

Ao produzir o artesanato o artesão está, mesmo inconscientemente, rememorando a sua prática material mediante a recriação simbólica de suas relações sociais. Já o consumidor, quando compra uma peça de artesanato, interage com o tempo e o lugar, porque a fruição estética e o uso prático dele permitem-lhe vivenciar a lógica cultural de uma localidade cujos costumes, muitas vezes, se distinguem dos seus e por causa disso reinventa o objeto dando-lhes novas conotações (re-significação). (DIAS FILHO; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Ao tratar dos objetos do tempo presente, estamos diante de toda a tralha material que envolve uma tropeada, vestimentas, culinária – os artefatos –, bem como dos suvenires, ao tropeirismo hoje relacionados, disponíveis para venda no comércio local e regional. Tais produtos marcam o diferencial identitário dessa comunidade perante as demais, representam a trajetória construída pelos bom-jesuenses para identificarem sua cidade. Assim, os objetos do tempo presente representam um tempo, uma história, uma prática, um saber/fazer, estão impregnados do humano (GLASSIE, 1999). Uma vez que comunicam e remetem ao patrimônio identitário, por um grupo ativado, os objetos representam novos produtos a serem consumidos na prática turística abertamente fomentada ao comércio, como produto cultural.

4.1 A cultura conveniente na esteira da história: a fábrica de mulas

Produto e, paradoxalmente, motor da idealização do passado e da construção da identidade contemporânea, a fazenda do Cilho não é o único lugar a produzir mulas na Terra do Tropeirismo. Há quase três anos a cidade conta com uma loja de artesanato, de propriedade de Lourdes e Volnei, a Naturarte.

Localizada no centro da cidade, a loja tem como principal produto mulas esculpidas em madeira. Apesar de o estabelecimento ser recente, o casal trabalha com artesanato relacionado ao tropeirismo há mais de dez anos. Inicialmente, como afirma Lourdes, faziam “de tudo, fazia vaquinha, cavalinho, tudo quanto era bicho que a gente imaginava a gente fazia, né” (Lourdes, Apêndice A.4.1).

O início da produção se deu por lazer. No entanto, Volnei, que é marceneiro, ficou desempregado, enquanto seu irmão trabalhava num banco, em São José dos Ausentes. A partir de então o artesanato tornou-se uma fonte de renda para a família, com mercado certo na cidade vizinha, através do irmão bancário. Até que, como em tantas outras situações na cidade, apareceu a professora Lucila, e o então secretário de turismo, Flávio Dutra Pannembecker,⁷¹ à procura de presentes para os palestrantes de uma das edições do Senado. Os regalos aos convidados foram mulas em madeira confeccionadas pelo casal. Desde a primeira inserção no seminário, há mais de uma década, as vendas crescem a cada ano. E o “carro-chefe” da Naturarte segue sendo as mulas.

As miniaturas em madeira produzidas pelo casal, vendidas na cidade como suvenires da Terra do Tropeirismo, como um “produto oficial”, remetem a materialidades. O que significa dizer que estão muito além de sua faceta material. Assim como os artesanatos de diferentes cidades, bairros, associações comunitárias, grupos étnicos e outras organizações sociais e culturais, os suvenires produzidos pelo casal compõem e são compostos por histórias, valores, representações, discursos, etc., que remetem ao patrimônio representativo da identidade, estejam produzidos a partir do “nós de nós” ou do “nós dos outros” (PRATS, 1997).

O artesanato, por interagir com as múltiplas formas de representações culturais, se apresenta como um objeto de estudo oportuno para percebermos alguns aspectos conceituais da combinação entre a dimensão simbólica e a motivação econômica, intrínsecas a tal prática, que ainda não estão perfeitamente resolvidos. Confeccionando um artefato, os artesãos não apenas reforçam a tradição de sua comunidade, como também assumem

⁷¹ Flávio atuou como secretário entre 2001 e 2004, ano de seu falecimento. Sua gestão como secretário de turismo movimentou a cidade. Flávio levou o tropeirismo como atrativo turístico para além das fronteiras da cidade, divulgou a Terra do Tropeirismo (*slogan* criado durante sua gestão) nos mais variados veículos da mídia regional, organizou exposições, cavou espaços em programas de TV, documentários, etc.

a condição de mola propulsora da economia local. (DIAS FILHO; OLIVEIRA, 2008, p. 1).

Nesse sentido, é através do artesanato que alguns grupos estruturam a representação de si. Representação que só existe perante um outro, a partir da constituição das identidades que, como coloca Hall (2000, 2006), é pautada pelas diferenças entre o nós e os outros. Diferença estruturada a partir da memória e na construção do passado no presente, considerando que, para o caso de produtos como os souvenirs, remetem ao passado histórico calcado nas possibilidades apresentadas pelo turismo patrimonial/cultural.

A produção de souvenir, para o caso em estudo, é um dos elementos centrais da representação. Mesmo que inconscientemente para a sociedade que o produz, são as representações de si, através de elementos como artesanato, que nos permitem melhor entender a atuação de um grupo de pessoas no que se refere à construção de uma identidade e do patrimônio.

A confecção das mulinhas artesanais o mais parecidas com o real, como diz Lourdes, além de não ser tarefa fácil se considerarmos esferas da prática manufatureira, coloca o artefato no lugar do que e de quem ele representa: tropeirismo, tropeiros e, por conseguinte, a Terra do Tropeirismo. A cultura material, nesse sentido, comunica algo ao receptor, ao consumidor. Impregnada de sentidos desde o momento da criação, compõe-se enquanto signo representante de algo. Para Glassie (1999), os objetos nada representam, significam ou comunicam sem que tenhamos, como parte de sua análise ou leitura, seu contexto. Este, por sua vez, perpassa três etapas básicas – criação, comunicação e consumo – que por vezes coexistem. Em cada uma delas os objetos, ao deixarem o projeto mental do artífice e ganharem formas e conteúdo físicos, são impressos de significados que remetem a diferentes representações e usos. Na perspectiva do autor, o contexto está inserido no objeto e este tem, em cada uma ou nas três etapas, quando concomitantes, múltiplas funções e significados. Vamos então explorar um pouco mais esse contexto.

4.1.1 A criação

Na primeira etapa, a criação (GLASSIE, 1999), considera-se o aprendizado, a técnica, a memória, a forma, as expectativas, etc., desde a

formação do *design* em mente até o ato de criação material. Contudo, esse momento se dá de forma cooperativa e não solitária.

[Lourdes] Aí a gente começou a melhorar elas porque, no começo, elas eram muito desajeitadas, né, daí com tempo um dava uma ideia daqui outra dali, a gente foi melhorando elas, né. (Lourdes, Apêndice A.4.1).

Os artesãos aqui analisados, além do trabalho conjunto do casal e da colaboração das ideias de demais moradores da cidade, em sua rotina produtiva e comercial, fazem uso de memórias e recordações para produção dos produtos. Lourdes, que é filha de tropeiro, narra o quanto foi importante na estruturação do negócio ter as lembranças do passado e alguns conhecimentos sobre como uma mula é arreada. Recordações que não eram dela, mas lhes foram transmitidas por seu irmão mais velho que, por mais tempo, conviveu com o fazer do pai.

Ahn, mas quando a gente começou, ele já era falecido [em referência a seu pai], mas enfim a gente, a gente tem as lembranças do tempo que ele fazia o cesto, né, ahn, então muita coisa serviu, o meu irmão mais velho sabia como montar assim, porque tem que, tem que montar assim de acordo com, com a realidade, né... Então ele nos ensinou muito assim como arrear a mulinha, como, a gente procura fazer o mais real possível, né [...] (Lourdes, Apêndice A.4.1).

Nessa perspectiva, criação se dá, como sugere Glassie (1999), de forma associativa, na vinculação com memórias, histórias e lembranças que partem desde as narrativas de formas de fazer, apresentadas a eles pelo irmão de Lourdes, das lembranças de seu pai, até as memórias e histórias constituídas por eles no hoje, em sua relação com o desenvolvimento de um produto que remete à autoidentificação da cidade.

A produção inicia pela captura da matéria-prima base, a madeira, realizada por Volnei. Posteriormente, Lourdes confecciona as pré-formas, os "girinos", como carinhosamente as denomina. Volnei "lapida os girinos" com ajuda de Lourdes e a utilização de lixas de diferentes granulações. Ela faz os cestos com fibra vegetal coletada na região; ele, as brucas de couro, e ainda confecciona o rabo e as crinas das mulas com pelagens naturais, fornecidas por amigos da cidade a cada tosquia dos animais.

[Volnei] É, esse, esse aí é outro material que a gente faz, por exemplo, os cestinhos aí já é a Lourdes que faz. A gente faz as bruaquinhas, que agora não tem, que é de couro, né, também pra pôr na mulinha, é material de fibra e material que a gente tem por aqui, né, da palha do butiá (Lourdes e Volnei, Apêndice A.4.2).

[Lourdes] Isto, a gente procura trabalhar muito com fibras, com semente, né, então a folha do butiá que é uma arvorezinha nativa aqui nossa, né, que eu já considero nossa. Do butiá a gente aproveita tudo, é a semente, é a folha, né, e é sempre muito bem aceito, sempre ficam trabalhos muito bonitos. (Lourdes e Volnei, Apêndice A.4.2).

Os “adereços” das mulas, confeccionados com materiais naturais e com a constante preocupação da aceitação estética do turista, são aplicados por Volnei. Nota-se aqui a divisão colaborativa do trabalho. Apesar de o produto final ser um, o artesão não o é. Aqui o trabalho manual coletivo materializa um projeto mental que não corresponde à imagem idealizada de um ou de outro, mas um híbrido do *design* pensado pelos dois. O produto final, a mula, é vendido separadamente, ou agregado a outros produtos, como: porta-chaves, porta-guardanapos, puxando carroças ou carretas, compondo cenários de minigalpões (como maquetes), etc.



Figura 35 – Lourdes, durante entrevista. Foto da esquerda: na loja. Foto da direita: na oficina de produção, ao fundo várias pré-formas. (Fotos: Artur Barcelos, 2009).



Figura 36 – Utensílios (faca e lixa) para confecção e pré-formas das mulas artesanais. (Foto: Artur Barcelos, 2009).

A faca é utilizada para confeccionar a pré-forma da mula, que mais tarde recebe pernas e orelhas, também em madeira, e as crinas. A lixa dá os retoques no processo de materialização do *design* mental por eles elaborado. Após prontas as mulas são arreadas: recebem arreios, cestos, brucacas ou carroças para puxar, etc. A pigmentação é feita com corantes naturais ou verniz, betume e outros produtos destinados para o trato de madeira. Os olhos e a boca são desenhados em pirogravura.



Figura 37 – Mulas produzidas em madeira por Lourdes e Volnei. Loja de artesanato Naturarte, Bom Jesus. (Fotos: Artur Barcelos, 2009).

Na Figura 37 observa-se que, como uma maquete, a produção representa uma tropa de mulas sobre um caminho; além da representação material e simbólica do tropeirismo pautada numa produção do tempo presente, os artesãos tem o cuidado de, ao representar o caminho, fazer referência aos muros de taipa que demarcam os mesmos, na expectativa de, como diz Lourdes, fazer o mais próximo do real. Contudo, o artesanato por eles produzido é alimentado pela demanda turística que aos poucos chega à região.



Figura 38 – Porta-guardanapos e paliteiro; porta-objetos em formato de cangalhas de cesto; mula em madeira arreada com cargueiro de cesto. (Fotos: Artur Barcelos, 2009).



Figura 39 – Mulas arreadas com sacas de carga e com cargueiro de couro (bruacas). (Fotos: Artur Barcelos, 2009).

A preocupação com a aceitação do turista com a matéria-prima empregada dá mostras disso, bem como o “Bom Jesus RS” gravado no arreio do entorno do pescoço da mula, como apontado na Figura 37. Além disso, por um lado, a produção está centrada, abertamente, no comércio que fomenta o sustento da família; por outro, mesmo não se identificando com o mito de origem construído com base no tropeirismo, o casal elabora objetos que comunicam, representam o tropeirismo e sua relação com a cidade.

No entanto, se o fundamental não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social. Para Chartier (1991), nesse sentido, sendo escolhida, o patrimônio pode ser visto como representação social, relação estabelecida entre um objeto material ou imagem presente e algo ausente. Em Bom Jesus, por exemplo, é perceptível a representação de uma atividade, no artesanato que produz mulas em madeira e outros objetos, onde os tropeiros em si não estão, objetivamente, representados, mas parecem estar “naturalmente implícitos” na representação de um fazer através dos animais esculpidos e de toda a tralha que os acompanha. O tropeiro é o sujeito ausente, mas, ao mesmo tempo, presente na representação e somado a outros subprodutos (Figuras 38, 39).

Como tenho percebido através de entrevistas, vivências e observações em campo, para os artesãos o tropeirismo é sinônimo de mulas que carregam coisas, sendo o tropeiro pouco ou nunca diretamente representado. Diferentemente do que encontro em outros setores da sociedade, onde os objetos são coadjuvantes, ainda que muito presentes, nos relatos orais, sendo pautado o discurso enaltecido dos épicos heróis tropeiros. Evidentemente que devemos fazer um parêntese e pautar o conveniente mercado encontrado pelo casal de artesãos, que por vezes não tem muita clareza do que representa, para outros, o tropeirismo como ação de sujeitos e passado. No entanto, tem muito claro o quanto o produto criado é atrativo aos consumistas, partícipes ou não, da história alheia.

4.1.2 A comunicação

Relacionada ao comércio, doação e colaboração, a comunicação, segundo Glassie (1999), em muitos contextos está mesclada no ato da criação e, em outros, ao consumo; está, portanto, na intenção do criador em relação ao receptor. A comunicação, enquanto objetivo, entre criador (artesão) para com o consumidor, se dá na expectativa do primeiro de alcançar o segundo. Entretanto, a recepção do consumidor varia de acordo com a consciência do mesmo em relação ao contexto primeiro do produto consumido. Por exemplo: se um turista, após ter navegado pelo *site* da cidade ou a ter conhecido através dos comentários de alguém ou de outro canal publicitário qualquer, chega à cidade

ciente de que está na Terra do Tropeirismo, poderá consumir as representações lá ofertadas, através dos suvenires, de forma a tornar eficientes os objetivos comunicativos dos criadores. Entretanto, se um visitante não está ciente de que Bom Jesus é a Terra do Tropeirismo e chega à cidade de passagem,⁷² o mesmo não encontrará logo no momento de sua chegada referências de que está na Terra do Tropeirismo. Informação que chega no convívio com os espaços de hospedagem, no centro de informações ou na loja de artesanato. No entanto, o mesmo pode adentrar a loja e comprar uma das mulas por achá-la bonita, como objeto decorativo que remete ao mundo rural e não necessariamente em sua relação com o tropeirismo. Essas variantes de recepção não estão ao alcance do criador, são bases da autonomia da percepção do receptor (consumidor), que imprimirá novos significados aos objetos que poderão substituir ou aglomerar-se àqueles impregnados pelos artesãos.

O mesmo processo ocorre quando o artesanato é adquirido para um terceiro a ser presenteado, ou quando, por diversas razões, o consumidor, ao fazer uma reformulação nos objetos dispostos em sua casa, resolve “livrar-se” da mula, doando-a para outro. Nesse cenário, nada garante que o receptor seguinte ao ver o objeto seja remetido a lembranças da Terra do Tropeirismo, mas pode lembrar-se de quem lhe deu o artesanato. Esvaziado do sentido e da representação primeira, o objeto é atribuído de novo significado pautado pelo ato da doação.

Buscando aprimorar o “canal de comunicação” e seus negócios, os artesãos têm estruturada uma rede de colaboração e comércio que alimenta as possibilidades de comunicar ao consumidor a Terra do Tropeirismo. Essa rede está ancorada em hotéis e pousadas do município, bem como na fazenda do Cilho, onde o artesanato do casal está a venda. “Ah, nós temos, o nosso artesanato nos, nos hotéis, no Hotel Rodrivaris, temos no Hotel da Angelina e no Recanto das Camélias [...]” (Lourdes, Apêndice A.4.1). Nessa relação de colaboração os dois setores fomentam o consumo e a expansão das ideias centrais da construção da Terra do Tropeirismo, através de objetos que trazem essa representação.

⁷² Como ocorre muito no verão, quando o fluxo de argentinos e gaúchos da serra e do Norte do estado por lá passam rumo aos Aparados, a Santa Catarina ou a outros atrativos regionais.

4.1.3 O consumo

Assim como a criação e a comunicação, o consumo está amplamente relacionado a contextos que imprimem e expandem significados aos objetos comercializados. Nessa perspectiva, o contexto está no objeto (GLASSIE, 1999), é dele que partem as cadeias de associações que elaboram, imprimem e agregam novos significados.

O artesanato vendido, em seu ponto de partida, representa a cultura material de um modo de vida, de uma forma de ver e experimentar o mundo. Representa parte da materialidade da, hoje, denominada Terra do Tropeirismo. Representa uma identidade e um patrimônio construídos no hoje e configurados em bens de consumo que não se fecham em seu valor de uso, mas estão ancorados em seu valor simbólico.

Existem dimensões do desenvolvimento da cultura. A cultura material e expressiva é um recurso subvalorizado nos países em desenvolvimento. Ela pode gerar renda através do turismo, do artesanato, e outros empreendimentos culturais. O patrimônio gera valor. (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 11-13 apud YÚDICE, 2004, p. 31).

A compreensão das ações de diferentes agentes sociais e da atribuição de significados está relacionada à própria noção de valor. O valor que é dado a determinado objeto, o que remete a sua significação e patrimonialização, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele representou, representa e/ou passará a representar.

Rubem Alves (1987) questiona a ideia de que os valores possam ser universais e eternos, afirmando que os mesmos são histórica e culturalmente construídos e ressignificados pelos seres humanos em suas diferentes relações socioculturais, como até então busquei mostrar. Além disso, todas as coisas têm potencialmente esse valor simbólico, o desafio é como analisá-lo em diferentes contextos empíricos.

Nesse sentido o consumo, relacionado à criação e à comunicação, está ancorado nos diferentes usos, assimilações e preservação dos objetos (GLASSIE, 1999). Steffen (2008), ao analisar a produção, a circulação e o consumo de *pêssankas*, em comunidades etnicamente relacionadas à cultura de imigrantes ucranianos em Santa Catarina, parte das faixas de categorias de produção, as

quais consideram desde o grupo produtor até a finalidade do produto (comercial ou não), elaboradas por Soares (1983). Inspirada nesse trabalho, ao tentar examinar a produção do artesanato local, deparei-me com duas situações; a primeira apresenta o artesanato que não tem como inspiração as particularidades históricas, culturais e ambientais da região. Trata-se do artesanato de crochê, tricô, pintura de panos de prato e vidros, etc., presente em todas as cidades do país. A segunda situação é a do artesanato da Naturarte, que, além dos produtos básicos apontados acima se destaca pela originalidade das mulas em madeira. A segunda situação pode ser analisada a partir da segunda faixa proposta por Soares (1983, p. 9):

Têm esses artífices, como denominador comum, no processo de comercialização de suas peças, a modificação do comprador. Este aparece agora ligado à indústria do turismo, já não é mais o usuário vicinal, regional.

A modificação do receptor, para este estudo de caso, se dá pela consciência patrimonial e da história local que o mesmo adquire ao vivenciar o lugar e consumir produtos que, simbolicamente, levam a Terra do Tropeirismo para sua casa, bem como aos novos mercados abertos a esses produtos na esteira do fomento ao turismo e da divulgação da região dos Campos de Cima da Serra. Nessa perspectiva, segundo Glassie (1999), é nesse contexto de consumo que os significados dos objetos se expandem e se consolidam, em seus diferentes usos e preservação.

E é da produção desses representativos artefatos que a família de Lourdes e Volnei se mantém economicamente. Se, por um lado, sua fonte de renda está “no tropeirismo”, por outro, pouco eles conhecem desse fenômeno em Bom Jesus. Nossos artesãos participam do Senatro, na feira de artesanato, expõem e negociam seus produtos em outras feiras, como na Expointer,⁷³ por exemplo, mas nunca conheceram de perto um corredor de tropas, as ruínas do Registro de Santa Vitória ou o Passo de Santa Vitória. Desses locais, eles, apesar de deixarem claro que sabem da importância histórica, só ouviram falar e

⁷³ Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários. Iniciada em 1901 no Rio Grande do Sul, é realizada anualmente, desde 1970, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS).

conheceram por vídeo. No entanto, mesmo sem experimentar presencialmente estes locais, o casal, na conveniência da cultura e na esteira da história, vivencia o fazer do tropeirismo no e do tempo presente, através de uma atividade comercial que ganha espaço a cada ano, o artesanato. Contribuem e colocam, em prática, a mítica preservação das tradições, mesmo que estas, de todo, não lhe pertençam culturalmente.

Na entrevista que realizei com Volnei e Lourdes, em janeiro de 2009,⁷⁴ pude perceber que sua relação com a cultura material ligada ao tropeirismo, além do que eles produzem, é diretamente associada a um outro inventário que não está nos sítios arqueológicos, mas sim nas fazendas e casas da cidade. É contemporâneo, faz parte do vivido. Ao perguntar ao casal se conheciam algum vestígio do tropeirismo de tempos passados, na cidade, apresentaram algumas incertezas, mas apontaram os objetos utilizados para arrear mulas e transportar produtos. Talvez por ser esse o tema de seu trabalho, na produção de peças que não remetem às suas identidades, mas a uma outra, a tropeira, a da cidade, a experiência do casal parta de outras referências.

[Volnei] Umas casas, os lugares. Deve ter algumas casas antigas, né Lourdes?

[Lourdes] O que que eu vou dizer...

[Volnei] No interior, no interior acho, nas fazendas deve ter.

[Lourdes] Ah, eu lembro que na minha casa tinha os materiais. Assim, tipo cangalha, bruaca, cesto...

[Volnei] E tem, tem muitos lugares que têm, mas tá mais como decoração hoje em dia, né.

[Lourdes] É mais como enfeite, né.

[Volnei] Mais como lembrança.

[Adriana] Não pra uso.

[Volnei] Lembrança daquele tempo, né.

[Lourdes] É, enfeitando, né, até a própria roda da carreta, né, que não era totalmente o [tropeirismo], mas eles usavam também, né, como transporte.

[Volnei] Tem muitas fazendas que têm, mas tá lá num canto assim, mas pra.

[Adriana] Só pra olhar.

[Volnei] É pra lembrar, né.

[Lourdes] É pra enfeite, né. (Lourdes e Volnei, Apêndice A.4.2).

⁷⁴ Entrevista dividida em dois momentos: o primeiro com Lourdes, na loja, e o segundo, com ela e Volnei, na oficina de produção, anexa à loja. As entrevistas encontram-se no Apêndice A.4.1 e A.4.2.

No diálogo não há, de forma espontânea, referência aos lugares como, por exemplo, Registro e Passo de Santa Vitória, corredores, etc., mas sim a outros lugares de memória, às coisas de uso cotidiano da atividade (cangalha, bruaca, cesto), das quais apontam as novas funções e significados atribuídos, novos consumos do passado no tempo presente, no uso e na conveniente “cultura tropeira” da produção e comercialização do artesanato. Para Lourdes, esses objetos, hoje, estão como enfeites de casas e galpões. O fato de produzir, cotidianamente, souvenir de função decorativa para turistas, mas para alguns consumidores permeados de significados representativos da Terra do Tropeirismo, a leva a perceber os objetos do passado, utilizados no presente, como enfeites. Uma decoração permeada de representações como o seu artesanato, mas por ela não percebidas.

Volnei, por sua vez, consome o passado e a experiência com os objetos de diferente forma, aponta os artefatos como instrumentos da lembrança. Objetos que trazem recordações, como ele mesmo diz, “lembrança daquele tempo, né”, mas de um tempo que, pela entonação da fala, parece não ser o seu ou do seu passado. Trata-se, todavia, de artefatos que não apenas representam o tropeirismo, mas também um tempo, um mundo distante do deles e, contraditoriamente, tão próximo no elo criado pela conveniência da cultura na elaboração da economia criativa.



Figura 40 – Em detalhe a divulgação do artesanato no *site* da cidade (BOM JESUS, 2009).

É com a ideia de “lembrança” que a venda dos suvenires produzidos pelo casal é apresentada no *site* de divulgação turística da cidade (Figura 40). A lembrança de um contexto do passado representado num objeto produzido no tempo presente.

4.2 Novas criações, comunicações e consumos

A ativação de repertórios patrimoniais, em Bom Jesus, passa pela concepção e expectativa de futuro da própria comunidade. Ao iniciar meus trabalhos no município estava convicta de que, ao buscar reconhecer os lugares de memória que fazem do passado presente, na construção do produto turístico, encontraria referências às ruínas do Registro de Santa Vitória e a toda cultura material do passado relacionada à prática do tropeirismo, presente ou não em sítios arqueológicos. Sobre o segundo elemento minha intuição não estava de todo errada, no entanto, no que diz respeito à ruína do Registro, me equivoquei.⁷⁵

Desde as primeiras observações participantes, entrevistas e experiências em campo deparei-me com, antes de tudo, o Passo de Santa Vitória, como já previamente tratado no capítulo 2, como o cordão umbilical ainda não cortado de parte da comunidade bom-jesuense com a de Lages. Todas as muitas histórias, estórias e memórias que ouvi têm referência, mesmo que em vivências pessoais não diretas, a esse local. A “epopeia” de Cristóvão Pereira de Abreu e posteriormente de outros heróis da história oficial que por lá passaram, como tropas farroupilhas, por exemplo, bem como fatos cotidianos dos moradores locais (como o casamento de Cacau e Maria), tomam acento no tempo presente e dão a esse local de memória o sentido de patrimônio. É o elo instalado entre o passado e o presente, no lançamento das expectativas de futuro depositadas no ser tropeiro, a partir do reconhecimento, valorização patrimonial e fomento ao turismo.

⁷⁵ Como apontado em momentos anteriores, nos primeiros passos desta pesquisa acreditava ser o Registro de Santa Vitória o principal vetor potencializador do “reviver” o passado relacionado ao tropeirismo nos mais diversos eventos. Entretanto, o Passo de Santa Vitória é o foco de muitas das narrativas, vivências e experiências dos agentes envolvidos na construção da Terra do Tropeirismo. O Registro, por sua vez, é presente, mas para uma pequena parcela. Aos demais, o Registro parece compor um pacote chamado Santa Vitória, mas nunca apresentado em destaque, como o Passo, nas diversas narrativas, à exceção daqueles que se dedicam aos estudos do tropeirismo na região. Para estes as ruínas estão naturalizadas no Passo, que recebe maiores atenções.

Em esferas para além da comunidade local, o Passo de Santa Vitória também se torna motivo de debate. Por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), principalmente do órgão do estado de Santa Catarina e, mais recentemente, mas ainda com muito envolvimento a construir, o Iphan do Rio Grande do Sul, aponta na pauta das discussões esse local de memória, já tombado por seu valor para história local, municipalmente, em Lages, pelo Decreto n° 3.782, de 21 de outubro de 1993 (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, 1993), e em Bom Jesus, através do Decreto n° 3.248, de 20 de abril de 1994 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS, 1994).⁷⁶

O parecer 001/2007 do Ministério Público Federal aponta o Passo de Santa Vitória em sua natureza jurídica, ou seja: bem da União. Tal documento apresenta uma breve história e importância do local no contexto social e econômico dos séculos XVIII e XIX não só para a localidade de Lages, mas também para toda a região do tráfego tropeirístico. Munido desse documento, o Iphan-SC (2009) emitiu um parecer técnico que solicita:

a abertura de Processo de Pedido de Tombamento para o Sítio Histórico, Arqueológico e Paisagístico do Passo de Santa Vitória, situado junto ao rio Pelotas, divisa dos estados de Santa Catarina (Município de Lages) e Rio Grande do Sul (Município de Bom Jesus), região dos Caminhos das Tropas.

Nesse documento, o Passo de Santa Vitória corresponde a todo um complexo, não apenas ao local de passagem no rio Pelotas, mas igualmente envolve a solicitação de tombamento e preservação dos corredores e outros vestígios de estradas, mangueiras, o Registro de Santa Vitória e demais elementos materiais referentes à atividade tropeira na área do Passo.

As ações da comunidade e dos setores governamentais contribuem para o alavancar da ativação de repertórios patrimoniais constituídos por elementos presentes em sítios arqueológicos ou em objetos elaborados na contemporaneidade. Para o caso em estudo, o artesanato local gera representação de patrimônio e, em conjunto com os anteriormente citados agentes ativadores e órgãos governamentais administradores das questões

⁷⁶ Ambos os decretos estão disponíveis no Anexo D.

patrimoniais, constroem repertórios fomentadores da retroalimentação das identidades e do reconhecimento da comunidade com o passado. Geram novos consumos ao patrimônio e aos bens patrimoniais ao buscar novos elementos do inventário.

Nesse aspecto, ao me referir ao consumo, o apresentei como preservação (GLASSIE, 1999). Consumo claramente apresentado ao final do parecer anteriormente referido e ao término do relato de experiência de Estelamaris Fonseca e Naira Borges, apresentado no Senatro de 2004 (Anexo C).

Estaremos, com certeza, garantindo às futuras gerações a oportunidade de, assim como nós, compreender, admirar e usufruir da beleza e significado que este rincão do Pelotas, carregado de Memória e Identidade, representa para a nação brasileira. (IPHAN-SC, 2009, p. 6).

Diante da constatação de que este é um caminho que deixará de existir, em função da construção da Usina Hidrelétrica do Paiquerê, já estamos programando uma nova expedição, desta vez acompanhados de nossos filhos. (FONSECA; BORGES, 2004).

A constatação apresentada por Fonseca e Borges alimentou não somente a apresentação do seu relato de experiência, mas está igualmente movimentando ações e busca por políticas de preservação, através de órgãos ambientais e patrimoniais de Santa Catarina e, mais recentemente, do Rio Grande do Sul. Esses novos consumos alimentam processos criativos de novos produtos representativos do patrimônio local, alicerçando assim outras estratégias de comunicação. Um exemplo disso pode ser localizado no Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus.

4.2.1 O consumo como preservação: o tropeirismo no espaço museal

Representada por uma mula arreada, esculpida em madeira pelos artesãos Lourdes e Volnei, por utensílios para preparo e absorção de alimentos, pelegos e celas, a atividade tropeirística se faz presente no Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. Os objetos componentes da expografia, confeccionados pelos agentes analisados no capítulo 2, são elementos presentes nas memórias, histórias e representações do repertório ativado na cidade, como até então tenho demonstrado.



Figura 41 – Espaço destinado ao tropeirismo no Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus. (Fotos: Artur Barcelos, 2008).

O Museu e Arquivo Municipal de Bom Jesus expõe outros artefatos, além das representações do tropeirismo. Lá encontramos a cena de uma antiga bodega, um salão de beleza, uma cadeira de dentista, objetos de uso escolar, de cozinha e de outros espaços domésticos, todos marcadamente índices da Bom Jesus das primeiras décadas do século XX. Há também um espaço destinado às populações indígenas que ocuparam a região antes da chegada dos demais colonizadores, representadas através de objetos provenientes de escavações realizadas entre os anos de 1980 e 1990, pelas equipes do Dr. Mentz Ribeiro, na ocasião docente e pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (Cepa) da Universidade de Santa Cruz do Sul e, posteriormente, pela equipe da arqueóloga Silva M. Copé, docente do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NuPArq-UFRGS).

Apesar de sonhar com a construção do Museu do Tropeirismo, projeto já debatido pela SMEC com a Prefeitura Municipal e o Iphan-RS, a falta de recursos e maiores movimentos políticos ainda não permitiu tal construção. Contudo, o espaço reservado no Museu e Arquivo Municipal permite ao visitante observar as relações da cidade com o tropeirismo. O “canto do tropeiro”, como me foi apresentado na primeira vez em que adentrei o museu, após a reformulação da expografia realizada entre 2006 e 2007, comunica identidade, patrimônio e história, ao passo que também alicerça o consumo de bens culturais. Lá observamos a constituição de uma cena que remete a um pouso composto pelos elementos materiais também presentes no artesanato da Naturarte, na fazenda do Cilho e nas memórias de Manoel Gaspar e tantos outros ex-tropeiros da região. Como nas representações contidas nos suvenires produzidos pelos artesãos, o espaço museal compõe a representação de algo ausente, através da cultura material nele exposta. Num espaço que pretende mostrar a prática cotidiana dos

tropeiros, estes também não estão diretamente representados. No entanto, o sujeito encontra-se presente na ausência, representado pelos objetos lá dispostos na composição da cena. Além disso, é interessante observar que em outro espaço do museu, na cena da bodega, o sujeito, vendedor atrás do balcão, está representado através de um manequim vestido com roupas do início do século.



Figura 42 – Representação de uma bodega do início do século XX em Bom Jesus. Essa é a única cena no espaço do museu em que o agente histórico está diretamente representado. (Foto: Artur Barcelos, 2008).

A presença ausente do tropeiro, também no espaço museal, perpassa a mesma concepção que encontramos no artesanato. Os objetos assumem o lugar dos sujeitos, em sua representação, mas, paradoxalmente, não os deixam de fora. Estão lá, implícitos na cultura material ativada como repertório para compor o espaço de memória, patrimônio e história a que remete um museu. Neste, assim como para o casal de artesãos, o tropeirismo é sinônimo de mulas arreadas, utensílios usados para o pouso e preparo de alimentos, os próprios alimentos ditos tradicionalmente tropeiros, como também encontramos nos referentes materiais que emergem no repertório ativado, elaborado e apresentado na fazenda do Cilho.

A representação material da identidade e do passado-presente da cidade também é manifestada em outros espaços, para além dos aqui apresentados. Os espaços externos, como o pórtico da cidade e espaços educacionais também estão permeados por cultura material, ou representações desta, relacionada ao tropeirismo. Ações que colocam em cena o repertório patrimonial ativado na

cidade para a construção da Terra do Tropeirismo, mas igualmente buscam fomentar no ensino o reconhecimento e o sentimento de pertencimento à identidade dita tropeira, como na busca de colher logo adiante as expectativas de futuro semeadas desde os anos 1990.

4.2.2 A criação das boas vindas ao consumo dos que chegam

Em 2008 a cidade inaugurou uma representação material de suas origens para os que chegam de fora: o seu pórtico. Nele, o viajante encontra, em três painéis de metal, as seguintes referências: indígenas, tropeiros, negros e descendentes de italianos. A obra, além da apresentação dos diferentes povoadores que contribuíram para a formação da Bom Jesus contemporânea, os coloca numa proposta em ordem cronológica. O interessante é que os tropeiros, mais uma vez, compõem o mito fundante. No entanto, ao invés de compor isoladamente a entrada da “Terra do Tropeirismo”, com este *slogan* em algum local próximo à sua representação acompanhado do termo “bem-vindo a...”, como se encontra em muitas das cidades, a representação dos tropeiros está acompanhada de três diferentes etnias.



Figura 43 – Portal da cidade de Bom Jesus. Inaugurado em 2008, à frente um painel em homenagem aos povoadores indígenas, seguido da representação dos tropeiros e negros e, ao fundo, dos italianos. (Foto: Artur Barcelos, 2009).



Figura 44 – Portal da cidade de Bom Jesus, inaugurado em 2008. Painel em homenagem aos tropeiros e negros. (Foto: Artur Barcelos, 2009).

Na representação da multiplicidade étnica formadora da Bom Jesus contemporânea, a cidade apresenta o tropeiro como um grupo étnico. Um grupo cultural à parte dos demais, ainda que representado no mesmo painel que faz, unicamente no título, referência ao negro. Em material didático recentemente publicado pela SMEC (SANTOS et al., 2008) a relação entre etnias e tropeiros é também apresentada. Neste, é atribuído ao tropeiro grande importância na formação étnica do município, sendo apontado como o responsável por, entre tantas idas e vindas, casar-se com moças de diferentes etnias.

Considerando o tropeirismo em geral, constatamos que o mesmo teve grande influência na formação étnica do RS, do Brasil, bem como de outros países do Cone Sul. O ir e vir das tropas conduzidas pelos proprietários e/ou seus empregados, fez com que novas famílias fossem constituídas, podendo casamentos acontecerem dentro de uma mesma etnia ou entre etnias diversas. Depois de realizados os casamentos as noivas acompanhavam seus maridos aos locais de origem dos mesmos, em muitos casos, eles é que mudavam-se para o local de origem de suas esposas. Outro fator de miscigenação foram os filhos bastardos gerados pelos tropeiros em suas andanças. No que diz respeito a Bom Jesus a influência dos tropeiros é decisiva no aspecto étnico. (SANTOS et al., 2008, p. 46).

Apesar da abertura às múltiplas origens étnicas do município, a partir da representação contida no pórtico, os tropeiros, com novo *status*, de etnia, são, no mito profano de origem, os responsáveis também pela diversidade. É o sujeito catalisador desta.

Além disso, no pórtico esse sujeito é representado pelos mesmos elementos da cultura material componentes dos repertórios ativados na fazenda do Cilho, no Museu e Arquivo Municipal e na loja de artesanato, a saber: mulas e os utensílios nelas postos ao serem arreadas; chapéus e ponchos, somados às construções em taipas de pedra, presentes nos corredores e mangueiras de gado na região, representadas na estrutura de sustento de todos os painéis.

Nesse contexto, os painéis comunicam a composição étnica e identitária da cidade para consumidores/receptores que estão além dos visitantes. Para a população local esses elementos, aqui abordados como cultura material do tempo presente, representam o seu presente-passado, como monumento/documento, representante de si, da cidade. Para Steffen (2008, p. 910), "o monumento passa a ser um espaço sacralizado, uma referência identitária para os habitantes daquele lugar", independentemente de quem os elaborou para estar nesse ou noutro local, com a diferença de que, no pórtico, os sujeitos estão, objetivamente, representados, à exceção dos negros.

4.3 Passado, presente e futuro no fazer educacional

A construção do patrimônio, da identidade e do turismo como desenvolvimento sustentável, como parte de um projeto político coletivo ou de parte da sociedade passa, necessariamente, por ações educacionais. Neste estudo de caso, se percebem ações educativas alimentadoras do processo aqui analisado, a partir de iniciativas particulares de alguns docentes em atividade nas escolas ou na SMEC. Tais ações representam instrumentos construtores da identidade e da relação do presente com o passado da cidade.

4.3.1 A caixa de memória

Uma das professoras da rede municipal e também colaboradora da SMEC, Maristela Paim Lemos de Lemos, desenvolve há quase meia década o que se denominam "caixas de memória", atividade e instrumento aplicados na

metodologia da educação patrimonial que ganha espaço a cada ano em diferentes contextos educacionais. A ideia central está na elaboração de uma caixa ou baú que contém elementos materiais que remetem ao tropeirismo. A caixa elaborada por Maristela, na SMEC, fica na entrada do Museu e Arquivo Municipal ao lado de outra, a representativa dos povos indígenas que ocuparam a região. No entanto, os dois instrumentos, aqui podendo ser apontados como objetos de aprendizagem, não permanecem constantemente no espaço do museu. De tempos em tempos, por solicitação das escolas, ou por iniciativa da SMEC, as caixas são levadas para atividades educativas em diferentes espaços da comunidade, inclusive no Senatro.



Figura 45 – Caixa de memória – Tropeirismo. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2009).

A caixa de memória destinada ao tropeirismo apresenta, como instrumento didático, ou objeto de aprendizagem, uma gama de elementos da cultura material presente no repertório patrimonial até então aqui apresentado como ativado pela sociedade contemporânea.

O que encontramos na caixa: uma mula artesanal produzida pelo casal da Naturarte; um pequeno barril para transporte de água ardente consumida pelos

tropeiros durante as viagens,⁷⁷ toda gama de ingredientes também apresentados por Gessira na fazenda do Cilho, contidos em sacas de algodão; latas para transporte de outros mantimentos, como café, por exemplo; caneca confeccionada a partir de um fragmento de chifre bovino. As novidades encontradas na caixa, ou seja, objetos do repertório não representados no artesanato, no setor do tropeiro no Museu e Arquivo Municipal, na fazenda do Cilho e no pórtico, estão no ferro para marcar gado, próximo à tampa da caixa, e uma pequena maleta. A grande saca de algodão posta ao fundo da caixa representa a carga de mulas. Mais uma vez estamos diante do mesmo repertório sobre o qual a cidade está trilhando a construção de sua identidade.

4.3.2 Representação e produção da cultura material na sala de aula

Objetos de aprendizagem, produzidos em contextos educacionais, remetem à prática do processo construtivo da identidade com base e alimentado na ativação de repertórios patrimoniais, a partir do inventário disponível no contexto sociocultural em questão. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelos alunos do ensino médio e fundamental, apresentadas nos Senatros, também se constituem como cultura material elaborada para representação de si, ou, quem sabe, para a aprendizagem desta. Tomemos aqui como exemplo alguns trabalhos desenvolvidos para o Senado de 2008.

Na última edição do Senado, uma série de maquetes foram apresentadas. Confeccionadas pelos alunos do ensino médio, tinham como tema, obviamente, o tropeirismo. Nelas, nota-se que o repertório de cultura material, referente à construção do patrimônio e da identidade local, permanece o mesmo daquele já apresentado como proveniente de outros espaços da cidade.

⁷⁷ Na fazenda do Cilho o transporte desse produto, para consumo nas tropeadas, está representado por um recipiente confeccionado a partir de um chifre de gado.



Figura 46 – Exemplo de uma das maquetes apresentadas no Senatro de 2008, por discentes do ensino médio. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2008).

Encontramos nas maquetes as mulas em miniatura – confeccionadas por Lourdes e Volnei –; a representação dos espaços de pouso, através do fogo de chão e da panela de ferro, que remete ao preparo de alimentos; toda a tralha funcional utilizada para arrear as mulas, presentes nas representações em miniatura e, curiosamente, como no pórtico, os tropeiros se fazem, objetivamente, presentes através de bonecos elaborados em tecido, recheados de palha de milho e grãos. Ainda que sem a capa, eles permanecem representados de chapéu.

Os discentes do ensino fundamental, por sua vez, elaboraram diferentes trabalhos que iam desde um grande painel contando a vida de Manoel Gaspar, agora ilustre ex-tropeiro da cidade e alvo de muitas visitas das escolas e grupos isolados de alunos à procura de suas memórias; desenhos expostos no entorno do espaço das apresentações do seminário; até cestos contendo amostras de ervas ditas tropeiras. Essa última atividade, fruto do trabalho de uma professora da rede pública, teve como objetivo fomentar nos alunos a busca pelos saberes tradicionais. E, na terra onde tudo passa a ser de tropeiro, a medicina popular, calcada no consumo de infusões e chás, também se fez presente, na realização, pelos alunos, de uma pesquisa oral, entre os tantos ex-tropeiros de suas

famílias, sobre as ervas usadas em casos de enfermidades durante as viagens. Algumas das ervas eram carregadas, outras coletadas no campo durante o trânsito, conforme a necessidade e dependendo da época.

As representações desse passado-presente do tropeirismo, em desenhos, também apresentam pequenas variações sobre o mesmo tema e repertório da cultura material, sendo a mula, com e sem tropeiro, o centro da construção.

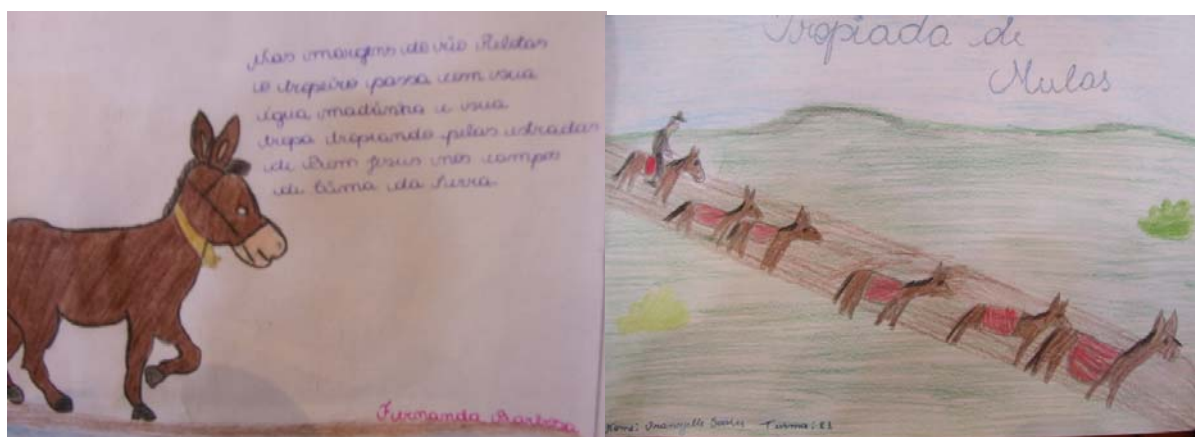


Figura 47 – Exemplos de representações em desenhos expostas pelos alunos e alunas do ensino fundamental, no Senado de 2008. (Foto: Adriana Fraga da Silva, 2008).

Ainda na busca da construção de novas representações e núcleos irradiadores da identidade/produto tropeirismo, em 2008 a professora Lucila Maria Sgarbi Santos e outros colaboradores, com apoio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, da SMEC e do patrocínio do Ministério da Cultura,⁷⁸ lançou uma publicação sobre o tema, destinada para uso didático em ensino fundamental (SANTOS et al., 2008).

“Este livro tem por objetivo principal, levar às escolas e alunos do município de Bom Jesus e região, um breve resumo sobre o Tropeirismo e sua importante contribuição econômica e social para o desenvolvimento local e regional.” (SANTOS et al., 2008, p. 5). Assim abre a apresentação do livro, elaborada pela então secretária municipal de Educação e Cultura, deixando já

⁷⁸ Através do prêmio “Culturas Populares 2007. Mestre Duda 100 anos de Frevo”.

evidentes os objetivos da SMEC em relação à obra e sua concepção do tropeirismo. Concepção que fica marcadamente pautada na busca das origens, localizadas no passado, e na expectativa de proporcionar ao leitor a experiência deste:

Com textos de fácil entendimento, buscou-se explicitar e sintetizar a trajetória do tropeiro nos Campos de Cima da Serra e, principalmente as rotas tropeiras que cruzaram o nosso município. As fotos e desenhos são para que o aluno vivencie e admire aquele momento único vivido por aqueles que construíram a nossa história (SANTOS et al., 2008, p. 5).



Figura 48 – Livro didático sobre tropeirismo, lançado em 2008.

Como partícipe e espectador (admirador) do passado, o aluno é apresentado à proposta síntese histórica, às receitas da culinária tropeira (paçoca de charque, café de chaleira, arroz carreteiro e farofa de galinha); aos arreames (objetos usados no ato de arrear a mula); aos tipos de tropas (gado

vacum, muares arreados, muares xucros, porco e peru); às vestimentas do tropeiro, etc. Todos elementos do repertório compartilhado em outros setores da cidade e produtos gerados nesse processo. As cenas representadas abaixo remetem às imagens capturadas por frei Arlindo Battistel, os alimentos consumidos, a organização e a cultura material utilizada no pouso estão presentes no livro didático.

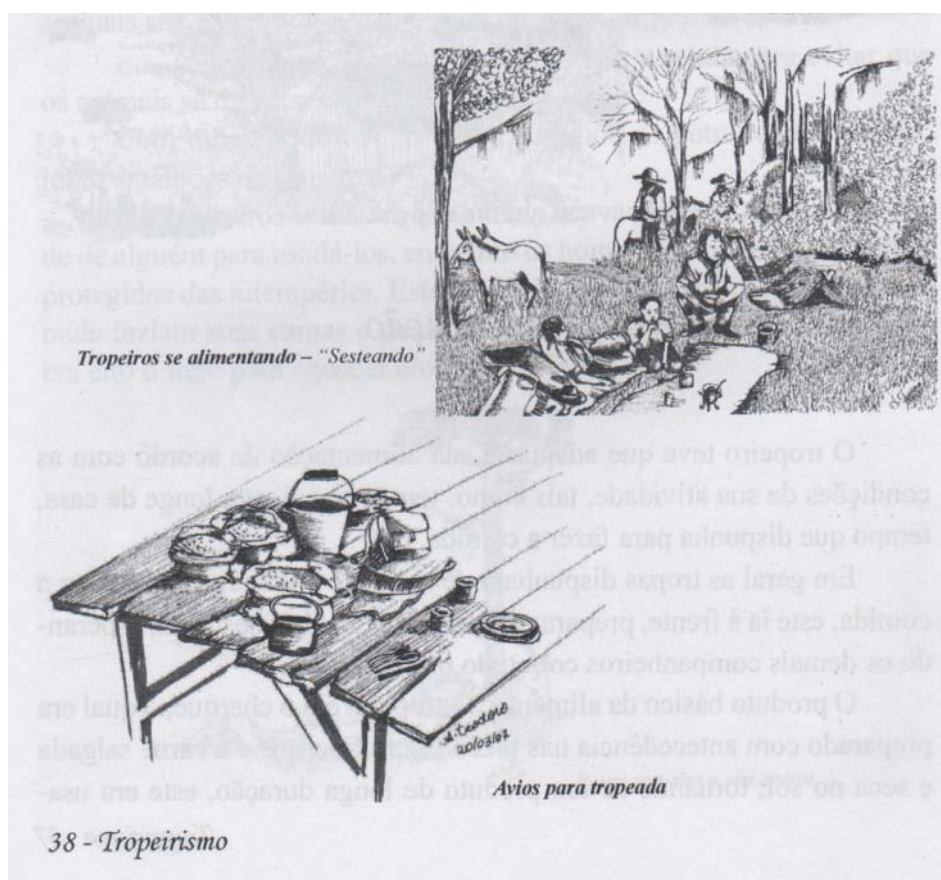


Figura 49 – Representação de pouso, objetos e alimentos carregados pelos tropeiros para momentos de descanso (SANTOS et al., 2008, p. 38).

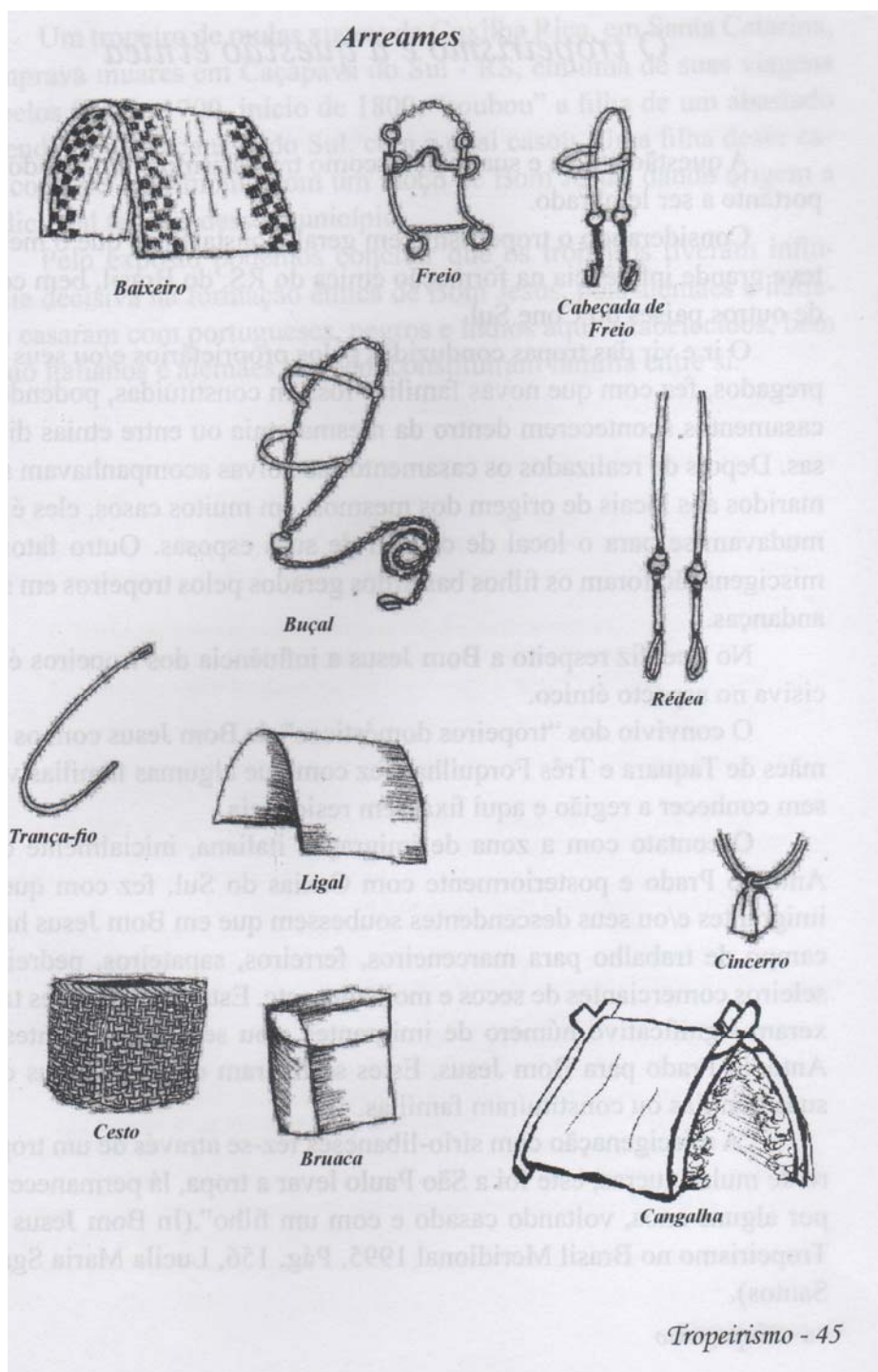


Figura 50 – Arreames de mulas representados no material didático (SANTOS et al., 2008, p. 45).

O livro, como cultura material do tempo presente, traz representações deste no que tange às inspirações e à busca do tempo passado. Nesse sentido, este suporte/vetor material de memória, assim como a caixa de memória, as maquetes e os desenhos, proporciona ao observador e aos executores a relação entre passado e presente. E, para o caso das práticas educativas, passado e

presente encontram-se no horizonte de expectativas lançado no tempo futuro, com a construção da identidade e o conveniente uso desta e do repertório patrimonial ativado em projetos de desenvolvimento local, para esse caso, o turismo.

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações destróiem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objectos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objectos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. (PERALTA, [s.d.]).

Gerações que, para o caso de Bom Jesus, mesmo sem terem a presença física de todos os objetos do tempo passado, buscaram os mesmos nas narrativas orais e conhecimentos locais para, a partir deles, elaborar a cultura material e as práticas de sua representação cultural no tempo presente, pretendidas por elas como “naquele tempo”. É na ação e na economia criativa promovida por alguns agentes que a Terra do Tropeirismo encontra seus novos rumos. Novas perspectivas inspiradas nas epopeias narradas em parte da historiografia e nos elementos de um passado latente que agora se faz presente.

O FIM DO COMEÇO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as considerações finais é o ilusório momento em que pensamos terminar o trabalho. Doce é a ilusão do ponto final! No entanto, o ponto que coloco ao término deste texto representa o fim de um começo, os ensaios de um primeiro passo.

Analisar a atribuição de significados ao passado e à cultura material que o representa foi tarefa que abrangeu conceitos como identidade, patrimônio, memória, representação, entre outros que foram apresentados ao longo deste trabalho. Analisar uma construção do hoje, necessariamente, envolve sujeitos e suas expectativas para o amanhã. A construção da Terra do Tropeirismo mostrou-me isto: um espaço social em que agentes emergem na busca de um passado que, com novos matizes, traz o conforto do hoje e o novo horizonte de expectativas.

Compreender a elaboração da Terra do Tropeirismo, em seus mais diversos objetivos e representações, engloba, de diferentes formas, a cultura material que é dela produto e motor. Envolve, igualmente, agentes que elaboram, no hoje, os significados para o tropeirismo inspirado na imagem idealizada do passado. Os consumos, as apropriações e os novos sentidos atribuídos a este abarcam, antes de tudo, a representação de si, para si e para outros. Representação que remete à construção de uma identidade e de um produto cultural e turístico. Nesse sentido, como consumo, aponto não somente a mercantilização da cultura através do turismo e suas diferentes esferas de divulgação, ou da venda de suvenires, por exemplo, mas também pauto o consumo da própria comunidade na elaboração das representações de si. Um consumo que não envolve moeda ou valores de trocas mercantilizadas, comerciais: trata-se, pois, do consumo na construção da identidade, no campo dos usos na atribuição de significados.

Ao buscar a relação das pessoas com a cultura material do passado e do hoje, nesse caso uma relação centrada em tropeiros, mulas, corredores e o Passo de Santa Vitória, emergiram diversos agentes sociais, eventos, instituições, etc., que têm em si a expectativa de futuro centrada em economias criativas e na representação do passado, pautadas, por sua vez, entre tantas outras coisas, no consumo da cultura. Mas o tropeirismo e os tropeiros procurados como referenciais pela comunidade em presença remetem a

referentes mais distantes no tempo, não foram inventados no hoje, mas sim reinterpretados, tendo em vista os anseios da sociedade contemporânea.

O tropeirismo, em Bom Jesus, fez e faz parte do cotidiano de muitas unidades familiares; entretanto, o que contempla esse tema na Bom Jesus de hoje é a elaboração de um repertório patrimonial através do qual se dá a ativação de elementos que perpassam passado-presente-futuro. Para compreender essa elaboração, busquei percorrer manifestações que apresentam e representam o tropeirismo em diferentes espaços e por diversos agentes da cidade.

As manifestações que pautam a construção, significação e divulgação da Terra do Tropeirismo são inspiradas pela natureza, pela história e pelo gênio criativo, três elementos que fomentaram e fomentam a elaboração de discursos historiográficos que, como uma chave interpretativa, fornecem elementos para a construção da identidade, do patrimônio e das representações do tropeiro e do tropeirismo no tempo presente. Uma construção historiográfica que contribuiu para a sacralização do tropeiro e para que o tropeirismo tome assento como o mito profano de origem da sociedade em presença. Sociedade que encontrou, no passado romantizado, a natureza idealizada, a história e o gênio criativo. Tripé das construções sacralizadas, épicas, que conferem autoridade e inspiração às elaborações do tempo presente. O caráter romântico dessas construções está ligado também a uma “fuga para um passado” idealizado. É nele então que se encontrarão os cenários, eventos e personagens que habitam a memória dos agentes tratados. Contudo, suas ações demonstram que a idealização não se esgota no passado. Ela serve de premissa, de pano de fundo, para as ações concretas e as ativações patrimoniais realizadas no presente.

Os elementos sacralizados por algumas abordagens historiográficas alimentam a eleição do repertório patrimonial acomodado no mítico retorno ao passado, inspirado nas ações de sujeitos que superaram os desafios da natureza. Trata-se de personagens que estão para além do tempo, como no caso do tão referendado Cristóvão Pereira de Abreu e outros tropeiros que, chamados simplesmente de tropeiros, são, na contemporaneidade, apresentados poeticamente como superadores da própria condição humana. São eles os heróis elaborados no hoje, motivo de orgulho e inspiração, os gênios criativos que alimentam a história digna de ser mostrada aos outros, digna de pautar a construção de si, como abordado no capítulo 1.

Ao procurar observar as representações materiais e a elaboração da Terra do Tropeirismo precisei cercar-me de outras referências que não apenas as consumidas por parte da comunidade em presença em Bom Jesus, mas, igualmente, aquelas que alimentam representações dos tropeiros e do tropeirismo em outros segmentos. Parte da historiografia sul-rio-grandense, nomeadamente a pautada na matriz lusitana, elaborou enunciados discursivos que encontram eco no tempo presente. Produções que apresentam os tropeiros e o tropeirismo com responsáveis pela elaboração do Rio Grande brasileiro por opção desde tempos coloniais, ainda que anacronicamente, no que tange aos sentimentos de nacionalidade presentes nesses enunciados. Apesar dos “serviços” prestados à causa portuguesa, tais discursos apontam e inspiram narrativas que apresentam o tropeiro em opostas e combinadas características. Apontado como rude e forte, para enfrentar os desafios impostos pela natureza; afável, carinhoso com a família e bondoso com os demais; corajoso no enfrentamento dos desafios cotidianos proporcionados pelo ofício; sofredor ao passar pelos “calvários” da difícil tarefa de tropear, sofrimento que proporcionou coragem e a abertura de um sul ao mundo português, já traçado em seu destino.

Os enunciados discursivos que exaltam os feitos heroicos dos agentes presentes nas narrativas oficiais, tradicionais e romantizadas, excluíram das linhas da História alguns grupos sociais, dentre estes os tropeiros que, ofuscados pelos feitos heroicos de um Cristóvão Pereira de Abreu, por exemplo, não tiveram seu papel como agentes históricos devidamente reconhecido. Paradoxalmente, esses mesmos enunciados excludentes trazem, ao hoje, as fontes da história, os exemplos de superação da natureza e os gênios criativos que inspiram a construção da identidade centrada no tropeirismo, bem como a inclusão de novos agentes na história.

Os sujeitos históricos que emergem na construção contemporânea do tropeirismo movem a elaboração da identidade e do produto cultural e turístico, ao mesmo tempo em que são produtos dessa edificação. Agentes como os tratados no segundo capítulo deste texto, a professora Lucila, Cláudio e Gessira Borges, Manoel Gaspar, Estelamaris Rech Fonseca e Naira Lucia Silva Borges, Cacau e Maria, entre outros, que encontraram na conveniência da cultura a chave para a elaboração da representação do “nós de nós” e do “nós dos outros”, ou seja: as representações de si para si e de si como aquilo que os de fora buscam. Essa elaboração não significa unicamente o uso pragmático do

passado para fins de desenvolvimento econômico no hoje, mas, da mesma forma, significa que esses diferentes agentes, ao acreditarem nas heranças deixadas pelos antepassados tropeiros, as utilizam na construção da representação de si.

A construção da identidade e dos mitos contemporâneos perpassa uma série de espaços e de relações políticas e de poder. Instituições, como Secretaria de Turismo e Secretaria de Cultura e Educação, espaços educacionais, espaços museais, prefeitura, setor hoteleiro e os agentes envolvidos nesses espaços têm as condições políticas de, a partir do inventário patrimonial local, elaborar e eleger o patrimônio representativo do passado.

Nesse sentido, eventos também representam espaços de afirmação do passado como mito, da conscientização e da decantação das percepções patrimoniais da sociedade. O Senatro ocupa esse espaço em Bom Jesus. Variando seus objetivos em cada edição, esse evento fomenta a consciência patrimonial do tropeirismo, seu potencial de uso turístico e coloca em cena os enunciados discursivos anteriormente apresentados, ou, em alguns casos, neles inspirados. Da mesma maneira, nesse evento percebe-se a emergência da cultura material representativa do passado atualizado. As mulas do criatório da fazenda do Cilho e os arreames nelas utilizados durante tropeadas que se propõem como as “daquele tempo”; a culinária e os materiais nela envolvidos; os corredores construídos em taipa de pedra; o Passo de Santa Vitória e as mulas artesanais produzidas por Volnei e Lourdes, estão representados materialmente no cotidiano de diferentes sujeitos, eventos, instituições e espaços de divulgação da cidade.

Esses elementos materiais foram, neste texto, abordados em sua materialidade como representação do passado no tempo presente. Um repertório elaborado no hoje para fazer de Bom Jesus a Terra do Tropeirismo, mesmo que, como já dito, não centrado unicamente em razões pragmáticas. Mostra disto é a dimensão que alguns desses elementos tomam no espaço museal e escolar, como apresentado no quarto capítulo. A partir da ideia de que o patrimônio é ativado por quem pode, ou melhor, por quem tem espaço de ações políticas, podemos afirmar que, em Bom Jesus, o tropeirismo ainda é conjectural, ou seja, está nas memórias, nas vivências e nas histórias de muitos, mas como produto turístico está nos planos de poucos setores e indivíduos da cidade que contaram

e contam com órgãos, momentos específicos e sujeitos no apoio ao desenvolvimento turístico.

O tropeirismo como produto turístico alavancou a produção de outro elemento da cultura material, os pôsteres. Diferentes dos demais elementos apontados, em sua materialidade, os materiais impressos, e as divulgações apresentadas nos *sites*, proporcionam aos turistas os primeiros contatos, percepções e expectativas com o passado alheio e a cultura material que o representa. Os pôsteres apresentam uma tríade de elementos, como: corredores, mulas e seus arreames e os próprios tropeiros. O Passo de Santa Vitória encontra-se referenciado nos textos de algumas das divulgações viabilizadas pelo município, mas, pouco a pouco, parece esmaecido em materiais publicitários organizados em empreendimentos coletivos, onde não há espaço de divulgação específica para Bom Jesus. Fica assim o Passo como referente de passado nas memórias e na representação da identidade de muitos, enquanto que, nas divulgações de produtos mais recentes, como a Rota dos Tropeiros no Rio Grande do Sul, fomentada pelo Sebrae-RS, esse elemento inexistente. Além disso, nas divulgações do produto cultural "tropeirismo", fomentadas pela Prefeitura Municipal ou pelo consórcio de prefeituras Condesus, a proposta é proporcionar ao turista a cumplicidade e a participação na história local, no mítico retorno ao passado. Por outro lado, o novo produto (rota lançada pelo Sebrae-RS) oferece tudo que outros produtos culturais poderiam oferecer, como, por exemplo: tranquilidade, belezas naturais, tempo de lazer, etc., deixando de lado a oferta da experimentação da história alheia. Nesse sentido, não se diferencia de outros roteiros e propostas turísticas encontradas em diferentes regiões. O turista não é mais convidado a ser tropeiro por um dia, mas sim a observar, como espectador, o fazer dos tropeiros, os corredores, as mulas e os arreames.

Enquanto Bom Jesus como Terra do Tropeirismo parece diluir-se em divulgações regionais que não mostram as particularidades de cada município, em outros ambientes o tropeirismo, paradoxalmente, é consumido como elemento de identidade. O espaço educacional dá mostras disso, a partir do lançamento do livro didático temático, das caixas de memória e das atividades desenvolvidas pelos alunos que, a cada Senatro, ganham espaço e visibilidade. Além deste, o museu municipal, com um espaço dedicado às representações materiais do tropeirismo, mostra, aos que por lá circulam, esse fenômeno como

parte da formação social e cultural da cidade. O mesmo encontra-se no pórtico do município.

Em todos esses espaços e manifestações, ações de sujeitos e buscas de referências na história aqui apresentados procurei entender os diferentes setores onde determinada cultura material – pautada em elementos como o Passo de Santa Vitória, as mulas arreadas, as construções em pedras (corredores) – representa os componentes do repertório patrimonial eleito por parte da comunidade.

Com a trajetória de pesquisa aqui percorrida, apesar das mudanças ocorridas em seu curso, busquei, ao invés de implementar levantamentos arbitrários a partir de elementos materiais que pouco ou nada poderiam significar para a comunidade em questão, aproximar-me daquilo que, para parte dos bom-jesuenses, representa seu particular repertório na construção da Terra do Tropeirismo. Deparei-me com elementos que não conhecia como tal, mas que são, por eles, indicados como representações do passado, como os suvenires (mulas artesanais), por exemplo. Outros, como o Registro de Santa Vitória, extremamente relevante às pesquisas que serão futuramente encaminhadas, não é encontrado isoladamente, ao menos não como eu imaginava, no repertório e nas memórias locais, mas está contido em outro elemento referido, o Passo de Santa Vitória.

Ao cercar-me das diferentes manifestações e representações do passado no hoje pude experimentar e conhecer o processo de elaboração da Terra do Tropeirismo e do patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, a convivência com diferentes agentes sociais, há uma década, foi essencial. A experiência do lugar e das pessoas permitiu-me, ainda que como uma de fora, observar, ouvir e experimentar o ser tropeiro, mesmo que por um dia, como proposto pelos pequenos empreendedores do turismo local. A partir de hoje, ciente da materialidade da cultura material apresentada como patrimônio eleito no município e do papel do tropeirismo como horizonte de expectativa poderei, com respeito aos anseios locais, fomentar propostas de levantamentos em campo e de intervenções arqueológicas que tenham e adquiram sentido para e na comunidade em presença. Esses levantamentos e intervenções podem arrolar novos elementos para o repertório patrimonial local. Elementos que não virão de uma seleção individual enquanto arqueóloga, mas de uma interação com aqueles para quem o patrimônio tem maior relevância.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A rede das palavras. In: ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 7-17.
- ARAÚJO, S. M. de. Artífício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETO, M. *Turismo e identidade cultural: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001. p. 49-64.
- BANDUCCI Jr., A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 117-140, out. 2003.
- BARCELOS, A. H. F. *Espaço e arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BARROSO, Vera. L. M. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803–1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.
- BARROSO, V. L. M. O tropeirismo na formação do Sul. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul: colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 171-187.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.
- BATTISTEL, A. I. *Retratos da colônia*. Porto Alegre: Palotti, 2008. 2 v.
- BERTUSSI, L. *Regionalismo e romantismo no RS*. Tese (Doutorado em Letras)– Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.
- BENDER, B. Landscape and politics. In: BUCHLI, V. (Ed.). *The material culture reader*. Oxford: Berg, 1998. p. 135-140.
- BOM JESUS. 2009. Disponível em: <<http://www.bomjesusturismo.tur.br>>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Título VIII – da ordem social, Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto, Seção II – da cultura, artigo 216. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.htm>. Acesso em: 1 mar. 2009.
- CASTRO, C. Antropologia como vocação: uma homenagem a Clifford Geertz (1926-2006). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 116-119, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/435.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2008.

CESAR, G. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Conferência Mundial sobre as Políticas culturais, 1985. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_do_Mexico_1985.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2009.

DE MASY, R. C. de. La génesis de las vaquerías de los pueblos tapes y guaraníes de la banda oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 8., 1989, Santa Rosa. *Anais...* Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1989. p. 167-202.

DIAS FILHO, C. dos S.; OLIVEIRA, G. das M. Grupos criativos: uma breve reflexão sobre o artesanato da comunidade artesã de Porto de Sauípe-BA. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBa, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14602.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2009.

ELLIS Jr., A. O ciclo do luar. *Revista de História*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 73-80, jan./mar. 1950.

FAGUNDES, A. A. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

FIGUEIREDO, A. M. L. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 43-49, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=919&article=106&mode=pdf>>. Acesso em: 1 set. 2009.

FLORES, M. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FONSECA, E. R.; BORGES, N. L. S. *O casamento de Cacau: revivendo o caminho das tropas*. Comunicação (relato de experiência) apresentada no VII Senado e no IV Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo. Bom Jesus, abr. 2004. Datioloescrito.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FORTES, J. B. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941. v. 37.

FRAGA, A. M. Num olhar para além da saga de tropeiro. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2004. p. 601-606.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 2003.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.

FURLONG, *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. p. 4-21.

GLASSIE, H. *Material culture*. Indianapolis: Indiana University Press, 1999.

GRAZZIOTIN, L. S. S. *Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus (1913-1963)*. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GUTFREIND, I. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMEISTER, M. D. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727–c. 1763)*. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

HOBSBAWM, E. Dentro e fora da História. In: HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-22.

HOBSBAWM, E.; RANGER T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INGOLD, T. Materials against materiality. *Archaeology dialogues*, Cambridge, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-SC. Parecer técnico 387/09 de 02/10/2009. Solicita abertura de Processo de Pedido de Tombamento para o Sítio Histórico, Arqueológico e Paisagístico do Passo de Santa Vitória, situado junto ao rio Pelotas, divisa dos estados de Santa Catarina (Município de Lages) e Rio Grande do Sul (Município de Bom Jesus), região dos Caminhos das Tropas.

JACOBUS, A. L. *Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS)*. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. Versão ampliada e atualizada.

JORGE, V. O. *Arqueologia, património e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜNH, F. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LIMA, D. et al. *Artesanato e identidade cultural no Médio Solimões: a promoção de técnicas e conhecimentos tradicionais em comunidades ribeirinhas das Reservas Mamirauá e Amanã*. Tefé: IDSM; Belo Horizonte: Iphan, 2006.

MACEDO, F. R. de. Tropeirismo – fixação colonizadora. In: SANTOS, L. M. S. dos; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995. p. 22-26.

MAKOWIECKY, S. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno57.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

MARTINS, M. Domínio do presente sobre o passado: memória e espaço de experiência entre militantes comunistas de Porto Alegre (1945-1947). *Métis: História e cultura, Caxias do Sul*, v. 6, n. 12, p. 113-136, jul./dez. 2007.

MENEZES, U. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 15, p. 103-117, 1983.

_____. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Texto apresentado em "Documentos pessoais no espaço público" do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP, 1997.

NIETTO, U. Uruguay: rumo ao Brasil. In: SANTOS, L. S. et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 88-90.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOVAES, S. C. *Jogo de espelhos – imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.

OLSEN, B. Roland Barthes: from sing to text. In: TILLEY, C. (Ed.). *Reading material culture: structuralism, hermeneutics and post-structuralism*. Oxford: Basil Blackwell, 1990. p. 163-205.

PEIXOTO, P. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 70, p. 183-204, dez. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/ficheiros/070/artigos/RCCS70-Paulo_Peixoto-183-204.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2008.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003.

_____. *Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

PESEZ, J.- M. História da cultura material. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 177-213.

PORTO, A. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PRADO, F. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2002.

PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS. Decreto n° 3.248, de 20 de abril de 1994. Tomba como Patrimônio Histórico e Cultural, o Passo de Santa Vitória, no município de Bom Jesus.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES. Decreto n° 3.782, de 21 de outubro de 1993. Tomba como Patrimônio Histórico e Natural do Município de Lages, o Passo de Santa Vitória, situado na localidade de Coxilha Rica.

REGISTRO de uma instrução dada a Domingues Simom Marques provedor do registro da Serra do qual o seu teor é o seguinte. 24 abr. 1767. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Códice Fazenda 1243. f. 68r-69r.

REVEL, J. Microanálise e construção social. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, H. J. *Os tropeiros: diário da marcha*. São Paulo: Globo, 2006.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-26.

ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA. 2008a. Disponível em: <<http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/index.php>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. Cidades da Rota. Bom Jesus. 2008b. Disponível em: <http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/cid_bomjesus/index.php>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. O Consórcio. 2008c. Disponível em:
<<http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/consorcio.php>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. O Consórcio. Finalidade. 2008d. Disponível em:
<http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/con_finalidade.php>. Acesso em: 15 ago. 2009.

ROTA CAMPOS DE CIMA DA SERRA. O Consórcio. Histórico. 2008e. Disponível em: <http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/con_historico.php>. Acesso em: 15 ago. 2009.

ROTA DOS TROPEIROS. [s.d.]. Disponível em:
<<http://www.rotadostropeiros.com.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

ROTA dos tropeiros. *Cidades do Brasil*, n. 51, jun. 2004. Disponível em:
<<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?arecod=14&cl=099105100097100101098114&newcod=782>>. Acesso em: 1 out 2009.

ROTA dos tropeiros (RS) será lançada no Festival de Gramado. *Jornal de Turismo*, 6 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.jornaldeturismo.com.br/noticias/rs/19945-rota-dos-tropeiros-rs-sera-lancada-no-festival-de-gramado.html>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

SAHLINS, M. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARAMAGO, J. *A viagem do elefante*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, L. M. S. dos; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2004.

SANTOS, L. M. S. dos; GRAZZIOTIN, L. S. S. Bom Jesus e Antônio Prado: dois municípios, uma descendência: entrelaçando sociedade, economia e cultura. In: GUZA, D. B.; BACCARIN, O.; BARROSO, V. M. (Org.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: Est, 2008. p. 740-752.

SANTOS, L. M. S. dos; SILVA, A. F. da. O tropeirismo no município de Bom Jesus/RS: pesquisas realizadas e novas perspectivas. In: ASPECTOS econômicos e sociais da Região Nordeste do RS. Caxias do Sul: Sapiens Centro de Educação e Cultura: UCS, 2003. 1 CD-ROM.

SANTOS, L. M. S. dos; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995.

SANTOS, L. M. S. dos et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2000.

SANTOS, L. M. S. dos et al. (Org.). *Tropeirismo – ensino fundamental*. Porto Alegre: Corag, 2008.

SEIXAS, J. A. de. Halbwachs e a memória – reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*. São Paulo, n. 20, p. 93-108, 2001.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Rotas e Roteiros. Serra Gaúcha. Caminho Gaúcho dos Tropeiros. [s.d.]b. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=4&opt=18&id=17&bd=&fg=3>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Rotas e Roteiros. Serra Gaúcha. Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra. [s.d.]c. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=4&opt=18&id=109&bd=&fg=3>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SILVA, A. F. da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Os índios dos padres e os outros, os bugres: construções de espacialidades e as representações dos indígenas dos Campos de Cima da Serra/RS/Br. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE MISSÕES JESUÍTICAS, 12., 2008, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Jornadas Internacionais de Missões Jesuíticas, 2008. 1 CD-ROM.

SILVA, A. F. da; BARCELOS, A. H. F. A “Terra de Ninguém”: índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: KERN, A.; SANTOS, M. C.; GOLIN, T. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5. p. 63-80.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, L. *Encontro - produção de artesanato popular e identidade cultural*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

SOUSA, M. J. S. Etnografia da produção de artefatos e artesanatos em comunidades de reserva em desenvolvimento sustentável Amanã – Médio Solimões. *Uakari*, v. 5, n. 1, p. 21-37, jun. 2009. Disponível em: <http://www.mamiraua.org.br/uakari/pdfs/0501/a_02.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2009.

SOUZA, J. O. C. de. A influência do tropeirismo na formação humana dos Campos de Cima da Serra. In: SANTOS, L. M. S. dos; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2004. p. 479-499.

STEFFEN, A. Arte étnica em circulação: aprendizado, produção e consumo das pêsankas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 17., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2008. p. 901-913. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/2008/artigos/084.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2009.

TEDESCO, J. C. *Usos de memórias (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

_____. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: Educs, 2004.

THOMAS, J. *Time, culture and identity*. London: Routledge, 1996.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração, Publicação e Comunicação, 1992.

O TROPEIRO JORNALEIRO. *Campos de Cima da Serra*, Bom Jesus, p. 6, 21 ago. 2006.

VELLINHO, M. *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970.

_____. *A fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.

VIEIRA, G. F.; MARTINS, A. B. Turismo e patrimônio cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. *Estação Científica*, n. 2, mar. 2006. Disponível em: <http://www.fesjf.estacio.br/revista/artigos/2ANNE_E_GUSTAMARA.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura – usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

APÊNDICE A – Entrevistas

A.1

Entrevistada: Lucila Maria Sgarbi Santos

Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2009, em Bom Jesus, em sua residência.

Entrevistadora: Adriana Fraga da Silva

Câmera: Artur H. F. Barcelos

Transcrição: Ilza Carla Favaro de Lima

Parte 1

[Adriana] Lucila, qual é o teu envolvimento com o tropeirismo, e deste, na tua história de família?

[Lucila] Ah meu, meu envolvimento é muito grande, porque das pessoas que eu conheci, que eu convivi, meu avô era tropeiro, meu pai também tropeou, menos um pouco, mas tropeou, e o meu avô foi tropeiro de, de gado vacum, ele tropeou 25 anos, indo de, dessa região dos Campos de Cima da Serra. Ele arrumava as tropas, muitas vezes comprava, outras vezes levava em comissão o gado, isso dependia, e levava até Guaíba, tinha o Matadouro Modelo, ele entregava lá, outras vezes ele vendia pelo caminho, ia entregando conforme a necessidade, ele teve um sócio também, em Taquara, que ajudava nos negócios, e eu sempre tive muita afinidade com meu avô, ele era uma pessoas assim, que todo mundo gostava, ele era alegre, ele gostava de bailes, ele trazia presentes pras netas, então imagina se a gente não tinha envolvimento. Então a partir disso aí eu comecei a me interessar, depois de adulta, né, já bem, já quase, praticamente em, em fim de carreira, me interessar por, por pesquisar e pra levantar essa história desta região.

[Adriana] Tu disse que o teu avô levava em comitiva, o que que é levar em comitiva?

[Lucila] Bom, levar em comitiva é, é quando a, é a organização da tropa, são aqueles que compõem a tropa, faz a, formam a comitiva, as pessoas que fazem parte, apesar de que na nossa região não se usava muito o termo comitiva, eles

tinham os peões e iam levando a, a tropa conforme, e meu avô sempre acompanhou. A diferença dele com os demais tropeiros da região, que tiveram muitos aqui, é que ele tropeou 25 anos e ele sempre acompanhou as tropas, não tinha capataz, ele levava as tropas, ele fazia os negócios, e claro que tinham os ajudantes, tinham os empregados, os peões, tinham os que iam junto, outras vezes pessoas amigas que queriam ir, enfim.

[Adriana] Ele transportava gado, né, dirigia um gado, que era dele?

[Lucila] Não.

[Adriana] Ou pra outros?

[Lucila] Não, não, não, ele, o dele, ele não tinha quase gado quando ele começou, aliás tinha muito pouco. Ele comprava, formava tropa pra levar, em torno de 150 a 200 reses, mas ele levava, e ele era uma pessoa que tinha muito crédito, pra pagar quando voltasse, ele não, não pagava antecipado, era pra pagar quando voltasse, e outras vezes quando ele achava que não, não dava, dependia eu acho do negócio que ele fazia, ele pegava de cada fazendeiro uma quantia de gado, eles pagavam um tanto, tantos reais, tantos cruzeiros devia ser na época, não lembro, por cabeça de gado, então o lucro dele era o, não era, aí não era na venda, ele levava, vendia pelo preço que fosse combinado e recebia uma quantia por cabeça de gado quando ele trazia, e durante o inverno tinha uma outra característica. Durante o inverno, eles diziam assim, que faziam a tropa da formiga, tropa da formiga, pegavam aos pouquinhos, quer dizer, um tinha três, quatro reses, outro tinha mais umas, é uma época de gado magro aqui, então conforme ele ia em vários lugares e pegava um pouquinho de cada um, levava, vendia e depois pagavam.

[Adriana] Mais alguém, além do pai e do teu avô, na tua família foi tropeiro?

[Lucila] Não.

[Adriana] Não.

[Lucila] Não porque teria só, meu irmão já não, não tropeou.

[Adriana] E o teu pai tropeou como?

[Lucila] O meu pai começou como madrinheiro, com meu avô.

[Adriana] Pequenininho?

[Lucila] Pequeno, mas não tão pequeno porque aqui era comum seis, sete anos, ele começou a tropear com meu avô tinha uns dez anos, já era maior, e ele nunca tropeou sozinho, sempre foi acompanhando o meu avô, nunca foi um tropeiro que ele organizasse a sua própria tropa, não.

[Adriana] Então.

[Lucila] Nunca houve no caso do, do meu avô ou do meu pai a tropa de mula arreada, era com o gado.

[Adriana] Só o gado?

[Lucila] Só o gado.

[Adriana] Sempre a Guaíba, não foi pro lado de Santa Catarina?

[Lucila] Não, ele ia pra Guaíba.

[Adriana] Só, pra entregar direto no matadouro?

[Lucila] No matadouro, ou ele também levava pra, ai, antes de Guaíba, deixa eu pensar, no, antes de chegar em Porto Alegre, ali, agora eu esqueci o, o nome dos lugares que tem ali, tu lembra como é?

[Adriana] Monte Negro?

[Lucila] Não, não, bem aqui, agora eu não.

[Adriana] Bom, enfim.

[Lucila] Enfim, por ali, São Leopoldo, naquela região ali, tinham matadouros também e muitas vezes ele levava pra ali, o principal era Guaíba, mas ele levou muito pra essa região, e outras vezes levava só a Taquara.

[Adriana] Em que década era isso? Tu era pequenininha, já faziam isso antes de tu nascer, Lucila?

[Lucila] Não, antes de eu nascer, meu avô casou em mil novecentos e, ele é de 16, 26, não meu pai que nasceu em 16, meu avô casou em 1915, 1917-18 ele já começou a tropear, porque ele a, o histórico do meu avô é interessante. O

comum dos italianos que vinham pra cá eram casas de comércio e ele não foi diferente, o pai dele deu uma casa de comércio ali no segundo distrito, onde hoje é a capela São Sebastião, era a porteira do Sgarbi. Então ele, ficou o nome do lugar porque ali tinha uma casa de comércio, e deu pra ele, só que ele não gostava de ficar, ahn, quieto atrás de um balcão, ele não tinha esse temperamento, então ele deixava as irmãs cuidando e ele começou a tropear, era um comércio, mas um comércio diferente, e a, normalmente os italianos que vieram pra cá, ficaram no centro urbano, na vila, ele veio e ficou no, no meio rural.

[Adriana] Foi pro sítio?

[Lucila] Foi pro sítio, ficou lá.

[Adriana] Antes de começar a pesquisar o tropeirismo aqui na região, tu conheceu outros tropeiros? Além da tua família, antes de começar a buscá-los...

[Lucila] Claro.

[Adriana] ... pra tua pesquisa, assim, por relações de amizade?

[Lucila] Sim, tinham vários, tinha o seu Amão que era nosso vizinho ali, que a gente sabia que ele tinha sido tropeiro, nunca me envolvi de, de ter maior conhecimento, de procurar assim, saber mais como é que era, mas sabia que ele era tropeiro, tinha um outro vizinho, seu Iliziário, que eu sabia que era tropeiro, tinham várias pessoas que a gente sabia que tinham tropeado, tinham sido madrinheiro de tropa, de vez em quando se reuniam, conversavam, falavam do assunto, mas eu nunca dei assim, muita importância, na realidade, não.

[Adriana] Só agora.

[Lucila] Só agora, é (riso).

[Adriana] Eu queria que tu comentasse com a gente, Lucila, a tua trajetória de formação, assim, ahn, onde tu estudou quando pequena, até onde tu fez a tua faculdade, quando tu fez, ahn, até tu chegar no porquê estudar o tropeirismo, e quando tu começou esses estudos na tua vida.

[Lucila] Bom (risos).

[Adriana] Lá atrás (risos).

[Lucila] Lá, há pouco tempo, a gente tinha professor em casa.

[Adriana] Ah, não tinha escola?

[Lucila] Não tinha escola, então meu pai pagava uma professora.

[Adriana] Tinha escola na cidade, não tinha escola lá no sítio que vocês moravam?

[Lucila] Exato, tinha escola na cidade, tinha uma outra escola municipal, mas ficava uns três quilômetros, aí eles acharam longe. Até meu irmão frequentava essa escola, mas a minha irmã e eu tínhamos uma professora em casa. Depois a tal professora começou a namorar lá, a minha mãe começou a se preocupar, despachou a professora, aí contratou um professor, mas o coitado do professor a minha mãe ensinava ele pra ele nos ensinar, ela não tinha tempo, tinha as atividades, ela bordava também, tinha uma série de, de atividades, daí ele nos deu aula. Eu fiz praticamente a primeira série, me alfabetizei, se dá pra se dizer alfabetizado, eu me alfabetizei em casa. Aí veio uma escola municipal, aonde hoje tem uma escola estadual, ali a Joaquim Marques, ali tinha uma bodega, tinha uma salinha pequena assim, quase que um corredor, então foi feito uma classe, era uma classe única, comprida. Nós éramos uns oito, dez alunos ali, e foi contratado uma professora, a prefeitura pagava uma professora, o nome dela era Vinoca, acho que era Alvina o nome dela, Maciel, daí, eu fiquei um ano ali, ou dois, acho que um ano, aí fui pra Antônio Prado, parava na casa da minha bisavó, e fui pro colégio São José, aí lá eu entrei na terceira série (riso). Aí tem uma outra história que, bom eu não acompanhei, eu não sabia nada, não sabia absolutamente nada, tem umas coisas meio, ahn, engraçadas que me aconteceram.

[Adriana] Conta uma delas.

[Lucila] Ahn, tá, então, eles queriam, eu sempre digo que eles me promoveram pra primeira série.

[Adriana] Promoveram (risos).

[Lucila] (risos) Pra primeira série, mas eu já era grande, eu já tinha uns dez anos, imagina como eu me senti, e a minha, e colégio pago, então pro meu pai também não era uma boa, aí a minha tia e uma prima que já fazia ginásio começou, falaram com a irmã, diz "não, ela vai, nós vamos ensiná-la em casa", e me ensinaram, e realmente, aí eu aprendi, o que faltava era me ensinarem, aí eu aprendi e terminei a terceira série, a terceira que eu estava, e na metade do ano as irmãs faziam uma prova para os que, e passava-se pra quarta, eu me senti a mais inteligente de todas porque.

Parte 2

[Adriana] Lucila, tu nos contou que fizeste a prova da terceira série, né, e conseguiu passar pra quarta, depois da quarta série, o que que foi feito da tua vida de estudante?

[Lucila] Bom, aí na quarta série as irmãs queriam que eu fizesse o exame de admissão.

[Adriana] O que é esse exame?

[Lucila] O exame de admissão seria uma espécie de vestibular do primário, pra entrar no ginásio, e aí o meu pai até foi muito inteligente na época, de não me deixar fazer, porque eu não ia ter condições de acompanhar, aí eu fui, fiz a quinta série normal, fiz exame de admissão na, no final da quinta série, que era o normal, fiz o ginásio, depois vim fazer a escola normal em Vacaria. Tinha vestibular pra fazer a escola normal, que era pra lecionar, fiz o normal em Vacaria e foi o último ano sem estágio, na escola normal São José, depois aí, já em, isso eu terminei o normal em 1961, em 62 eu já fui nomeada e vim lecionar, foi numa brizoleta, foi na época do Brizola. Então eles construíram as escolas, o meu avô deu o terreno, e aí construíram uma escola e eu abri a escola, eu sempre digo que eu era a diretora, a faxineira, a professora, era tudo na escola, e nos entregaram, me entregaram uma chave, não tinha classes.

[Adriana] Te vira (riso).

[Lucila] Te vira, aí nós pegávamos, falo isso?

[Adriana] Sim, sim fala.

[Lucila] Aí ele, ele, tinha uma, um salão de baile na frente da escola, do seu Vadico, e nós no, na segunda-feira, a gente ia mais cedo, era até a tarde a escola, e levávamos as classes, as mesas do baile e as cadeiras, pro, pra escola (riso). Aí durante toda a semana nós tínhamos aula, dávamos aula e tal, tudo, de primeira à quinta série e no final da semana, no sábado a aula era de manhã, tinha duas horas de aula no sábado, aí tinha um barranco, nós descíamos o barranco de novo, cadeiras.

[Adriana] Tudo?

[Lucila] Tudo de volta e na segunda de novo, isso deve ter levado uns quatro meses, a aula assim, e depois, aí veio o mobiliário que o estado mandou.

[Adriana] Nessa escola em que tu dava aulas de primeira à quinta série, eram turmas mistas assim, com crianças de todas as séries numa mesma sala, ou tinha uma sala por série já?

[Lucila] Não, eram todos numa sala só.

[Adriana] Era a única professora?

[Lucila] Eu era a única professora.

[Adriana] Uma professora.

[Lucila] Eu fiquei aí uns seis meses sozinha, dando aula ali, era, era comum isso, de primeira à quinta série, e até no meu caso ali foi mais difícil, porque não cabiam todos, na mesma sala, eu tinha que atender duas salas. Então, quarta e quinta, numa sala e primeira à terceira, na outra sala, você imagine alguém começando a lecionar com, com toda essa história na mão pra, pra lecionar, e era uma escola municipal que passou a estadual, e tinham muitos alunos, porque o campo era bastante povoado, né, e tinha uma serraria, então tinham muitos alunos da serraria ali.

[Adriana] Tinha esse público todo pra.

[Lucila] Tinha esse público todo. Depois veio uma outra professora e, eu fiquei ali até 80, até 63, aí vim pra cidade, fui lecionar no Conde Afonso Celso, e já no, em 62, quero ver, 61, é, 62, eu fiz vestibular na universidade, na, na época era faculdade de Passo Fundo, que tinha um, os cursos eram, não era a distância

como falam agora, era frequência reduzida. A gente frequentava uma semana por mês, julho, janeiro e fevereiro, e prestávamos exames, então eu fiz os quatro anos, em 65 eu terminei a faculdade e continuei lecionando aqui. Nessa época de, eu lecionei até 68 primário, e já em 66 eu comecei a trabalhar com a escola normal.

[Adriana] E o que tu lecionava, que disciplinas?

[Lucila] Na escola normal?

[Adriana] É.

[Lucila] Na escola normal eu, era aquela história, a gente tinha um contrato de 12 horas, e como eram poucas turmas, tinham que preencher as 12 horas, então eram as disciplinas que os outros não queriam (riso). Os mais antigos, que já tinham conseguido o seu lugar, o seu espaço, os novos que iam chegando, eu comecei lecionando Lógica, você imagina eu lecionando, Filosofia e Lógica, foi a primeira disciplina que me deram (risos) pra lecionar. Depois eu lecionei Sociologia, ahn, as várias psicologias que tinham na, no ensino normal, didática, e aí depois eu, foi, lecionei, que mais, tinha umas outras disciplinas, Puericultura, a gente ensinava Puericultura, tinha umas disciplinas assim meio sem fundamento, então aquela, depois quando chegaram uns mais novos, aquelas passaram, e aí eu fiquei mais. Minhas disciplinas básicas, foi Sociologia e Didática, foram as disciplinas, e Estágio, depois, porque aí já começou estágio, então eu tinha de manhã na escola normal João XXIII.

[Adriana] Era municipal ou estadual essa escola?

[Lucila] Normal?

[Adriana] É.

[Lucila] Era estadual.

[Adriana] Estadual.

[Lucila] Era uma outra situação diferenciada, porque era um colégio particular dos capuchinhos e o diretor, tendo em vista a dificuldade de pagarem uma escola normal, ele conseguiu uma escola estadual que funcionava dentro da escola dos capuchinhos, a escola particular.

[Adriana] Usavam o prédio?

[Lucila] Usavam o prédio, e os professores eram pagos pelo estado, então era gratuita, e depois eu fui, continuei no, no Conde, com primário, mas eu nunca gostei muito de trabalhar com criança pequena, aí o Frei Getulio conseguiu um contrato pra, pra ginásio. Então no ginásio eu lecionava História, e aí fui lecionando, aí lecionei sempre História, e lecionei História também no Comércio, na escola de Comércio, mas aí como professora particular, lecionava História Econômica do Brasil, mais ou menos isso aí.

[Adriana] E a tua pesquisa sobre o tropeirismo, ela começa quando nessa tua trajetória?

[Lucila] Olha, quero ver, foi mais ou menos eu acho que no final de 80, na década de 1980, início de 90, eu comecei, eu acho que abrir mais os horizontes, participar de seminários, participar de, enfim de, conviver com pessoas que tinham uma outra visão com, e uma outra, um outro viés do estudo da história na realidade, porque no começo eu dava aquela história oficial, que era o comum.

[Adriana] Datas, os heróis.

[Lucila] Os heróis, a história dos heróis, a história das guerras, essa, essa aí, não, não fugia disso aí. Eu comecei a pensar exatamente no meu avô, todos os caminhos que ele fazia, e pensei assim, mas que bom se eu pudesse percorrer e fazer um, um mapa desses caminhos que ele fazia, e meu pai contava que vinha de Antônio Prado, que tinham os carreteiros que traziam, aí já é um período um pouco mais avançado do tropeirismo, que é já, o comércio era feito com carretas, já tinham estradas, e que ele vinha, quando ele estudava em Antônio Prado, que ele pegava carona com os carreteiros, pra vir pra cá. Daí eu comecei a pensar nessa história dos carreteiros, do, do meu avô, mas não tinha muito um, um norte de como fazer isso, nesse meio-tempo nós voltamos, nos morávamos em Caxias, voltamos a morar em Bom Jesus, e lá em Caxias também eu participava de um grupo de estudos de história, exatamente com a finalidade de ver novas formas de trabalhar a história. Quando eu vim embora, surgiu um, um curso, uma palestra lá em Caxias, que eu não pude assistir, que não, não deu.

[Adriana] Isso tudo vinculado a UCS?

[Lucila] Vinculado, não, vinculado a esse, a, a quarta DEE, vinculada a quarta DEE desse grupo, o curso eu não sei se foi pela UCS ou se foi pela DEE, isso eu não lembro, e uma colega minha me telefonou dizendo “olha Lucila, aquele curso que nós pensávamos, aconteceu aqui em Caxias, foi maravilhoso”, professor Betinho da faculdade de Osório, Luiz Alberto Marquez. Aí eu entrei em contato com ele e trouxe pra ele dar o curso aqui em Bom Jesus. Fui lá, falei, me explicaram, conversei com a, com a secretária de Educação, que também estava tentando dar uma outra orientação no ensino, sair daquela tradicional, e veio, e disse “não, traz ele, traz!” Então com a direção da escola, que eu trabalhava numa escola municipal, como supervisora de ensino, que na época não era orientadora pedagógica, chamava supervisora de ensino. O professor Betinho veio, e ele fez um trabalho, todo ele montado, mostrando a importância de conhecer a história de cada um, de cada família, que pro aluno entender o, inclusive limites, como é que se precisava fazer, começando da escola, enfim, toda essa parte. E a gente ficou muito entusiasmada com a história, da, a partir disso aí, bom agora nos precisamos aprender como fazer isso, aí ele fez, veio dar um curso, aí ele deu um curso de uns seis meses, ele vinha uma vez por mês, dava uma semana de curso e o restante, e deixava tarefas pra fazer, já era bastante semelhante ao que se faz hoje, né, então a gente começou a fazer esse curso e aí abriu várias perspectivas dentro do.

[Adriana] Que tarefas ele deixava pra vocês?

[Lucila] Ah, pesquisar, cada um tinha, cada grupo tinha que pesquisar as histórias da sua família, recolher material, fotografias, artesanato, todo esse movimento que a gente fez posteriormente, inclusive ligado ao turismo, e esse trabalho que a secretaria fez, praticamente eu fiz, ligado aos fazeres, foram coisas que ele foi sugerindo e que foi falando, e ele deixava esses tipos de tarefas, e, no final ele disse assim: “agora vamos, nós vamos fazer uma exposição do artesanato e de fotografias”. “Tá, vamos fazer!”. Mas nós achamos: “o artesanato em Bom Jesus, mas da onde nós vamos tirar artesanato aqui?” Menina, quando nós fomos organizar o espaço, fizemos no CTG, que é um local grande, não tinha mais espaço de tanta coisa que surgiu, bordado, ahn franjas, tramas, trabalho em madeira, o próprio trabalho que o Enor faz com, com, de

ossos, fazendo cabos de facas, essas coisas. Enfim, aquelas coisas que fazem parte do dia-a-dia da gente e que tu olha como uma coisa que é normal, que, aquilo é da vida, do cotidiano, e não vendo como uma, como uma arte, como uma coisa importante. A partir daí eu disse, bom, agora eu acho que nós vamos começar a lidar com os nossos tropeiros, aí eu já enxerguei um caminho, porque ele falou muito do, em fazer entrevistas, que era uma coisa que eu nunca tinha feito com meu avô, e já tinha gravador, estéreo o gravador, mas poderia ter feito com ele, realmente eu não, não, não tinha essa experiência, não tinha convivido com isso. Aí, na segunda região museológica, eu fiz um trabalhinho, um treinamento pra, pra fazer entrevistas, com memória oral. Começou a falar, se começou a falar em memória oral, isso aí já nós estávamos em 1990, 91, por aí, então comecei fazer as entrevistas e aí me apaixonei por entrevista, né. Vocês precisavam ver o primeiro, achei que o primeiro gravador, que o gravador tinha, quanto maior melhor, mas era uma mala (risos), era uma mala, saía com aquele, rua a fora, com aquela mala, e saiu entrevistas, e fui gravando, daí a gente foi também convivendo com outras pessoas, conhecendo outros materiais, foi evoluindo, em 91 me telefonou do Paraná o Henrique Schmidlin, já conhecido como Vita (riso).

[Adriana] (riso) Da gravatinha?

[Lucila] Da gravatinha, exatamente. Que eles pesquisavam no Paraná sobre tropeirismo e eles queriam, o objetivo deles era fazer uma tropeada do Paraná até aqui. Eu disse, mas isso é coisa pra louco, não tem jeito de sair um negócio desses, realmente não teve, só saiu com a Globo depois, porque era muito caro, precisava uma estrutura muito grande. Mas aí eu, aí acendeu a luz, digo é por aqui que nós vamos começar a, agora ver essa história, vamos começar a, já tinha ouvido muito, nas entrevistas, falar sobre o tropeirismo, e quando foi, eu disse vamos fazer um seminário. E se discutia muito, que São José dos Ausentes pertencia a Bom Jesus, os mangueirões de taipa que tem lá, são muito grandes, quem fez, pra que que servia. Então tá, vamos fazer sobre os mangueirões, vamos fazer sobre o quê, conversando, sabe aquela coisa quando começa a ideia a borbulhar.

[Adriana] A ideia era fazer um encontro?

[Lucila] Fazer um encontro, nesse meio tempo eu conheci o Rio, o professor Riopardense de Macedo e conversei a respeito, ele disse “Lucila não faz sobre os mangueirões, porque se esgota num seminário, faz sobre a atividade que pode ter gerado a construção dos mangueirões”, tá, tropeirismo, “tropeirismo”. Então aí a gente fez o primeiro seminário de tropeirismo.

[Adriana] Em noventa e?

[Lucila] E dois, em abril de 92, mas também, não tinha hotel em Bom Jesus, tudo meio na coragem, e aí saiu e foram evoluindo, os seminários.

[Adriana] As pessoas que vieram pro primeiro seminário ficavam onde?

[Lucila] Nas casas de família.

[Adriana] Nas casas de família.

[Lucila] Nas casas de família, tanto os palestrantes quanto as, os, as pessoas de fora, e veio bastante gente do Paraná, já veio do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo. Porque aí o Henrique fez a rede pra mim, fez a rede de lá, eu fui em todos os municípios vizinhos, visitar e convidar os professores, pra participarem e, e quando eles não queriam vim pelo conhecimento, não mas vocês tão aqui pertinho, vocês vão ter um seminário nacional, vão ganhar um certificado que vale pontos pra plano de carreira, por aí. E convidávamos cada município vizinho pra mandar no mínimo três representantes, a prefeitura mandava três representantes, primeira coisa, “mas que despesa o município vai ter”, não, vocês vêm e não tem despesa, participam.

[Adriana] Se dá um jeito!

[Lucila] Se dá um jeito, vocês participam, e aí mandaram e a coisa começou a.

[Adriana] Quando o Seminário Nacional do Tropeirismo surgiu, então a ideia era juntar um grupo e discutir, primeiro por que, onde esses mangueirões podiam estar envolvidos, como eles surgiram, os corredores, enfim?

[Lucila] Exato, o objetivo principal era esse.

[Adriana] Era esse, né, e desde o primeiro vocês levaram os participantes pra conhecer algum lugar histórico? Nesses últimos em que eu tenho acompanhado sempre tem, no penúltimo ou no último dia de seminário, uma saída de campo.

[Lucila] Unhrru, tem.

[Adriana] Pra algum lugar que seja histórico na cidade, isso vem desde o primeiro?

[Lucila] Desde o primeiro.

[Adriana] Que lugares vocês escolhem?

[Lucila] Nós fomos visitar os mangueirões.

[Adriana] Lá do?

[Lucila] Lá em São José.

[Adriana] Em São José dos Ausentes.

[Lucila] Exato, eles estavam já com projeto de, de emancipação, e ele foram, aí a gente conseguiu que eles nos dessem um almoço, nós dessem um almoço lá em São José, e do, o grupo emancipacionista, nos deu esse almoço, nós visitamos dois mangueirões, o conhecido como Mangueirões dos Tapes, que é um pouco diferenciado dos outros porque ele é meio arredondado e é o menos conservado ainda, e depois nós conhecemos então o mangueirão é, é, da fazenda dos Ausentes mesmo, que é, seria, seria não, foi a seda da fazenda São José dos Ausentes, do grande latifúndio que foi dessa região, e esse está muito bem conservado, hoje tem uma pousada e tudo, então a gente sempre procurou ir em algum lugar, num passo.

[Adriana] No Passo de Santa Vitória?

[Lucila] No Passo de Santa Vitória sempre foi meio problemático, porque, se chove não dava pra ir lá, visitamos o Passo do Meio que foi o passo de tropas no rio das Antas pra o lado de Caxias. E era onde o meu avô passava, era dentro do nosso terreno. Sempre com esse passeio a gente procurou associar então, um churrasco, um almoço fora do, do núcleo, do, do, onde estava acontecendo o seminário, isso a gente sempre considerou, porque vamos dizer, o seminário ele

tem uma, uma situação de, de estudo mesmo, ele não tem muito passeio, ele não tem muita festa, tem as apresentações.

[Adriana] Quer uma aguinha?

[Lucila] Vou querer, obrigada.

[Adriana] Se não a coitada vai ficar de garganta seca, né (riso).

[Lucila] Com certeza, então a gente sempre procura, até surgiram muitas ideias de fazer cavalgadas, de trazer muitas pessoas e eu sempre fui contra isso, porque ninguém vai assistir uma palestra se tiver uma roda de viola, uma roda de gaita, pessoas contando causos, bebendo trago, não vem, isso é uma coisa do ser humano, fica meia dúzia aqui, todos outros vão pra lá. Então a gente procura evitar isso, sempre, eu digo que enquanto eu puder, eu vou fazer isso, agora se faz, à noite, *shows* pra população, apresentações pra ter um envolvimento da comunidade, também, se eles não querem participar, ou não podem, ou não têm interesse, enfim, o trabalho não permite, de noite se faz alguns comunicados, algumas coisas pra aproveitar o tempo e se faz alguma apresentação artística com envolvimento nesse sentido.

[Adriana] Quando e qual foi a primeira vez que vocês levaram os participantes lá no Passo de Santa Vitória, já foi no processo de tombamento do Passo?

[Lucila] Não, não, foi antes, o processo de tombamento foi em 96 me parece, 1996, foi, né?

[Adriana] Uhnrru.

[Lucila] Ahn, Lages tombou, Santa Catarina tombou, não Santa Catarina, Lages mesmo, tombou o Passo de Santa Vitória pelo lado catarinense, e aí nós tombamos, fizemos um encontro lá com os catarinenses, os lajianos, mais especificamente, o pessoal da Coxilha Rica e fomos até lá e fizemos o tombamento então.

[Adriana] Que foi aquele encontro de cavaleiros, né, que teve?

[Lucila] Isso.

[Adriana] Eu vi umas fotos.

[Lucila] É, a gente foi daqui, atravessou o rio, os cavalos, a nado, a gente atravessou nas canoas, uma canoinha que a gente ia tirando água de copinho de dentro...

[Adriana] (risos) Que agonia.

[Lucila] ... (risos) da canoa, atravessamos então, se fez esse encontro e fez-se o tombamento.

Parte 3

[Adriana] Ahn, tu estava comentando com a gente, o processo de tombamento do Passo.

[Lucila] Unhrru.

[Adriana] Como foi no município de Bom Jesus, esse processo, ele foi algo que todo mundo queria, só o grupo da secretaria, com a prefeitura, teve uma conversa e a boa vontade do poder público pro tombamento, partiu mais de um movimento de moradores?

[Lucila] Não, os moradores não sei nem se ficaram sabendo, são coisas que a gente faz e que deveria envolver mais a comunidade, mas realmente não houve esse envolvimento. Eu conversei com a secretária, ela achou interessante, conversamos com o prefeito, ele não viu problema nenhum em se fazer o tombamento, achou que era interessante e aí nós vimos, fizemos um tombamento, até não ficou muito correto porque a gente colocou o tombamento do Passo e não colocou a questão da natureza, então ficou meio limitado, pra barragens, pra coisas, que não, a conservação do entorno em si.

[Adriana] E a ruína do Registro de Santa Vitória entrou nesse tombamento?

[Lucila] Não, não entrou porque nós não sabíamos nem que tinha essa ruína, não, não se tinha este conhecimento, então não, não entrou. Mas foi uma coisa bem da Secretaria de Educação e do prefeito, depois a gente foi conversando, e a mesma coisa aconteceu com o tombamento do Passo de, do Meio. Nós fomos lá, foi feito o tombamento, fomos com o pessoal, aí lá no Passo do Meio sim, nós

fomos, foi num seminário, foi feito o tombamento lá, mas também nessa questão do, secretaria e prefeitura.

[Adriana] E a relação do tropeirismo com o turismo? Ela, aqui em Bom Jesus, nasceu com quem?

[Lucila] A relação tu diz em que, em questão de?

[Adriana] Quem começou a pensar que do tropeirismo podia ter um desenvolvimento de um produto turístico?

[Lucila] Aí fica um pouco difícil, porque as coisas vão acontecendo ao longo do tempo, porque nessa época, que nós começamos a trabalhar, o que eu falei, essa questão de conhecimento do que existia aqui, a Norma Mechi era, dava uma assessoria turística, nessa época é que começaram a pensar em turismo mesmo, pra Bom Jesus, como um atrativo, como um meio de vida, como algo que trouxesse mais renda pra Bom Jesus, e ela valorizou muito o turismo cultural, ela fez a gente ver a importância do turismo cultural, trabalhei muito com ela porque eu trabalhava com as entrevistas e essas coisas que a gente vai conhecendo, e conhecia da minha vivência mesmo, de casa, e, então, a partir daí as coisas foram evoluindo, foram indo, mais, ahn como o próprio seminário, inclusive, a primeira palestra que se pensei, foi feita sobre tropeirismo, foi em 2006. Aliás, turismo e tropeirismo, foi em 2006, aí começou a se falar, a levar, apareceram pessoas que ouviram falar no seminário, que leram livros que falavam do Passo, que vinham pra conhecer os passos, pra conhecer a, os corredores de, de tropeiro, a, os caminhos dos tropeiros, mais assim a coisa foi acontecendo. Sempre tem alguém que, eu digo, tem alguém meio amalucado, porque tem um rapaz do Paraná que veio fazer o caminho das tropas de bicicleta, então ele começou lá em Santo Antonio, e aí eles vêm com a ideia dos campos de Viamão, pensando que é Viamão o centro, né, aí tem que explicar e vem, aqui nós fizemos, percorremos com ele, só que aí ele não foi de bicicleta, né (riso), ele veio, nós, nem tinha como ir de bicicleta, a gente acompanhou o Rodrigo foi uma pessoa que ajudou divulgar bastante a essa questão do turismo ligado ao tropeirismo, ele deve ter estado aqui, 2004, por aí, e ele veio e a gente começou a fazer, acompanhou, fomos em todos os lugares, depois levamos pra ele atravessar o Passo, sob, por um caminho que aí não era propriamente Passo de Santa Vitória, mas uma estrada, porque por ali ele não tinha como, fazer.

[Adriana] Sim, de bicicleta.

[Lucila] De bicicleta, subiu aquele despenhadeiro que tem lá, que a gente sozinho passa trabalho pra subir, onde faz a ligação com São Joaquim, então aí depois ele foi.

[Adriana] No último Senatro teve um senhor que veio de Maquiné até aqui, com uma mula cheia de rapadura e uma outra com as coisas dele e, e onde ele veio montado, até o Senatro.

[Lucila] Uhnrru.

[Adriana] Outros personagens como esse aparecem, ou só ele que veio se aventurar, revivendo um pouquinho o tropeirismo pra participar do seminário?

[Lucila] Não, só ele.

[Adriana] Só ele.

[Lucila] Só ele, ele veio em 2006, e veio de novo em 2008, ele veio a primeira vez em 2006, é, foi em 2006 e depois veio de novo em 2008, mas ele, foi só ele, dessas pessoas assim, tem muita gente querendo montar grupos de cavalgada, pra vir no seminário.

[Adriana] De outras cidades?

[Lucila] De outras cidades, esses grupos cavalarianos que tem por aí, isso sim, mas se não, não.

[Adriana] Lucila, que estabelecimentos Bom Jesus tem, como hotel, pousada, restaurante, museu, sei lá, o que, o que Bom Jesus oferece pra algum turista que venha até aqui, e vocês queiram mostrar a cidade do tropeirismo, o que vocês indicam pro, pro turista, o que que tu indicaria se um turista batesse na tua porta hoje e dissesse "eu quero conhecer alguma coisa de Bom Jesus relacionado ao tropeirismo", onde tu levaria ele?

[Lucila] Bom, tem vários lugares pra levar se o tempo permitir (riso), esse é um dos nossos problemas, nós temos vários lugares, mas são distantes, as estradas não são das melhores, mas dá, dá bem pra ir, e então claro, o museu, pra te dar uma base do, do que que é, o que que tem, pra eles tomarem um contato. Mas

se são pessoas que já trabalham e que querem realmente ir, teria o Passo do Meio, teria dois, tem dois, tem três corredores dos tropeiros, um já muito, o acesso é muito difícil, que é o que vai pro Passo do Matemático, que foi o primeiro passo que fez a ligação do rio, a passagem do rio das Antas pra cá. E tem o mangueirão lá da Doutora Regina, mangueirão desculpe, o corredor lá da Doutora Regina, que é muito bonito e tem o corredor aqui dá fazenda do seu Ari Velho, são os dois corredores, o Passo de Santa Vitória, e aí teria as estradas se quisesse ir a cavalo, dá pra ir por alguns caminhos, ou mesmo esses indo de carro até algumas alturas, depois caminhando um pouco a pé.

[Adriana] O que que tu acha da ideia do Cláudio e Gessira Borges de revitalizarem um criatório de mulas?

[Lucila] Ah eu achei excelente, tu veja que me esqueci do criatório de mulas isso é um absurdo (riso). E tem o criatório de mulas que é o, o chave da história, o básico da história, o criatório de mulas da Gessira e do, do Cláudio ali. Porque ali foi um criatório de mulas e teve também pouso de tropeiros, ahn com, ao longo do tempo, a gente conversando, pesquisando a gente descobriu, até pela divisão que ainda tem dos, dos terrenos, e ali eu acho foi uma, é um atrativo muito grande, quando eles vêm aqui eles querem ver o, ali e o criatório de mulas.

[Adriana] Tu vê um papel social do Seminário Nacional do Tropeirismo na cidade de Bom Jesus, que papel tu acha que ele tem pra cidade, já que tu é, ahn, tu já mostrou toda rede de apoio que tu teve, né, com o professor do Paraná e outras pessoas que foram se agregando, de outras regiões, ajudando a construir essa rede de contatos pro seminário acontecer, mas em Bom Jesus tu tem a Secretaria de Cultura e Educação que, ahn dá o apoio logístico, a prefeitura também, mas de uma forma ou outra, tu é o fio condutor desse seminário, né? Tu chama, tu distribui as apresentações, tu faz as circulares, né (risos), faz o seminário acontecer, então como, ahn, digamos que mãe do seminário, né.

[Lucila] (risos).

[Adriana] Como tu vê esse seminário, que papel ele tem pra essa cidade?

[Lucila] Olha a gente ainda.

[Adriana] Qual é o objetivo dele com a cidade?

[Lucila] Bom aí mais, é um, é uma coisa que devagarzinho vem se construindo, inicialmente o envolvimento da comunidade foi pequeno, muito, assim, grande no sentido que deu todo o apoio necessário, é, que conseguiu abrir as suas casas, e isso ao longo do tempo conseguiram abrir, ou gratuitamente, ou até trazendo o, mais um, um meio de, de negócios, porque eles cobram hoje, e o pessoal gosta muito de ficar nas casas de família, gosta bastante mesmo que, eles têm o contato com a realidade, conversam, convivem, enfim, têm um outro conhecimento que não é o acadêmico. E ao longo do tempo ele foi trazendo esse papel e eu acho que isso é muito importante, eles a, até a gente fez uma pesquisa sobre, com os alunos, pra eles verem que eles tinham uma ancestralidade tropeira, que aí eles chegaram, fiz um questionário, foi um trabalho que a professora Sirlei e eu fizemos, um levantamento em todas as escolas, distribuídos questionários onde eles diziam quem, se tinham alguém na família que foi tropeiro, qual era o, a relação, qual era o grau de parentesco, todo esse trabalho eles fizeram. Então isso aí está devagarzinho, agora tem a professora Maristela que está fazendo um trabalho muito bom, em termos de levar para as escolas, com as caixas de memórias, com o trabalho nas escolas, ela tem feito um trabalho muito bom. Então aos poucos está havendo maior envolvimento, mas eu acho que ainda é pequeno.

[Adriana] E também não tem muito tempo ainda, né, são cinco, seis anos.

[Lucila] É.

[Adriana] A equipe de vocês, ela é, ela é pequenina, né, no município.

[Lucila] É pequena.

[Adriana] Isso coloca alguma dificuldade, né, ahn, tu ainda leciona?

[Lucila] Não.

[Adriana] Não leciona mais, né?

[Lucila] Não, não, não tenho mais turmas.

[Adriana] Quando tu vai pras escolas, pra fazer as entrevistas, por exemplo, ou alguma palestra para as crianças, alguma coisa parecida, as, os pais dessas crianças foram seus alunos?

[Lucila] Alguns foram.

[Adriana] Eles falam isso pra ti?

[Lucila] Falam.

[Adriana] Lucila, qual é o papel do Senatro pra comunidade de Bom Jesus? Qual é a função dele quando tu pensa cada edição dele?

[Lucila] Olha eu penso de envolver a comunidade cada vez mais, inicialmente houve um envolvimento das famílias que, deram acomodações pros visitantes, enfim, que colaboraram, depois há essa, esse envolvimento, também que hoje eles, ahn, alugam o seu espaço, dão café, fazem passeios junto. E eu acho que com isso, a intenção mesmo é cada vez mais envolver a comunidade, principalmente os estudantes, pra que eles conheçam e valorizem a sua, os seus ancestrais, as suas origens, as suas raízes, enfim, que eles levem em consideração esses aspectos e que conheçam a sua história, porque se eles vão no museu, se eles veem a caixa de memória, ou quando se fala no Senatro, que passa nas escolas, aí as vezes, de vez em quando um vai "ah mas lá em casa, lá no sítio, lá no galpão tem umas coisas dessas daqui que o meu avô usava, aí eu perguntei pra minha avó, ou pra minha mãe, pra alguém da família e eles que, que eles usavam, que meu avô foi tropeiro, que meu pai também foi, acompanhou quando criança", então a ideia mesmo é despertar a comunidade pra valorizar essas histórias e usar como referencial turístico.

[Adriana] Quantos Senatros já aconteceram?

[Lucila] Nove.

[Adriana] Nove?

[Lucila] Nove.

[Adriana] Então são dezoitos anos desse, desse trabalho?

[Lucila] Dezoito anos, o ano que vem acontece o décimo.

[Adriana] Quando vocês organizam o Senatro, quem faz parte dessa organização aqui da cidade de Bom Jesus?

[Lucila] Normalmente a Secretaria de Educação e nos últimos a Secretaria, nos últimos dois a Secretaria de Turismo se envolveu bastante, ajudou a arrumar espaço, ajudou a divulgar, e eu acredito que pro, pro décimo vai ter bastante auxílio da Secretaria de Turismo, pelo menos eu espero. E uma outra questão, em função, que nós falamos antes em função de turismo, em função do seminário, foi alavancada essa história dos tropeiros, e com isso se criou a Rota dos Tropeiros dos Campos de Cima da Serra, que existe um projeto a Rota dos Tropeiros a partir do Paraná, envolvendo os quatro estados até chegar no Rio Grande do Sul, eu sei que o Paraná está bastante desenvolvido, ahn, Santa Catarina eu acho que está mais ou menos, São Paulo não, um pouco, mas não muito, muito, e o Rio Grande do Sul tem o nosso núcleo dos Campos da Cima da Serra, que se desenvolveu, e nós temos um grupo que é orientado pelo Sebrae, aonde a gente faz um trabalho. Eu participo do grupo, e são, os municípios dos Campos de Cima da Serra que quiseram se envolver, tem seis municípios, que é Vacaria, Bom Jesus, Esmeralda, São José dos Ausentes, Jaquirana, São Francisco de Paula, são os seis municípios que estão envolvidos, e que a gente já vem trabalhando há dois anos, agora vamos entrar pra mais dois, pra ver se a gente consegue organizar o produto turístico, bem desenvolvido, Rota dos Tropeiros dos Campos de Cima da Serra, que é um projeto-piloto pro Rio Grande do Sul. Eu sempre falo pro Sebrae e sempre que tenho oportunidade, nós temos que lembrar que aqui eles passavam por causa do, do meio de passagem, que era o Passo de Santa Vitória e é uma ligação com os demais estados, era por aqui, mas todos os (riso, olha para baixo, para o cachorro Suschi), todos os municípios de uma forma geral, ou todas as regiões pelo menos, tiveram o seu período de tropeirismo e com algumas especificidades próprias do, do que, dos produtos enfim, todas tiveram.

[Adriana] Aquela região de Passo Fundo, Cruz Alta, eles não vão entrar nesse projeto da Rota dos Tropeiros, não?

[Lucila] Olha, o, quando eu falei isso pro Sebrae, que eu acho que a, a região das Missões, essa região centro-oeste, é centro-oeste, né, Passo Fundo ali, que eles precisariam se envolver mais e que teria que chamá-los a, sempre me preocupei com isso, porque esse projeto da, da Rota dos, ahn, dos Tropeiros, dos quatro estados, foi um projeto que partiu eu não sei se do Paraná ou de São Paulo, a gente teve reuniões com o secretário do Estado, da Cultura, e eu

sempre falei isso aí. Porque tem, nós não podemos esquecer a importância que teve a região das Missões, o litoral, porque foi a primeira passagem, foi o litoral, e a região do, dos campos, depois os outros caminhos vêm saindo no caminho principal, é uma rede de caminhos, de um, de uma forma de tropeirismo ou de outra, aconteceu sempre. Mas, enfim, que o Senatro alavancou, tornou a região conhecida, e Bom Jesus, principalmente, conhecido em outros países inclusive, e ele é um referencial, pra quem estuda tropeirismo, queiram ou não, Bom Jesus é um referencial.

[Adriana] Então, o *slogan* da cidade que é “Bom Jesus Terra do Tropeirismo”, tu atribui a essas funções do Senatro...

[Lucila] Foi.

[Adriana] ... desenvolver, desenvolvimento dessa identificação pro turismo?

[Lucila] Foi, foi, foi nesse aspecto, foi até o secretário Flávio, Flávio.

[Adriana] Pannembecker?

[Lucila] Panem, Dutra Pannembecker, que criou a frase e a gente aprovou, nós aprovamos e pegou, e ficou “Bom Jesus Terra do Troperismo”. Então isso aí é muito importante, o Senatro tem uma outra característica que não é muito comum nos seminários, é a produção de livros, então isso torna as palestras, os comunicados conhecidos e que vão, vão divulgando e vai se tornando fonte de estudo, bibliografia pra estudo.

[Adriana] A gente falou do papel do Senatro pra cidade de Bom Jesus, e o teu papel como alguém que está envolvida nesse processo, qual tu acha que é?

[Lucila] Fica difícil, né (riso).

[Adriana] Como que tu te enxerga nesse processo todo?

[Lucila] Na realidade eu me enxergo como coordenadora, como uma pessoa que teve a ideia, que idealizou o seminário, e que fez muito esforço e que levou avante. Eu não, eu não posso dizer que não, porque com as trocas, como é um projeto da prefeitura, com as trocas de governo, os, o governo seguinte, o secretário seguinte não, não tem muito conhecimento e tem até um certo medo, porque é um trabalho longo, um envolvimento muito grande, traz pessoas de

outros países, de outros estados, enfim, de vários municípios, então ele é, é bastante trabalhoso, e eu consegui fazer com que as pessoas aceitassem, sabe, falando e tudo, convencer, vamos dizer assim, um papel de convencimento, de que isso era importante, até que agora a comunidade pede, tem muitas pessoas da comunidade que pedem que esse seminário continue, que ele não deixe, porque sempre há aquela coisa de voltar atrás, um retraimento, “não, não vamos fazer, é muito trabalho, tem que procurar patrocínio, e se a gente não consegue é uma despesa grande”, então fica assim um pouco barrado. Mas a gente tem conseguido levar e até pessoas da comunidade, apesar, como eu disse antes, que nem toda a comunidade está envolvida, mas tem o, principalmente o setor turístico, que hoje, eu acredito que os do, do oitavo, nono, e nono seminário, houve mais um envolvimento e um chamamento na questão turística, então as pessoas se preocupam com isso, o próprio artesanato vende mais, e vende bem, principalmente o artesanato em madeira, que o do Volnei, que é um artesanato que ele trabalha com mulas, com, enfim, nessa área ele vende muito, muito, muito.

[Adriana] Ele se mantém do artesanato hoje em dia, né?

[Lucila] Eu acho que hoje ele se mantém do artesanato porque ele era empregado de firma de móveis e ele deixou agora, e trabalha ele e a mulher ali e eles dão conta de, de se manter, acredito que sim.

[Adriana] O que que tu acha que vai ser do Senatro daqui pra frente, já que tem um número cada vez maior de pessoas participando?

[Lucila] Parou.

Parte 4

[Adriana] Lucila como tu vê o futuro do Senatro? De 2010, pra frente, 2010, décima edição.

[Lucila] Bom, a décima edição, já está garantida. Ahn, eu conversei com o prefeito já e conversei com a secretária, e ela foi assim bastante simpática a nós começarmos logo, que um dos problemas que nós enfrentamos nos dois últimos foi, o depois, “ainda é muito cedo pra começar”, não se dando conta que tem

peessoas, os palestrantes, tu tens que convidar antes, porque eles têm vários compromissos, e ela concordou que nós temos que começar agora, marcar a data, foi a primeira coisa que eu disse, vamos marcar a data, o primeiro passo. Então eu estou esperando a, a coordenadora do departamento, a Jussara chegar, pra acertar isso aí, e aí começar, e ela está bastante entusiasmada, que é um marco importante, décimo seminário é um marco, o que a gente pode fazer, enfim, uma série de, de medidas que podem ser tomadas e que eu acredito, que março, abril, a gente vai conseguir, já consegui falar com a pessoa pra fazer o projeto, pra ver se a gente consegue os patrocínios. Então, esse, eu acredito que vai ser um seminário grande, bem interessante, dá pra se fazer uma, um bom trabalho, e os outros eu acredito que vão continuar, pelo menos enquanto houver esse interesse, que é um interesse nacional sobre tropeirismo, é, é um ciclo que, que acordou agora, vai acontecer, e as pessoas estão valorizando, então eu acho que aí vai indo embora, ainda mais com esta questão da Rota dos Tropeiros, essa ligação com o turismo, então por enquanto eu acredito que ele vai, mas pode acontecer, como tudo se esgota, e ele terminar. Mas é, de qualquer forma se ele terminar, eu acho que ele cumpriu o papel, no município, no estado e no Brasil, porque ele agregou, sempre o objetivo dele diz assim, ahn, levantar novos estudos e, tornar conhecido os já existentes, existia muito estudo tropeirismo, a gente não tinha noção, mas ninguém divulgava, era um núcleo fechado, ninguém sabia e agora eles vem, trazem, debatem, convivem, fica escrito, então isso é bem importante.

[Adriana] Eu não sei se foi uma impressão minha quando eu trabalhei, pesquisei no arquivo municipal aqui em Bom Jesus, com todos os registros fotográficos do Senatro, em fevereiro de 2008, é uma impressão minha ou, a cada edição o número de participantes é maior?

[Lucila] Não, ele vem aumentando.

[Adriana] Uhnrru, aí tanto de fora quanto da comunidade.

[Lucila] Sim.

[Adriana] Mas aquele CTG, pelas fotos me parecia cada ano mais cheio.

[Lucila] Não, ele tem, ele vem aumentando, eu acho que.

[Adriana] Vocês têm o controle dos números de inscrições?

[Lucila] Mais ou menos, mas não fica um controle muito certo, porque a ideia é que, entrou no CGT se, se inscreva, mas tem muita gente que entra e não se inscreve, tem gente que chega a fazer todo o período e depois quer o certificado e não fez a inscrição, então acontece isso. E principalmente, essas pessoas, esse pessoal que circula um dia, vai, vem, no último seminário veio pessoal de Vacaria, uma noite veio um grupo de, de história, veio, participou, participou um, uns outros participaram o dia todo, até porque foi feito durante a semana, sempre a gente aproveitou feriados e domingos, e o ano passado eles resolveram, alias 2008, resolveram a fazer, é, é, durante a semana.

[Adriana] O que dificulta o pessoal que está trabalhando?

[Lucila] Exato, quem está trabalhando, pra vir de fora, professores de faculdades que querem vir às vezes não podem, porque não tem como, e se é, pega um feriado, um final de semana já facilita.

[Adriana] É mais fácil de vir.

[Lucila] É mais fácil.

[Adriana] Pro próximo vocês estão pensando em voltar a esse, esse?

[Lucila] Eu propus, fazerem 21 a 25 de abril.

[Adriana] Pega um final de semana?

[Lucila] Vinte um é um feriado, que é uma quarta-feira, depois quinta, sexta, sábado, e encerra no domingo, até porque tem o passeio, eu propus um passeio a São José, ir lá no início, como nós começamos fazendo em São José, fazer o décimo, uma visita a São José. Até porque eles, hoje, são um município com, um desenvolvimento turístico muito bom, a gente conversa com o próprio secretário de Turismo, um outro trabalho que eu conversei com a secretária Claudia, e já, ela me liberou, que eu posso ir na, nos municípios fazer os convites, participar das reuniões das associações de municípios, tem a da municer (?), o dia que tiver reunião, ela é presidente, eu vou, depois, da, quando for a da, daqui das Hortênsias também eu ir participar, essas mais perto, e ver se traz mais gente e inclusive fazer o que se fez no início, ir nas escolas como eu ia, porque você

trabalhar, passar o convite pra diretora e pôr lá no mural, é uma coisa, agora você participar com grupo de professores e mostrar o porquê, conversar, e tudo, é, é, estimula muito mais, né.

[Adriana] Esse trabalho tu faria sozinha?

[Lucila] Eu vou fazer esse trabalho, pelo menos, por enquanto eu, pode ser que a Maristela possa fazer também, eu gostaria que a Maristela fizesse, porque a Maristela é uma professora muito interessada nessa área de pesquisa, de cultura, de história, e nós sempre tivemos muita afinidade.

[Adriana] E São José não tem, não explora turisticamente o tropeirismo?

[Lucila] Explora.

[Adriana] Explora também?

[Lucila] Explora, inclusive.

[Adriana] Mas não está assim, no pôster, *slogan* da cidade, ou aparece no material de divulgação?

[Lucila] Eu acho, olha, te falar a verdade, tem uma fazenda que é a fazenda da Cruzinha, que até me procuraram pra ver o histórico da fazenda, pra ver o porquê, que foi onde teria passado Souza Farias, quando subiu a Serra, lá em 1829, que seria essa fazenda da, que é chamada fazenda da Cruzinha, porque tinha a cruz, a famosa cruz que eles encontraram, a cruz dos Tapes, dos Tapes porque é a região, que eles chamam, né.

[Adriana] Sim, ahnrira.

[Lucila] E que foi o, quando eles fincaram a, trocaram o padrão espanhol, pelo padrão português pra.

[Adriana] Foi aquela cruz em que eles mudaram o que estava escrito?

[Lucila] É, eles mudaram o que estava escrito, era do rei de, da Espanha e passou pro rei de Portugal (riso).

[Adriana] (riso) Pro rei de Portugal, sem contar, sem contar pro rei de, da Espanha (risos).

[Lucila] Ele não sabia nem que ele tinha eu acho, aquela cruz lá, no marco (risos).

[Adriana] Ahn, quando tu avalia, o papel do Senatro, o teu papel, ahn, nesse, nessa construção toda, tu disse que pouco a pouco vem aumentando, que as pessoas pouco a pouco vão se envolvendo. Ahn, tu acha que hoje a população de Bom Jesus, claro que não é 100%, mas assim, tu consegue perceber quantitativamente o quanto dessa população de Bom Jesus está envolvida com a Cidade do Tropeirismo, a Terra do Tropeirismo, como está na frase que o secretário Flávio criou?

[Lucila] Olha, eu acho que ainda é muito pouco. Eu não saberia te dizer dois, dez, cinco por cento, eu não saberia dizer, mas eu acredito que ainda é muito pouco, o pessoal de, ligado a hotéis, a pousada, que tem algum atrativo turístico ligado ao tropeirismo, alguns professores, Secretaria de Turismo, mas eu acho que é muito pouco ainda, muito pouco mesmo.

[Adriana] Que ações tu pensaria, se tu pudesse fazer o que tu quisesse, e tivesse, Lucila, verbas para o que tu precisasse, portas abertas, a equipe que tu quisesse pra fazer uma ação de patrimonialização, de educação patrimonial com as pessoas pro tropeirismo, o que que tu faria?

[Lucila] Primeira coisa as estradas, seria uma questão primordial, era melhorar os acessos, colocar placas, porque o turista chega aqui e não tem uma sinalização, não, tu viste, não tem sinalização turística que tu saiba, está, ahn, corredor dos tropeiros a 20 km, a 10 km, enfim, a indicação toda do, do caminho que eles precisam fazer, não existe, então melhoria das estradas, sinalização imprescindível. E eu acho que fazer, assim, um, trabalhos mais efetivos nas escolas, eu acredito que nós temos que envolver muito o aluno, e também os pais dos alunos, pra, vamos dizer aproveitar as reuniões que existem na, nas escolas pra entrega de boletins, que é quando os pais vão na escola, é quando vão saber se o filho está indo bem ou mal, então tirar aí, 15 ou 20 minutos, mostrar, tem muito hoje, tem muita imagem, tem filmes, tem documentários a esse respeito, e falar, trazer pessoas de fora pra falar nisso também, não só o pessoal daqui, a gente pode falar, tem professores que falam bem, mas trazer outras pessoas pra eles sentirem que é importante isso. Então eu acho que esse aspecto é importante, uma outra coisa que, que é um sonho meio mirabolante

(riso), seria um Centro Turístico, e nesse Centro Turístico, Centro Cultural, não turístico, Centro Cultural, seria a minha ideia, onde se montassem um espaço, não digo uma réplica, mas que lembrasse a, vamos dizer assim, um espaço de terra grande que pudesse se montar um caminho de tropas, um arborização adequada, com até, com animais, os galpões de tropeiro, que eu acho que seria um atrativo que, que traria turistas, que traria, traria pessoas e os bom-jesuenses, não esquecendo esses, pra visitarem, pra passarem o dia, pra conversarem, tomar um chimarrão, uma coisa bem planejada, com gente que conheça, que entenda, que seja um, um bom arquiteto, que seja um bom arqueólogo, um, um bom museólogo, porque a ideia eu tenho, mas eu não sei como botar essa ideia no papel e muito menos lá no campo, eu imagino assim ó, tu fazer o galpão de tropeiro, fazer como se fosse uma casa de fazenda, onde.

[Adriana] Criar um cenário?

[Lucila] Um cenário, exatamente, fazer cenários, que remontassem as fazendas com os tropeiros, onde estivessem as mulas, onde estivesse toda a, os arreames necessários, o galpão onde, onde os tropeiros pousassem, que se pudesse até reunir as pessoas, tu quer fazer um churrasco, tu quer fazer uma comida, faria uma, uma cozinha, vamos dizer com uma ligação interna, moderna, de acordo com o que exige a higiene, com o que precisa ser feito ,claro, mas depois tu teria a ideia de como era feito, tu vai lá, soca uma paçoca, torra um café, o, as outras coisas que fizeram o dia-a-dia da fazenda, porque este tropeiro ele vivia numa fazenda, isso é uma coisa, né, e o que as, as mulheres se envolviam preparando a, ajudando a preparar a viagem, fazendo as velas, torrando café, preparando charque, a paçoca de charque, enfim, nesse sentido, essa seria a primeira coisa é, quer dizer, a primeira não, entre as.

[Adriana] Entre as primeiras (risos).

[Lucila] Entre as primeiras, teriam tantas primeiras (risos).

[Adriana] Se Bom Jesus não fosse Terra do Troperismo, tu faria terra do que? Se tu pudesse, se te dissessem assim, “olha, não, o tropeirismo não, não queremos mais”, seria do quê?

[Lucila] (risos) Não queremos mais, o que que eu posso fazer, dizer, da hospitalidade, das, da hospitalidade, dos campos, dos campos baixos, por causa

do inverno chamando a atenção pro frio, os campos baixos, que o campo queimado da, da geada, do frio, eu nunca pensei, não pensei mais na, alguma.

[Adriana] Numa outra coisa.

[Lucila] Num outro *slogan* pro município.

[Adriana] E a Festa da Gila, que tu acha dela? Bom Jesus é a Terra do Troperismo e Capital da Gila acho que é, ou Cidade da Gila?

[Lucila] Eu não sei, é Cidade da Gila.

[Adriana] Que tem uma terra, uma festa anual...

[Lucila] Tem.

[Adriana] ... pra, pra divulgar esse produto que é um produto bem local.

[Lucila] Bem típico daqui.

[Adriana] Tu acha que a gila, ela está despertando também, assim como o Senatro, vem despertando pra?

[Lucila] Está, porque primeiro foi feito uma feira, depois foram feitas duas festas, né, agora vai ser a quarta feira, é, uma deu problema porque foi bem na época, mataram o vice-prefeito, que foi naquele assalto do banco, então ficou uma coisa muito, foi muito problemático, praticamente não aconteceu, e a última já cresceu bastante, e a Secretaria de Turismo tem trazido bem organizada, e uma parceira muito boa com a Emater, a Emater tem ajudado muito na organização, realização da Festa da Gila. E é um produto que chama atenção, que ela, o pessoal fora da região não conhece a gila, ele acha que é a melancia de porco, que é o, é uma outra fruta, é uma outro produto e invés, ele é específico, ele é a gila não adianta, que gosto tem gila? tem gosto de gila (risos), não tem outro gosto, mas ela vem crescendo, já outros municípios têm trazido produtos pra, pra vender, pra participar, *shows* bons e tem, tem sido, tem despertado bastante o interesse da população.

[Adriana] O papel dos depoimentos, de pessoas que vivenciaram o tropeirismo, ou foram tropeiros, ou netos, filhos, enfim, vizinhos de alguém que foi tropeiro,

que tem um espaço pra fazer esses seus relatos de experiência no Senado, essa ideia já vem desde o primeiro Senado ou não, ela foi sendo introduzida depois?

[Lucila] Ela foi sendo agregada, até a gente fez bastante, o primeiro não teve, até porque o primeiro foi a experiência, nós não sabíamos, eu acho que a, quando eu penso, eu acho uma coisa meio louca, porque nós não tínhamos nada, nós não tínhamos um embasamento pra nada, tivemos muita sorte, que a Véra Barroso foi uma âncora do começo ao fim e continua sendo a âncora, não da pra esquecer da Véra Barroso na organização do Senado.

[Adriana] Ela tem toda a trajetória do Raízes, né.

[Lucila] Ela tem toda a trajetória do Raízes e toda aquela vitalidade que ela tem, aquela vivência, e uma disponibilidade, que eu digo que o dia tem 24 horas, o dela tem 25, ou 26, ou mais, porque eu não sei como ela dá conta de tanta coisa, e uma disponibilidade incrível, né, então ela, ela alavancou muito na organização, na questão do, do, da recepção. A Norma Mechi que trabalhava com o, faculdade de turismo da PUC, veio pra cá, inclusive fez o estágio em evento de uma turma dela aqui, acomodamos no primeiro seminário, então não se tinha muito essa ideia, mas depois ahn, começaram a, os próprios palestrantes, principalmente os visitantes, mas vocês não têm tropeiro, por que que não trazem tropeiros. Então a primeira experiência a gente convidou pra eles participarem e fez uma mesa pros tropeiros, não, primeiro fizemos a noite, a noite, claro, as pessoas de idade não foram.

[Adriana] Ah, sim, dormem cedinho.

[Lucila] Dormem cedo, frio, não pode sair, não pode apanhar frio, bah, não deu certo, não veio nenhum tropeiro (risos), foi um fracasso, aí o segundo, organizamos uma mesa com os tropeiros, mas eles também se inibiram pra falar, falaram pouco mais, não deu muito certo, uma outra vez, aí convidamos pro almoço, eles participaram do almoço, aí já melhorou, mas eles ficaram muito, aqueles que falam mais, então um, um visitante ia lá, pegava aquele tropeiro e ficava conversando com aquele e os outros não tinham oportunidade, porque também o tempo não é muito, até que nós.

[Adriana] Só um ouvia também?

[Lucila] Só um ouvia, exatamente, só um ouvia, aí nós partimos então pra fazer os grupos, e eu acredito que é o que deu mais certo até agora, fazer o grupo, então o que que a gente faz, ahn, divide os participantes em tantos grupos, quantos tropeiros nós tenhamos presentes, do município ou de outros municípios, tem vindo tropeiros de outros municípios, inclusive o ano passado veio um de 92, 93 anos que veio de, de onde é que ele era, Santo Antonio eu acho que era ou de Osório, de Osório, de Osório, que ele veio e, e tem um outro de Santo Ângelo, o seu Feter, que vem sempre, ele ficou, também não sei como é que, que ele ficou sabendo, mandando, divulgando a boca a boca ele ficou sabendo e começou a participar e vem sempre, e, e aí eles participam. Mulheres que tropearam a gente tem trazido, ou dá os relatos, o que as mulheres faziam, como participavam da vida dos tropeiros, qual era o seu papel, a gente tem procurado também chamar a atenção nesse aspecto, e aí aqueles se reúnem, tem dez tropeiros, aí se reúnem cinco grupos, fica dois tropeiros em cada grupo, e o pessoal entrevista, faz as perguntas, e tem um coordenador de grupo que aí faz o relato pro grande público. Eu acredito que foi o que funcionou melhor, a gente fez já dois anos, mas estamos abertos a ouvir sugestões pra melhorar, porque realmente não me ocorre outra coisa.

[Adriana] Esse espaço é interessante, saem trabalhos desses relatos, né, como saíram agora.

[Lucila] Sai trabalhos.

[Adriana] Já tem aparecido nos últimos, trabalhos em função de relatos feitos no seminário, né.

[Lucila] Exato, e tem aparecido mais gente, pessoas interessadas, "ah, mas o meu avô, mas realmente, mas lá tinha, minha avó contava, meu pai conta, que passava tropas", então, uma outra coisa que eu acho muito importante no, que eu acho que valorizou bastante, é não ser só os palestrantes, os âncoras, eu chamo de âncoras, não sei nem se o termo é muito correto, mas enfim, eu roubei da televisão (risos).

[Adriana] (risos) Pediu emprestado.

[Lucila] Pedi emprestado da televisão, e, e uso, os palestrantes são aqueles que vêm, que têm as palestras-chave, aprofundam os assuntos, enfim, são os

grandes pesquisadores, mas pra dar oportunidade pros pesquisadores que não têm muita oportunidade pra divulgar o seu trabalho, têm um bom trabalho. Olha, às vezes é um pesquisador que ele tem lá o seu espaço de dez, 15 minutos ou até menos, pra apresentar, mas é um trabalho que depois no livro é uma palestra, e também aqueles que, que têm um, ainda não têm aquele hábito de falar em público, então ele vai lá, bom é só sete minutos, dez minutos eu falo ligeirinho. Então eu, eu acho que é uma forma de formar novos pesquisadores, então os comunicados têm, têm ajudado a trazer público, também, e além de atingir esse objetivo.

[Adriana] Tu é satisfeita com o Senado?

[Lucila] Eu sou.

[Adriana] Tu é satisfeita com Terra do Tropeirismo, como a Terra do Tropeirismo?

[Lucila] Eu acho que poderia evoluir mais, teria muita coisa pra mudar, na tem, não pode ficar assim a, a ideia é movimentar mais, é mudar, é melhorar, tem muita coisa, as próprias pessoas daqui que dizem, ahn, "mais o que que você veio fazer aqui", é uma coisa absurda, mas acontece, "não, não sei onde tem isso, nunca ouvi falar", aí tu comenta, mas como tu não, "ah é, tinha me esquecido", coisas, então acho que essa mentalidade tem que haver um maior engajamento das pessoas nesse.

[Adriana] Será que não é porque essas coisas ligadas ao tropeirismo, na maioria das famílias, como aqui todo mundo teve avô, pai, tio tropeiro ou conhecia um vizinho, alguma coisa assim, não é, é tão cotidiano que pode até, estar passando pela vida deles como passou pela tua, lá quando tu era mais jovem?

[Lucila] Pode.

[Adriana] É tão dia-a-dia aquilo, é normal.

[Lucila] É normal, é a vida, faz parte, não, e outra coisa, é coisa de antigo.

[Adriana] Não enxergam a sua vida como história, é coisa de antigo também.

[Lucila] É coisa de antigo, e não enxergam a sua vida como história, não se deram conta que eles estão fazendo história, estão continuando uma história, ou mudando, ou continuando, ou enfim, mas que eles fazem.

[Adriana] Obrigada pelo tempo e entrevista disponibilizado, Lucila. E, em breve te incomodaremos para mais algumas conversas.

A.2

Entrevistado: Cláudio Borges

Entrevista realizada em de fevereiro de 2008, em Bom Jesus, na fazenda do Cilho.

Entrevistadora: Adriana Fraga da Silva

Câmera: Artur H. F. Barcelos

Transcrição: Ilza Carla Favaro de Lima

[Adriana] Pode falar o teu nome e...

[Cláudio] É Cláudio Borges.

[Adriana] ... proprietário da fazenda do Cilho.

[Cláudio] Proprietário da fazenda do Cilho.

[Adriana] Cláudio, como vocês tiveram a ideia de retomar um criatório de mulas aqui? De onde veio essa ideia?

[Cláudio] Essa ideia é... Essa ideia veio do seminário sobre tropeirismo. Então a gente participando do seminário, de curioso, começou a conversar com os palestrantes, e chegou um senhor, se eu não me engano parece que era paulista, e perguntou pra nós ali, que éramos da região: onde que tinha um criatório de mulas, que era de uma senhora, que as mulas eram todas gateadas? E a gente não sabia, não sabia, ninguém sabia da região. E eu cheguei, nós chegamos em casa e perguntamos pro pai. Comentando do seminário e tudo, que estava muito bom e perguntamos pro pai: "pai, o senhor que é mais velho, quem era que tinha uma tropilha de mula gateada aqui em Bom Jesus, que os caras falaram hoje lá, perguntaram no seminário?" Daí eu me lembro bem assim, a gente conversando com o pai, escorreram duas lágrima dele, ele disse "era da minha... as mulas eram da minha mãe". Então, aí que foi, que nós estávamos, eu, meu irmão, que é veterinário, nossa família ali, que ele resolveu, disse "vamos, vamos comprar um burro. Vamos fazer um criatório de mulas, pra nós continuarmos, fazer a sequência da vó, que a vó gostava". O pai gostava bastante, ele nunca teve tantas mulas, tinha duas, três mulas, sempre ele comprava.

[Adriana] Mas pra uso assim da casa, né?

[Cláudio] ... uso, uso de cargueiro, pra levar sal, no campo ou andar no campo mesmo, no inverno, que a mula é bem mais resistente, então daí surgiu da gente comprar um burro, pra começar a botar numas éguas, pra gente começar a criar bastante mulas.

[Adriana] E, faz quanto tempo que vocês começaram?

[Cláudio] Ah faz anos, faz uns 12 anos, eu acho, ou mais, é por aí, então daí...

[Adriana] É mais de uma década.

[Cláudio] ... a gente começou a criar as mulas, começou a botar em poucas éguas e hoje, a gente já bota em bastante.

[Adriana] E, como surgiu a ideia de juntar as mulas com turismo? Essa história da família de vocês com o turismo? Foi desde o início essa coisa junto? Ou...

[Cláudio] Não, não, não. A gente começou a, tinha o criatório, e a gente começou o turismo e tudo, né, então o pessoal chegava aqui ah, e falava: "ah meu pai era tropeiro", meu isso, aquilo e aquilo outro. Então o pessoal, pra surpresa nossa, da outra vez, o pessoal já trazia o pai, junto no turismo, e diziam "mas eu era tropeiro, eu quero ver o criatório". E, a gente tem tudo montado, as bruacas, cangalhas...

[Adriana] Todo o aparato.

[Cláudio] ... todo o aparato do, da tropeada, então a gente botava o pessoal, encilhava uma mula, o homem que era tropeiro, que foi tropeiro antigamente, montava na mula e a gente arreava uma mula outra, pra ele sair puxando. Muitas vezes, assim, até a gente se emociona sabendo que o pessoal chegou, desceu da mula e disse assim: "hoje, agora, eu posso morrer feliz, porque montei numa mula de novo, fui tropeiro de novo por um dia", então isso aí emociona bastante a gente, porque o pessoal revive o passado. Então, e foram uns quantos assim, que faz e volta, vêm aqui, outros que querem andar na mula porque o avô dele era tropeiro, e ele quer. O avô conta muita história, então ele quer ver como que era, então monta na mula, pega o cargueiro, sai puxando. O pessoal diz, "bah, mas era difícil a vida de tropeiro", e aí a gente explica tudo pra

eles, como que era tudo. Mas é um negócio muito bom, muito bom, que associou muito bem com turismo.

[Adriana] A história da família de vocês.

[Cláudio] ... a história da família, que aí já não se perde, por causa do criatório de mulas, e o pessoal vem aqui resgatar as origens dos antepassados que eram tropeiros, então eles ficam muito faceiros, ficam contentes e é uma coisa que está dando certo mesmo.

[Adriana] E tu levas os turistas pela antiga rota dos tropeiros, sempre, ou faz outros trajetos quando é pra fazer uma mulada?

[Cláudio] Não, a gente varia bastante, a gente vai até o rio Pelotas, que é uma estrada antiga dos tropeiros, a gente monta a cavalo, sai em comitiva, vai até o rio, vai lá, visita o Passo e volta, e leva a comida, a paçoca de charque, o café de chaleira, a gente faz o aparato completo pro pessoal se sentir tropeiro por um dia, e tem outras rotas também, mais perto, pro pessoal que quer ir mais perto ou quer dar uma volta mais perto, ou quer toca um gado, assim tropeiro... Também, botar a mula e tocar, botar uma a uma tropear junto, a gente reúne o gado e larga também, o pessoal. Então isso aí, o pessoal vem, a gente faz conforme a disponibilidade deles. Às vezes uma pessoa já de idade, não pode ir até o rio, não aguenta ir até lá embaixo, então, então a gente faz uns passeios por aqui, pela casa mesmo.

[Adriana] Uns mais curtos.

[Cláudio] ... mais curtos, isso depende o, a pessoa que vem, mas tem gente que já vem destinado pra ir até lá no rio, eu quero ir lá no rio, e pronto.

[Adriana] E todos os que vêm pra cá, eles vêm em busca de um tropeirismo ou alguns vêm por ser uma pousada, de ecoturismo e turismo rural, e acabam, aqui, descobrindo o tropeirismo? A grande maioria vem já conhecendo essa raiz tropeira da propriedade de vocês e do município ou não?

[Cláudio] Tem dos dois tipos, tem o, por causa do seminário que está bem amplo já, então o pessoal já sabe que aqui tem um criatório de mulas e eles já vêm aqui, pra ver as mulas, pra andar de mula. E tem outros que vêm, no passeio, coisa assim, e aí descobrem aqui, que tem o criatório de mulas, então aí já

fazem. E, 90% eles retornam, sabendo que tem o criatório de mulas, que a gente faz tudo, retornam com seus pais, muitos com seus pais pra andar de mula, que aqui tem, ou tiram fotos da mula pra levar pros pais, eles a cavalo nas mulas pra mostrar que eles também são tropeiros e ali, fica muito bacana. É, acontecem dos dois tipos a, pessoas que não sabem e pessoas que sabem, mas com o seminário está vindo bastante pessoas procurando direto o criatório.

[Adriana] Você falou várias vezes que, vocês conheceram a, essa história da família de vocês, no seminário, por alguém, por um paulista, né, que contou essa, que tinha um criatório de mulas aqui em Bom Jesus, ele encontrou em documentação isso?

[Cláudio] Documentação e relatos assim de boca a boca que...

[Adriana] Que chegaram lá em São Paulo.

[Cláudio] ... é, que chegavam em São Paulo, que escutou lá, que tinha aqui no Sul uma senhora que tinha uma criação de mulas, e tinha uma mula que era muito cobiçada, uma tropilha que era muito cobiçada pelos peões, pelo povo, que era muito bonita a tropilha dela, eram todas igualzinhas, as mulas...

[Adriana] Essas gateadas.

[Cláudio] ... essas gateadas, então ela não vendia por preço nenhum.

[Adriana] E ela usava pra carga?

[Cláudio] E pra passeio...

[Adriana] Pra passeio.

[Cláudio] ... é, mas era pra passeio dela, e ela gostava de ver as mulas no campo, andava e tudo.

[Adriana] E, Cláudio, me diz uma coisa, quando vocês levam o turista pra passar um dia no campo, tu vai contando essas histórias da vida de tropeiro durante a mulada, ou isso tu faz aqui no galpão com todo aparato que tu tens?

[Cláudio] Não, a gente, a gente faz, vai no campo, vai conversando, vai mostrando pra eles como é que era tudo, e muita coisa também a gente mostra

aqui, as cangalhas, como que faz a cangalha, como que faz a bruaca, já explica, depois vai contando como é que era a vida de tropeiro...

[Adriana] Isso tudo vocês fazem aqui, né, tudo manual?

[Cláudio] ... isso, isso, é tudo feito aqui na fazenda, manual, que eu mesmo faço.

[Adriana] Ahrra, todo o aparato, e tu aprendeu a fazer com quem?

[Cláudio] Eu aprendi a fazer num documentário que a gente fez com o tio Juca, que, eu vi eles fazendo ali, e fui fazer, medindo as bruacas, tudo assim e aí, a gente muito curioso, pegou pra fazer e deu certo.

[Adriana] E o teu filho faz também hoje?

[Cláudio] É, e hoje sou eu e meu filho que fazemos, eu e meu filho.

[Adriana] E vocês são os únicos, a única fazenda que oferece um turismo diretamente relacionado ao tropeirismo?

[Cláudio] Isto, isto, é, nós temos aqui, em Bom Jesus, aqui que são poucas fazendas que recebem, tem outras fazendas que não recebem turistas, mas tem outras fazendas que têm mula, mas eles não trabalham com o pessoal, eles têm só pra uso deles e aqui, a gente tem, se o pessoal quer vim andar, a gente bota eles a cavalo nas mulas e eles andam.

[Adriana] E, tu achas que na cidade de Bom Jesus, as pessoas reconhecem essa raiz tropeira, ou é algo que a partir do seminário, do criatório de vocês, começou a ser trabalhado? Tu percebe um começo dessa retomada do tropeirismo, como turismo ou como identidade cultural aqui?

[Cláudio] É, isso aí, isso aí é, que nem o caso, antigamente, antes do tropeirismo, até muito atrás, se a gente falasse que era gaúcho, era ridicularizado, hoje não, hoje já por causa do tropeirismo, muita gente quer ser tropeiro e às vezes até, tem muitos casos que a gente sabe, que o cara não tem nada, mas ele quer ser tropeiro, ele diz "não, eu sou tropeiro", isso aí é influência do tropeirismo, do seminário, que isso aí está chamando o pessoal para as raízes, que o pessoal está vindo, está participando, e cada vez mais o seminário, está cada vez maior ainda, graças à professora Lucila que encampou essa ideia e depois, a gente foi junto com ela e hoje está bem ampla mesmo a

coisa, está vindo gente de longe, por causa do seminário e está, o pessoal está voltando as raízes por causa do seminário.

[Adriana] Quando tu fala que, dizer que era gaúcho era uma coisa que passava por ridículo, é esse gaúcho de mula, né, não o gaúcho a cavalo, ou?

[Cláudio] Olha, muitos casos, muita coisa, acontecia era de cavalo também e de mula nem se fala, até hoje as vezes, muitas vezes a gente anda assim, os caras dizem, “mas bah, isso existe, isso ainda”, dizem “nossa senhora o que que aconteceu” e muitas vezes o cara diz “ah, eu não quero saber de mula”, porque mula tem essa balda, tem muita coisa a mula. Tem um preconceito de mula, né, que não gosta de andar, porque mula nega o estribo, mula faz isso, faz aquilo, mas é a mesma coisa que cavalo.

[Adriana] Então vocês têm um trabalho que é de retomar raízes, não só de vocês, mas..., não só da família, mas a do tropeirismo, vocês cumprem um papel na cidade, que é de retomar essa raiz histórica?

[Cláudio] É, a gente está buscando essa raiz histórica, e cada vez está chegando mais gente pedindo raízes históricas, porque chega uma pessoa, que chega de longe, que é as vezes da cidade, chega aqui e diz “mas bah, meu avô tinha isso aí, meu avô era tropeiro”, então a pessoa volta nas histórias que o avô contava, e, então volta às raízes, isso é muito bom, né.

[Adriana] E vocês têm também uma... preparam até a comida, né...

[Cláudio] Sim, aqui...

[Adriana] ... relacionada ao tropeirismo?

[Cláudio] ... é a gente tem a comida, quando faz o passeio Às vezes, muitas vezes, a gente soca a paçoca de charque no pilão, pra gente levar, uma farofa de galinha, conforme se for lá no rio a gente leva a farofa de galinha, a paçoca no pilão. Que é uma coisa assim pra ser tropeiro mesmo, né, tem que passar dificuldades, não adianta querer ir pra lá e levar a modernidade, aí não vale a pena.

[Adriana] E então vocês fazem pesquisa pra chegar nessas comidas e no aparato todo que vai na mula de carga, isso tudo vocês tiveram que pesquisar com os mais antigos da cidade?

[Cláudio] Isso, isso, a gente pegou um tropeiro, né, um antigo tropeiro e começou a perguntar pra ele...

[Adriana] Que é o seu Gaspar?

[Cláudio] ... o seu Manoel Gaspar, perguntava para ele, ele contava pra gente e a gente está participando sempre do seminário, a gente sempre está aprendendo coisas novas, então se a gente está aprendendo, vai fazer, e procurar fazer tudo aí pro pessoal.

Parte 2, no galpão da fazenda do Cilho

[Adriana] Os baixeiros, são os que dona Maria faz?

[Cláudio] Ela faz igual.

[Adriana] Vocês chegam a usar os dela aqui?

[Cláudio] O Leonardo tem dela.

[Adriana] O Leonardo tem. Peçuelo, né, o nome?

[Cláudio] Não, isso é baixeiro.

[Adriana] Baixeiro. O que é o peçuelo?

[Cláudio] O peçuelo, ele vai atrás da, da...

[Adriana] Ah, é o que prende na barriga, na virilha.

[Cláudio] Não, não, o peçuelo é pra botar as roupas e mantimentos.

[Adriana] Ah tá tá tá.

[Cláudio] É tipo mala de garupa.

[Adriana] Aquele que leva a comida? Não é que nem aquele? Ou aquele é uma mala de garupa?

[Cláudio] Aquele é mala de garupa.

[Cláudio] É, e o peçuelo é de lona, é tipo mala de capa.

[Adriana] Ah, é um que tem uns, que tem até uns bolsinhos, com fivelinha e tudo?

[Cláudio] Isso, é aquele lá, até eu tenho que arrumar uma mala de, um peçuelo pra mim.

[Adriana] Isso tem de tamanho diferente?

[Cláudio] Não.

[Adriana] Não, peçuelo é uma coisa só.

[Cláudio] Peçuelo é mais ou menos igual, até eu tenho um peçuelo velho aí.

[Cláudio] Só que ficou aquelas, aquelas tira de barbante ali.

[Cláudio] Mas quer ver, que ver braba, fica brava a tia Lucila, se aparecer uma coisa de corda.

[Adriana] Se aparecer de corda?

[Cláudio] De corda assim, de, uma corda, uma coisa do cabresto, na cincha, na arreata e nas alças o, que é muito melhor, tu chegar ali, tu pegar uma cordinha, botar ali e pronto, que ver aparecer alguma coisa, mas Deus o livre, tia Lucila enlouquece com nós.

[Adriana] Mas mesmo quando vocês estão recebendo turista?

[Cláudio] Não, tem que ser assim, de couro, quer ver quando vai em, em coisas que têm que fazer apresentação, que vão outras mulas de outros lugares, outros cargueiros.

[Adriana] Aí tem que estar tudo...

[Cláudio] Mas ela enlouquece daí, bah.

[Adriana] Tem que estar tudo impecável.

[Cláudio] Na gincana, eles pedem a, um cargueiro completo...

[Adriana] No colégio?

[Cláudio] ... é na gincana de CTG ou colégio, coisa assim, né, eles pedem um cargueiro, então, ah, fulano lá tem um cargueiro, e as vezes vem um aqui buscar, como já deu numa gincana, né, então aí a Lucila na comissão, e dai vão ver qual é o cargueiro.

[Adriana] Se tiver uma corda ela já desclassifica.

[Cláudio] Desclassifica já, desclassifica já.

[Cláudio] Tudo no original.

[Adriana] Quando vocês começaram Cláudio, a trabalhar recebendo turistas aqui, não só com o criatório, mas, quem viesse sem saber do criatório, turistas em geral, vem só porque é fazenda. Como é que o pessoal do município recebeu isso? Quando vocês começaram, achavam que ia dar certo? Ou...

[Cláudio] Chamavam nós de loucos...

[Adriana] É? Acho que isso é em todo lugar.

[Cláudio] ... é, vocês são loucos, "receber gente aí, pegar, estar aguentando gente aí, tudo que é tipo de gente dentro da casa de vocês", depois sei que, digo, "pois é, mas vai fazer o quê, a gente tem que ganhar dinheiro, num lado, de outro, a gente tem que ganhar dinheiro, e daí?" E porque tem muita coisa assim, muitas pessoas, pegam e abrem o turismo e dali um pouco está endividado e tem que parar.

[Adriana] Por que, pra construir a estrutura, pra receber os turistas, de quartos, banheiros?

[Cláudio] Isso, é! A pessoa se pega, se emociona demais, começa a entrar dinheiro, começa entrar dinheiro e o cara começa a se emocionar...

[Adriana] Não pensa que pode dar uma parada lá adiante.

[Adriana] Quanto tempo ele leva pra ter o retorno disso, de uma só.

[Cláudio] E daí? "Ah mais eu, se eu pegar turista, daí eu boto ali numa cabana, dali um ano eu tiro o dinheiro". Ah tira?

[Adriana] E se o turista não vier.

[Cláudio] Tá, mas o negócio é o seguinte, mas faça as contas, o dinheiro tu tira, tá, mas a alimentação, a roupa de cama,...

[Adriana] Luz, água.

[Cláudio] ... a luz, a água, tu tens que fazer esse desconto, tu tens que ir pegando e tirando.

[Adriana] Obrigada Cláudio, daqui a pouco te ocuparemos para mais uma entrevista.

[Cláudio] Mas pode contar com a gente.

A.3

Entrevistada: Gessira Borges

Entrevista realizada em 24 de maio de 2008, em Bom Jesus, na fazenda do Cilho

Entrevistadora: Adriana Fraga da Silva

Câmera: Artur H. F. Barcelos

Transcrição: Ilza Carla Favaro de Lima

[Adriana] Gessira, qual o envolvimento de vocês com a comunidade, mas, a comunidade escolar, vocês têm projetos pra desenvolver, já desenvolveram alguma coisa nessa tentativa de agregar, as pessoas a esse movimento de valorização histórica que vocês começam aqui?

[Gessira] Com certeza Adriana, nós temos um trabalho já iniciado há uns oito anos, aí foi interrompido e agora nós estamos retomando. Ahh, como eu te falei, fomos pra comunidade, pra que a comunidade despertasse, pra ideia do turista, de receber bem e tal, entender que é uma atividade viável, mas aí a gente cai na mesmice das famílias já constituídas. Então, vamos para as escolas, mexer com a criança que é a semente de tudo, e que frutifica, né. Então o que que a gente fez, nós trouxemos as excursões das escolas, recebíamos ônibus de 40, 45 crianças, eles iam, faziam uma trilha, depois eu servia um lanchinho, eu colocava pra eles, mostrava o que é o turismo, eles passeavam, eles viam, conversava com eles e aí entrava no nicho de, cada um pode cuidar da sua casa, não colocando lixo na frente etc., essas ações educacionais que precisam ser feitas, né. Aí fomos nas escolas, hoje já está se trabalhando uma, muito ainda acanhado, uma disciplina de turismo, né. Por quê? O turismo vai mexer, com os brios, com as coisas básicas da comunidade, e a criança é o grande multiplicador. Na época, além de trazê-los pra cá, nós fizemos várias atividades cujo prêmio era uma diária na fazenda, eram coisas assim, ou era uma cesta de produtos da fazenda. Sempre, ahh, colocando a criança a par da realidade em que nós estamos vivendo. Aí depois foi, esse trabalho foi paralisado, nós temos, infelizmente, a influência do ciclo político, né, cada um que sai cada um que entra...

[Adriana] Os projetos não têm continuidade, né?

[Gessira] ... exatamente, interrompe tudo, preferencialmente, corta o que houve de bom pra não deixar nome, mas enfim, com todas essas dificuldades estamos agora retomando, e a gente está pensando em fazer com as escolas um resgate cultural. Pensamos, em um primeiro momento, que as crianças busquem com suas famílias os causos, as histórias antigas, especificamente tropeiras, aí a criança mesma vai reproduzir essa história, vai contar, vai aprender a contar, mediante uma premiação.

[Adriana] Isso mexe com a autoestima também, porque ela vai estar trabalhando com a valorização da história da sua família, do seu avô, né.

[Gessira] Com certeza, e uma outra coisa que eu acho importante, que a criança aprenda a dizer: "eu sou filho do fulano, eu sou neto do fulano". É interessante que se preserve a família, né, e a gente hoje vê que isso está um pouco esquecido, aqui nas cidades menores não é tanto, mas nas cidades maiores se vê muito isso, aí você, a criança perde a identidade, ela vai ficar um adolescente sem identidade e um adulto sem norte, sem rumo, né.

[Adriana] E, o número de crianças que visita a fazenda assim, o retorno, você disse que são grupos de 40, 45 crianças, então é uma turma inteira, né, o retorno ahh da visita na fazenda, acontece na sala de aula depois, o que eles vivenciaram aqui, tu percebe que as professoras levam pras aulas, sei lá, de história, matemática, geografia, biologia, nas ciências enfim?

[Gessira] Algumas professoras sim, como em tudo, alguém se imbui, outros não, mas as professoras que realmente estão dispostas a educar, elas utilizam em todas as disciplinas, desde de primeira série primária até o segundo grau, porque pode ser trabalhado em todas as áreas, educação artística, português, história, geografia, enfim, há quem faça e há quem não faça, mas destas crianças que lá oito, dez anos vieram aqui, hoje nós já temos vários guias de turismo, temos alunos cursando universidade de turismo, ou biologia, ou alguma coisa da área, arqueologia. Então são crianças que foram despertadas nestas visitas técnicas, que a gente chama visita técnica, né, isto é o sentido do trabalho, então, está dando certo, as pessoas estão se envolvendo.

[Adriana] E, quando tu fala que as pessoas estão se envolvendo ahh, tu percebe que, é, a comunidade bom-jesuense como um todo se identifica com essa raiz

tropeira que vocês colocam, e agora a cidade se chama, né, a Cidade do Tropeirismo, ou isso ainda é um trabalho que tem uma jornada longa pela frente?

[Gessira] Ah tem uma jornada muito, muito longa, é um trabalho de formiga Adriana, porque cultura não enche barriga, nem traz voto, então são pessoas isoladas que levantam uma bandeira e literalmente saem com essa bandeira em frangalhos, né. Está se modificando, já foi pior, porque as pessoas, sobretudo quando fala tropeiro – burro – mula, a imagem pejorativa da mula e do burro, de coisa retrógrada, ou na época da cibernética, na época do mundo globalizado “você vai arrear uma mula?”. Então, são coisas que têm que ir se desmitificando, né. Você tem que mostrar pra comunidade que, pra que você tenha o pleno domínio sobre o computador, você vai ter que valorizar de onde veio o radinho, da onde veio a bateria, da onde veio a pilha, enfim, frutifica e dá certo, mas é um trabalho lento, porém muito compensador, qualquer ação que dê certo vale a pena.

[Adriana] Mas tem uma boa parte da comunidade que é favorável ao, a cidade como Cidade do Tropeirismo e Capital Nacional da Gila, ou essa Cidade do Tropeirismo, ela não é fato, ela é questionada ainda?

[Gessira] Não, hoje não, hoje já foi, já está assimilada, Bom Jesus Terra do Tropeismo já é uma coisa que a população assimilou, se puser o assunto em discussão, vão se ver vários contras, mas, quando perguntados: “qual a sua sugestão?”, ninguém se manifesta. Ahh, já foi bem pior esta questão Adriana, mas eu te diria que de tanto nós persistirmos, a comunidade também já esta engajada, até por que isto foi feito com concurso público, né Adriana. Para se escolher um ícone que representasse a cidade foram pedidas sugestões na rádio, foi dado um prazo pra que as pessoas se manifestassem, aí surgiram ene ideias, surgiu a “Terra do Nó-de-Pinho”, “Terra da Araucária”, ah “Terra da Paçoca”, “do Pinhão”, “Terra da Maçã”, “Terra da Batata”, né, mas, “Terra do Troperismo”, foi uma das, das propostas, né, foi a que teve, depois mais votação, maior votação e depois a “da Gila”, para escolher um, um prato, alguma coisa, novamente que remonte a gastronomia, que remonte a comida, né.

[Adriana] Que toda cidade tem, né, algo.

[Gessira] Que toda cidade tem, mas tinha que ser alguma coisa que não competisse com outras cidades já estabelecidas. Pinhão, você remete Lages ou São Francisco de Paula, maçã, Vacaria, São Joaquim, né. Então, hoje, as coisas estão acertadas na cabeça da comunidade, não sem polêmica, é aquela coisa, "ah Bom Jesus, como é que vai ir pra adiante se ainda tem o burro como exemplo", ainda se ouve isto (riso).

[Adriana] (risos) O senso comum, né.

[Gessira] O senso comum, mas hoje não é mais maioria, já é uma minoria, e aquela minoria que jamais vai fazer a diferença em nada, porque não auxilia, né.

[Adriana] E o que que os filhos de vocês acham, um criatório de mulas e essa, esse resgate todo, como tu diz, tu fez uma pesquisa pra descobrir, com ex-tropeiros ou ex-tropeiras, para descobrir a culinária, os ingredientes, o Cláudio também, para descobrir a, o criatório de mulas, né, não é só saber que existia, mas também, ele nos comentou que fez um ahh, conversou com o seu Gaspar e com outros, pra saber até como que se faz uma cangalha, todo esse trabalho de pesquisa, bem empírica, que vocês fizeram, assim bem, ahh aplicada, né...

[Gessira] Uh-hu, claro.

[Adriana] ... para o produto que vocês queriam oferecer, como os filhos de vocês viam tudo isso e veem hoje?

[Gessira] Na época todo mundo era muito reticente, eu mesma era reticente com isto, até eu aceitar o burro e a mula como um diferencial, demorou muito, até porque, eu não conhecia, e ninguém fala bem daquilo que não conhece não é, assim os meus filhos também de início eles eram meio fechados. Época de escola, o pessoal caía na cabeça e tal, até que, de uma hora pra outra eles vestiram a camisa e aí, eles passaram a fazer isso, assim, naquela fase de adolescência, a fase de desafios, os desafios deles, foram estes, "ah você ri porque a gente trabalha com burro e mula, pois eu vou desfilhar em 20 de setembro num burro, numa mula, pois eu vou fazer as minhas atividades num burro, numa mula", e aí apresentavam os animais em destaque, muito bem arreados, muito bonitos, eles andando direitinho, fecharam a boca das pessoas. Então até nisto me auxiliou, os desafios deles, eles venceram com base nisso, hoje todo mundo tem muito respeito, todo mundo gosta desta atividade.

[Adriana] Uh-hu. E a ideia de vocês irem para o próximo 20 de setembro em Porto Alegre com uma mulada, por que isso? (riso)

[Gessira] Ahh, nos estávamos vendo o desfile de 20 de setembro de Porto Alegre este ano, e homenageava os meios de transporte.

[Adriana] O do ano passado, de 2007?

[Gessira] O do ano passado, do ano passado, isto, 2007. Tinha uma única mula arreada, e os meios de transporte, a base disso tudo, foram os burros e mulas não é. Aí surgiu a ideia, exatamente por isto, ir, para levar o nome da região, especificamente, de Bom Jesus, Bom Jesus é a Terra do Tropeirismo, então vamos participar em um desfile, de 20 de setembro, em Porto Alegre, com uma tropilha de mulas.

[Adriana] Então Gessira pelo que tu está nos dizendo, essa, Bom Jesus Terra do Tropeirismo, nasce de uma possibilidade de resgatar esse passado, pra criar um presente que funcione turisticamente.

[Gessira] Exatamente.

[Adriana] É isso?

[Gessira] Exatamente, e para que as pessoas de Bom Jesus descubram, busquem dentro de si a autoestima que ficou perdida. É uma cidade onde a renda é difícil, o trabalho é difícil, enfim, muitos problemas de uma cidade com poucas opções de trabalho, mas, é um lugar muito bom de se viver, as pessoas precisam ter uma bandeira pra elas poderem ir atrás, pra elas buscarem, pra elas acreditarem ou não, até pra duvidar, elas precisam de algo pra isto, né e nós achamos que o tropeirismo seja essa alavanca, então, em torno disso as pessoas vão criar o seu negócio, o seu diferencial, a sua discordância, a sua concordância. Mas, enfim, algo que mexa, algo que faça com que as coisas aconteçam.

[Adriana] Quando tu fala, "nós", tu coloca, porque andando pela cidade, assim, a gente vê hoje, algumas coisas novas, como um artesanato, que tem uma loja de artesanato no centro da cidade, que é todo focado ao tropeirismo, que é o trabalho de seu Volnei. Vocês com uma fazenda, um hotel-fazenda, né, de

turismo ecológico e rural, também que tem o tropeirismo desde a gastronomia até os passeios, como, fundo temático, né...

[Gessira] Isso.

[Adriana] ... na verdade é a essência do lugar, né, o Seminário Nacional do Tropeirismo, a figura da professora Lucila, ahh, seriam esses, esse "nós" ou tem outros "nós"?

[Gessira] Ahh, tem mais as outras pessoas que trabalham com turismo, que hoje estão também se engajando neste processo, quer dizer, colocando o tropeirismo como bandeira, aí são os outros empresários do ramo turístico, existe a Associação Comercial de Bom Jesus que também está voltada para isto. Na realidade, Adriana, existe uma busca da comunidade por algo que dê certo, por algo que venha fazer com que as coisas fiquem sustentáveis, sem detonar, sem serem agressivas ao meio ambiente, à natureza, ao ser humano em si, todo mundo está precisando disto, então este "nós", hoje, já é um grupo grande. Tem mais a Rota dos Campos de Cima da Serra com o Condesus, que é o consórcio, então, estamos falando em sete municípios, envolvidos numa rota dos tropeiros, buscando formatar esta rota, visando trazer o turista. Mas, até que o turista chegue, a comunidade local tem que estar bem articulada, né.

[Adriana] Uh-hu, e a organização dessa rota dos tropeiros, ela envolve sete municípios, três estados, né, pega a região Sul do Brasil, mas ela é uma rota que resgata uma, aqui para o caso de Bom Jesus, pelo que tu disse, está claro que é para resgatar uma identidade tropeira para os municípios, os demais municípios, é mais um atrativo ou vai ser a "Cidade do", como é o caso de Bom Jesus?

[Gessira] Não, mais um atrativo.

[Adriana] Mais um atrativo.

[Gessira] Até nem teria cabimento se nos fizéssemos o mesmo diferencial, né. Mas todas estão buscando um *link* tropeiro, vamos dizer, vamos falar assim, todas querem algo com que se identifique dentro da rota tropeira, vamos ver como isto vai ocorrer. E aí entra a minha preocupação, "como é que nós vamos fazer isto?" Se sabe que não dá para se preservar tropeiro nato, nem na comida,

em hipótese alguma. Mas que a gente, no mesclar, não perca a identidade cultural, né.

[Adriana] No inovar.

[Gessira] No inovar, no transformar o produto vendável, não se perca a identidade cultural, porque é muito fácil de ocorrer, largar um produto com um cunho cultural, quando você vê ele está só comercial, né.

[Adriana] E vocês já foram, aqui da fazenda do Cilho, pra fora do estado, fazer uma espécie, não uma consultoria, mas mostrar o que vocês sabem fazer da...

[Gessira] Já.

[Adriana] ... da mulada à gastronomia?

[Gessira] Já, já fomos, a gente foi especificamente ao Paraná, já, por várias vezes, né

[Adriana] Que é o estado que está encabeçando essa rota.

[Gessira] É, o Paraná já tem pressupostamente a rota montada.

[Adriana] Uh-hu.

[Gessira] Eles têm a questão da folhetaria, da divulgação, toda ela, têm os produtos prontos, né. Eles já têm a rota tropeira, que pega aqueles municípios de Tibagi, Castro, aquela região ali, né, foi lá que nós fomos fazer os eventos tropeiros, porque eles têm, eles montaram o produto, eles montaram um rota tropeira, então, passa numa fazenda ahh, vão ver um pouso tropeiro, passa noutra fazenda, vão ver mulas arreadas e passa noutra fazenda, vai ver a comida tropeira, não é. Mas aí eles empacaram, ahh, na dificuldade de o que é a comida tropeira, como ela era feita, então ocorreu que, iam fazer eventos no Paraná com comida tropeira, iam fazer em panelas de inoxidáveis, quer dizer, este é o cuidado, né. Aí a dona Judite, que hoje é falecida, mas na época era diretora do...

[Adriana] Do museu.

[Gessira] ... Museu de Castro, nos conheceu no tropeirismo, ela vinha nos seminários e vinha passar o dia de campo aqui em casa e aí ela começou a fazer

os eventos de elite da cidade, da região, tropeiros, e nos levava, nos convidava pra ir fazer a comida tropeira lá, e aí, junto com isso, a gente fazia uma espécie de exposição das daqui, das coisas do tropeiro, né, aí fomos descobrir que, o que nós tínhamos aqui, eles não têm lá, que é, pra montar uma tropeada você precisa de tantas mulas arreadas, de mais um aparato, de égua madrinha. Eles não têm isso lá ainda, e a comida tropeira, que são aqueles panelões de ferro, que é fazer lá no fogo de chão, que é usa estes ingredientes tropeiros, né, a gente fazia exatamente isto e com uma, de uma forma bem diferenciada, isto elitizou o tropeirismo na mentalidade das pessoas.

[Adriana] Quebrou esses mitos, né.

[Gessira] Quebrou esses mitos.

[Adriana] Esses preconceitos que tu disse que aqui ainda existem.

[Gessira] O tropeiro era de galpão, ele era aquela pessoa que chegava até ter um asco, quer dizer, ele era o peão que ficava lá no galpão e ponto final, aí a gente foi desmitificando essa ideia. Até poderia ser isso, num passado, hoje não, hoje o tropeiro tem que, no mínimo, ser uma pessoa culta, porque se não, ele não vai gostar disso, ele não vai pesquisar, ele não vai estudar, ele não vai se informar, porque nós não temos na nossa educação, cultura tropeira, né, então você vai ter que buscar isso, você vai ter que no mínimo, gostar de aprender pra fazer isso.

[Adriana] O que que tu achou dos trabalhos das crianças, que foram expostos lá no Senatro, como as maquetes, os desenhos, ou a própria história de vida do seu Manoel Gaspar, um ex-tropeiro aqui da cidade?

[Gessira] Você sabe Adriana, que quando eu vi a exposição, eu me senti presenteada, porque por mais que eu não faça, não fizesse parte diretamente da organização dos seminários, mas pelos bastidores, por trás a gente está sempre lutando pra que este evento não se perca e acompanhando a Lucila, auxiliando ela, em parceria neste tema, neste assunto, nestas empreitadas não é. Então quando eu vi, as nossa crianças imbuídas, quer dizer, mostrando trabalhos, aí significa que a escola, que o professor, que os pais, estão todos despertando para essa consciência, valeu a pena ter batido o pé, valeu a pena horas e horas

de escola, de rádio, etc. e tal, ahh, valeu tudo isso muito a pena de ver ali, na criança, tudo demonstrado.

[Adriana] Os frutos desta década que vocês estão (risos).

[Gessira] (risos) Exatamente, então foi como se aquilo que foi plantado há 15 anos começasse agora, a frutificar e almejamos que alguém continue com isso não é.

[Adriana] Uh-hu, tá joia então obrigada, Gessira.

[Gessira] De nada.

A.4

Entrevistados: Lourdes e Volnei

Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2009, em Bom Jesus, na loja de artesanato Naturarte.

Entrevistadora: Adriana Fraga da Silva

Câmera: Artur Henrique Franco Barcelos

Transcrição: Ilza Carla Favaro de Lima

A.4.1 Lourdes

Parte 1

[Adriana] Dona Lourdes, há quanto tempo vocês têm essa loja de artesanato em Bom Jesus?

[Lourdes] Nós estamos há dois anos, aqui nesse local.

[Adriana] Mas vocês fazem esse artesanato há mais tempo, né?

[Lourdes] Nós fazemos há dez anos já.

[Adriana] Uhrru, e como começou esse artesanato com as mulas, em madeira?

[Lourdes] Ah, a gente começou fazendo, meio por brincadeira até e, o meu marido estava desempregado, a gente começou a fazer tudo quanto é coisa, e aí as mulinhas que foram pegando, o caminho delas, foram se ajeitando mais.

[Adriana] O que que vocês faziam junto com as mulas?

[Lourdes] A gente fazia de tudo, fazia vaquinha, cavalinho, tudo quanto era bicho que a gente imaginava, a gente fazia.

[Adriana] E pra escolher que bichos fazer, eram bichos que remetem às fazendas ou vocês faziam coisas que não necessariamente está ligado ao mundo rural?

[Lourdes] Eu sempre costumo olhar muito pra natureza, porque eu acho assim que a natureza te dá tudo que você precisa, então a gente olha e vê como é que é, como é que, e vai fazendo.

[Adriana] Que materiais vocês usam pra fazer os bichinhos?

[Lourdes] Nós usamos a madeira, nós usamos geralmente o quiri, ela dá pra fazer com qualquer madeira, mas é que essa é mais leve, até para o transporte e também, ela é mais macia pra gente trabalhar, então é a que deu mais certo.

[Adriana] E quando vocês começaram a fazer esse material, vocês vendiam pra quem, vendiam onde?

[Lourdes] Quando a gente começou mesmo, tinha o meu irmão que trabalhava nos Ausentes e ele começou a vender, o pessoal de lá...

[Adriana] Lá em São José?

[Lourdes]... isso, e aí então apareceu o, o falecido Flávio, ele já é falecido agora que a...

[Adriana] O Pannembecker?

[Lourdes]... e a professora Lucila, então aí eles apareceram, e já foi tudo meio de repente assim, já queriam a lembranças pro tropeirismo e, e aí desde então, a gente não parou mais de fazer mulas.

[Adriana] Então na cidade vocês começaram a fazer, a vender, aqui em Bom Jesus, no seminário sobre o tropeirismo...

[Lourdes] Isso, isso.

[Adriana]... por intermédio do Flávio Pannembecker e da professora Lucila?

[Lourdes] Isso, e da professora Lucila, é que daí, daí começou a, a ter tudo a ver com o tropeirismo, né.

[Adriana] Aí vocês fecharam um produto?

[Lourdes] Aí a gente começou a melhorar ela. No começo elas eram muito desajeitadas, né, aí com tempo a gente, um, um dava uma ideia daqui, outra dali, a gente foi melhorando elas.

[Adriana] E, vocês vendem hoje o artesanato aqui numa loja, toda bonita, né, toda bem estruturada. Quem vem aqui comprar, é o pessoal da comunidade, vem muita gente de fora?

[Lourdes] São turistas.

[Adriana] São turistas.

[Lourdes] É o pessoal de fora que compra, os meus vizinhos aqui compram bastante também, mas a gente ainda não divulgou muito aqui, até o pessoal de fora veio e conhece mais do que os daqui.

[Adriana] E as pessoas daqui que compram, os seus vizinhos como a senhora disse, eles compram pra eles ou eles compram pra mandar pra alguém de fora?

[Lourdes] Compram pra mandar pra alguém.

[Adriana] Pra dar pra alguém.

[Lourdes] Todo mundo que compra, manda, compra pra presente, manda até pra outros países, todo mundo que precisa assim um, um presente especial eles vêm e pegam.

[Adriana] E compram o que mais? Ahn, as réplicas de galpão, as carrocinhas...

[Lourdes] Isso, mais.

[Adriana] ... as mulas, o que que mais sai pra mandar pra fora?

[Lourdes] Mais a mula, mais a mula, sempre a mula.

[Adriana] Mais a mula.

[Lourdes] E a prefeitura também sempre pega para as lembranças, pros visitantes, a caixinha, aquela caixinha de, de palha de butiá também, eles compram bastante.

[Adriana] E quando a senhora vende pros, pro pessoal daqui, as mulinhas, eles compram porque a mula lembra a cidade, em função do tropeirismo, ou porque eles acham a mula, ahn, mais simpática?

[Lourdes] Eu acho que as duas coisas...

[Adriana] As duas coisas.

[Lourdes] ... porque a gente nota também que eles se sentem realizados, eles ficam felizes quando, quando pegam uma mulinha na mão. E também tem a

história daqui, o caminho das tropas, o tropeirismo, tudo, né, então acho que tudo vem a.

[Adriana] E aqui em Bom Jesus tem alguns lugares, além da loja de vocês de, que é de artesanato, que tem um artesanato todo destinado ao tropeirismo agora, né...

[Lourdes] Sim.

[Adriana] ... que vocês fizeram: criaram um foco, né. Tem outros lugares na cidade que remetem ao tropeirismo também, assim como vocês, mas não necessariamente com artesanato, com outros produtos, que vendem?

[Lourdes] Ah, nós temos, o nosso artesanato nos, nos hotéis, no Hotel Rodrivaris, temos na, no Hotel da Angelina e no Recanto das Camélias, que eles.

[Adriana] Que o artesanato é vendido.

[Lourdes] Eles revendem, ou mandam o pessoal aqui.

[Adriana] E tem outros, estabelecimentos que sejam com tema de Bom Jesus, de tropeirismo, como fazenda, hotel, além das, dos artesanatos?

[Lourdes] Tem o criatório de mulas, do Cláudio Borges, que também é um ponto onde os turistas visitam bastante.

[Adriana] A fazenda do Cilho?

[Lourdes] É, a fazenda do Cilho, e lá eles criam também as...

[Adriana] Ahrra, criam mulas.

[Lourdes] ... isto.

[Adriana] E alguém da família de vocês trabalhou como tropeiro, teve alguma relação com o tropeirismo pra vocês...

[Lourdes] O meu pai.

[Adriana] ... fazerem esse artesanato?

[Lourdes] O meu pai foi tropeiro.

[Adriana] Ah, tá.

[Lourdes] Ahn, mas quando a gente começou, ele já era falecido, mas enfim a gente, a gente tem as lembranças do tempo que ele fazia o cesto, né, ahn, então muita coisa serviu, o meu irmão mais velho sabia como montar assim, porque tem que, tem que montar de acordo com, com a realidade, né.

[Adriana] Sim, ahrra.

[Lourdes] Não pode montar de qualquer forma.

[Adriana] Sim, ahrra.

[Lourdes] Então ele nos ensinou muito, como arrear a mulinha, como, a gente procura fazer o mais real possível, né.

[Adriana] E onde o seu pai tropeava?

[Lourdes] O meu pai ia de, do sítio, da fazenda onde eles moravam.

[Adriana] Aqui em Bom Jesus?

[Lourdes] Na Casa Branca.

[Adriana] Na Casa Branca.

[Lourdes] Eles iam a serra abaixo, então, ele contava muita história, eles passavam muito trabalho, né, imagina serra aberta a casco de mula, não tinha estradas, então ele, ele passava muito trabalho, dormiam mal, pegavam chuva, temporal, frio. Ele contava muita história que a gente, que a gente lembra assim, que ele contava, mas eles iam mais pra buscar mantimentos, o açúcar mascavo, a farinha de mandioca, a, até o peixe, eles trocavam por queijo na época.

[Adriana] Eles desciam com queijo e subiam com outras coisas.

[Lourdes] É, eles faziam o, o câmbio, né, eles levavam o queijo e traziam. O mel também acho que eles levavam, e traziam mantimentos pra própria, pra eles mesmos, né, não pra, pra vender, pra.

[Adriana] E pra que cidade eles iam, abaixo da serra?

[Lourdes] Eles iam a, deixa ver, ah era, a serra abaixo ele falava.

[Adriana] Não era pro lado do litoral ali, Praia Grande?

[Lourdes] É, era, é, eles desciam aqui essa serra do, ai agora não sei te dizer, mas aqui por, por os Ausentes por ali, na.

[Adriana] Ahrra, ahrra.

[Lourdes] Acho que era Araranguá, Araranguá eu acho.

[Adriana] É que eu acho que deve ser um caminho que o seu Gaspar fazia também de vez em quando.

[Lourdes] É, é eles pegavam.

[Adriana] E o seu pai tropeava pra trocar o que produzia na, no sítio de vocês, por produtos lá embaixo, mas ele chegou a tropear pros outros? Com animais ou produtos?

[Lourdes] Não, não é do meu tempo, era do tempo que ele era jovem, né.

[Adriana] Ah, tá.

[Lourdes] Então ele contava as histórias, ah, eu não cheguei a ver ele ir nessas tropas, então, no caso a fazenda era do pai dele.

[Adriana] Uhrru, era gurizote ainda.

[Lourdes] É, quando ele era moço ainda.

[Adriana] E o que que a senhora acha assim, a senhora tem uma filha, que tem nove, dez anos, né?

[Lourdes] É, está com 11 anos.

[Adriana] Onze anos, ahn, e o que que a senhora acha de, depois do seu pai ter sido tropeiro quando jovem, ahn, vocês estarem na cidade que se intitula "Terra do Tropeirismo", hoje a senhora tem uma filha, que já é quase uma adolescente, será que ela vai querer fazer esse artesanato todo?

[Lourdes] Ah, com certeza.

[Adriana] Ela já se mete a fazer também? (risos).

[Lourdes] Nossa, ela adora, ela adora.

[Adriana] Porque pelo jeito, a senhora tem essas lembranças do tropeirismo com seu pai, que dá uma certa alegria de fazer essas coisas?

[Lourdes] Sim, ah, eu adoro, eu adoro fazer sim.

[Adriana] E ela vai seguir?

[Lourdes] Eu acredito que sim, ela gosta muito, mas é que, eu ainda não deixo porque, tem instrumentos perigosos, né...

[Adriana] Ah, pra ela fazer, ahrra.

[Lourdes] ... como a faca, tem que ser muito afiada, né, então pra evitar um acidente.

[Adriana] Uhrru, uhrru. E o pessoal aqui de Bom Jesus quando consome as, compram os produtos de vocês, ahn, quando eles compram as mulinhas, a senhora disse que eles enviam essas, essas mulinhas pra fora, né, na maioria das vezes, compram pra dar, pra presentear alguém que não mora na cidade. A senhora acha que essas pessoas que compram ou outras pessoas da cidade, elas gostam que Bom Jesus seja a cidade do tropeirismo ou elas têm outras ideias pra Bom Jesus também?

[Lourdes] Eu acredito que gostam, eu acredito que eles adoram o presente porque às vezes, até por acidente, eles derrubam e quebram sabe, e eles trazem pra conserto, então pra mim é um sinal que eles gostaram, se não eles, eles colocariam fora, né, mas eles sempre.

[Adriana] E o que que a senhora acha do trabalho da professora Lucila, o trabalho que o Flávio fez aqui em Bom Jesus, quando esse tropeirismo alavancou como um, uma marca da cidade?

[Lourdes] Olha, eu acho, eu acho que eles deram tudo deles, foi excelente, pra nós ainda é um ponto de referência que a gente, tudo gira em torno disso, né.

[Adriana] E o que que vocês acham do Senatro, do Seminário do Tropeirismo?

[Lourdes] Ah, eu espero dois anos produzindo coisas e esperando pelo Senatro, bah, eu adoro.

[Adriana] Porque ele é o momento de, que vocês têm um, um...

[Lourdes] Que a gente se realiza, né, a gente se sente feliz mesmo, em poder mostrar o nosso trabalho em, tem o pessoal que gosta mesmo disso, é o ponto alto do nosso trabalho.

[Adriana] E vocês já levaram o trabalho de vocês pra outros encontros que, sei lá em, Castro, Lapa, que tem alguma outra ligação com o tropeirismo, além de Bom Jesus?

[Lourdes] A gente ainda não teve oportunidade, ahn, nós fomos à Expointer, que é um lugar bastante divulgado e tal.

Parte 2

[Adriana] Na Expointer?

[Lourdes] Nós fomos à Expointer, nós fomos à Nova Petrópolis também, nas feiras fortes que tem lá, a gente vendeu muito bem, vendeu pro pessoal que tem loja e o pessoal também.

[Adriana] Mas aí são feiras de, espaços de artesanato, não eventos relacionado ao tropeirismo.

[Lourdes] É, é, feiras de produtor rural, de, que a gente também tem muito produto rural assim, que a gente faz com sementes, com coisas, do sítio.

[Adriana] E vocês usam como matéria-prima pra produzir o artesanato só coisas naturais, assim, ou material reciclado, né?

[Lourdes] Isto, a gente procura trabalhar muito com fibras, com sementes, então a folha do butiá que é uma arvorezinha nativa aqui nossa, que eu já considero nossa já, que o que a gente usa e, do butiá a gente aproveita tudo, é a semente, é folha, e é sempre muito bem aceito, sempre ficam trabalhos muito bonitos.

[Adriana] E pra fazer as mulinhas, eu sei que as crinas, o rabinho vocês usam crina natural.

[Lourdes] Sim, nós usamos.

[Adriana] Como que vocês conseguem, o pessoal doa?

[Lourdes] Nós conseguimos com o pessoal, todo mundo junta, todo mundo traz, a gente, o pessoal, meus vizinhos, todo mundo junta coisa, tudo mundo que, o que acha que dá artesanato, trazem, a gente já não precisa mais ir atrás, todo mundo, pega uma coisa interessante, já se lembra da gente e já trás pra cá.

[Adriana] E se a senhora recebesse um turista na sua casa, dona Lourdes, o que que a senhora levaria ele para ver? Se agora chegasse aqui um turista e dissesse “eu quero conhecer alguma coisa de Bom Jesus”, pra onde a senhora levaria ele?

[Lourdes] Olha, eu levaria no criatório de mulas, levaria na Truta Rodrivaris, no Recanto das Camélias e na, aqui no Hotel Angelina, que é o pessoal que a gente luta pelo turismo, né, são os nossos companheiros de luta, e, a gente pretende ver essa cidade crescer ainda, né (riso).

[Adriana] E, o que que a senhora acha da frase, ahn, “Bom Jesus Terra do Tropeirismo”?

[Lourdes] Ah, eu gosto, a gente sempre ouve isso, eu gosto muito.

[Adriana] E foi uma frase que demorou pra aparecer como oficial.

[Lourdes] É, mas, aos poucos, vai pegando.

[Adriana] E o trabalho de vocês é todo pra que essa frase, esteja na boca de todos?

[Lourdes] É, eu luto muito por isso, eu acredito na nossa cidade.

[Adriana] Então, obrigada dona Lourdes.

A.4.2 Na oficina de produção – Lourdes e Volnei

Parte 1

[Adriana] Dona Lourdes, a senhora está trabalhando com a pré-forma das mulinhas que vocês vendem aqui no artesanato, né, quem faz essas pré-formas, de onde vem essa madeira?

[Lourdes] Ahn, o Volnei que começa fazendo, até esse ponto, aí depois eu dou mais uma modelada, aqui, tiro os excessos, e aí depois vai pra lixa, ele lixa, depois ele começa a montar, coloca perninha, coloca orelha. Daí ela começa a, a dar forma, os olhinhos, daí vai.

[Adriana] A senhora faz essa primeira etapa então, pra chegar nessa forma que a senhora chama de, os girinos?

[Lourdes] Pra chegar até essa forma é ele.

[Adriana] Ah, é o seu Volnei quem faz.

[Lourdes] É, até, até essa parte é ele, depois eu só pego essa forma aqui, que eu dou mais uma modelada, tiro os excessos, vejo onde está torto, onde tem que tirar.

[Adriana] E esse instrumento que a senhora usa, é uma faca comum?

[Lourdes] É uma faca comum, qualquer faca...

[Adriana] Só que bem afiada.

[Lourdes] ... só que tem que ter bastante fio.

[Adriana] E aquelas que estão boiando ali na água?

[Lourdes] Aqui, eu costumo molhar ela pra não, não produzir muito pó, e, aí ela fica, também, a madeira fica mais macia, daí a gente trabalha melhor.

[Adriana] Tá, então depois que a senhora tira os excessos da, dessa primeira parte que o seu Volnei produziu, o senhor lixa, né seu Volnei? E começa outra etapa, pode explicar pra gente qual é?

[Volnei] É, até chegar naquela etapa ali eu já, eu já fiz uma parte também, que, eu desenho ela primeiro, desenho ela na madeira, depois eu recorto e dou uma lixada lá e ela continua aqui, depois que ela faz essa etapa, aí tem outras etapas aqui, tem que furar pra adaptar as pernas, as orelhas, aí eu faço aqui, eu furo pra colocar o excedentes, depois tem outra etapa de lixar ela assim, tem que deixar bem, um acabamento bom.

[Adriana] E os furinhos são feitos com o quê?

[Volnei] Eu faço com uma furadeira manual.

[Adriana] Uma furadeira.

[Volnei] Que, porque se não a gente não consegue dominar, se for uma fixa, tu não consegue dar o movimento dela, consigo fazer com uma manual, e, depois eu faço as perninhas dela, depois tem uma etapa de tingimento também, que eu, eu dou cores nela.

[Adriana] Com o que que vocês tingem?

[Volnei] Ah é com tingidor que a gente compra pra, pra móveis, com, da pra fazer tingidor natural também, com algumas plantas que a gente tem por aí.

[Adriana] Esse tingidor que vocês compram é como verniz, betume, alguma coisa assim?

[Volnei] Ele é pra, é, esse é a base de solvente, também tem, tem anilinas também, e, só que a madeira tem que ser clara, né, tem tingidores que a madeira não aceita, conforme a madeira, não.

[Adriana] Bom, aí o senhor faz essa primeira etapa, faz os furinhos, a boca e os olhos, eles são queimados? Pra ficar escuro ou?

[Volnei] É, eu, eu utilizo o (?), eu queimo, mas pode ser de outras formas, pode pintar, pode, aí depende.

[Adriana] E a dona Lourdes nos disse que as crinas, ahn, elas são naturais, né?

[Volnei] São...

[Adriana] Os rabinhos também?

[Volnei] ... são dos próprios animais, a gente vai, aí tu coloca elas e modela, né, com a tesoura.

[Adriana] O que vai na mulinha, assim, como a cangalha, sacos, cestinho, às vezes elas estão montadas?

[Volnei] É, esse, esse aí é outro material que a gente faz, por exemplo, os cestinhos aí já é a, a Lourdes que faz também, e a gente faz as bruaquinhas,

até, agora não tem, que é de couro, também pra, pôr na mulinha, é material de fibra e material que a gente tem por aqui, da palha do butiá.

[Adriana] Vocês fazem algumas mulinhas que são carregadas de gila.

[Volnei] Também, essa, a gente faz com sementes, e dá a forma da, da gilas.

[Adriana] Que é um outro produto aqui da cidade.

[Volnei] Que é um outro produto que também é bem divulgado, na Festa da Gila a gente vende, vende bem, mulinhas com as gilas daí, no cestinho.

[Adriana] E essas que vocês estão fazendo, é modelo novo, né? Porque as mulinhas são maiores, agora vocês estão fazendo um modelo menorzinho.

[Volnei] É, a gente está fazendo esse menorzinho, até, os turistas até pediram por causa do, do espaço, dos apartamentos, não tem muito espaço, daí a gente está tentando fazer como eles pediram porque, e até vimos que tem bastante saída, produzimos bastante, já não tem mais, não tem mais pronta, tem sair, tem fazer mais, deu certo.

[Adriana] Vocês, vivem do artesanato, hoje?

[Volnei] É hoje, já faz dois anos que eu estou lidando só com artesanato, eu e a Lourdes.

[Adriana] Vocês trabalhavam com o que antes?

[Volnei] Eu trabalhava com móveis, fábrica de móveis.

[Adriana] Ah então já, o trato com madeira já vem de longa data.

[Volnei] Pois é já estava no caminho, e agora faz dois anos e está dando certo, a gente tem vendido bem, está melhor do que, a gente vende o ano inteiro, de janeiro a dezembro, desde o primeiro mês, sempre vendendo.

[Adriana] O que o senhor acha de produzir um artesanato que está focado com um projeto turístico, que vocês criaram, né, vocês, a professora Lucila e outros, isso é, isso tem um retorno, não financeiro, mas um retorno...

[Volnei] Pessoal, assim.

[Adriana] ... é?

[Volnei] De bem-estar, tem sim, foi como você falou, a professora Lucila, o falecido Flávio, no tempo que era secretário de Turismo, até foi ele que começou com pessoal de televisão, de faculdades, e aí eu, eu acho importante, eu gosto de fazer esse trabalho aqui. E é um trabalho que a gente conhece, né, a gente já morou no sítio, e eu, e eu particularmente, eu gosto muito de fazer este trabalho aqui, esse artesanato.

[Adriana] A dona Lourdes teve o pai que, quando moço, foi tropeiro, o senhor teve alguma, algum tropeiro na família ou conheceu algum além do, do sogro?

[Volnei] Eu, eu na verdade não, não conheci, eu não, o meu pai não era tropeiro, mas eu, eu sempre, eu ia pros sítios do meu pai, ele me levava pra passear, eu sempre gostei, mas na verdade eu fiz, eu comecei a fazer essas mulinhas, mais como você falou, com a professora Lucila, e o tropeirismo, né, acho que foi do terceiro em diante que eu comecei a...

[Adriana] Do terceiro seminário?

[Volnei] ... é, eu morava em Canela, e aí começamos a fazer isso aqui, e foi, foi desenvolvendo.

[Adriana] O senhor não é natural aqui de Bom Jesus?

Parte 2

[Volnei] E foi assim que agente começou.

[Adriana] O que vocês, vocês recebem de incentivo? Como veem que a cidade, a administração municipal, não só essa atual, mas outras que tiveram antes também.

[Volnei] Que passaram.

[Adriana] Conseguem estruturar um apoio ao tropeirismo como um...

[Volnei] Desenvolver?

[Adriana] ... é, o ícone da cidade, que é, que vocês?

[Volnei] Como desenvolver o artesanato?

[Adriana] É, influenciando o artesanato de vocês.

[Volnei] É, até, até agora não teve um projeto assim, eu acho, pra, assim.

[Adriana] Um projeto público, político, pra isso?

[Volnei] É, e o apoio que eles dão, acho que chega a ser um apoio também, porque eles compram bastante produtos, pra, pra presentes, mas como você falou, um projeto grande assim, não.

[Adriana] Um projeto institucional?

[Volnei] Não, é.

[Adriana] Tipo oficial assim, um programa pra desenvolvimento do artesanato do tropeirismo ou da gila, por exemplo, não tem?

[Volnei] É, desenvolve bem esse produto e fazer propagandas pra outras cidades.

[Lourdes] É, eles tão tentando, né Volnei, agora vai ter uma reunião, o Sebrae está envolvido.

[Adriana] Aí em função do, do desenvolvimento da Rota dos Tropeiros, né?

[Lourdes] Isso.

[Volnei] Isso, agora parece que vai ter, inclusive um projeto que o Sebrae está fazendo, a gente até, a professora Lucila está, que eles querem fazer uma coleção de artesanato, até desses assim e pôr na Expointer também, como uma coleção pra vender nos outros, nos outros estados parece que é, agora esse ano está pra sair.

[Lourdes] É, e tentando envolver mais artesões também.

[Volnei] Mais gente também.

[Adriana] De outros estados e daqui também?

[Volnei] Da própria cidade aqui e, do pessoal da rota, de, dessas cidades que estão.

[Adriana] E o quê vocês acham do projeto Rota dos Tropeiros?

[Volnei] Esse atual, que saiu agora, eu acho bacana, eu acho que tem tudo pra dar certo e melhorar a nossa, as vendas e o, é todo voltado pro turismo, que é o, que o pessoal quer fazer o pessoal vim, eu acho que é bem interessante.

Parte 3

[Adriana] Esses turistas que vêm, será que a grande maioria deles, está vindo de passagem pro litoral já, ou eles vêm pra conhecer Bom Jesus, os que vocês recebem aqui?

[Volnei] Eu, eu acho que vêm, vêm pra cidade mesmo, pra conhecer os lugares aqui.

[Lourdes] Mas tem, tem quem, tem bastante gente passando também pro litoral e tem bastante gente também que, envolvido com essas barragens, com essas coisas assim, está vindo bastante gente de São Paulo, de.

[Volnei] Mas, particularmente aqui o, a maioria vem pra conhecer a cidade mesmo.

[Lourdes] De Minas Gerais.

[Volnei] São Paulo.

[Adriana] O que que vocês acham da construção dessas barragens, aqui em Bom Jesus tem uma que está, ainda meio embrulhada pra sair, né, mas, que é a barragem Pai Querê?

[Volnei] Pois eu sempre, eu sempre espero o melhor, a gente tem que acreditar em coisas boas, né, eu acredito que seja bom.

[Adriana] Para o desenvolvimento da cidade?

[Volnei] É próprio pro desenvolvimento, acho importante.

[Adriana] Vocês veem alguma coisa de ruim com a barragem?

[Volnei] A gente até não entende muito desse assunto, eu não sei quanto aos, se, se não, se não prejudica os corredores que você falou, os.

[Lourdes] O sistema ecológico, né, claro, mais.

[Volnei] Esses pontos turísticos.

[Lourdes] Mas talvez, talvez, eles vão fazer alguma coisa pro equilíbrio também, que não, não seja totalmente prejudicial.

[Adriana] Que pontos turísticos a barragem poderia comprometer?

[Volnei] Eu não sei, algumas.

[Lourdes] Oferecer?

[Adriana] Não, poderia inundar, que o senhor citou.

[Volnei] Alguns locais, onde o pessoal, onde o pessoal visita, eu não sei se tem ali pra aqueles lados.

[Lourdes] Eu acho que poderia causar neblina, por exemplo, talvez a neblina possa, ahn, dar problema no trans..., no caminho, pra, pra visão, pra, e, eu acho que é um dos, das causas, eu acho que da um desequilíbrio ecológico sim, eu também não, não só muito entendida nesse assunto, mas eu acredito que dê problema sim.

[Adriana] E aqui em Bom Jesus tem algum vestígio do tropeirismo? Do passado, sobrou alguma coisa desse tropeirismo feito no passado, algum lugar?

[Volnei] Umas casas, os lugares. Deve ter algumas casas antigas, né Lourdes?

[Lourdes] O que que eu vou dizer...

[Volnei] No interior, no interior acho, nas fazendas deve ter.

[Lourdes] Ah, eu lembro que na minha casa tinha os materiais. Assim, tipo cangalha, bruaca, cesto...

[Volnei] E tem, tem muitos lugares que tem, mas, está mais como decoração hoje em dia.

[Lourdes] É, mais como enfeite.

[Volnei] Mais como lembrança.

[Adriana] Não pra uso.

[Volnei] Lembrança daquele tempo.

[Lourdes] É, enfeitando, até a própria roda da carreta, que não era totalmente o, mas eles usavam também, como transporte.

[Volnei] Tem muitas fazendas que tem, mas está lá num canto assim, mais pra.

[Adriana] Só pra olhar.

[Volnei] É, pra lembrar, né.

[Lourdes] É, pra enfeite, né.

[Volnei] Mais são coisas do.

[Adriana] Vocês conhecem o Passo de Santa Vitória?

[Volnei] Passo de Santa Vitória.

[Lourdes] (risos) Eu não conheço até. Na verdade, não.

[Volnei] A gente não conhece.

[Adriana] Mas ouviram falar?

[Lourdes] Sim, sim, eu conheço em filmagem, eles estão sempre mostrando, e, mas até lá mesmo, eu nunca fui.

[Adriana] E vocês sabem pra que esse passo era usado?

[Lourdes] Ah, é um ponto histórico, muito importante esse passo, era onde os tropeiros, era onde dava vau, né, como, como dizem na linguagem tropeira, então o pessoal passava por ali, onde o, o rio era mais baixo, onde o, as tropas conseguiam atravessar.

[Adriana] Mas vocês nunca foram lá, não, não conhecem o Passo?

[Volnei] Não, na verdade a gente está sempre produzindo artesanato e não.

[Adriana] Não dá nem tempo, né seu Volnei (risos).

[Volnei] Não dá nem tempo (risos). É verdade, tem bastante encomenda.

[Adriana] Vocês conhecem aqui em Bom Jesus aqueles corredores de tropa, que o pessoal chama aqui, aqueles, que são duas taipas assim, que corre uma do lado da outra, vocês já viram falar disso?

[Volnei] Ah sim, ouvir falar sim.

[Lourdes] Ouvir falar sim, mas não conheço não.

[Volnei] Conhecemos taipa, esse tipo, mas o próprio corredor lá, não fui ver ainda.

[Adriana] E os vestígios que vocês dizem que ainda tem então são os...

[Volnei] É, os corredores que você falou.

[Lourdes] Esses corredores de taipa que você falou, deve ter algum aí na cidade e mais esses materiais que eles usavam, esse carro, essas coisas.

[Adriana] O que vocês acham dessas mulinhas que vocês produzem aqui no artesanato estarem expostas no museu da cidade?

[Volnei] Ah, pra nós é muito importante, é uma coisa que vai ficar, vai ficar na história, né, é, é bem importante.

[Lourdes] É uma honra pra gente, poder fazer alguma coisa pelo nosso povo, pela nossa cidade, eu me sinto bem.

[Volnei] Eu acho importante porque isso aí é uma coisa que, claro amanhã ou depois podem ter outros fazendo, mas, é uma coisa que vai ficar, o começo fica ali marcado.

[Lourdes] É, eu me sinto de certa forma responsável também, por um, por um pouco da, da evolução da nossa cidade, né.

[Volnei] É, pelo, pelo nosso trabalho, eu acho que cada vez a gente tem que procurar ele, deixar ele melhor, mais, pra ter essa responsabilidade também, a gente sabe disso e está procurando melhorar a cada dia.

[Adriana] Vocês acham que o turismo é uma alternativa econômica, pro desenvolvimento da cidade, aahh, a longo prazo ou vai ser rápido?

[Volnei] Eu acho que a médio e longo prazo, mas eu acho que é uma coisa importante pro desenvolvimento da parte econômica.

[Lourdes] Eu acho que a curto prazo, a gente está vendo acontecer, a gente a cada dia assim, a gente vê melhoras.

[Volnei] Acho que entre médio e, mas ele firme assim, como uma realidade como você falou, eu acho que é de médio a mais longo, mas eu acho que agora tem tudo para começar a melhorar, com esses projetos e estradas, eu acho que vai.

[Adriana] Com o projeto do Caminho das Tropas, como o Sebrae pode ajudar?

[Volnei] É, com o Sebrae aí, com o caminho dos tropeiros agora, que foi lançado lá em Gramado no ano passado, eu acho que agora vai, vai melhorar.

Parte 4

[Adriana] Seu Volnei, ahn, eu vou lhe fazer uma mesma pergunta que eu fiz pra dona Lourdes. Se um turista chegasse agora, aqui pela porta e dissesse “me leva num lugar em Bom Jesus”, pra onde o senhor o levaria?

[Volnei] É como a Lourdes falou, é nesses locais que ela já citou, nas fazendas, nas pousadas, nos hotéis, pessoal que tem, tem divulgado, esse, no museu também, tem coisas lá, também lembram essa, essa parte do tropeirismo, nesses locais assim.

[Adriana] E o que o senhor acha da frase “Bom Jesus Terra do Tropeirismo”?

[Volnei] Eu acho que está bem legal, eu acho que ficou, ficou boa porque, é o que a gente tem divulgado durante esse tempo, faz, faz mais de dez anos, eu particularmente deve fazer mais ainda, como a professora Lucila vem, vem desenvolvendo esse trabalho, eu acho bem legal, Bom Jesus Terra do Tropeirismo, ficou bom, esse.

[Adriana] O senhor acha que esta é a terra, mesmo, do tropeirismo?

[Volnei] Eu acho que é, tem muita coisa voltada pra essa parte aí e como é uma cidade mais, mais rural, né, mais de campo assim, eu acho que ficou bem bacana.

[Adriana] Então tá, é isso, obrigada.

A.5 Demais entrevistas realizadas

A.5.1 Ana Paula

Funcionária do Centro de Informações Turísticas. Em 23 de janeiro de 2009.

A.5.2 Vera

Ex-madrinheira de tropas e participante dos Senatros. Em abril de 2008.

A.5.3 Manoel Gaspar

Ex-tropeiro e participante dos Senatros. Em abril de 2008.

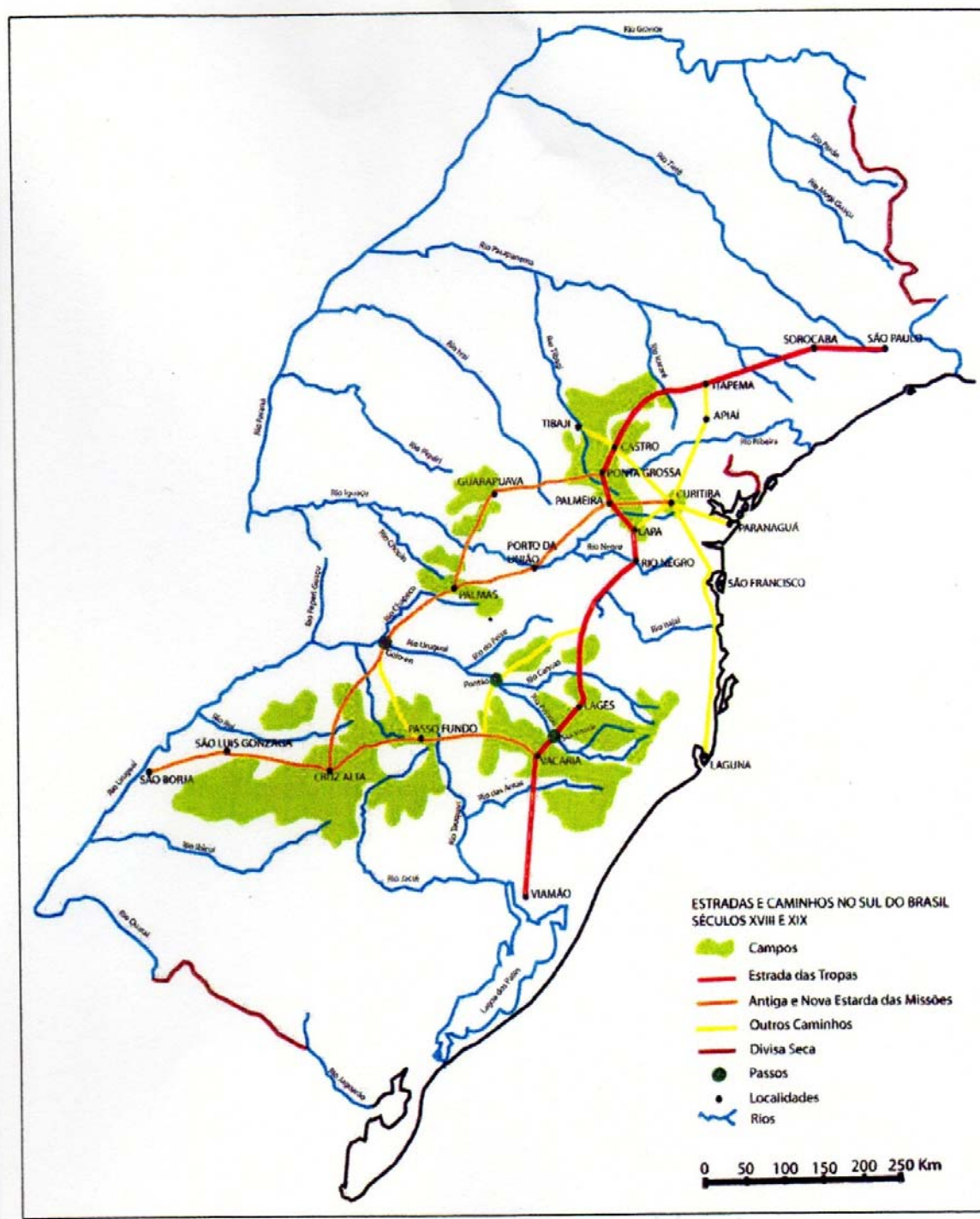
A.5.4 Eduardo Silva Ramos

Aluno do ensino médio da escola Frei Getúlio e participante dos Senatros. Em abril de 2008.

A.5.5 Maristela Paim Lemos de Lemos

Historiadora, professora da Rede Estadual de Educação e da SMEC Bom Jesus. Em abril de 2008.

ANEXO A – Mapa de localização do Registro de Santa Vitória (junto ao passo de mesmo nome, localizado no rio Pelotas) e caminhos



Fonte: HERBERTS, A. L. *Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC*. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 2 v. f. 123.

ANEXO B – Documento sobre medidas e preocupações em relação aos desvios dos postos de registro e o trânsito por caminhos não legais, os descaminhos

Publicada em: GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. p. 204-05. Fonte utilizada pelo autor: Documentos Interessantes, vol. XXII, pág. 207 (1896).

Registro de uma ordem a favor da Fazenda Real contra os descaminhadores das cavalgadas que entram pelo Registro de Curitiba.

Porquanto são notórios os grandes descaminhos que tem experimentado a Fazenda Real nos direitos das cavalgadas que proximadamente passaram na Registro de Curitiba, e sendo preciso obviar este dano pelas grandes conseqüências que se seguem ao serviço de S. Mag. E a boa arrecadação de sua Real Fazenda na forma das ordens do dito: Ordeno que todas as Tropas que pelo caminho encontrar, e todas as mais que estiverem nos campos e pastos até o dito Registro, e mandará para rodeio com atividade e vigilancia, conferindo os numeros dos animais que achar. Com a carta de guia que lhe apresentarem os Tropeiros ou seus Capatazes, e deferindo esta por maior número na conta, e exame, porá em sequestro os animais que excederem, fazendo individuação da sua qualidade, dando-lhe depósito seguro até ordem da Provedoria, remetendo o Tropeiro, e na sua falta o Capataz da dita Tropa preso com o mesmo auto a minha ordem: E caso em poder dos Tropeiros se não achar carta de guia, farão um termo em que o dito Tropeiro, ou seu Capataz declare os animais, de que consta a Tropa, cujo termo assinará com duas testemunhas, e contando os animais conferindo com a declaração, a deixará embargada até que mostre por ordem da Provedoria ter afiançado os seus direitos para que se dará o traslado do dito termo de declaração, para por ele requerer o seu desembaraço, e achando alguma ponta, ou Tropa desencaminhada aos direitos, e já em mão de terceiros pelos haver comprado, suposta ignorância e boa fé que se presume, pela qual fica isento das penas de sequestro, mas não da obrigação de pagar os direitos devidos pela sua real hipoteca, ficados submetidos os animais até mostrarem ter sido registrados, e havendo algumas denuncias, ou em segredo, ou em publico, as tomará, e remeterá ao provedor da Fazenda Real, precedendo a sequestro nas bestas desencaminhadas, e a prisão os descaminhadores,

remetendo-os com os seus autos à minha ordem, e denunciando-se alguns Tropeiros ou Capatazes antes de se fazer qualquer averiguação ou exame na Tropa, remeterá a denuncia ao Provedor para lhe deferir como for direito ficando embargada a Tropa até mostrar ordem de desembargo, cuja diligencia hei por muito recomendada, e a toda as Justiças desta Capitania da qual o dito Sargento e soldados o que costumam vencer em semelhantes diligencias pelos culpados, aos que se haverá na Provedoria quando se afiançarem as ditas Tropas. São Paulo, 15 de março de 1748.

Dom Luiz Mascarenhas

ANEXO C – Relato: o casamento de Cacau e Maria

FONSECA, E. R.; BORGES, N. L. S. *O casamento do Cacau – revivendo o Caminho das Tropas*. Comunicado (relato de experiência) apresentado no VII Senatro e IV Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo. Bom Jesus: abril de 2004.

O casamento do Cacau – revivendo o Caminho das Tropas

Estelamaris Rech Fonseca

Naira Lucia Silva Borges

Visto que sempre houve uma intensa relação entre as fazendas de Lages com as fazendas de Bom Jesus, herança dos tropeiros e depois continuada com os torneios de laço e relações comerciais (compra e venda de gado), vimos aqui o momento de partilhar com vocês e chamar a atenção para o caminho do Passo de Santa Vitória. Local, este que foi e é palco de outras tropeadas que caracterizam o cotidiano das pessoas que faziam e fazem uso dele para se locomover, transportar animais e ainda, para as festas, torneios de laço e gineteada, de Bom Jesus em direção às fazendas de Lages – Coxilha Rica.

Destacamos para isto, um fato, talvez corriqueiro, mas que ficará gravado em nossa memória para sempre: O casamento do Cacau com a Maria José.

O Cacau já fazia parte da família, era o nosso irmão negro, morou quase toda sua vida na Fazenda do Arame.

Reportemo-nos ao ano de 1984, férias de verão, estávamos todos reunidos, uns na Fazenda do Encosto, outros na Fazenda do Arame, localizada a 18 Km da cidade de Bom Jesus. Era início de um novo ano, prenúncio de vida nova na Fazenda do Arame, pois o “negão” iria se casar.

Ao amanhecer, estávamos todos eufóricos, preparando-nos para a grande aventura, seguir os caminhos dos tropeiros, muitas vezes realizados por nossos antepassados, porém desta vez, iria somente a gurizada.

Sáimos por volta das 6 horas da Fazenda do Encosto com a primeira turma de cavaleiros, passamos na Fazenda do Arame para nos juntar ao resto da turma. Os campos ainda estavam cobertos de cerração, deixando a paisagem ainda mais bela.

As mulheres foram em mulas, eu fui na mula preta, animal destinado a mim por ser de maior confiança e que conhecia bem cada pedra do caminho, e não eram poucas.

Fizemos a passagem pelo Rio dos Touros, exatamente no passo na antiga ponte, com facilidade, pois o nível do rio estava baixo, contornamos o Morro do Baggio e chegamos ao Rio Pelotas.

Lá estavam os canoeiros nos esperando para a passagem, acertamos o pagamento, desencilhamos os animais e aguardamos. Primeiro passaram os animais a nado que ficaram encerrados nos mangueirões, refazendo-se da caminhada. Após, passaram as canoas com as montarias e então, os cavaleiros.

A subida até o povoado de São Jorge, na Coxilha Rica, município de Lages – SC, foi rápida, pois estávamos ansiosos para chegar à festa.

A primeira parada foi na Casa do Seu Cacildo, pai do noivo, que nos recebeu com uma bela paçoca de charque e uma farofa de galinha.

O casamento estava marcado para as 14 horas, momento então, quando nos dirigimos para a igreja do povoado. Todos os moradores do local estavam na festa. Mais uma vez reforçamos nossos laços de tropeiros.

A mesma pilcha de viagem serviu para a festa do casamento. Quem não gostou muito disso foi o Padre, que teve a cerimônia interrompida várias vezes pelo tilintar das esporas usadas pelos cavaleiros, que aos poucos foram chegando à Igreja.

Após a cerimônia do casamento, estávamos todos aliviados pelo fato de o noivo ter enfim, cumprido a promessa. Passamos para o churrasco, animado pelo som da gaita e depois ao fandango, levantando poeira no galpão.

No final da tarde, antes da partida, tivemos uma festa Campeira, com direito a laço e gineteada em animais xucros, competindo gaúchos e catarinenses.

Sáimos do povoado já no final da tarde. E eu, que estava na mula preta, sinuelo da viagem, vinha na frente, pois a mesma conhecia o caminho, que era iluminado apenas pela luz do luar. Aos tropeços, “causos” e risadas, pois muitos eram os obstáculos encontrados no meio do caminho e cada um temia o pior: o tombo.

Chegamos em casa prá lá de cansados, mais felizes pela façanha. Esta viagem rendeu muitas estórias que teremos o prazer de contar em outras oportunidades.

Diante da constatação de que este é um caminho que deixará de existir, em função da construção da Usina Hidrelétrica do Paiquerê, já estamos programando uma nova expedição, desta vez acompanhados de nossos filhos.

ANEXO D – Decretos municipais de tombamento do Passo de Santa Vitória

D. 1 Decreto Municipal N° 3.248 de 20 de abril de 1994. "Tomba como Patrimônio Histórico e Cultural, o Passo de Santa Vitória, no município de Bom Jesus". Publicado em: SANTOS, L. M. S. dos; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995. p. 182.

DECRETO N° 3.248 DE 20 DE ABRIL DE 1994.

"TOMBA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, O PASSO DE SANTA VITÓRIA, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS"

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA PATH, Pe. Prefeito Municipal de Bom Jesus, no uso legal de suas atribuições e de acordo com o Artigo 81, Parágrafo 1º, Inciso 1º, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Bom Jesus, o Passo de Santa Vitória, situado na localidade da Casa Branca - 4º Distrito.

ARTIGO 2º - O Passo de Santa Vitória, é Patrimônio Histórico e Cultural, pela importância dos Caminhos das tropas na formação do Município de Bom Jesus.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus, aos 20 de abril de 1994.

Registre-se e Publique-se.

Procurador

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA PATH
Prefeito Municipal

ILIO REBAR DANNEBERGER
SEC. MUNIC. DE GABINETE

D.2 Decreto Municipal número 3782 de 21 de outubro. Tomba como Patrimônio Histórico e Natural do Município de Lages, o Passo de Santa Vitória, situado na localidade de Coxilha Rica.



Prefeitura do Município de Lages
ESTADO DE SANTA CATARINA

1-2-34-1

DECRETO Nº 3782
de 21 de outubro de 1993.

Cósme Polêse, Prefeito em exercício do Município de Lages, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 198 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º - Fica tombado como Patrimônio Histórico e Natural do Município de Lages, o Passo de Santa Vitória, situado na localidade de Coxilha Rica.

Art. 2º - O Passo de Santa Vitória, é Patrimônio Histórico e Natural, pela importância dos caminhos das tropas na formação do Município de Lages.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lages, 21 de outubro de 1993.

Cósme Polêse
Cósme Polêse
Prefeito em exercício

TOMBAMENTO LADO SANTA CATARINA

(LAGES - 21/10/93)

RECEBIDO
Em 24/10/93
As 9:40 hs
+ *Silene*
DPI/IPHAN

ANEXO E – Títulos honoríficos de cidades do Rio Grande do Sul

Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1245246218Titulos_Honorificos.pdf>. Acesso em: 1 out. 2009.

TITULOS HONORÍFICOS DO RS – AUTODENOMINAÇÃO

Água Santa – Terra que tem Vida

Alecrim – Terra do Reencontro

Alegria – Terra das Cascatas

Alegrete – Capital Farroupilha

Alto Alegre – Terra de Gente que Trabalha

Ametista do Sul – Capital Mundial da Ametista

Anta Gorda – Cidade de Noz Pecã

Antônio Prado – Cidade Mais Italiana do Brasil

Araricá – Cidade das Azaléias

Aratiba – Cidade da Energia Positiva

Arroio do Sol – Um mar de Emoções

Arroio Grande – Cidade Simpatia

Áurea – Capital Polonesa dos Brasileiros

Bagé – Rainha da Fronteira

Balneário Pinhal – Capital Estadual do Mel

Barra Funda – Terra da Água Mineral

Barros Cassal – Terra das Belezas Naturais

Bento Gonçalves – Capital da Uva e do Vinho

Boa Vista do Cadeado – Faz no presente o caminho para o futuro

Boa Vista do Incra – Terra da Prosperidade

Bom Jesus – Terra do Tropeirismo e Capital Nacional da Gila

Bossoroca – Vertente Missioneira

Caçapava do Sul – Segunda Capital Farroupilha / Portal do Pampa

Cacequi – Terra dos Trovadores

Cachoeira do Sul – Capital Nacional do Arroz / Princesa do Jacuí

Cachoeirinha – O Coração da Região Metropolitana

Caibaté – Coração das Missões

Cambará do Sul – Capital do Mel

Campina das Missões – Terra da Diversidade Cultural

Campo Bom – Cidade da Ciclovía

Campos Borges – Nascente do Progresso

Camaquã – Terra de Revoluções e Capital do Arroz Parbolizado / Terra Onde Morou Barbosa Lessa e Bento Gonçalves

Candelária – Capital Estadual da Agroindústria Familiar

Cândido Godói – Capital Mundial dos Gêmeos e Cidade Pomar

Candiota – Capital Nacional do Carvão

Canela – Cidade das Hortênsias

Capão da Canoa – Qualidade Vida o Ano Inteiro

Capão do Leão – Capital da Pedra

Capivari do Sul – Terra da Saga de Giuseppe Garibaldi

Caraá – Um Tesouro Atrás dos Montes

Carazinho – Carazinho em Ação, Uma Cidade de Oportunidade

Casca – Serra do Progresso e Casca Acolhe Você

Catuípe – Terra das Águas Minerais

Caxias do Sul – Pérola das Colônias

Cerrito – Terra do Tijolo

Cerro Branco – Capital do Arroz – Semente

Cerro Largo – Berço Regional da Cultura

Chapada – A Simpatia do Alto Uruguai

Chiapeta – Terra da Produtividade

Colinas – Cidade Jardim

Colorado – Cidade Sorriso. Berço de um Povo Feliz

Cotiporã – Jóia da Serra Gaúcha

Coxilha – Berço da Produtividade

Crissiumal – Cidade Sorriso

Cruz Alta – Terra de Érico Veríssimo

Dezesseis de Novembro – Capital Brasileira da Alfafa

Dois Irmãos – O Portal da Serra

Dom Pedrito – A Capital da Paz

Doutor Ricardo – Cidade da Bela Gruta

Encruzilhada do Sul – Rainha da Serra do Sudeste

Entre-Ijuís – Portão de Entrada das Missões

Entre Rios do Sul – Capital Gaúcha da Motonáutica

Erechim – Terra dos “Bota Amarela”

Espumoso – Sentinela do Progresso
Estância Velha – Capital Nacional dos Curtumes
Estrela – A Princesa do Vale do Taquari
Eugênio de Castro – Terra da Hospitalidade
Farroupilha – Berço da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e Capital Brasileira da Malha
Feliz – Cidade do Amor-Perfeito
Flores da Cunha – A Terra do Galo Vermelho
Fortaleza dos Valos – O Maior Lago Artificial do Rio Grande
Frederico Westphalen – A Princesa do Alto Uruguai
Garibaldi – Terra do Champanha
Garruchos – Capital do Peixe de Água Doce
Giruá – Capital da Produtividade
Glorinha – Cidade do Queijo
Gramado – A Cidade mais Européia do Brasil / Jardim das Hortênsias
Guaíba – Metrópole do Papel
Guaporé – Capital da Hospitalidade e da Jóia
Guarani das Missões – Capital Polonesa dos Gaúchos
Horizontina – Terra das Colheitadeiras
Ibiaçá – Terra da Produção, Fé e Devoção.
Ibiraiaras – Terra da Batata
Ibirubá – Terra da Pitangueira do Mato
Ijuí – Portão de Entrada das Missões / Terra das Culturas Diversificadas / Colmeia do Trabalho
Ilópolis – Cidade da Erva-Mate e da Ecologia
Imigrante – Terra dos Cactos
Ipê – Capital Nacional da Agroecologia / Berço da Agroecologia
Iraí – Cidade Saúde / Fonte da Juventude
Ivoti – Cidade das Flores
Jacuizinho – Cidade da Fé
Jaguari – A Cidade das Belezas Naturais
Júlio de Castilhos – Terra do Charolês
Lagoa dos Três Cantos – Rainha do Alto Jacuí
Lagoa Vermelha – Capital do Churrasco / Cidade da Amizade
Lajeado – Cidade Jóia

Lavras do Sul – Terra do Ouro
Manoel Viana – Pérola do Rio Ibicuí
Maquiné – O Mais Verde dos Vales
Maratá – Capital do Otimismo
Marcelino Ramos – Terra das Águas
Marques de Souza – Capital Gaúcha dos Campings
Mata – A Cidade da Pedra Que Foi Madeira
Mato Queimado – Caçula Missioneiro
Monte Belo do Sul – Berço da Elaboração de Vinhos
Montenegro – Capital do Tanino
Mostardas – Cidade Açoriana
Muçum – Princesa das Pontes
Não-Me-Toque – Jardim do Alto Jacuí
Nonoai – A Pérola do Alto Uruguai
Nova Bassano – A Capital do Tomate
Novo Cabrais – Capital da Ecologia
Nova Hartz – Nascente do Vale
Nova Candelária – Capital Nacional da Suinocultura
Nova Esperança do Sul – Capital da Bota
Nova Prata – Capital Nacional do Basalto
Nova Petrópolis – Jardim da Serra Gaúcha
Novo Hamburgo – Capital Nacional do Calçado
Osório – Terra dos Bons Ventos
Paim Filho – Celeiro de Solidariedade
Palmeira das Missões – Capital da Erva-Mate
Panambi – Cidade das Máquinas
Parobé – Capital Nacional do Tênis
Passo Fundo – Capital do Planalto
Pejuçara – Terra da Paz, da Amizade e da Boa Comida
Pelotas – Capital Nacional do Doce / Princesa do Sul
Picada Café – Cidade dos Lírios
Pirapó – Terra do Salto do Peixe
Porto Alegre – Cidade Sorriso
Porto Lucena – Terra da Hospitalidade e das Frutas Tropicais
Porto Mauá – Fronteira da Integração

Porto Vera Cruz – Chegada do Rio Grande

Porto Xavier – Corredor Missioneiro

Presidente Lucena – Capital da Schmier Colonial

Quinze de Novembro – Capital do Turismo Regional / Terra das Águas

Rio Grande – Rainha do Mar / Cidade História / Cidade do Mar

Rio Pardo – Tranqueira Invicta

Rolante – Capital Nacional da Cuca

Roque Gonzales – Terra e Sangue das Missões

Saldanha Marinho – Um Oásis de Amor e Civismo

Salto do Jacuí – Capital Gaúcha da Energia Elétrica e Capital Nacional da Extração de Pedras Águas

Salvador das Missões – Rica por Natureza

Santa Bárbara do Sul – Rainha das Coxilhas do Rio Grande

Santa Cecília do Sul – Cidade Verdade

Santa Cruz do Sul – Capital Nacional do Fumo

Santa Maria – Cidade Cultura

Santa Rosa – Berço Nacional da Soja

Santana do Livramento – Fronteira da Amizade / Coração do Conesul

Santa Vitória do Palmar – Brasil Mais Sul

Santiago – Terra dos Poetas

Santo Ângelo – A Capital das Missões

Santo Antônio da Patrulha – Capital Nacional do Sonho, da Cachaça e da Rapadura.

Santo Antônio das Missões – Celeiro da Hospitalidade

Santo Antonio do Planalto – Bom de Se Viver Aqui

Santo Cristo – Terra do Homem da Terra

São Borja – Terra dos Presidentes

São Domingos do Sul – Terra do Monsenhor João Benvegnú

São Francisco de Assis – Querência do Bugio

São Gabriel – Terra dos Marechais

São José do Norte – Capital da Cebola

São José do Inhacorá – Terra da Educação, Saúde e Longevidade

São Leopoldo – Berço da Colonização Alemã

São Lourenço do Sul – Terra de todas as Paisagens

São Luiz Gonzaga – Celeiro de Artistas

São Martinho da Serra – A Chave das Missões
São Miguel das Missões – Patrimônio Cultural da Humanidade
São Nicolau – Primeira Querência do Rio Grande
São Paulo das Missões – A Força da Colonização
São Pedro do Butiá – Jardim das Missões
São Sebastião do Caí – Capital da Bergamota
São Vicente do Sul – Cancela da Fronteira
Sapiranga – Cidade das Rosas e do Vôo Livre
Selbach – Cidade das Flores
Sete de Setembro – Berço das Águas
Severiano de Almeida – A nova Itália do Alto Uruguai
Soledade – Capital das Pedras Preciosas
Taquari – Capital das Laranjeiras
Tapera – Cidade Cultura – Valorizando a Cidadania
Tavares – Paraíso Ecológico entre a Lagoa e o Mar
Tio Hugo – Faz Desenvolver. Cidade Portal da Rota das Terras
Torres – A Mais Bela Praia Gaúcha
Tramandaí – Capital das Praias
Três Cachoeiras – Terra dos Caminhoneiros
Três Passos – Capital Nacional do Suíno
Tucunduva – Capital da Lavoura Mecanizada e Terra do Músico
Tupanciretã – Capital do Cordeiro e do Champignon
Tuparendi – Fronteira da Amizade
União da Serra – Terra do Figo
Vacaria – Porteira do Rio Grande
Venâncio Aires – Capital do Chimarrão
Vera Cruz – Capital da Gincana
Veranópolis – Capital Nacional da Longevidade
Victor Graeff – Celeiro Agrícola do Alto Jacuí / Cidade da Mais Bela Praça
Vila Maria – Capital Regional do Ecoturismo
Xangri-Lá – A Praia que Vira Planeta